



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RAFAEL CARVALHO FERNANDES PEREIRA

O DESENHO DO LUGAR, A PAISAGEM DA FAVELA

FORTALEZA

2024

RAFAEL CARVALHO FERNANDES PEREIRA

O DESENHO DO LUGAR, A PAISAGEM DA FAVELA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Linha de Pesquisa: Natureza, Campo e Cidade no Semi-Árido

Orientador: Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P495d Pereira, Rafael Carvalho Fernandes.

O desenho do Luga, a Paisagem da favela / Rafael Carvalho Fernandes Pereira. – 2024.
321 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva.

1. Identidade Urbana. 2. Conjunto São Vicente de Paulo. 3. Apropriação. 4. Morfologia. I. Título.
CDD 910

RAFAEL CARVALHO FERNANDES PEREIRA

O DESENHO DO LUGAR, A PAISAGEM DA FAVELA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.
Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Aprovada em: 26/07/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria Clélia Lustosa Costa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Lisandra Ângela Franco de Mendonça
Universidade do Minho (UMinho)

Prof. Dr. João Luís Jesus Fernandes
Universidade de Coimbra (UC)

Dedico esta obra a minha família, seja ela sanguínea, espiritual, ou de amigos, que estiveram ou estão comigo nesta árdua caminhada acadêmica.

Dedico a Antônio Pereira de Carvalho, (*in memoriam*) que me encorajando, sempre dizia: ‘Estude! A única coisa que nunca poderão tirar de você, é o conhecimento.’

Dedico a Aloisio Fernandes Pereira (*in memoriam*), e todos os sacrifícios feitos em prol da minha educação, através deles tive a oportunidade de me tornar o que você um dia sonhou para mim, obrigado pai.

Dedico a todos que passaram ou passam por difíceis processos urbanos de apagamento e desprezo histórico-cultural. Que a união, a ciência e o autoconhecimento estejam sempre presentes, sendo nossas armas, nos enaltecendo como seres humanos dignos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à grande força que rege o universo, que muitos chamam de Deus, que proporcionou em minha vida, força, esperança e oportunidades durante esta trajetória. Nos momentos de desespero, tive suporte e direcionamento, à Ele devo a minha profunda e eterna gratidão.

Aos meus pais, que nunca pouparam esforços para garantir o melhor da minha formação, e acreditaram que a educação poderia garantir um futuro promissor. Aos meus tios Ana Maria e Marcos, que me amam, me aceitam, me entendem e me fazem sentir como filho incondicionalmente amado. Devo a vocês toda a minha admiração e respeito.

Aos meus amigos que conheci e firmei no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, os quais participaram de momentos tão difíceis durante a pesquisa, nos quais pude contar com o apoio direto e indireto, em especial Antônio Júnior, Regina Balbino, Tiago Moreira, Gleilson Ângelo e Deborah Amorim. Sem vocês a caminhada geográfica teria sido muito mais difícil, obrigado pela paciência e atenção.

Agradeço à Geografia, pela diversidade e amplitude de áreas de pesquisa, pelo aprofundamento das temáticas e abertura de diálogos interdisciplinares, como arquiteto, pude em muito aprender, aperfeiçoar e expandir o conhecimento por meio das intensas discussões sobre a temática urbana e cultural.

Agradeço imensamente ao meu orientador Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva, que nunca mediu esforços para me auxiliar, independentemente da condição. Serei eternamente grato por sua atenção, respeito, consideração e motivação quanto ao período de orientação do mestrado. É uma grande honra ter sido orientado pelo senhor.

Agraço aos moradores do Conjunto São Vicente de Paulo, que sempre foram muito receptivos em relação à minha pesquisa, proporcionando uma experiência acadêmica única, abrindo suas casas, seus álbuns, histórias e suas percepções do espaço e de si mesmos. A participação dos moradores foi intrínseca para a compreensão da aplicabilidade dos conceitos de paisagem e lugar no objeto desta pesquisa. Em especial, gostaria de agradecer à minha amiga Raquel Souza por sua doação, que com o passar dos anos, nutriu-se um carinho, admiração e amizade mútua, para sempre terei em minha memória o início desta amizade.

Agradeço aos amigos arquitetos que pela parceria profissional me aconselharam e debateram os diversos temas abordados nesta pesquisa como exercício de reflexão da vida e da profissão, são eles: Scarllet Farias, Maria Tereza Dornellas, Luziane Mendes, Ticiane

Barroso, Lara Veras, André Almeida, Karina Diógenes, Cristiellen Rodrigues, Carol Venâncio, Claylson Pontes, Manoela Oliveira e Rochelle Silveira, com vocês a visão sobre a profissão da arquitetura é sempre mais abrangente.

Agradeço aos amigos que mesmo não sendo da área, proporcionaram ambientes de amparo e de acolhimento, ajudando sempre que podiam e como conseguiam, sem vocês não teriam válvulas de escape, o muitíssimo obrigado: Rebeca Josefine, Antônio Marques Júnior, Denise Sá Vieira, Leonardo Braga, Adson Rodrigo, Davi Aragão, Luana Cavalcante, Luiz Mauro Rosa, Matheus Kokay, Maiara Queiroz, Carol Siebra, Carla Siebra, Lucas Moura, Alice Becco e Livia Medeiros.

Agradeço as fontes de pesquisa, que se dispuseram a auxiliar de forma voluntária com plantas, mapas, ortofotos e produções escritas, o quais foram imprescindíveis na produção deste trabalho, especificamente à Neiliane Alves Bezerra (Biblioteca do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC), Zuleide Leandro (Biblioteca da SEMACE), aos técnicos da Hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado do Ceará, a Terezinha Bizerra Lima da Superintendência de Obras Públicas do Estado do Ceará, Giovana Freire (Biblioteca do CPRM), ao Arquivo Nirez pelo material visual ímpar em informações, a senhora Ilka Brain e Leonardo Moraes por disponibilizarem parte de seu acervo fotográfico familiar, ao senhor João Roberto de Carvalho por dispor totalmente de um rico acervo sobre a história da ocupação e construção do conjunto habitacional, ao Dr. Henrique o qual disponibilizou material sobre o conjunto habitacional, através da COHAB-CE, a técnica Roberta do Arquivo Público do Estado do Ceará pelo auxílio com materiais ímpares, à geografa Giovana Casto pelo auxílio na aplicação dos questionários na área de estudo, ao arquiteto urbanista e grande amigo que admiro profundamente Massilon Coelho Saboia de Albuquerque, Annie Barreto a qual me auxiliou com incríveis fotografias do conjunto, ao UNIJOCC pela participação da produção de materiais gráficos, e todos as outras pessoas e instituições envolvidas aqui neste processo de pesquisa e trabalho projetual, este resultado não teria sido possível sem a disponibilização de vocês, como um grande marco acadêmico em minha vida.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Pra mim, a primeira e primordial arquitetura,
é a **geografia!**”

Paulo Archias Mendes da Rocha.

RESUMO

A paisagem e a forma de ocupação de espaços da favela nos mostram um diferente modelo de concepção e organização espacial, onde o morador atua cotidianamente em sua construção. Desde o início da documentação destes espaços no Brasil, tentou-se erradicar este ‘outro’ lugar na cidade, com a implantação de modelos habitacionais pré-estabelecidos e reassentamentos para áreas longínquas. Estas ações visavam estabelecer uma ordem e coerência hegemônica, cristalizando as ações locais e impondo formas materiais como instrumentos de controle e higienização da vida urbana, porém em alguns casos, as características fundamentais da vida da favela ressurgem dentro destes modelos habitacionais cartesianos, e com isso conseguem perpetuar o sentimento de pertencimento e a identificação do morador tanto com sua habitação quanto o seu espaço coletivo. Dentro desta proposta de cidade ‘formal’ a favela ressurge como alternativa de dinâmica urbana, mas também como resistência. Para isso, a pesquisa se baseia no caso da Favela das Quadras, localizada no bairro da Aldeota em Fortaleza, inicialmente como assentamento espontâneo na década de 1950, e sofre intervenção pelo Estado com a implantação de um modelo habitacional entre 1980 e 1986, recebendo posteriormente o nome de Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo. Passados mais de 30 anos, o local nos apresenta sinais de reapropriação dos moradores através das modificações habitacionais adequando as necessidades de cada família. Esta pesquisa utiliza os conceitos de paisagem e lugar como forma de abordagem da comunicação e identificação sociocultural de um espaço de memória da população local. As ferramentas metodológicas buscam mensurar dentro de uma abordagem quali-quantitativa a identificação dos moradores com o seu local por meio de entrevistas semi-estruturas, produções de materiais gráficos pelos moradores, análise da evolução da paisagem por meio das intervenções dos locais e questionários, com o intuito de gerar um panorama geral das atividades localmente exercidas e como estas modificam física e cognitivamente o lugar. Por fim, a discussão sobre a condição dinâmica da favela estar continuamente ressignificando e reformulando os espaços do Conjunto Habitacional é de fundamental importância para a compreensão do seu papel na cidade enquanto lugares de reprodução da vida.

Palavras-chave: identidade urbana; Conjunto São Vicente de Paulo; apropriação; morfologia.

ABSTRACT

The resident's daily actions in constructing the favela show us a different model of spatial conception and organization, reflected in the landscape and the occupation of spaces. Since the beginning of documenting these spaces in Brazil, authorities have attempted to eradicate this 'other' place in the city by implementing pre-established housing models and resettling residents to distant areas. These actions aimed to establish a hegemonic order and coherence, crystallizing local actions and imposing material forms as instruments of control and hygiene of urban life. However, in some cases, the fundamental characteristics of favela life resurface within these Cartesian housing models, and with this, they perpetuate the resident's feeling of belonging and identification with their home and collective space. Within this proposal for a 'formal' city, the favela re-emerges as an alternative for urban dynamics, but also as resistance. The research is based on the case of Favela das Quadras, located in the Aldeota neighborhood in Fortaleza, initially as a spontaneous settlement in the 1950s, and underwent intervention by the State with the implementation of a housing model between 1980 and 1986, subsequently receiving the name of the São Vicente de Paulo Housing Complex. More than 30 years later, the place shows us signs of reappropriation of residents through housing modifications adapting to the needs of each family. This research uses the concepts of landscape and place as a way of approaching communication and the sociocultural identification of a space of memory for the local population. The methodology tools seek to measure within a qualitative-quantitative approach the identification of residents with their place through semi-structured interviews, production of graphic materials by residents, analysis of the evolution of the landscape through local interventions and questionnaires, with the aim of generating a general overview of the activities carried out locally and how they physically and cognitively modify the place. Finally, the discussion about the dynamic condition of the favela continually redefining and reformulating the spaces of the Housing Complex is of fundamental importance for understanding its role in the city as places for the reproduction of life.

Keywords: urban identity; São Vicente de Paulo complex; appropriation; morphology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização do recorte espacial da área de estudo na cidade de Fortaleza.....	29
Figura 2 -	Cartograma de ruas abertas pela reforma do Barão de Haussmann.....	49
Figura 3 -	Vista superior de parte da cidade de Paris como resultado da reforma.....	49
Figura 4 -	Maquete da proposta da <i>Ville Radieuse</i>	61
Figura 5 -	Conjunto <i>Pruitt-Igoe</i> e a racionalização do habitat pelo habitat.....	64
Figura 6 -	Favela do lado de condomínio fechado no município do Eusébio.....	71
Figura 7 -	Planta do Porto e Villa da Fortaleza de Silva Paulet de 1813.....	104
Figura 8 -	Primeira Planta da cidade de Fortaleza de 1859 por Adolfo Hebster – Reconstituição cartográfica feita por Margarida Andrade 2012.....	105
Figura 9 -	Planta da cidade de Fortaleza e Subúrbios de Adolfo Hebster de 1875.....	106
Figura 10 -	Planta da Cidade de Fortaleza Capital da Província do Ceará de Adolfo Hebster de 1888, com adaptações feitas pelo autor.....	107
Figura 11 -	Detalhe do assentamento Arraial Moura Brasil da Planta da Cidade da Fortaleza de Adolfo Hebster de 1888, com adaptações feitas pelo autor.....	108
Figura 12 -	Edificações de segunda residência localizadas na Praia dos Peixes (atual Praia de Iracema), 1930.....	113
Figura 13 -	Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza por Nestor de Figueredo de 1933.....	114
Figura 14 -	Carta da cidade de Fortaleza e arredores de 1945.....	118
Figura 15 -	Aerofotogrametria da zona leste de Fortaleza de 1958.....	119
Figura 16 -	Ocupações em formas espontâneas do atual bairro do Mucuripe.....	120
Figura 17 -	Ocupações nos leitos das vias no atual bairro do Meireles.....	121
Figura 18 -	Matéria sobre o despejo da Favela da Baixa do Veado.....	125
Figura 19 -	Recortes de jornais sobre a remoção da população do Mucuripe para as obras de abertura e extensão da Avenida Beira Mar.....	127
Figura 20 -	Matéria sobre a remoção da Favela das Cinzas.....	128

Figura 21 -	Recorte de jornal sobre o resultado estético negativo das ocupações.....	129
Figura 22 -	Cartograma representando a primeira etapa da ocupação da Favela Santa Cecília, entre os anos de 1960 e 1966.....	130
Figura 23 -	Mapa de ‘Vilas Marginais’ produzido pela SUDENE/SUDEDEC e disponibilizado na edição da ‘Programação Habitacional para o Estado do Ceará’, com adaptação de destaque para a área em pesquisa.....	133
Figura 24 -	Localização do Conjunto Habitacional Prefeito José Walter isolado da cidade na época de sua implantação, com adaptação de destaque.....	139
Figura 25 -	Cartograma representando a segunda etapa da ocupação da Favela Santa Cecília, entre os anos de 1966 a 1971.	141
Figura 26 -	A favela Santa Cecília e o contraste com as casas no bairro da Aldeota durante a década de 70.....	142
Figura 27 -	Agrupamento de mapas da área de estudo, cidade de Fortaleza 1973.....	143
Figura 28 -	Detalhe aproximado da Favela Santa Cecília/Quadras em 1973.....	144
Figura 29 -	Matérias de jornal sobre obras turísticas da Av. Beira Mar.....	146
Figura 30 -	Cartograma de favelas removidas próximas ao objeto de estudo.....	147
Figura 31 -	Municípios de origem dos moradores entrevistados.....	147
Figura 32 -	Reverberação da resistência da Favela da José Bastos.....	149
Figura 33 -	Jornal Tribuna do Ceará do dia 19/08/1979.....	151
Figura 34 -	Jornal Tribuna do Ceará, dia 28/10/1981.....	152
Figura 35 -	Assentamentos marginais no contexto urbano – PROAFA.....	153
Figura 36 -	Núcleos favelados passíveis de alagamento – PROAFA.....	153
Figura 37 -	Favelas prioritárias à intervenção – PROAFA.....	154
Figura 38 -	Núcleos favelados da época, e a iniciativa de erradicação ou urbanização.....	156
Figura 39 -	Divisão da cidade por zonas de ação e identificação de suas favelas.....	157
Figura 40 -	Cartograma representando a terceira etapa da ocupação da Favela Santa Cecília, entre os anos de 1971 a 1981.....	162

Figura 41 -	Proposta 'A' para o Conjunto Habitacional.....	165
Figura 42 -	Proposta 'B' para o Conjunto Habitacional.....	166
Figura 43 -	Exercício de reprodução de plantas da proposta A: Bloco B - térreo.....	167
Figura 44 -	Exercício de reprodução de plantas da proposta A: Bloco B – 1º pavimento...	168
Figura 45 -	Estudo inicial das fachadas da Proposta 'B'.....	170
Figura 46 -	Proposta 'A' – Perspectiva cônica aérea de uma esquina.....	170
Figura 47 -	Planta da proposta aceita pelo BNH para a construção do Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo.....	172
Figura 48 -	Habitação Tipo 'A' – Conjunto São Vicente de Paulo.....	173
Figura 49 -	Habitação Tipo 'B' – Conjunto São Vicente de Paulo.....	174
Figura 50 -	Habitação Tipo 'C' e 'C1' – Conjunto São Vicente de Paulo.....	175
Figura 51 -	Tipologia de um dos conjuntos habitacionais do projeto 'Elemental'	177
Figura 52 -	Cartograma de localização das tipologias no Conjunto Habitacional.....	178
Figura 53 -	Cartograma de sobreposição da morfologia da Favela Santa Cecília com a malha proposta do conjunto habitacional pela PROAFA.....	179
Figura 54 -	Rua General Tertuliano Potiguara antes da construção do conjunto.....	179
Figura 55 -	Parte Interna da Favela Santa Cecília antes da construção do conjunto.....	180
Figura 56 -	Recortes de fotos exemplificando os fragmentos da Favela Santa Cecília.....	180
Figura 57 -	Primeira fase de construção do Conjunto São Vicente de Paulo, com a demolição de 100 moradias e a construção de 100 habitações.....	182
Figura 58 -	Parte interna dos Alojamentos enquanto a construção do conjunto.....	182
Figura 59 -	Segunda fase de construção do Conjunto São Vicente de Paulo, com a demolição de 100 moradias e a construção de 100 habitações.....	183
Figura 60 -	Processo de construção dos alicerces da segunda etapa do conjunto.....	184
Figura 61 -	Terceira fase de construção do Conjunto São Vicente de Paulo, com a remoção de 100 moradias e a construção de 100 habitações.....	185
Figura 62 -	Rua Beni Carvalho após a construção do conjunto.....	186

Figura 63 -	Quarta fase de construção do Conjunto São Vicente de Paulo, com a demolição de 144 moradias e a construção de 144 habitações.....	187
Figura 64 -	Inauguração do Conjunto São Vicente de Paulo.....	187
Figura 65 -	Nomes das ruas e becos dados pelos moradores do conjunto.....	189
Figura 66 -	Praça Portugal em 1971 e atualmente.....	191
Figura 67 -	Modificações espaciais realizadas pelos morados no período entre 1982 e 2018.....	202
Figura 68 -	Residências participantes da Etapa de Pesquisa 4 – Questionário Presencial...	203
Figura 69 -	Distribuição de gênero dos participantes (162 respostas)	204
Figura 70 -	Distribuição étnico-racial dos participantes (162 respostas)	204
Figura 71 -	Faixa etária dos entrevistados (162 respostas)	205
Figura 72 -	Escolaridade dos participantes (162 respostas)	206
Figura 73 -	Relação entre Escolaridade e Faixa Etária dos participantes (162 respostas)...	206
Figura 74 -	Distribuição de moradores por residência segundo participantes (162 respostas)	207
Figura 75 -	Tempo de moradia dos participantes na área de estudo (162 respostas)	208
Figura 76 -	Familiar do entrevistado no qual foi primeiro morador do local relacionado com a faixa etária dos entrevistados (162 respostas)	208
Figura 77 -	Origem dos primeiros moradores da ocupação Favela Santa Cecília (162 respostas)	209
Figura 78 -	Mapa das antigas localidades e favelas onde moravam os moradores do CSVP, Fortaleza – Ceará (62 respostas)	210
Figura 79 -	Mapa dos municípios do Ceará referentes à origem das famílias que se estabeleceram no CSVP, Fortaleza – Ceará (107 respostas)	211
Figura 80 -	Mapa dos estados do Brasil referente as origens das famílias que se estabeleceram no CSVP, Fortaleza – Ceará (13 respostas)	213
Figura 81 -	Entrevistado ou seu familiar ao chegar na ocupação Favela Santa Cecília veio acompanhado com sua família (162 respostas)	214

Figura 82 -	Quantidade de membros das famílias dos entrevistados quando chegaram na área de estudo (68 respostas)	215
Figura 83 -	Relação entre década em que o entrevistado/familiar chegou no município de Fortaleza e o primeiro morador da ocupação Favela Santa Cecília (101 respostas)	216
Figura 84 -	Motivações dos entrevistados e familiares que ocasionaram a mudança para Fortaleza/CE (149 respostas)	217
Figura 85 -	Moradores que estiveram em outras favelas antes de se instalarem na área de estudo (151 respostas)	217
Figura 86 -	Relação entre período em que o entrevistado/familiar chegou na área de estudo e o primeiro morador da ocupação Favela Santa Cecília (101 respostas)	218
Figura 87 -	Situação habitacional na época da ocupação na área do estudo (158 respostas)	219
Figura 88 -	Emprego do chefe/chefa de família na época da chegada na área do estudo (157 respostas)	220
Figura 89 -	Situação habitacional dos entrevistados (161 respostas)	220
Figura 90 -	Distribuição de moradores que já residiram em mais de uma casa do Conjunto Habitacional (158 respostas)	221
Figura 91 -	Quantidade de casas que os participantes já moraram no CSVP (42 respostas)	222
Figura 92 -	Relação dos entrevistados que já moraram em outras casas no CSVP com o primeiro familiar morador (42 respostas)	222
Figura 93 -	Moradores que reformaram suas casas após terem recebido a unidade habitacional pela PROAFA (162 respostas)	223
Figura 94 -	Número de reformas efetuadas nas moradias (139 respostas)	224
Figura 95 -	Motivações que ocasionaram as reformas (139 respostas)	224
Figura 96 -	Gráfico representando residências com mais de 01 família (162 respostas)	225
Figura 97 -	Gráfico representando a relação de residências com mais de uma família e	226

	primeiro familiar morador do CSVP (44 respostas)	
Figura 98 -	Cartograma de gabarito das habitações conforme projeto original 1982-1986.....	227
Figura 99 -	Cartograma de gabarito das habitações de outubro/2018.....	227
Figura 100 -	Cartograma de gabarito das habitações de março/2024.....	228
Figura 101 -	Relação de número de pavimentos das moradias do CSVP ao passar dos anos.....	228
Figura 102 -	Cartograma de uso do solo de outubro de 2018.....	230
Figura 103 -	Cartograma de uso do solo de outubro de 2024.....	231
Figura 104 -	Uso das residências segundo os entrevistados (161 respostas)	232
Figura 105 -	Modificações feitas pelos moradores: Lado norte da Rua Beni Carvalho.....	234
Figura 106 -	Modificações feitas pelos moradores: Lado Leste da Travessa Verdes Mares.....	236
Figura 107 -	Modificações feitas pelos moradores: Lado sul da Rua General Tertuliano Potiguara.....	239
Figura 108 -	Modificações feitas pelos moradores: Lado norte da Rua Santa Inês.....	241
Figura 109 -	Mapa de relação das Vilas Marginais de 1971, com os assentamentos precários de 2020 no município de Fortaleza.....	244
Figura 110 -	Morfologias urbanas utilizadas no questionário.....	247
Figura 111 -	Resultado da pesquisa “Morfologia e Reconhecimento das Favelas (320 respostas)	248
Figura 112 -	Mapa de calor referente as vias mais centrais mencionadas pelos moradores do CSVP, Fortaleza Ceará (162 respostas)	250
Figura 113 -	1ª Produção visual da cartografia de fluxos e locais de preferência – 15/06/24.....	255
Figura 114 -	2ª Produção visual da possibilidade do redesenhos do CSVP – 22/06/24.....	256
Figura 115 -	3ª Produção visual do reconhecimento de diferentes tipologias – 29/06/24.....	258
Figura 116 -	4ª Produção visual da construção coletiva da imagem de uma cidade –	260

29/06/24.....	
Figura 117 - 5ª Produção visual da memória afetiva dos participantes – 06/07/24.....	261
Figura 118 - 6ª Produção visual dos 7 lugares mais visitados pelos participantes em Fortaleza – 06/07/24.....	263
Figura 119 - 7ª Produção visual da atuação dos moradores na resolução dos problemas locais – 13/07/24.....	266
Figura 120 - Respostas sobre a intenção de permanência dos moradores do CSVP relacionadas com a faixa etária dos entrevistados (162 respostas)	269
Figura 121 - Destino dos entrevistados que tem a intenção de mudança para o mesmo bairro (20 respostas)	270
Figura 122 - Mapa dos bairros de Fortaleza pretendidos para moradia por alguns entrevistados do CSVP, Fortaleza – Ceará (37 respostas)	271
Figura 123 - Mapa dos municípios o Ceará pretendidos para moradia por alguns moradores do CSVP, Fortaleza - Ceará (33 respostas)	273
Figura 124 - Mapa dos estados do Brasil pretendidos para moradia por alguns moradores do CSVP, Fortaleza - Ceará (4 respostas)	274
Figura 125 - Termos mais aceitos pelos participantes para identificação do local da pesquisa (162 respostas)	275
Figura 126 - Resultado da escala de Linkert (162 respostas)	277
Figura 127 - Item satisfação com a dimensão da residência relacionado com a faixa etária dos participantes (162 respostas)	278

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição percentual da tipologia habitacional pelos estratos sociais em Fortaleza, com indicação do número total de unidades por tipo - 1970.....	134
Quadro 2 - Síntese das atividades realizadas para as produções visuais.....	253
Quadro 3 - Síntese dos resultados obtidos pelas produções visuais.....	268

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Distribuição percentual das famílias do estrato A das cidades pesquisadas, segundo o tipo de grupo e a cooperação efetiva - 1970.....	136
Tabela 2 -	Esquema de entrevistas por grupo de agentes produtores do espaço.....	195
Tabela 3 -	Cronograma de aplicação das pesquisas com pessoas.....	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APEC	Arquivo Público do Estado do Ceará
APP	Área de Proteção Permanente
BECE	Biblioteca Pública do Estado do Ceará
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNH	Banco Nacional da Habitação
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará
CE	Ceará
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEC	Centro de Eventos do Ceará
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFO	Centro de Formação Olímpica
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CODEF	Coordenadoria de Desenvolvimento de Fortaleza
COHAB	Companhia de Habitação
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recurso Minerais
CSVP	Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo
DAER	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
DENTEL	Departamento Nacional de Telecomunicações
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado
FSSF	Fundação de Serviço Social de Fortaleza
IAPAS	Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
IAPB	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancáriosinps
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LAPUR	Laboratório de Planejamento Urbano e Regional
OODC	Outorga Onerosa do Direito de Construir

PCB	Partido Comunista do Brasil
PDPFor	Plano Direto Participativo de Fortaleza
PLANDIRF	Plano Integrado de Desenvolvimento Integrado da Região de Fortaleza
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PNH	Política Nacional de Habitação
PROAFA	Fundação Programa de Assistências as Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza
PROMORAR	Programa de Erradicação de Subhabitações
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SERPHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SEUMA	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
SUDEC	Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
UNIJOCC	União de Jovens com Cristo
ZEDUS	Zonas Especiais de Dinamização Urbanística e Socioeconômica
ZPE's	Zonas de Pesca

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	22
1.1	Favela, o lugar da população urbana periférica.....	24
1.1.1	<i>Principais obras com bases de reflexão.....</i>	26
1.2	O Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo e sua circunvizinhança.....	28
1.3	Caminhos metodológicas da pesquisa.....	30
1.4	A organização dos capítulos da pesquisa.....	32
2	PAISAGEM URBANA E MODERNIZAÇÃO DO DESENHO DA CIDADE..	34
2.1	A paisagem como leitura das modificações socioespaciais das cidades.....	34
2.2	A função modernista da cidade e os desdobramentos pós-modernistas da economia.....	56
3	O LUGAR NA/DA FAVELA EM FORTALEZA.....	83
3.1	O lugar e a favela enquanto autoconstrução popular.....	83
3.2	O asfalto, a areia e a invisibilidade do lugar em Fortaleza.....	103
4	DO PLANEJADO AO ESPONTÂNEO: O REDESENHO DO LUGAR FAVELA, NA PAISAGEM DO CONJUNTO SÃO VICENTE DE PAULO.....	194
4.1	Procedimentos metodológicos das Etapas de Pesquisa 1, 2, 3 e 4.....	194
4.2	A resignificação da paisagem por meio do lugar.....	201
4.3	Ver conjunto, olhar favela.....	245
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	281
	REFERÊNCIAS.....	287
	APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	295
	APÊNDICE B - PRODUÇÃO DE MATERIAL VISUAL.....	297
	APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO ONLINE.....	300
	APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO PRESENCIAL.....	302
	ANEXO A – ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA DO TERRENO ONDE HOJE SE ENCONTRA O CONJUNTO SÃO VICENTE DE PAULO.....	307

ANEXO B – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE NA FAVELA SANTA CECÍLIA DURANTE OS MESES DE JUNHO, JULHO E AGOSTO DE 1980.....	310
ANEXO C – DOCUMENTO DE COMUNICAÇÃO ENTRE A PROAFA E O BNH.....	316
ANEXO D – LEI 10.599, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1981.....	319
ANEXO E – RELATÓRIO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 04/81.....	320

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou dar continuidade a pesquisa na monografia de graduação, e teve como princípio o entendimento de que a favela por si só não simboliza um problema, mas sim uma resposta aos problemas que nossas cidades não conseguem atender: a questão do direito à moradia e o rápido crescimento urbano (por vezes desordenado) e econômico (LOUREIRO e MEDEIROS, 2014). Sendo assim, este modelo de ocupação espontânea com construções improvisadas visando primeiramente à necessidade básica de abrigo, representa um conjunto de características físicas, estruturais e cognitivas que muito se assemelha aos primeiros aglomerados urbanos já conhecidos, as cidades tradicionais (JACQUES, 2001).

Compreende-se ainda a importância desta forma alternativa de ocupação dos espaços no processo de desenvolvimento das principais capitais brasileiras, da qual fazem parte há mais de 120 anos (ALMEIDA, 2016). No caso específico do Rio de Janeiro (antiga capital do país), as favelas estão presentes em suas paisagens e marcam nos morros, as diferenças sociais e formais das habitações com edificações de luxo “do asfalto” na zona sul da cidade. Estas conseguem registrar na paisagem claramente as diferenças sociais que podem coexistir no mesmo território, caracterizando como um espaço profundamente fragmentado.

Esta pesquisa então, se baseia na necessidade de uma apreensão diferente sob o lugar da favela, sem quaisquer estigmas, onde buscou-se compreender a complexidade da concepção social das favelas e sua divergência do modelo da “cidade formal”. Desta forma, foi necessário compreendê-la por suas próprias diretrizes formais contextualizadas aos sistemas aos socioeconômicos vigentes e anteriores.

Já foram perdidas muitas oportunidades de novas práticas de urbanização, sendo utilizados reassentamentos, opressões políticas e construções de conjuntos habitacionais, resumindo-se em soluções rápidas, confortáveis e de uso publicitário governamental, enviesadas pela especulação imobiliária de terrenos, porém, estas decisões foram demasiadamente custosas ao Estado. Podemos citar como exemplo, o Plano de Desfavelização da cidade do Rio de Janeiro, do governador da Guanabara Carlos Lacerda (1960-1965). No entanto, esta temática começou a ser tratada no meio acadêmico de maneira mais inclusiva a partir da década de 1990, de forma mais perceptiva aos problemas sociais, estruturais, econômicos e principalmente históricos e culturais, ao qual esta pesquisa se propôs a tratar, dando ênfase às manifestações imateriais que continuamente se materializam

nos espaços (agora ‘urbanizados’) geometrizados, estes comumente conhecidos como processos de favelização.

A escolha do Conjunto São Vicente de Paulo, se deu pela sua vasta história de resistência e conquista do espaço urbano através da luta pelo direito à moradia. Inicialmente como assentamento espontâneo, e posteriormente sob intervenção estatal, foi uma das únicas favelas a serem reassentadas no mesmo local na forma de um conjunto habitacional, na década de 1980 na cidade de Fortaleza/CE. Hoje o conjunto se caracteriza por uma tipologia ‘geométrica’, e mesmo dentro deste modelo, persiste em transmitir suas características que formatizam o conceito popular de favela, conseguindo reconstruir sua identidade visual e histórica em uma cidade de rápidas transformações urbanas no setor civil. Por outro lado, dentre as diversas favelas da cidade de Fortaleza que tem sido objeto de estudos, ainda não existe um vasto material científico produzido em relação ao Conjunto São Vicente de Paulo, logo esta pesquisa teve a intenção de preencher algumas lacunas de informações que estavam vazias.

Produto da interação dinâmica dos componentes biológicos, físicos e antrópicos, a paisagem se configura não apenas como um acontecimento natural, mas integra a existência humana, podendo ser observada, compreendida e analisada em diferentes perspectivas. Segundo Montaner e Muxí (2014), os processos de urbanização e globalização, vem causando rápidas transformações nas paisagens das cidades, tendo como causa a uniformização de conceitos e estilos, que se refletem diretamente nas formas de intervenções nas cidades, colocando em risco as diferenças regionais e as próprias tradições locais. Uma das formas de homogeneização do território é a implantação de conjuntos habitacionais no decorrer do processo de urbanização de favelas. No caso do Conjunto São Vicente de Paulo, este processo com o passar dos anos foi parcialmente revertido, apesar do assentamento espontâneo ser totalmente destruído (e com ele sua morfologia original), sua essência de constante transformação e adaptação do espaço foi mantida pelos moradores, manifestando assim a preservação de sua identidade, dentro de um contexto homogeneizado.

Conforme Nór (2010) a paisagem não pode ser compreendida como uma cena congelada, pois esta implica na interação social com o meio local. Este caráter dinâmico da presença humana e sua relação com seus símbolos e ambiente são encontrados nitidamente nas adaptações do conjunto. Os costumes de modificações e ampliações que haviam na época anterior a intervenção estatal perpetuam no espaço, de forma a manifestar a história e cultura

local dos moradores. Sendo assim o modelo “favela” de se viver, que foi tentado erradicar anteriormente, permanece como o espírito do lugar.

É preciso desmistificar conceitos e ideologias ensinados erroneamente ao longo da história, e mostrar que o lugar ‘favela’ pode ser um mar de acontecimentos, conhecimentos e potencialidades, principalmente históricos e culturais, que vai além das notícias sobre pobreza e criminalidade propagadas pelos meios de comunicação. É necessário reconhecer e preservar sua cultura e costumes, valorizando elementos que deram origem à símbolos nacionais, como o samba de roda, autoconstrução popular e carnaval. Logo, inserir as favelas dentro do contexto histórico das cidades, é realçar sua importância dentro do espaço urbano, e através da aplicação dos conceitos de paisagem e lugar ao objeto favela, podemos aprofundar a discussão e compreender melhor este fenômeno. Apesar da proposta de se observar o produto favela resultado da interação do homem com o seu espaço, é importante deixar claro que não há uma “romantização” da miséria ou das condições problemáticas destes assentamentos.

1.1 Favela, o lugar da população urbana periférica

Visto como modelo informal de ocupação das cidades, as favelas segundo o Censo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística de 2022, possuem 8% da população brasileira (cerca de 16,6 milhões de pessoas), porém, segundo Maricato (2002), este número estaria próximo aos 55 milhões. Sendo assim, consiste em uma parcela considerável do tecido urbano de nossas cidades, muitos destes locais são carentes de infraestrutura urbana básica e da assistência de serviços públicos. Este fato está diretamente ligado a conceitos históricos de discriminação social, criminalização e higienização, conceituados como ‘segregação socioespacial urbana’ (VILLAÇA, 2001), e a marginalização do habitante da favela resultando tanto em fronteiras concretas (espaços segregados e delimitados por falta de infraestrutura, concentrados principalmente em periferias), como abstratas (preconceitos sociais, raciais e históricos) dentro das cidades brasileiras, tornando-se parte então de um tipo de “não cidade” dentro da cidade.

Uma das barreiras encontradas para se desconstruir tais ligações pejorativas, é a escassez historiográfica relacionada a esse espaço, pois muitas informações contidas em documentos do final do século XIX não estão isentas de discriminações sobre o tema (ALMEIDA, 2016). Esta falta de informações verídicas mostra uma ‘não importância’ das elites políticas, econômicas e intelectuais tanto com o tema, quanto com a população favelada,

pois não se acreditava ser necessário o apontamento de fatos ocorridos de uma população urbana periférica. O que acaba sendo este um dos motivos de sua não historização, não abordando a favela de forma ampla e científica, mas sim a inferiorizando e a diminuindo de outras maneiras.

Por outro lado, Cantarino (2007) cita que os bairros mais carentes são capazes de contar uma parte da história das cidades, e estes podem ter fortes referências culturais de seus habitantes, sendo importantes para a identidade do lugar, e tendo a autoconstrução como sua maior caracterização. Isso mostra também que a preservação e conceituação de patrimônio brasileira, ainda estão muito próximo dos conceitos eurocêntricos, uma vez que existe uma maior resistência ao reconhecimento da autoconstrução como valor simbólico patrimonial. Segundo Magalhães (2013), a ideia de patrimônio artístico nacional ocorre entre 1937-1945, com a utilização de um “barroco brasileiro”, sendo defendida como representação purista da identidade cultural brasileira. Desta forma desconsidera outras raízes culturais, como os negros e os indígenas, refletindo diretamente na forma em que são vistos e percebidos os espaços e heranças culturais. Logo, a autoconstrução que perde espaço na concepção intelectual de patrimônio histórico por não se encaixar nos padrões eurocêntricos propostos anteriormente, agora, assume o papel protagonista na construção das paisagens urbanas em sua maioria periféricas, dentro de cenários históricos do crescimento e desenvolvimento das cidades brasileiras.

O que discutimos até então reflete-se através dos nossos modelos de cidades, ditas ‘modernistas’ e ‘formais’, porém ainda não preparadas para integrar este modelo de ocupação, no caso, a favela. Esta forma espontânea de cidade diverge do conceito geométrico de planejamento urbano, com grandes e largos eixos de mobilidade, quadras ortogonais definidas e com habitações de padrão estético homogêneo (JACQUES, 2001). Este fato criou uma barreira, a partir do momento em que se verificou que não correspondiam com a produção habitacional popular brasileira.

Portanto, a presente pesquisa abordou a problemática da capacidade atual das cidades em reconhecer culturalmente e historicamente a favela como parte fundamental do seu processo de crescimento urbano, introduzindo ainda as dificuldades das favelas de reinvenção e adaptação dentro de modelos estatais impostos (conjuntos habitacionais), suas formas de manifestações culturais e sociais, a reorganização de relações internas e externas dos moradores com a cidade dita ‘formal’ (fato este que por vezes perpassa pela perspectiva

de mobilidade urbana), além da oposição que se é encontrada na construção dos conceitos identitários do lugar, e de seus moradores como cidadãos.

De acordo com o que já foi discutido até então, foram elencados alguns questionamentos norteadores para o andamento desta pesquisa: Poderiam as paisagens das cidades serem um registro material histórico da luta de diferentes grupos sociais? O morador da favela durante o processo de autoconstrução/adaptação do lugar exprime em códigos e símbolos de seu sentimento de pertencimento ao lugar? Os modelos de conjuntos habitacionais são produzidos com intuito de homogeneização da paisagem e da vida em sociedade, ou apenas para atender as reais demandas cotidianas de moradia da população? Com base nestes questionamentos iniciais, a pesquisa percorreu os seguintes objetivos:

- Compreender a favela a partir dos conceitos de paisagem e de lugar, a partir de uma fundamentação histórica, social e cultural, sendo utilizado o estudo de caso do Conjunto São Vicente de Paulo em Fortaleza/CE;
- Discutir sobre como cidade pode ser registro físico de identidade, memória e luta de diferentes grupos sociais a partir da construção de uma paisagem;
- Identificar a materialidade e simbologia presentes na paisagem que configuram a favela a partir da relação do morador e o espaço na construção do lugar em seu cotidiano;
- Analisar a dissolução das características urbanas (físicas) da favela e a permanência dos costumes e de algumas peculiaridades dos assentamentos espontâneos, como forma de resistência aos modelos de habitações impostos.

Para buscar responder os questionamentos e alcançar os objetivos propostos, foi usado uma base teórica pautada em conceitos chaves para discussão: Produção do espaço, Autoconstrução (favelas), Identidade Urbana, Paisagem e Lugar. Esses conceitos são detalhados no tópico seguinte.

1.1.1 Principais obras como bases de reflexão

Para discutir a conceituação e formulação do objeto de estudo paisagem, foram utilizados como autores bases: Meinig (2002), Tuan (1980), Besse (2014), Santos (1994) e Crosgrave (1998). O material proposto buscou uma discussão profunda entre visões diferentes sobre o assunto, além da relação do conceito de paisagem associado diretamente com a geografia cultural e geografia urbana.

Sobre a compreensão da cidade e sua dialética psicológica ambiental foram utilizados os autores: Lynch (1995); Tuan (1980; 1983); Serpa (2013), pois discorrem sobre a percepção humana do espaço, do lugar e da paisagem, contribuindo para a discussão sobre a qualidade visual urbana, e os valores que esta carrega em si para os cidadãos. É tratada também a ideia de identidade do lugar e os diferentes significados sociais que este possa ter. Para a pesquisa produzida, o material foi essencial para se ter uma compreensão ampla da cidade a partir da perspectiva dos moradores e de suas memórias afetivas do lugar.

Sobre as relações morfológicas das cidades e seu funcionamento foram estudados como base teórica: Montaner e Muxí (2014), Tuan (1980; 1983) Harvey (2008); Claval (2013a, b e c). Os autores estudam a morfologia de cidades juntamente com suas dinâmicas e atividades sociais, em alguns casos seus estudos focam em intervenções de geometrização dos espaços, com a implantação de grandes eixos monumentais. Foram utilizados estes estudos para justificar a permanente geometrização de espaços espontâneos e a deterioração das dinâmicas que vem a se dissolver a partir destas intervenções, assim como o processo de crescimento urbano brasileiro e como o conceito geométrico é teoricamente fundamentado.

Na obra de Jacobs (2009), o capítulo 19 “Ordem Visual - Limitações e Potencialidades”, se destaca por uma maior aproximação crítica à produção dos desenhos urbanos em áreas de expansão da cidade, e ao modelo de intervenções impositivo adotado pelo Estado, que auxiliou a compreensão de algumas lacunas desta pesquisa.

Para o estudo da formação nacional da ideia dos assentamentos espontâneos foi utilizado os trabalhos de: Almeida (2016); Jacques (2001); Carlos (2007), Valladares (2005) e Davis (2006). Onde foi tratada a formação conceitual, histórica e social dos assentamentos espontâneos. O material contribuiu para um panorama amplo da atuação do estado, de instituições nacionais e internacionais, e da mídia sobre os assentamentos, da forma com que foram marginalizados socialmente, e as consequências das intervenções nestes espaços.

Sobre favelas no caso de Fortaleza, foram utilizados os autores: Silva (1992; 2006); Costa (2006; 2009), Aldigueri (2017) e Souza (2009). Os materiais tratam da formação dos assentamentos precários durante o processo de desenvolvimento da capital cearense, sua luta por moradia/direito à cidade e ainda contém informações das condições e localizações destes. As obras foram cruciais para se perceber as modificações da cidade e quais foram as ações tomadas na época referentes às favelas.

Ao tratar de paisagens e sua aplicação no conceito da favela brasileira, foi utilizado os autores Jacques (2001; 2012), Nabozny (2011), Silva (1992; 2006) e Weimer

(2012). O material foi base para se compreender ligações de patrimônio e memórias resgatadas, ainda fazendo reflexões sobre a construção da ideia de patrimônio cultural da sociedade. Este contribuiu com a formação de um teor mais crítico, da forma como podemos estar relacionando a temática da paisagem cultural com as favelas. Além de Ribeiro (2007) onde se propôs buscar compreender a formação da identidade da paisagem cultural brasileira, a partir dos primeiros conceitos europeus do termo. E assim se produziu uma reflexão construtiva de como este conceito pode se expandir para assim estar atendendo aos assentamentos espontâneos – favela.

1.2 O Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo e sua circunvizinhança

O objeto desta pesquisa se encontra na região leste da cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, que é conhecida principalmente pelos bairros da Aldeota, Meireles, Varjota e Papicu, dentre outros. Entre os anos de 1950 e 1980 foram ocupados por grandes extensões de favelas, constituídas por migrantes sertanejos e pescadores, que constantemente eram expulsos destes locais, e conseqüentemente seus abrigos eram destruídos, para que a construção de edifícios unifamiliares, multifamiliares ou até mesmo empreendimentos fossem possíveis (DANTAS, 2006; SILVA, 1992).

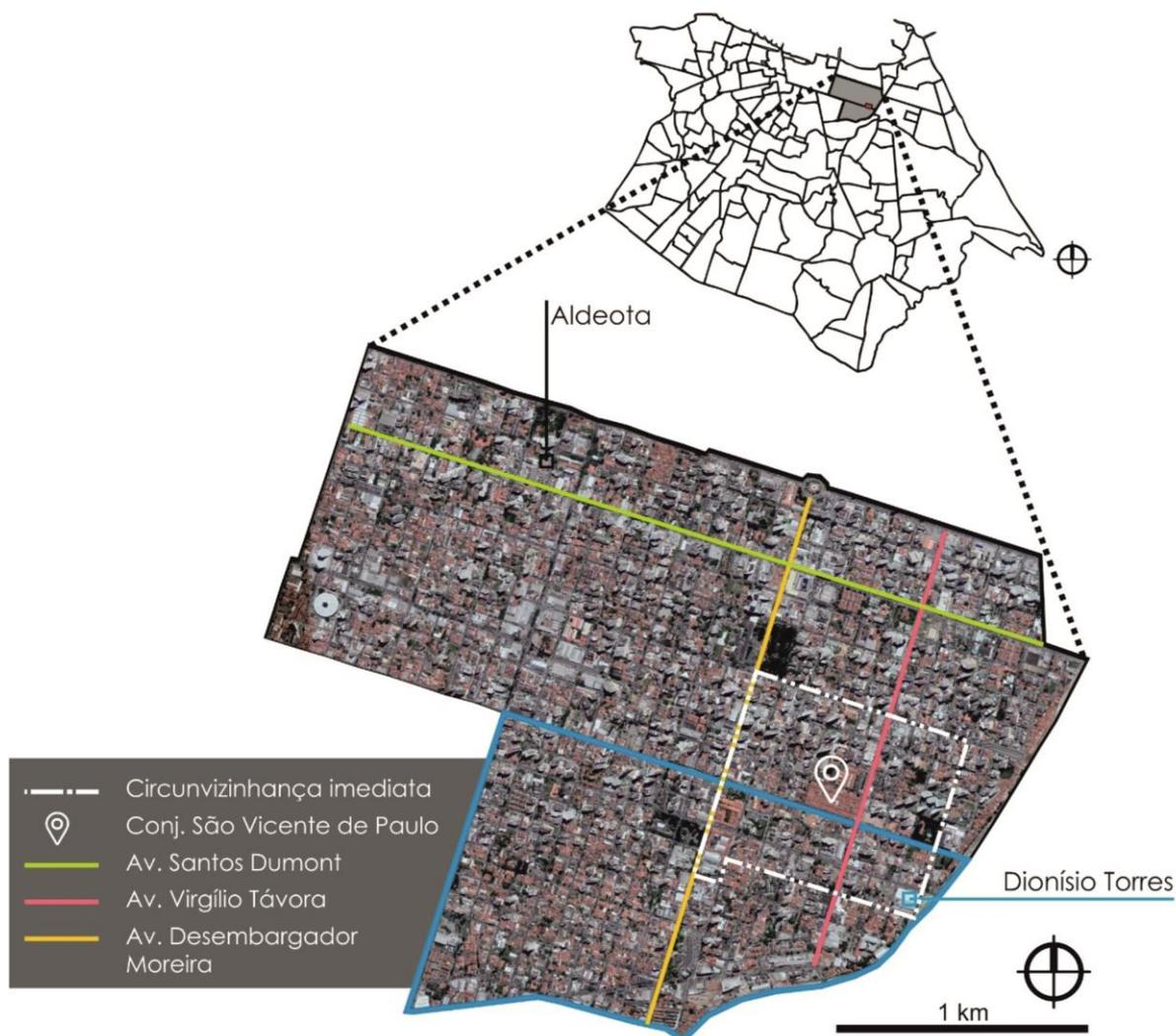
O processo de valorização imobiliária, junto à reformas de infraestrutura urbana, modificações de legislações e a constante construções de conjuntos habitacionais, que em sua maioria eram localizados em áreas longínquas, aceleraram o processo de expulsão das favelas desta região da cidade, e conseqüentemente estimularam a valorização das terras destes bairros (SILVA, 1992; COSTA, 2009). Poucas favelas resistiram a relocação massiva que ocorreu neste período, dentre elas estão: Campo do América (Aldeota), Verdes Mares (Papicu) e algumas partes da Comunidade dos Trilhos (Aldeota, Papicu e Mucuripe), dentre outras. Porém, um caso tem um diferencial entre estes, a Favela Santa Cecília, ou também conhecida como Favela das Quadras.

Esta favela foi reassentada no mesmo local de origem, em forma de um Conjunto Habitacional entre os anos de 1980-1986 pela PROAFA - Fundação Programa de Assistência as Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza (SOUZA, 2009; BRAGA, 1995).

O conjunto habitacional proporcionou 444 unidades, com disposições de ambientes e metragem muito semelhantes, além da configuração externa (fachadas das casas) serem praticamente idênticas. A uniformização do modelo, se dá pelo motivo econômico e da

fácil e rápida construção, uma vez que os moradores decidiram e insistiram coletivamente que permaneceriam no local durante a construção das unidades habitacionais, pois temiam que a obra nunca terminasse e acabariam perdendo a possibilidade de se fixar no local (PEREIRA e ALMEIDA, 2018). Podemos então, visualizar a localização do objeto de estudo e suas imediações na cidade de Fortaleza na Figura 1.

Figura 1 – Localização do recorte espacial da área de estudo na cidade de Fortaleza.



Fonte: GoogleEarth, com modificações do autor.

Após mais de 30 anos da construção do modelo habitacional proposto pelo Estado, podemos perceber que já não é possível identificar as mesmas características de uniformização e homogeneidade das fachadas das casas, assim como, as disposições dos ambientes internos das habitações. A partir de processos de adaptações e expansões, as habitações conseguiram exprimir a identidade e singularidade de seus moradores, criando assim, um ambiente heterogêneo dentro do seu meio.

1.3 Caminhos metodológicas da pesquisa

Para se compreender de forma profunda a temática da favela em sua construção social e histórica, foi necessária a definição de metodologias qualitativas e quantitativas que conseguiram mensurar, reconhecer e exemplificar os fenômenos anteriormente citados. Os resultados obtidos foram relacionados aos conceitos de paisagem e lugar.

Em um primeiro momento, foram levantados documentos oficiais para observar as graduais intervenções e nomenclaturas dadas oficialmente pelos órgãos públicos, tanto em escala federal, estadual e municipal, tais como: Planos de Habitação, Planos de Desenvolvimento e Planos Diretores. Para se compreender o local e forma em que a população das favelas se encontravam na cidade durante o recorte histórico estudado (1950-1980) foram pesquisados: Mapas históricos que demonstram com clareza o desenho urbano de ruas e edifícios, ortofotomapas antigos para se notar o desenvolvimento da cidade e a dinâmica em que se dava. Foram pesquisados estes mapas nos determinados locais: SEMACE – Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará; LAPUR/UFC – Laboratório de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Ceará; APEC – Arquivo Público do Estado do Ceará; Arquivos Públicos Municipais e Privados; Arquivo do CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

Foram pesquisadas fotografias e notícias de jornais antigos que tivessem relação com o tema do objeto de estudo (seja antes ou depois da construção do conjunto habitacional) para se constatar as modificações que ocorreram na paisagem tanto da favela quanto da cidade no decorrer dos anos. Para se obter estes materiais foram visitados acervos públicos e privados que pudessem dispor de tal produto, como: Acervo Nirez, Nelson F. Bezerra, Hemeroteca do Diário do Nordeste e Hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado do Ceará – BECE.

Na segunda etapa de levantamento bibliográfico, foram escolhidos temas de diferentes áreas e de amplas abrangências, mas capazes de aprofundar bastante a discussão do recorte temático que se pretendeu pesquisar com esta proposta, são estes: Paisagem e Símbolos Sociais; Produção e Reprodução do Espaço; Homogeneização do Espaço Urbano; Implicações da Ascensão do Capital na Reformulação da Cidade; e o Controle da Paisagem Urbana como Instrumento de Dominação Social. Este levantamento bibliográfico consistiu na busca por materiais internacionais, nacionais e locais sobre a temática proposta, quer seja em

livros, relatórios técnicos e de pesquisa, teses, dissertações, artigos de jornais e periódicos científicos.

A terceira etapa desta pesquisa teve como foco o trabalho de campo, que se baseava nos referenciais teóricos, com o intuito de comprovar em campo as hipóteses adotadas. O trabalho de campo foi dividido em 4 etapas: 1) Entrevistas Semiestruturadas; 2) Produção de Material Visual; 3) Questionário Online; e 4) Questionário Presencial. Para o primeiro item, foram efetuadas Entrevistas Semiestruturadas com os moradores locais, no qual serão escolhidos inicialmente os moradores mais antigos que tenham participado da primeira formação e ocupação do assentamento, pois estes indicarão outros moradores que tenham atuações contemporâneas e históricas de destaques no local, sejam em trabalhos sociais, profissionais ou interpessoais, de diversas idades e grupos. Nesta etapa, a entrevista foi gravada (áudio) por meio do uso de aplicativo de smartfone com a autorização do entrevistado, o material colhido ficou sob total responsabilidade e sigilo do pesquisador. Esta parte da pesquisa buscou traçar o perfil sociocultural local e suas reproduções formais no espaço urbano, assim como identificou elementos da história do local a qual não estavam documentadas ainda. Foram utilizados nesta etapa outros documentos (recortes de jornal, atas de reuniões, fotografias etc.) da Associação dos Moradores do Conjunto São Vicente de Paulo, datados do início da construção do conjunto habitacional.

Para o item 2, se propôs a Produção de Material Gráfico, para se compreender a percepção dos moradores de sua identidade como Conjunto Habitacional, dentro da paisagem local e no contexto da cidade. Esta produção visou criar uma participação mais ativa dos moradores em que nos apresentaram a partir de desenhos, suas opiniões e memórias afetivas, com esquemas e mapas mentais. Para esta etapa foram feitas anotações sobre as explicações dos moradores, as quais ficam sob total responsabilidade e sigilo do pesquisador, junto aos materiais produzidos pelos participantes. Este material de pesquisa não configurou qualquer tipo de dano ou intervenção psicológica, tampouco quaisquer manipulações da perspectiva da realidade, mas sim, teve o propósito de captar a vivência do participante enquanto sujeito no espaço e no mundo, dentro do determinado espaço em pesquisa.

Na busca da compreensão popular do termo favela, para o item 3 foi aplicado um Questionário Online aberto ao público com diferentes morfologias urbanas de algumas cidades no mundo, sem a identificação de seus respectivos nomes. O participante teve de informar a partir dos elementos da imagem, quais delas em sua opinião, e a partir do senso

comum, poderiam ser consideradas favelas. Tendo assim como produto uma reflexão de alguns elementos iniciais que definiriam uma favela.

Como último tópico de pesquisa com pessoas, o item 4 buscou atingir uma maior quantidade de indivíduos moradores do Conjunto Habitacional. O Questionário Presencial com perguntas objetivas e tabuladas tinha como objetivo levantar informações históricas e de avaliação pessoal dos moradores do conjunto, com fins de criar um banco de dados de informações quantitativas e qualitativas dos habitantes locais. As informações obtidas nesta etapa ficam sob sigilo e responsabilidade do pesquisador.

Para demonstração das dinâmicas de modificações do espaço físico, se propôs um levantamento fotográfico local (sem identificação de moradores). Além da comparação morfológica habitacional em sua conformação na entrega do conjunto habitacional, e nos dias atuais, em busca de tornar explícito o processo de mudanças plásticas. Foram produzidos ainda, cartogramas de uso e ocupação do solo, testemunhando a diversidade de usos e dinâmicas encontradas no local.

Após analisados e tabulados, os dados das 4 etapas de pesquisa com pessoas foram utilizados para caracterizar a população do Conjunto Habitacional, ou a relação destes com os agentes produtores do espaço. Foi possível identificar a relação que os moradores da área de estudos têm com o seu espaço, e como seu cotidiano modifica por meio da adaptação do lugar conforme sua necessidade, reconfigurando a espacialidade a partir de sua identidade.

1.4 A organização dos capítulos da pesquisa

Almejando o conhecimento amplo sobre a construção de uma paisagem na sociedade moderna, de forma a ser uma canal de comunicação de costumes e regras de comportamento para definição de usos dos lugares, e com objetivo principal de reestruturar espaços que não se enquadram ao modelo hegemônico do capital, neste caso as favelas, e como estas se reestruturam para conseguir dar continuidade às suas dinâmicas, a dissertação se estruturou em quatro capítulos, incluindo esta introdução e as considerações finais. Os demais capítulos foram organizados da seguinte forma: Capítulo 2, ***PAISAGEM URBANA E MODERNIZAÇÃO DO DESENHO DA CIDADE***; Capítulo 3, ***O LUGAR NA/DA FAVELA EM FORTALEZA***; e por último, o Capítulo 4, ***DO PLANEJADO AO ESPONTÂNEO: O REDESENHO DO LUGAR FAVELA, NA PAISAGEM DO CONJUNTO SÃO VICENTE DE PAULO***.

O capítulo 2 realizou uma contextualização e uma revisão bibliográfica sobre o conceito de paisagem e suas abordagens de diferentes campos de discussão. São organizados nos subcapítulos as principais modificações e seus contextos urbanos, históricos, econômicos, políticos e culturais que deram o estopim para estes acontecimentos, assim como as relações que estes temas têm com a produção habitacional e a reorganização de paisagens urbanas.

O capítulo 3 se dispôs a aprofundar no conceito de lugar e sua relação com a autoconstrução favela, onde buscou-se discutir sobre apropriação e identidade urbana e estes como ocorrem em espaços que passaram por projetos de reformulação espacial. Se propôs correlacionar o modelo socioeconômico de produção em que estes assentamentos são concebidos nas cidades, e seus antagonismos dentro de uma busca de erradicação de uma outra possibilidade de ocupar e se relacionar com o lugar, tendo a cidade de Fortaleza como cenário da discussão, apresentando mais diretamente o objeto de estudo.

No capítulo 4 foram abordados os dados colhidos em pesquisa de campo, com o intuito de confirmar a premissa desta pesquisa, na qual se baseia em que: ‘o morador do Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo continua a ressignificar seu lugar de moradia a partir das vivências do cotidiano através de modificações materiais e cognitivas na paisagem residencial e coletiva’. Ainda foi abordado o motivo da possibilidade de se discutir o conceito de favela em um conjunto habitacional.

2 PAISAGEM URBANA E MODERNIZAÇÃO DO DESENHO DA CIDADE

Uma das formas mais diretas e intuitivas de se ler a cidade é através de suas paisagens, ela consegue abordar o conjunto de atividades, formas, gestos, sabores e dinâmicas em uma mesma apreensão. Por ter este poder condutor de mensagem social, ela é um dos maiores alvos de transformação urbanas, que visam uma uniformidade e seleção de símbolos para a indução de determinadas condutas sociais.

A paisagem como produto e produtor da vida social, possui uma carga histórica carregada por vezes de discursos ordenadores e autoritaristas (MEINIG, 2002; COSGROVE, 1998; BESSE, 2014). Neste capítulo discutiremos suas abordagens conceituais, e as diferentes formas de relações estabelecidas com a cidade, a partir dos contextos econômicos, políticos e socioculturais. Para isso, diversos autores de diferentes áreas auxiliarão na compreensão das formas e processos que foram concebidos dentro de seus contextos e escalas (temporal e espacial), apresentando transformações significativas na imagem da cidade.

2.1 A paisagem como leitura das modificações socioespaciais das cidades.

“Toda paisagem, de um modo que lhe é próprio, é relativa a um projeto social, mesmo que esse projeto não seja ‘consciente’, mesmo se for a tradução inconsciente da organização de uma vida social. [...]” (BESSE, 2014 p. 31-32).

“[...] A ciência urbana deve ser capaz de penetrar através da aparência ou forma para descobrir as forças que produzem espaço. [...]” (GOTTDIENER, 1997, p. 207).

A paisagem pode ser abordada de diferentes formas e com diferentes intuitos. Santos (1994), descreve a paisagem como elemento que é alcançado pela visão, onde o todo visível, em conjunto com sons, movimentos e cores compõem o conjunto de camadas formadoras de uma expressão. O autor afirma que “[...] A paisagem é o nosso horizonte, estejamos onde estivermos.” (*ibidem*, p.76), compreendemos então, que o sentido da visão é o principal fator que conduzirá a construção do campo mental da paisagem.

Já, Besse (2014), nos explica que a paisagem vai além do seu campo material, é o lugar onde as representações dos elementos dispostos estão intrinsecamente relacionadas com

o campo material, ou seja, paisagem é o ambiente onde o pensar, o agir e o sentir humanos acabam por impactar de forma direta ou indireta. Sendo assim, paisagem não seria natureza segundo o autor, “[...] mas o mundo humano tal como ficou inscrito na natureza ao transformá-la. [...]” (*ibidem*, p. 34).

A paisagem então torna-se um produto social, em que as relações humanas são estabelecidas e estão em constante mudança, ela é dinâmica como a vida. Tem a visão como a principal forma de apreensão, porém é auxiliada pelos outros sentidos físicos (audição, paladar, tato e olfato). Também carrega em si, os significados imateriais que ocorrem por intermédio da interação do homem com o meio natural, e do homem com o meio antrópico.

Para a leitura destas paisagens, em especial as profundamente transformadas pelo homem, Meinig (2002), afirma que “[...] qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes.” (p. 35). Sendo assim, nossa bagagem cultural influencia diretamente na forma que assimilamos as informações contidas no que nossos olhos veem, seja essa influência exercida de forma direta ou indireta. Pois como afirma Tuan (1983, p. 12), “Ver e pensar são processos intimamente relacionados. [...]”, por isso a interpretação da realidade acaba sendo algo particular de cada sujeito, afinal, todos podem ver o mesmo objeto ou cena, mas dificilmente irão compreendê-lo da mesma forma. Esta apresentação de diversas versões para o mesmo acontecimento, é o que Santos (1994) vem a enfatizar sobre a importância do aparelho cognitivo enquanto construção de nosso conhecimento (seja formal ou informal).

A paisagem então não se apresenta como um elemento pronto por si só, e sim uma constante construção social, fundamentada em um conhecimento anterior, podendo ser lida de formas diferentes. Sua leitura também vai depender dos elementos do meio, que estão ao alcance dos sujeitos, mas que antes de tudo, precisam ser assimilados quanto ao significado de um conjunto de informações.

Como elemento sociocultural, a paisagem também traz em si um sistema de valores, o qual é empregado historicamente pelo grupo, porém, compreendido singularmente, “[...] no tempo e no espaço, pela percepção humana.” (LUCHIARI, 2001). Portanto, valores construídos e significados em um tempo por um determinado conjunto, podem ser alterados parcialmente, ou até completamente, dependendo do tipo de leitura que esteja sendo feita.

Esta relação cultural e psicológica que temos com o ambiente, é que o transforma em paisagem (RAFFESTIN, 1993). É nesta experiência entre homem e espaço, que temos acesso aos valores e olhares dos sujeitos a partir da paisagem produzida, que por meio da

linguagem utilizada pelo sujeito, com o passar do tempo, vai se sobrepondo às camadas criadas anteriormente (BESSE, 2014).

Por isso a importância do estudo da interação do sujeito com a paisagem, tendo como objetivo a transformação de ambos os campos de apreensão do espaço. Esta produção espacial, segundo Besse (2014), vai imprimir uma organização da paisagem, traduzindo-se em uma organização da sociedade, a qual representará os valores culturais vigentes. Para o autor, a paisagem é uma maneira com a qual o homem dá sentido à terra, e que por meio dela, é possível se ter uma leitura social da organização estabelecida, seja consciente ou não.

A paisagem como leitura do mundo a partir do campo da visão, consegue transmitir sentimentos orientando determinadas sensações ao espectador (no caso da pintura). É o que Duncan (1990, *apud* RIBEIRO, 2007) nos comunica ao abordar que a forma de ler, perceber e compreender a paisagem também são atos políticos, estas maneiras de apreender os objetos e suas interações, se encontram relacionadas a interesses materiais dos sujeitos em posições de poder e diversas classes sociais.

A intervenção espacial por meio de instrumentos técnicos -principalmente neste caso da arquitetura ou urbanismo, também irá possuir sua conotação simbólica representativa. Logo, esta ação no espaço tem um intuito definido, de empregar uma ideia por meio da comunicação de elementos dispostos na obra. A paisagem pode então, ser direcionada -ou quase, se não as vezes controlada- por meios técnicos para obter determinadas aparências, e subentender comportamentos específicos que devem ser tomados na interação do homem com o espaço, ou de homens entre si.

A representação da cidade como campo mais notório deste fenômeno é bastante clara. É também nas cidades que as paisagens possuem um padrão de mudanças diferenciado, ao que Carlos (2008), afirma que este fato está relacionado ao ritmo de evolução das relações sociais. Ao acentuarmos as relações entre os agentes produtores do espaço urbano, conseqüentemente as transformações ocorreram no mesmo nível. Santos (1994), ao explicar a heterogeneidade da paisagem urbana, põe em contexto, a gama de funções da vida em sociedade, e proporcionalmente teremos uma maior “diversidade de formas e de atores” (p. 65). Esta complexidade social que o autor cita, também nos afasta proporcionalmente do mundo natural, ao passo que nos encaminha a um mundo artificial.

Luchiari (2001), cita que para a análise desta paisagem mais artificial, ser necessária a consideração das práticas sociais de cada época, pois “[...] A produção de um novo contexto material altera a forma/paisagem e introduz novos objetos, funções, valores e

intencionalidades.” (p. 14). O estudo deste tema, então passa a ser um estudo social, transdisciplinar que contextualiza o momento e relação de produção, de forma que se traduza na morfologia física e social da paisagem¹.

Cosgrove (1998), reforça que esta reprodução material da vida social, é comprovada por meio de códigos de comunicação (uma produção simbólica), que incluem formas de se vestir, maneiras de agir, música, dança, pintura, construções e cerimônias. A paisagem deixa então de ser apenas um produto da ação do homem, e parte para um agente ativo, a partir do momento em que as simbologias dispostas no meio social vão influenciar de forma direta as atividades.

Voluntariamente ou não, toda intervenção no espaço construído por estes grupos sociais, põe em voga um olhar de mundo, que tenderá a edificação do ambiente humano, ou seja, uma ideologia arquitetônica (WAISMAN, 2013),

Constitui-se assim, o *significado ideológico* da arquitetura, no qual se mesclam as intenções explícitas do arquiteto com aquilo que nela resulta conotado além de sua vontade consciente pelo uso que faz de seus elementos, derivado de sua própria formação, e com aquilo que as forças produtivas e a cultura da época transmitem através da obra - modos de vida, valores econômicos e sociais, relações sociais, situação tecnológica etc. (*ibidem*, p. 154-155).

Se os significados destes elementos dispostos vão influenciar comportamentos, Cosgrove (1998), afirma que “[...] Como o poder simbólico na sociedade de classes, a ideologia se apropria e reproduz o espaço para legitimar e sustentar a dominação de classes. [...]” (p. 26). A análise da paisagem então passa a ter uma abordagem mais crítica, buscando a interação de grupos dominantes, e a validação de suas ações por diferentes meios, considerando tempo e processo na interação do sujeito e objeto.

Compreendemos então que, a sociedade detentora de costumes, cultura e valores sociais, produz uma paisagem condizente com sua realidade, e que vai ajudar a sustentar simbolicamente as práticas já estabelecidas. Estes conjuntos de símbolos e representações que são criados, dão a possibilidade de uma perpetuação do ato. Porém, condicionantes econômicas, sociais e culturais, durante o período histórico, devem ser consideradas para mudanças significativas da adoção de novos meios de produção material ou/e de comportamentos, dando a possibilidade de ressignificação ou criação de novos significados

¹ A modificação de contextos sociais e conseqüentemente da materialidade de uma civilização pode ser visualizada entre períodos da Grécia e Império Romano, povos nativos americanos antes e depois da colonização europeia, a transição do capitalismo comercial para o industrial na Europa, e entre o capitalismo industrial e o financeiro. Todos estes empregam mudanças espaciais consideráveis.

para se sustentar a “nova realidade” que está sendo vivenciada. Tendo a cidade como meio social, onde existe grande disputa de poder e narrativa, podemos elencá-la como meio de compreensão destas transformações sociais.

É então que a compreensão do valor paisagístico de um local, vai além de sua vista estética, mas que se considera o conjunto de experimentações que os hábitos e práticas - sejam sociais ou materiais- do grupo que possam proporcionar (BESSE, 2014). Para Cosgrove (1998), a luta de classes tem como base a “constituição cultural da existência material humana e este resultado não seguirá um curso previsível.” (p. 25). A imposição de modelos e formas sobre outros grupos, rearranjos e reformulações, comportamentos e percepções estão no cerne das relações humanas de dominação e constituem uma abordagem cultural da realidade, em que busca uma reafirmação da posição de poder por meio da comunicação.

Nos processos de instrumentalização da comunicação, Cosgrove (1998), afirma que a cultura hegemônica é uma forma de organizar o “conhecimento e comunicação, senso comum e a base da ordem moral” (p. 19) O autor nos relata a importância deste meio como reafirmação e legitimação das classes dominantes ao cumprir sua função política, em que no caso, a cultura da burguesia (após se tornar hegemônica) é assumida como senso comum, onde no capitalismo a consciência coletiva da sociedade é reduzida apenas a produção de bens materiais e ao fetichismo da mercadoria. Estas reafirmações são comunicadas por meios simbólicos utilizando a paisagem transformada ao longo do tempo como meio.

A paisagem e suas modificações carregam em si, as transformações econômicas que ocorreram no espaço com o passar do tempo, Cosgrove (1990; 1993, *apud* CORRÊA, 2011) em seus estudos, cita a paisagem palladiana como uma criação representativa de classes sociais e poder econômico, através de obras de engenharia, eram capazes de drenar terrenos e modificar condições para a edificação de obras de grande magnitude. E assim, este conjunto de obras transmite uma nova conjuntura socioeconômica, da mudança do feudalismo para o capitalismo. Santos (1994), comenta sobre estes instrumentos de trabalho para modificação das paisagens, em que em sua maioria não são materiais, porém extremamente necessários para produção. A significação da paisagem é trabalhada em sua materialidade para dar suporte ao seu significado, mas, é no campo simbólico (imaterial) que ela guarda sua força, e onde se sustenta como pilar necessário para então, ter continuidade no processo de transmissão de valores e distinção de classes, em busca da perpetuação do poder do grupo, por meio da uniformidade visual.

Em alguns casos de homogeneidade da paisagem, Landim (2004), afirma que o fato pode estar vinculado aos ciclos de desenvolvimento econômico local, logo a produção desta determinada paisagem precisa elaborar e reiterar as forças econômicas de seu tempo para criação de seu *zeitgeist*², reafirmando as propostas de progresso do meio em seu ciclo social. Para Cosgrove (1998), os modos de produção se reafirmam como modos de produção simbólica,

[...] Mas estas relações de produção são culturalmente diferenciadas através do foco da produção simbólica, do qual o significado é mapeado através de todos os níveis estruturais. Na sociedade capitalista, a produção simbólica ocorre na economia como produtora de mercadorias [...]. A tentativa ideológica de universalizar isto está na base do modelo base-super-estrutura. Em formações não capitalistas ou pré-capitalistas, o foco dominante da produção simbólica está em outra esfera que a da economia. (COSGROVE, 1998, p. 21-22)

Sendo assim, a produção econômica em sociedades capitalistas está relacionada diretamente com o simbolismo que se quer propor para o momento, se retroalimentando com o tempo em produção – materialidade – simbolismo – reprodução, auxiliando assim a manutenção do poder dos grupos dominantes. Segundo Tuan (1980), estas atividades (econômicas e sociais) geram padrões espaciais, que vão necessitar de formas arquitetônicas e locais materiais que influenciarão um padrão de atividades, que ocorrem dentro ou relacionados a estes ambientes. O autor explica que é criado uma totalidade de um estilo de vida, onde as forças econômicas e sociais vão influenciar em grande parte, ou quase em sua totalidade, porém deixa claro que os “[...] estilos de vida dificilmente são verbalizados e desempenhados conscientemente. [...]” (*ibidem*, p. 199-200).

Estas elites locais ou globais, têm um papel fundamental na reprodução desses padrões de organizações espaciais, em que muitas vezes, alguns pequenos elementos são escolhidos para representar o modo de vida, porém seu maior objetivo, é diferenciar-se do restante, a necessidade de se estabelecer “superior”.

Sendo assim, não podemos desvincular a produção capitalista do espaço no tocante a história da evolução da cidade e a construção de uma ideia da paisagem urbana, principalmente na realidade brasileira. Pois como afirma Carlos (2008), é na disputa do uso do solo urbano pelas classes sociais que são gerados os conflitos, porém este, é direcionado “pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida.” (p. 86-87). A

² Termo alemão cuja tradução significa espírito da época, espírito do tempo ou sinal dos tempos. Significa, em suma, o conjunto do clima intelectual e cultural do mundo, numa certa época, ou as características genéricas de um determinado período de tempo (FONSECA NETO, 2020).

autora explica que desta forma a localização de atividades e usos só poderão ser compreendidos na cidade dentro de uma conexão entre locais, e é exatamente esta articulação que resultará na diversidade e na diferença da paisagem urbana.

Segundo Cosgrove (1998) é nesta diferenciação espacial (e conseqüentemente também de classes) que o poder simbólico da hegemonia se apropria para legitimar e perpetuar sua dominação, já Azevedo (2009), afirma que a discussão sobre paisagem (como relação do corpo e ambiente social) tem grande importância para se poder rever questões as quais naturalizaram posicionamentos de inferioridades por grupos hegemônicos.

Logo a paisagem é uma forma de comunicação das relações. É compreensível que a manipulação de sua forma por grupos tenha sido usada para determinados fins hegemônicos de comunicação de símbolos, regras e valores. Estas ações são conectadas e direcionadas, e muitas das vezes fazem parte de planos políticos urbanos

[...] Mesmo quando parece que uma dada pessoa carismática e todo-poderosa - um Haussmann, um Robert Moses ou um Oscar Niemeyer - constrói um mundo com objeto de moldar os outros a se adaptar a suas concepções e desejos pessoais e particulares, acaba havendo bem mais coisas envolvidas do que a concepção de uma pessoa. Interesses de classes, poderes políticos, a mobilização de forças da violência, a orquestração de discursos e da opinião pública, e assim por diante, são todos fatores aí envolvidos. (HARVEY, 2004, p. 308)

Não podemos desvincular as intenções (por mais que pareçam boas) dos resultados obtidos pelas alterações espaciais, principalmente quando estas vêm consigo uma ideologia comportamental de regulação do sujeito por uma classe.

Estas ideias de organização utilizadas pelas transformações espaciais, são usadas para significar ao que nossa visão abarca (MEINIG, 2002). No caso desta paisagem política (retratada pelo controle da legislação), é relacionada com a malha geométrica de organização territorial estadunidense. Resultado de um poder central o qual vai transpor para o espaço físico um modelo que manifeste um anseio moral, religioso e social, e que todos estes possam ser visíveis e compreensíveis tanto quanto a centralidade de tomada de decisões (BESSE, 2014).

A transposição deste sistema de pensamentos e ideias sociais para a paisagem é o que Andreotti (2013) chama de potência cultural do homem, que através da sua imaginação consegue dar forma física a elementos que tenham valores. Ao que Santos (1994) afirma em que todo o espaço, é um espaço geográfico, pois deriva da ação da sociedade, resultando em um mosaico de “relações, de formas, funções e sentidos” (p.61) na paisagem e no espaço. Já Besse (2014), enfatiza o teor histórico que a paisagem carrega em si, como em camadas que

se sobrepõe, sejam materiais ou simbólicas, sendo assim a paisagem também um local de memória social. O teor espacial, histórico e cultural da paisagem dá subsídios para novas formulações.

A paisagem então, é onde tempo e espaço se comunicam em uma expressão simultânea (NABOZNY, 2011), pois é onde grupos sociais conseguem materializar espacialmente uma obra no tempo. A partir de então, a paisagem não apenas é um produto, mas também um produtor da história (CARLOS, 2008), visto que as ações posteriores são produzidas em uma paisagem já habitada, modificada e artificializada, e “não há como” intervir sem considerar alguns (senão todos) os elementos já existentes.

Conforme Meinig (2002), são estas características que também definem a paisagem como “um depósito imensamente rico em dados sobre as pessoas e a sociedade que a criaram, mas esses dados devem ser colocados no contexto histórico apropriado se desejo é que sejam interpretados corretamente” (p.43). A contextualização do tempo, da produção do espaço e da relação social que criarão o tipo de paisagem, é fundamental para a análise coerente do dado fenômeno. Para Nabozny (2011), são as relações interpessoais entre grupos, sujeitos e coletividades que constituirão as identidades que irão se especializar. Portanto para o autor, é imprescindível a compreensão do tipo de comunicação adotada para tal, para então compreender as modificações de seus atos. Com o tempo, estes ‘depósitos de dados’ passam por transformações, e partes deles são descartados por estarem fora de tendência.

Santos (1994, p. 70), diferencia estes envelhecimentos físicos e sociais. Ao que o físico se direciona ao desgaste material, já o social vai condizer “ao desuso ou desvalorização, pela preferência social a outras formas.”. Em sociedades capitalistas, o envelhecimento social de elementos da paisagem, em algumas circunstâncias ocorre de forma mais rápida do que as de desgaste físico, dinamizando abruptamente as modificações e pondo em risco conjuntos ou objetos de identidade coletiva. Este tipo de paisagem, é o que Carlos (2008), vai chamar de “específica de um determinado estágio do processo de trabalho vinculado à reprodução do capital.” (p.56).

E é o conjunto destas ações que vão criar a imagem das cidades, como consequências destes processos sociais, este conjunto de edifícios e áreas verdes morfológicamente e volumetricamente vão constituir a estrutura urbana (LANDIM, 2004). A adição de elementos imóveis antrópicos (pontes, edifícios, estradas e depósitos) no meio natural, tendem a imperar aos que são móveis, sem estas adições é impossível obter produção por meio de transporte de insumos e mercadorias. Por isso, o tipo de produção adotada e

condições políticas, culturais e econômicas de determinada sociedade irá mensurar a velocidade em que a paisagem se modifica, por isso a necessidade de reconhecer estas condicionantes para se compreender de forma mais profunda a história da paisagem de determinado local (SANTOS, 1994).

Logo, a compreensão da paisagem como um resultado da relação do homem em seu meio (natural ou social) principalmente pelo campo da visão nos abre uma gama de possibilidades de compreensão da realidade. E com isso, começamos a compreender que o processo e forma em que o mundo concreto se constitui, é baseado (de forma direta ou indireta) em um tensionamento de forças (ideológicas, políticas e sociais). Ao controlar a forma e velocidade de produção do espaço, também é gerenciada a simbologia da paisagem, que auxiliará na sustentação do domínio de determinada classe. Esta, por si como um elemento de interação social, logicamente vai apresentar em alguns pontos, resultados formais divergentes da proposta hegemônica. E a partir de então, esta “outra” forma de se produzir relação, é estigmatizada, combatida e até criminalizada, na tentativa de sua erradicação e esquecimento.

Sendo as paisagens das cidades historicamente focos de disputa de poder e narrativa, ao qual os grupos dominantes manuseiam diferentes formas de intervenção buscando a transmissão e reafirmação do seu poder, impondo formatos e regras (que com o tempo se tornam ‘internacionais’) que acabam por gerar espaços homogêneos ou extremamente semelhantes, onde o intuito é atender a uma demanda de mercado.

Desta forma se pretende ler não apenas o objeto de estudo desta pesquisa, mas a construção de toda a linha de pensamento criada para identificar as ações de ordenamento e reordenamentos espaciais. Por meio de um rápido resgate histórico, veremos como as paisagens urbanas foram moldadas por eventos políticos, culturais e econômicos, para atender uma demanda da sociedade de cada época, e como estas ações reverberam nos dias de hoje. Estes momentos são produtores de normas espaciais, as quais inibem outras formas de produções simbólicas de grupos, ao qual acabam por gerar de forma direta ou indireta, a luta de classes por direito à identidade no espaço urbano, encontrada em diversos tipos de assentamentos ao longo da existência da sociedade.

Ao observar por exemplo, o caso de algumas cidades medievais que conseguiram conservar um caráter orgânico devido a implantação em relevos acidentados tinha uma assimetria de malha urbana, por isso tinham edifícios que distinguiam como: castelos, igrejas

e mercados. O caráter urbano de planejamento e identificação eram dados por estes marcos urbanos (LEFÈBVRE, 2008; CONZEN, 2009).

A forma sinuosa das ruas estreitas destas cidades, com edificações construídas sobre o alinhamento da via, mostrava uma necessidade de um alto adensamento local, uma vez que a cidade cercada por muralhas tinha um limite rígido do uso do solo (CIAM, 1933). Segundo Tuan (1980), entre 1150 e 1350 foram construídas algumas cidades fortificadas (*bastides*), ao qual atendiam às necessidades relacionadas à guerra, e em sua maioria tinham padrão reticular, em algumas outras poucas a radial. Já no Barroco e Renascimento, as cidades eram projetadas utilizando quadrados e círculos, pois representavam a perfeição, e em seus centros eram localizados os edifícios ou elementos urbanos mais importantes (igrejas, paços municipais), porém poucos destes desenhos foram construídos.

A morfologia urbana então tem uma relação direta com os anseios de cada época, suas necessidades de segurança, fluxo de troca de mercadoria, produção de símbolo social ou o controle do crescimento urbano. A aspiração de um modelo, que crie ou ajude a enfatizar a imagem da ordem social proposta para a cidade é inicialmente dada por estes projetos de desenho urbano. É o que Tuan (1980) chama de ideais socio cosmológicos.

O que antes refletia uma ideia cosmológica de ordem celestial, onde a igreja ou o castelo tornavam-se centrais para a estrutura urbana de significado e forma durante a época feudal, agora é orientada pela atividade comercial (capitalismo comercial). Diferente do antigo modelo, a cidade comercial crescia de acordo com o aumento da população, e devido a este crescimento, as formas geométricas e ordenadas se desestruturaram. O crescimento comercial se deu tanto dentro das muralhas quanto fora, com as criações de mercados e subúrbios, que “sobrepuseram o núcleo original, de simetria planejada, com seu pujante crescimento desordenado.” (TUAN, 1980, p. 202). Ou seja, este novo modelo de relação social, não estava em conformidade com a forma urbana já existente, era uma drástica mudança na vivência da cidade.

A dinâmica da vida urbana na cidade tinha algumas peculiaridades. Nas ruas haviam diversas atividades, cheiros, barulhos, grande movimento e animação, a vida acontecia no espaço público, de forma intensa. Visitas reais e transferência de presos se transformavam em ocasiões festivas que ocorriam nos espaços abertos da cidade, “a rua medieval mantinha uma intensidade de vida, um bombardeio dos sentidos, que dificilmente o homem moderno pode imaginar.” (TUAN, 1980, p. 212).

Segundo Lefèbvre (2008), a transição do capitalismo de produção artesanal, comercial e bancário para o capitalismo de ampla concorrência da produção industrial, gerou uma crise de mudança, pois a realidade urbana da época ainda não estava apta a tais modificações requerentes de industrialização. Rapidamente “os antigos ‘gêneros de vida’ caem no folclore.” (p.18). Harvey (1980) indica dois pontos importantes neste processo de transição: o primeiro seria a proporção da abrangência que as relações comerciais começam a ter, iniciando como regional, depois nacional e posteriormente internacional, mobilizando por meio de transação de mercado os produtos, pessoas e recursos; e o segundo se configura como a introdução do mercado de troca em todos os estágios de produção, “oposta à sua penetração na distribuição sob o capitalismo mercantil” (p. 221).

O primeiro estágio foi amplamente cumprido no capitalismo mercantil, enquanto o segundo requereu uma revolução posterior. A distinção entre o urbanismo redistributivo e da sociedade feudal e o urbanismo do capitalismo mercantil reside quase inteiramente no fato de que o último conseguiu uma integração espacial acima e além daquela típica do paroquialismo da era feudal. [...] (HARVEY, 1980, p. 221)

Logo, compreende-se que para que este novo modelo de desenvolvimento industrial ocorra em sua forma plena, é necessário que seja formada uma teia fortemente consolidada de fluxos (seja de materiais, recursos, produtos, informações ou pessoas), desta forma serão vencidas as barreiras espaciais e a circulação será mais fluida.

Apesar da ordem feudal ter sido resistente ao capitalismo industrial, o capitalismo mercantil não o foi, pois este não conseguiria se expandir sem o aumento da produção, e por isso foi mais vantajoso a mudança de configuração econômica de produção e circulação da mais-valia. Ademais, a organização social dos centros urbanos estava completamente dominada, em sua maioria pela ordem feudal, a qual controlava e moderava a manufatura (HARVEY, 1980). Desta forma compreendemos que era necessária uma mudança não apenas estrutural (física, material das cidades) para o estabelecimento do modo capitalista, mas também de modificações na estrutura social, de organização das classes, e seu acentuamento.

A ideia de um sistema democrático proposto pelo Iluminismo que surgia na época exatamente para atender esse anseio de mudança na estrutura social. Pautado na razão, este traçava um ordenamento racional no espaço, facilitando a integração social e econômica na construção de um plano unitário. A centralização do poder e o fortalecimento dos meios de comunicação foram cruciais neste primeiro momento para se estabelecer esta ideia de ordem. Para que houvesse o controle social, era necessário haver o controle e conhecimento do espaço produzido dentro e fora da cidade, é então que o planejador se insere na cena urbana

de forma mais específica, para dar ‘coesão’ e criar por meio do espaço um meio de ‘comunicação social’ do estado (HARVEY, 2008).

A possibilidade de uma geométrica espacial urbana mostrava o poder do homem na dominação sobre o espaço.

[...] Este projeto equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas “para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna dessas”. [...] O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. [...] (HARVEY, 2008, p. 23).

Este modelo então, rompia com a forma que a sociedade vinha construindo seu espaço. Se antes a cidade era construída a partir de uma visão “sócio cosmológica” da natureza (TUAN, 1980), agora a natureza é um objeto para uso e dominação, a qual é moldada e usada para se obter poder, constrói-se então uma visão “socioeconômica” ou “sócio-política” de produção do espaço. Logo, são propostas infraestruturas para o fortalecimento desta nova visão.

As vias de conexão entre cidades e países tem um papel fundamental para o estabelecimento do poder, a expansão e a estabilização destas. Segundo Besse (2014), elas vão desempenhar papéis fundamentais para a produção de características homogêneas da paisagem. Ou seja, o Estado ao fortalecer relações com seus territórios, precisa fazer com que suas características sejam perceptíveis e que representem o seu poder utilizando determinados elementos significativos.

Para que essa modernidade fosse instaurada, não poderia haver um certo “respeito” pelo seu passado. Segundo Harvey (2008), a preservação de todos os antigos costumes, objetos e bens dificulta a transição para novas ordens sociais, para que a mudança ocorresse era necessário o abandono e esquecimento dos antigos modos. E a industrialização foi um propulsor destas modificações, principalmente as sociais, que vão caracterizar a sociedade moderna, que conseqüentemente passa a ser uma sociedade urbana, afinal a urbanização é o sentido, a finalidade e o objetivo da industrialização (LEFEBVRE, 2008; CHOAY, 1965).

A inserção dos veículos primeiramente com tração animal, e logo após motorizados também influenciam na caracterização do espaço público urbano. Segundo Tuan (1980), devido ao crescimento do uso de veículos, foi necessário a demarcação do espaço dos

pedestres por meio de postes. O espaço público começa a se modificar para que a nova dinâmica intensa pudesse ocorrer de forma mais fluida.

O espaço, o tempo e sua relação com o capital trazem para a materialidade humana uma nova organização espacial para se enquadrar a esta nova realidade proposta (HARVEY, 2005b). Onde a cidade permitia (diferente de anteriormente) concentração dos meios de produção em um pequeno espaço, tendo quase tudo no mesmo lugar: matéria prima, ferramentas e mão de obra (LEFÈBVRE, 2008). Por este motivo, Harvey (1980) explica que o processo de valorização da terra urbana, estava relacionada ao prestígio de localização e uso da mesma, relacionados a necessidades econômicas locais. Por isso, segundo o autor havia demasiada manipulação no mercado e uso do solo. O que com o tempo, a lógica foi integrada a lógica nacional e depois, internacional.

O conjunto da sociedade estava agora, basicamente, regulado e moldado pelo mercado auto-regulador. [...] Como consequência, o produto total, assim como a quantidade de mais-valia em circulação, aumentou enormemente, e assim como os centros urbanos e as populações neles contidas. (HARVEY, 1980, p. 224)

O processo de industrialização possibilitou a expansão de sua atuação em territórios longínquos com a conexão entre estes, fazendo com que as cidades produzissem e crescessem por meio do constante fluxo entre elas, para que pudesse ser mantido o giro contínuo do capital.

E desta forma a cidade foi se reorganizando, tendo como base agora, um novo elemento de grande importância, a fábrica. Para isso, segundo Harvey (1980), a atividade industrial buscou a sua expansão para áreas rurais, distantes das áreas consolidadas, criando uma urbanidade diferenciada da anterior. Isso fez com que os centros comerciais perdessem suas centralidades frente a estas novas indústrias. Diante dessa nova realidade imposta pela burguesia industrial, os centros urbanos agora concentram a economia da troca, o que antes era mantida pelos mercadores ambulantes (LEFEBRVE, 2008).

Simultâneo às modificações de dinâmicas comerciais e a concentração de pessoas nas cidades, passa-se ser necessário uma forma de controle da ordem imposta pelo Estado, de maneira que todos fiquem sob observação do poder central. “O exercício do poder puro exige uma organização *ad hoc* do espaço e necessita de transferências incessantes de informação” (CLAVAL, 1979, p.25).

A ideia de uma uniformidade para se fortalecer e estabelecer o poder do Estado sobre o espaço, principalmente no urbano, tendeu a criar um modelo que reforçasse esta ideia, uma projeção política do espaço urbano (MASSEY, 2008). Desta forma buscava assegurar a

reprodução econômica e das relações sociais através da espacialidade fragmentária entre centro e periferia do espaço urbano (AZEVEDO; PIMENTA e SARMENTO, 2009). Logo, a manipulação do espaço urbano em uma sociedade capitalista, também passa a ser uma manipulação econômica (CLAVAL, 2013a). A representação do Estado moderno passa a ser comunicado de forma direta e objetiva com o povo, e o exercício deste poder precisava ser facilmente compreendido.

Poder não é apenas estar em condições de realizar por si mesmo as coisas, é também ser capaz de fazer com que sejam realizadas por outros. Ao império direto sobre o mundo acrescenta-se assim um império sobre os outros. (CLAVAL, 1979, p. 11)

A ideia então, seria de uma paisagem urbana que comunicasse símbolos referentes a modernidades, de um novo tempo, de novos costumes e novos comportamentos, além de deixar claro a posição de poder do aparelho do Estado. Tuan (1983) afirma que a partir do exercício do poder, é gerado o sentimento individual ou coletivo de orgulho, isto é, sentimento de pertencimento às características locais, que elevado a uma outra potência, torna-se o nacionalismo. A forma de exercer o poder, só é eficaz, quando ela se reproduz involuntariamente, ao ponto de ser adotada pelos indivíduos e fazer parte de uma determinada “identidade” de um coletivo.

É então que o espaço urbano vai fazer parte desta estratégia de disseminação do poder, ao passo que “espaço envolve o poder e o poder significa controle e dominação” (SOBARZO, 2006, p. 96). E para que ocorra de forma plena, o uso de instrumentos de modificação do espaço, como a arquitetura são essenciais para a formação e fixação de imagens no subconsciente do homem. Tuan (1980) cita que é por meio da arquitetura e da arte que são dadas formas baseadas no “estado de espírito, sentimento e ritmos da vida” (p. 184) que são criados lugares para satisfazer necessidades práticas. Esta necessidade no caso de nosso estudo, é a formação e fortalecimento de uma sociedade moderna pautada nas relações de produção capitalista em um meio urbano.

A paisagem criada nesta perspectiva busca traçar características monumentais, que transmitam a sensação de poder (CARLOS, 2007), a forma que o Estado se mostra em sua atuação no espaço, do interior a capital, ele se manifesta espacialmente e finca seus símbolos de poder (RAFFESTIN, 1993). É na paisagem que conseguiremos observar a relação dos sujeitos com estes elementos que o Estado utiliza para dinamizar as relações de produção.

Tuan (1980) nos reforça o peso em que as construções e suas organizações têm dentro de uma proposta de direcionamento da compreensão do coletivo com um objetivo de

reforçar uma ideia principal já estabelecida previamente, de maneira em que a arquitetura (seja o prédio, uma estátua ou um conjunto urbano) ‘ensine’ por meio da paisagem construída. São inscritos assim no espaço os símbolos de legitimidade.

A questão ocularcêntrica posta por estas propostas, se estabelece no centro na discussão de organização de experiências espaciais e de controle dos corpos (AZEVEDO; PIMENTA e SARMENTO, 2009). Com isto, dá-se uma importância em grande nível ao sentido da visão, enquanto os demais sentidos não são contemplados ao mesmo nível. Besse (2014) nos acrescenta que esta cultura que coloca a percepção da paisagem em primeiro lugar é antes de tudo europeia, ocidental, branca e essencialmente masculina. Modelos criados dentro destas estruturas, logicamente de controle de corpos, terão sérias complicações ao serem transpostos para territorialidades divergentes do local onde foram concebidos.

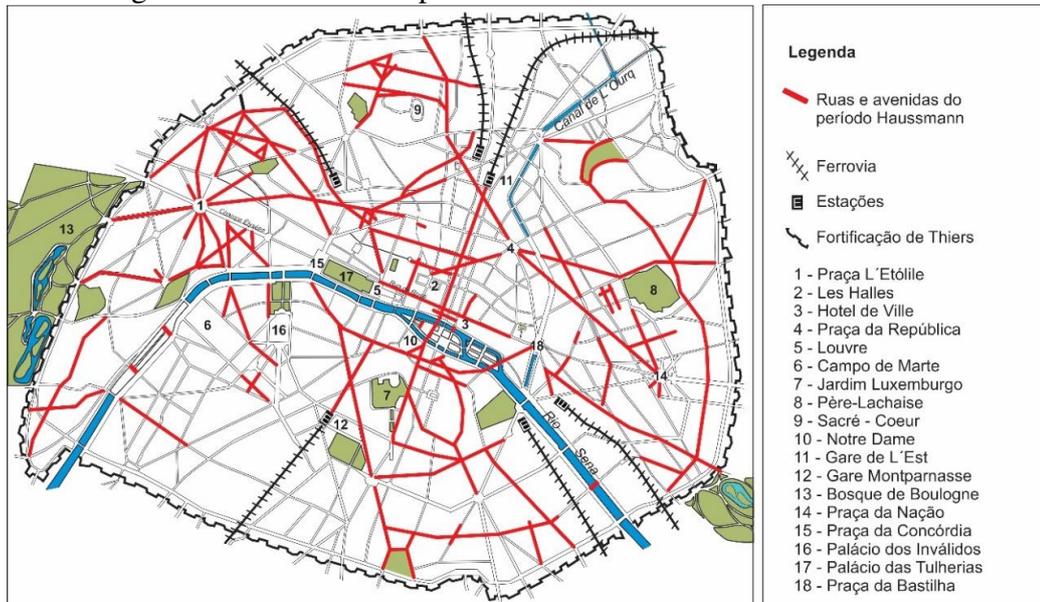
Neste sentido é formado regras de relações comportamentais em que os sujeitos estão sob contínua observação dos que o circundam, criando um tipo de “coação coletiva, anônima, porém fortemente imposta socialmente.” (CLAVAL, 1979, p. 40). Para isso é necessária uma densidade, e que atinja seu ponto alto quando a multidão segundo o autor se torna anônima, ou seja, as grandes cidades europeias do período de 1830 a 1910 tinham muitas destas características.

É então que a ideia do panóptico de Jeremy Bentham se estabelece como configurador destes espaços, pois conseguia reproduzir as propostas necessárias para um espaço urbano controlado e de fácil visualização. Este modelo radial foi utilizado não apenas na malha urbana, mas também em presídios, manicômios e fábricas, ou seja, espaços que necessitavam de um alto controle e ordem. A proposta de controle para o urbanismo, aparece com a inserção de eixos e diagramas com a intenção de inserir uma hierarquia viária dos eixos de mobilidade (MONTANER e MUXÍ, 2014).

Estes ideais podem ser facilmente encontrados na cidade de Paris com o projeto de reforma urbana do Barão de Haussmann entre 1853 até as primeiras décadas do século XX, conforme as Figura 2 e 3. Segundo Tuan (1980), a própria configuração de Paris até meados do século XVIII ainda se assemelhava em muito com a medieval, ruas estreitas e irregulares com excesso de comerciantes e suas mercadorias. Conforme Lefévre (2008), como estratégia de controle de insurgências urbanas (como as jornadas de junho de 1848), a burguesia francesa que se encontrava cercada pela classe operária, então é proposto um plano de remanejamento desta população através de uma reforma urbana.

O discurso claro vinha carregado de uma proposta de modernização e melhoramento do espaço devido ao rápido e ‘desordenado’ crescimento da cidade, com propostas de esgotamento sanitário, água potável, eletricidade, uma melhor mobilidade, além do higienismo, propondo ventilação natural e iluminação solar como instrumentos de combate a doenças infecciosas e virais comuns na época.

Figura 2 – Cartograma de ruas abertas pela reforma do Barão de Haussmann.



Fonte: ARRAIS, Tadeu Alencar, 2016. Disponível em: «<https://journals.openedition.org/confins/10942?lang=pt>». Acesso em: 15/12/2020.

Figura 3 – Vista superior de parte da cidade de Paris como resultado da reforma.



Fonte: The Guardian, 2016. Disponível em «<https://www.theguardian.com/cities/2016/mar/31/story-cities-12-paris-baron-haussmann-france-urban-planner-napoleon>». Acesso em: 15/12/2020.

Segundo Claval (2013b), os engenheiros que estavam à frente destas grandes obras tinham o designo de direcionar o embelezamento, a racionalidade, imprimir o status social, a higienização e a promoção de uma modernidade, os novos ares que chegavam junto à industrialização. É então que se estabelece a figura do higienista, como sujeito que define a forma e aspecto do espaço urbano, por vezes muito idêntica umas às outras.

Um dos motivos do resultado de formas espaciais semelhantes, se dá pela configuração necessária para a manutenção das vias pela polícia, o uso de grandes vias (bulevares) que terminavam ou começavam em grandes praças, imprimindo a ideia de um complexo fechado em si, o uso da perspectiva e simetria formal era almejada como ápice da beleza concretizada no espaço. Mas claro que os engenheiros não apenas faziam isso, mas também idealizavam formas que pudessem transcender as forças da natureza, como construção de viadutos, pontes e outras tais estruturas que minimizassem as características do espaço natural para que seu desempenho dinâmico fosse elevado ao maior índice possível (CLAVAL, 2013b).

Perceber esta construção da paisagem, seu sentido, sua intenção, e os símbolos aos quais ela se reporta, é encontrar os propósitos de sua construção, e as direções que apontam. Por isso a necessidade da percepção do urbanismo como construtor de paisagens e indutor de modelos de vida e de, principalmente, molde para a apreensão da realidade. Ao se mudar o pensamento sobre a vida na cidade, conseqüentemente a materialidade da estrutura se molda para se adaptar a esta nova realidade.

Com o tempo, começaram por ocorrer reivindicações progressistas nas cidades pós-revolução industrial com cunho e melhoria da condição de vida dos moradores, e acabaram por viabilizar a criação das chamadas moradias operárias. Estas habitações idealizadas pelos setores conservadores da época sob justificativas higienistas foram utilizadas como forma e domínio de seus moradores, impondo modelos burgueses e aristocráticos de costumes familiares éticos e morais, o qual reforçava o poder da classe dominante ao mesmo tempo que acentua a divisão de classes (MONTANER; MUXÍ, 2014).

Sendo assim a controle da realidade, mesmo dentro de uma reivindicação de direitos da sociedade moderna para os grupos menos favorecidos, são manipulados de forma a beneficiar o grupo dominante vigente de sua época. Para isso o urbanismo é tático e nem um pouco inocente em suas tomadas de decisões, relacionando isso ao modo socioeconômico de vida, em que a população necessita estar constantemente ocupada em sua sobrevivência, pouco tempo resta para uma organização social de reivindicação.

O uso do urbanismo como ferramenta de manipulação da realidade da maior parte da população tinha como propósito prepará-la e adaptá-la ao sistema socioeconômico capitalista e na manutenção desta ordem proposta para os grupos. Este crescimento constante e aperfeiçoamento do espaço para atender novas demandas, também constituem uma estratégia capitalista para facilitação da circulação do capital. Segundo Harvey (2018), durante o processo de reconstrução de Paris, o cotidiano modernizado, higiênico e esteticamente aceito foi capitalizado e transformado em produto para consumo, os *boulevards* se tornaram palco para os espetáculos urbanos.

Cosgrove (1998) sustenta ainda que há reafirmação de valores oferecidos pelo espaço por meio de outras fontes (como a literária ou pintura e fotografia) que vão legitimar este valor proposto do ambiente construído. Como já citado anteriormente, estes elementos físicos vão exigir um determinado comportamento (formas de falar, de vestir e etc), e é por meio desta nova paisagem estruturada pelo poder simbólico que esta ação direta se realiza em monumentos ou rituais no dia a dia urbano.

A conformação de uma nova paisagem para a cidade moderna, está ligada ao desejo de implementação de um novo conjunto de regras e comportamentos necessários para que esta nova sociedade venha a funcionar de forma produtiva, e que as novas necessidades mercadológicas sejam atendidas de forma prioritária. Se antes as vias de grande parte de cidades ocidentais podiam ser estreitas e de traçado orgânico, tanto por ter o pedestre ou uma pequena carroça como unidade básica de dimensionamento, como também uma certa liberdade de criação espontânea das vias pelos moradores. Agora a estruturação passa a ter vias mais largas (para atender uma demanda de veículos) e de direcionamento retilíneo, afinal de contas, em uma sociedade capitalista onde tempo é dinheiro, não se pode perder tempo vagando em curvas pela cidade, é necessário ir diretamente ao seu destino final, ou seja, objetividade.

A relação da aparência e funcionalidade tornou-se uma questão socioeconômica fundamental para a sociedade moderna no final do século XIX e até meados do século XX, o que posteriormente não desapareceu completamente, mas transformou-se. Segundo Harvey (2008), o juízo estético é proposto como um forte critério de ação política e, conseqüentemente, social e econômica. “Se o julgamento estético dá prioridade ao espaço, as práticas e conceitos espaciais podem, em certas circunstâncias, assumir papel central na ação social (*ibidem*, p. 192). Por isso a necessidade de figuras de ‘destruição criativa’ dos espaços urbanos como Haussmann em Paris e Robert Moses em Nova Iorque pós-segunda guerra, a

significação de uma nova sociedade pautada em novos valores estéticos que expressavam significativas ideologias de novos modos de produção das classes dominantes (HARVEY, 1980; 2008).

A ascensão deste novo modelo socioeconômico, o qual acentua a acumulação de riquezas e conseqüentemente as diferenças entre as classes sociais, vai proporcionar o nascimento de novos termos. Davis (2006), afirma que o termo *slum*³ que aparece no início do século XX, está mais relacionado a atos e comportamentos que representavam um determinado grupo (de comércio criminoso e estelionatários), o termo por sua vez atualmente é utilizado como tradução da palavra em português ‘favela’. O comportamento, espaço e estética estão historicamente e simbolicamente relacionados na produção imagética das paisagens em nossas mentes. Para que pensemos nesses locais de forma que não levem a carga simbólica inicial, é necessário um exercício de historiografização e ressignificação de termos já utilizados, para então podermos propor novas perspectivas de se compreender estes espaços – o qual será aprofundado mais à frente nesta pesquisa.

Proveniente deste momento de concentração de massas, os conglomerados urbanos se tornam o resultado de um processo de produção (neste caso, a produção moderna), mas que não se restringe apenas ao campo econômico, mas também as questões sociais, políticas, ideológicas e outras que se articulam e formam o modo de viver da sociedade, ou seja, o urbano não apenas se fixa em um espaço físico ou processos socioeconômicos, mas sim a um modo de “consumir, pensar, sentir; enfim, é um modo de vida.” (CARLOS, 2008, p. 84). Um modo de vida consegue percorrer e modificar sistemas de forma mais rápida e eficaz, chegando primeiro a territórios longínquos, e posteriormente criando necessidades de consumo e produção que necessitarão de modificações espaciais para a adequação a estas novas necessidades.

Nesta época em que se inicia o saudosismo ao traçado retilíneo, Besse (2014) explana sobre a estruturação de uma paisagem política, pois a rede implantada (seja ela fruto de uma reformulação do espaço já construído ou a instalação de uma nova) é indiferente aos elementos pré-existentes sejam eles a natureza dos solos, topografias, hidrografias ou povoados tradicionais. A paisagem política proposta traz consigo a estrutura formal do modo de produção socioeconômico para o espaço, além de uma dinâmica própria e indiferente.

³ Termo derivado da palavra ‘*slam*’, que contém sentido de violência, barulho e força. Inicialmente utilizado para designar comportamento de pessoas que moravam em cortiços, casas em condições de baixa habitabilidade e/ou áreas socialmente degradadas nas cidades.

O que se desenvolveu dentro do projeto da modernidade, em outras palavras, foi o estabelecimento e a (tentativa de) universalização de uma maneira de imaginar o espaço (e a relação sociedade/espaço) que afirmou o constrangimento material de certas formas de organizar o espaço e a relação entre sociedade e espaço. E que ainda permanece hoje em dia (MASSEY, 2008, p. 103).

Esta atmosfera projetada e criada pelas formas e elementos interligados dentro de um conjunto de sistemas urbanos para controle e produção de bens é o que Carlos (2008, p. 95) exemplifica ao citar que “O modo de vida urbano, sob o capitalismo, impõe disciplina.”. E a construção de um(ns) signo(s) fixo de uma nova época (ROSSI, 2001). Esta universalização e sistema de disciplina, remodela formas também fora do espaço central da cidade, criando moradias à sua volta para atender a demanda de mão de obra.

A suburbanização, pretendia moralizar a vida do operário, com vida cotidiana bem sucedida, ao mesmo tempo que descentralizou a cidade, distanciava fisicamente o sujeito do centro (local de história e identidade da cidade) e alimentava o mercado de terras e o giro de capital por venda de glebas, com o tempo a consciência urbana se dissipa. A resposta a demanda por estas moradias ocorre de forma rápida e com o menor custo possível, e sua função básica se atinha apenas a função de moradia, toda aquela realidade urbana de praças monumentos, ruas diferenciadas e locais de encontros desaparecem, a redução do habitar pelo habitar formata um espaço uniforme e de vida urbana amorfa. Com o tempo “viu-se reaparecer timidamente, lentamente, o café, o bar, o centro comercial, a rua, os equipamentos ditos culturais, em suma uns poucos elementos de realidade urbana.” (LEFÉBVRE, 2008, p. 27). A necessidade de modificar o espaço para se poder construir laços foi necessário durante o processo de significação durante o cotidiano, a utilização dos serviços e elementos não concebidos em um primeiro momento foi apenas um dos meios possíveis de mudança.

A construção destes espaços para trabalhadores contribuiu em muito para a homogeneidade social e morfológica de locais nas cidades. Froner (2009) explica que grande parte da construção cultural a identidade dos espaços das cidades acabou por serem descaracterizados, devido ao processo industrial, pois este também gerou mudanças na forma e material de construção tradicionais. A autora afirma que a padronização fabril gerou uma perda de desagregação dos sistemas construtivos e o uso de soluções e métodos gerados em uma região e grupos específicos, além de subordinar os habitantes a imposição do mercado construtivo e a dependência do capital, “ou então, à total exclusão, como os “sem teto” das grandes cidades.” (p. 92). Esta foi uma das maneiras mais eficazes de uniformização de paisagens urbanas por meio da construção ou reconstrução de bairros ou cidades.

A transformação do sujeito pelo processo do trabalho no modelo capitalista o torna um objeto inanimado, despersonalizado, baseado apenas na repetição de ações dentro de um sistema fabril, conseqüentemente a paisagem da cidade irá reproduzir visualmente aquele modo de vida que a sustenta. Rossi (2001) levanta a questão do trabalho fabril, no momento em que o homem que antes repartia o seu espaço doméstico com o trabalho, e agora necessita se deslocar pela cidade para o poder exercer o seu ofício, a escolha do local de residência se torna independentemente do local de trabalho, transformando a escolha da habitação uma ação secundária dentro da relação valor e espaço, criando e intensificando ainda os deslocamentos pendulares e horários de *'rush'*.

Por este motivo, é necessária uma integração espacial, o conjunto de deslocamentos dentro da cidade. Com o tempo estes movimentos acabam por acontecer entre outras cidades próximas, e se tornam uma necessidade consolidada para o giro do capital, ao que podemos notar alguns indícios imprescindíveis do sistema de metropolização de regiões de uma cidade moderna. Segundo Harvey (1980), é necessário que exista meios adequados de comunicação, pois quanto mais integrada a comunicação mais provável haverá a integração de mercados e circulação de bens e pessoas. Segundo o autor, esta integração tende a se expandir em momentos de crise, adotando novos territórios para criar novos mercados e aumentar o giro do capital (HARVEY, 2005b).

Segundo Besse (2014), o capitalismo transformou a paisagem local e de novos territórios em uma mercadoria e em um espetáculo, a naturalização da forma desigual de desenvolvimento das relações sociais e de produção ocultavam a realidade dos processos históricos e conflitantes por trás da imagem. Lefévre (2008) cita que a ideologia por trás da paisagem capitalista está relacionada ao consumo dirigido de signos pela sociedade urbana, em busca de riqueza, felicidade, poder e satisfação, e é por meio do consumo de bens materiais e imateriais que se tem o acesso momentâneo a estes sentimentos.

Como nas feiras mundiais, a construção de monumentos, prédios e instalações para o consumo momentâneo das sensações trazidas por eles, logo acabava ao final do evento. Foi diferente para a Torre Eiffel, hoje símbolo da cidade de Paris, porém a artificialização constante de paisagens e suas desmembrações eram constantes, Harvey (2005a) explica como esta ação cíclica está relacionada a um sistema de produção de valores e necessidades

[...] Continuamente, portanto, o capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo. As contradições internas do

capitalismo se expressam mediante a formação e a reformulação incessantes das paisagens geográficas. Essa é a música pela qual a geografia histórica do capitalismo deve dançar sem cessar (HARVEY, 2005a, p. 150).

Se a cidade é o lócus da história de um povo e da memória coletiva é por meio da paisagem, da arquitetura e de sua urbanidade que esta relação entre signo e significado deve ser estabelecida (ROSSI, 2001). Em um território de constantes transformações, modificações e alterações profundas e não participativas, a memória e senso de coletivo urbano se perde, e o caráter de unidade comunitário acaba por ser inexistente.

Santos (1994) afirma que no momento em que a tecnologia deixa de atender objetivos sociais para atender os econômicos, “ela se torna tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia a toda vocação de servir a sociedade.” (p. 18). O uso de ferramentas de transformação poderosas como as engenharias, arquitetura e o urbanismo com foco meramente econômico viabilizou uma construção ao longo de tempo de cidade desigual, bela e profundamente funcional. Segundo Waisman (2013) o projeto arquitetônico e urbanístico possui em seu significado uma projeção para o futuro sobre modos de vida, percepção e relação com o meio urbano dentre outros. Ao se conceber ideias cientificamente que não tomam o bem estar social como centro, qual o futuro esperar para estas cidades?

Ao analisarmos as questões de transformações morfológicas estarem intrinsecamente relacionadas aos anseios de cada época, notamos a necessidade de mudança da cidade como um objeto, onde sua principal função foi definida como espaço de produção e reprodução do capital. A questão de ordem e racionalidade foram utilizadas para formular uma rede de fluxos, onde a mobilidade de mercadoria ou força de trabalho se encontravam como prioridade, porém, estes mesmos fatores de condicionamento material da forma, buscavam uma característica da paisagem que refletisse na cidade uma identidade hegemônica. Assim, foi necessário a reformulação e criação de espaços fragmentados na cidade que atendessem a este tópico.

A paisagem é então neste primeiro momento utilizada como canal indutor de mensagem e de comportamento, com o intuito de deixar nítido os símbolos de diferenças sociais, e de controle dentro da cidade. A subdivisão social iniciada neste momento, vai alcançar altas proporções, porém, os meios de construção, produção e circulação deverão continuar se atualizando cada vez mais, e a proposta radiocêntrica de malha urbana logo ficará defasada, e não atenderá mais às necessidades da sociedade. A necessidade de um novo

modelo urbano que se encaixe nas necessidades da nova vida moderna proporcionada pela Revolução Industrial, irá proporcionar um ambiente muito diferente.

2.2 A função modernista da cidade e os desdobramentos pós-modernistas da economia

“[...] A modernização das sociedades conduziria, após a uniformização das técnicas e das condições de vida e adoção de valores universais, à ampliação dos sentimentos identitários e ao triunfo da aldeia planetária. [...]” (CLAVAL, 2013c, p. 134).

“[...] As cidades têm capacidade de oferecer algo a todos, mas só porque e quando são criadas por todos.” (JACOBS, 2009, p. 263).

O juízo estético iniciado no século XIX na reformulação urbana e no conjunto de hábitos idealizados para os cidadãos foram intensificados dentro de poderosos critérios de ação econômica, política e social. Segundo Harvey (2008) estes julgamentos priorizaram o espaço e suas práticas, logo tomaram o papel central da ação social de transformação e direcionamento do desenvolvimento.

Se no século XIX as reformas das cidades estavam nas mãos de engenheiros militares e civis e médicos higienistas, no século XX isso passaria para a responsabilidade e arquitetos e urbanistas. Então foi concentrado não apenas a forma e a materialidade das edificações, mas a estrutura e direcionamento do crescimento das cidades, trazendo o funcionalismo tecnológico da escala da casa até a escala urbana e vice-versa. Estas mudanças visavam o fortalecimento ainda maior das relações familiares nucleares (por meio dos projetos residenciais) e assim, serem exemplos para a sociedade. Assim como também a diminuição considerável à ordem hierárquica social que existia na cidade, o que acabou por desencadear outras reformas urbanas, horizontalizando mais a cidade (MONTANER e MUXÍ, 2014).

O conjunto de epidemias como a de tuberculose, varíola, gripe espanhola, tifo, sarampo, cólera entre outras moldaram a nova forma de pensamento sobre a saúde e higiene da população urbana. Para um novo tempo, um novo modelo de produção é necessário, uma nova forma de habitar, limpa, organizada e saudável, afinal epidemias impossibilitam os trabalhadores de exercerem suas funções, e a economia acaba por sofrer consequências graves.

Dentro deste cenário, e até mesmo em um momento pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918), foi fundado por um grupo de arquitetos primeiramente reunidos na Suíça em

1928, o CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Estes eventos organizados pelos arquitetos do movimento mais conhecidos da época tinham o intuito de discutir, aprimorar e difundir os conceitos de uma nova produção arquitetônica e urbanística, que atendesse a uma nova concepção social e material da vida moderna. Nesta época já eram encontradas o início das soluções técnicas do concreto armado, vidro e ferro, peças fundamentais para a nova estética proposta. A ideia era fazer com que a arquitetura⁴ fosse colocada como plano de ordenamento econômico e sociológico, sob serviço da comunidade (CIAM, 1933 e LE CORBUSIER, 2000).

O pensamento racional e geométrico para o desenho e soluções urbanas já vinha sendo desenvolvido a algum tempo, porém segundo Jacobs (2009), é entre 1920 e 1930 que a teoria do planejamento urbano europeu e estadunidense assimila ideias desenvolvidas pela ciência física. Há nesta época uma grande valorização das ciências exatas, e uma idealização de que estas poderiam resolver quase todos os problemas, mesmo sendo eles sociais (AZEVEDO, 2009). Jacobs (2009) cita que as ideias de extrema organização visual, análise estatística e de soluções matematicamente comprováveis são visíveis em diferentes tipos de construções verticais da época, sendo utilizadas como marcas desse novo tempo de modernidade.

Segundo Harvey (2008), é depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), durante o planejamento em massa de reconstrução de cidades que as ideias modernistas, principalmente da Carta de Atenas de 1933 do 4º CIAM, escrita por arquitetos como Frank Lloyd Wright, Mies van der Rohe e Le Corbusier⁵ tiveram a aceitação necessária para se tornarem um direcionador fundamental para a forma e função das cidades daquele ponto em diante. A racionalidade propunha a reconstrução de cidades em um prazo curto e dentro das diretrizes da nova sociedade das máquinas (LE CORBUSIER, 2000). Para Montaner e Muxí (2014), são estes momentos de crises econômicas-políticas que se buscam respostas rápidas e simplificadas para responder às demandas levantadas. O movimento moderno se encaixa de forma perfeita neste caso.

A paisagem da cidade modernista formada pela proposta inicial de planejamento a partir de uma ‘visão do alto’ ou ‘visão de pássaro’ criou mecanismos de potência e de falsa

⁴ Neste caso, o termo arquitetura se refere a todo ato ou pensamento criativo, seja ele voltado ao desenho de um mobiliário, um edifício, um bairro ou uma cidade.

⁵ Houveram alguns movimentos modernos locais no início do século XX, como o *art nouveau* e *art déco*, propondo uma estratégia de identificação e empoderamento local. Porém, após a Primeira Guerra Mundial, foi reprimido a ideia do local e nacional para se evitar novos confrontos, dando preferência a uma ideia e estética universalista (HARVEY, 2008).

sensação de dominação sobre um território, estabelecendo linhas retas e geométricas e desconsiderando elementos e características naturais do ambiente. Logo, a paisagem modernista “corresponde a uma produção ideológica da modernidade.” (BESSE, 2014, p. 15). Isso é fortalecido quando Le Corbusier associa a figura do arquiteto como a imagem do Deus criador (LEFÉBVRE, 2008). A representação destas ideias se torna o carro chefe da criação imagética e moral de um novo pensamento moderno, como afirmam Azevedo, Pimenta e Sarmiento (2009, p. 22) “Uma estética de representação está, assim, associada a uma ética de representação”.

Para solucionar questões ‘problemáticas’ das antigas cidades, é proposta a adequação para uma nova densidade que estaria entre 250 a 300 habitante por hectare, utilizando da verticalização acentuada e uso de espaços verdes, pois segundo o documento “as altas densidades significam o mal-estar e a doença em estado permanente” (CIAM, 1933, p. 6). Era pensado um tipo de proporção de crescimento urbano que levava em consideração parques e áreas arborizadas para que proporcionasse um ambiente saudável fisiologicamente e psicologicamente aos indivíduos, pois a perda de contato com a natureza trazia decadência a moral e saúde da sociedade. Por isso o documento elege as três matérias primas do urbanismo: a vegetação (sua existência e fácil acesso ao usuário), o sol (a necessidade de insolação higiênica no interior das habitações) e o espaço (como construção em ordem e racionalidade para um bom funcionamento da sociedade moderna) (LE CORBUSIER, 2000; CIAM, 1933).

Sobre a necessidade de deslocamentos nas cidades agora mais horizontais, novas velocidades propostas para atender as demandas de dinâmicas capitalistas industriais, é proposta a retirada da relação direta dos edifícios com a rua. Desde a cidade antiga, é normal que edifícios fossem construídos ao prumo da rua. A relação dos habitantes com a baixa velocidade existente era de proximidade. Porém, com o surgimento do automóvel e o aumento do fluxo e velocidade nas vias, é proposto uma relação indireta do prédio com o espaço público da via (CIAM, 1933).

As formas de fluxos se propuseram para além do espaço da cidade, interligando de forma mais direta com as cidades vizinhas, fortalecendo assim uma rede. Afinal nesta época os processos e métodos construtivos de estradas de ferro, vagões, navios e automóveis – ou seja mecanismos de comunicação e transporte – se desenvolveram rapidamente (LE CORBUSIER, 2000). O movimento moderno e sua ideologia então conseguiram se propagar rapidamente utilizando estes meios de transporte, porém não podemos desconsiderar o poder

de propagação e importância das Exposições Internacionais e das revistas e catálogos da época.

Esta adoração pelas máquinas, passa não apenas pela transformação do espaço como métodos construtivos ou de terraplanagem, mas também no desenvolvimento da funcionalidade das edificações. Le Corbusier (2000), exalta o uso de elevadores e a possibilidade de construções em altura, desta forma é possível agregar espaços livre em torno dela para usos recreativos ou contemplativos.

O controle visual da paisagem urbana através do uso do solo, definindo a quantidade e altura dos prédios, os eixos de transporte e o zoneamento são fundamentais para esse momento. O esteticismo não é considerado uma regra e sim a funcionalidade, logo o urbano deve ter 3 principais funções a realizar que são: habitar, trabalhar e recrear. Logicamente a organização da circulação, ocupação do solo e legislação são utilizados para objetivar esta ordem funcional. Para espaços já edificados em inconformidade com os preceitos modernistas, deveriam ser recalculados em proporção de volumes edificados, densidade urbana e de circulações (CIAM, 1933), ou seja, a solução para melhoria da cidade vinha em um *plano* já concebido, fechado em si com solução espacial dentro de um ponto de vista universal (ROSSI, 2001). A forma racional e matemática em que eram resolvidas as questões, não deixavam outras alternativas para os moradores destes locais, neste caso eram perdidas todas as características morfológicas e simbólicas para se dar espaço a paisagem moderna.

Para Le Corbusier (2000), neste novo urbanismo, apenas opiniões de urbanistas e técnicos relacionados à área seriam consideradas, é importante lembrar que a profissão de arquitetos e urbanistas na sociedade ocidental sempre esteve relacionada a burguesia e ao Estado, desta forma, limita-se a atuação da sociedade e fortalece o poder de decisão e modificação do espaço urbano por um determinado grupo com características financeiras e culturais semelhantes. Serpa (2013) nos exemplifica que a construção de espaços a partir de reordenamento com base em idealizações sociais, tem o sentido de alienação do coletivo, que substitui a realidade da paisagem construída por lugares e regiões idealizadas por visões futuristas.

A matematização do espaço, sua dominação, se traduz por “cálculos de otimização”, que, em última instância, vão regular os processos hegemônicos de produção espacial [...] (SERPA, 2013, p. 174).

A linha reta vem para satisfazer esta necessidade de criação de espaços abstratos e idealizados para servir a uma fácil reprodução do capital na sociedade das máquinas. Se estabelece uma geometria que é reforçada pela técnica do concreto armado, e sua forma aparente em vigas e pilares se torna evidente “na pureza e no retilíneo” (LE CORBUSIER, 2000, p. 37-38). Segundo Harvey (2008), o desprezo pela história foi retrato por formas planas e sem adornos, em que a forma seguia a função, tendo ainda a eficiência como seu motivo central, e isso era passado através de uma linguagem extremamente pura, fosse na música, no urbanismo ou literatura.

A proposta de uma cidade universal dentro dos modelos modernistas se concretizou nos esquemas de projeto da *Ville Radieuse* de Le Corbusier, a qual tinham propostas para Paris, Antuérpia, Moscou e Argel, como podemos ver na Figura 4.

A ideia de uma sociedade universalizada e parametrizada, se mostra claramente no momento em que os esquemas de proposta de um mesmo plano urbanístico são propostos para diferentes cidades. Segundo Harvey (2004; 2008), estes tipos de ‘projeto padrão’ são normalmente facilitados por ação do Estado ou da iniciativa privada, quando não a junção de ambos, e que acabaram por seguir uma corrente de acumulação do capital e o viés de um Estado desenvolvimentista, estes utilizam sua influência na produção do espaço para aumentar seu poder social podendo atuar em infraestruturas de comunicação e transporte ou distribuição territorial de forças políticas, econômicas e administrativas.

Como vemos na imagem anterior, o uso das formas geométricas e da linha dura estruturam o modelo que as cidades deveriam ter, a proposta de vias acabou se relacionando diretamente (como forma organizacional e de rápida compreensão) com o sistema de pontos cardeais, escolhendo um local como eixo central e a partir dele uma divisão urbana normalmente em ‘tabuleiro xadrez’ entre lado sul, norte, leste e oeste (LYNCH, 1999). Isso reverbera diretamente na organização de cidades como Brasília, Nova Iorque, Boston e diversas outras cidades na América.

Figura 4 – Maquete da proposta da *Ville Radieuse*.



Fonte: Gili Merin, 9 mai. 2016. Disponível em: « <https://www.archdaily.com.br/br/787030/classicos-da-arquitetura-ville-radieuse-le-corbusier>». Acesso em: 24 jan. 20211

Como citado anteriormente, a ‘desordem’ e ‘irracionalidade’ de determinados espaços urbanos eram tidos como desacordo com a nova matriz da moral e espírito da sociedade das máquinas, por isso, estes espaços – em que populações mais pobres normalmente moravam que eram em grande parte cortiços – deveriam ser condenados, para então dar espaço a construções mais apropriadas, saneadas e inseridas às áreas de esporte, espaços abertos e demais programas previstos no plano (CIAM, 1933). Este foi um dos grandes motores de reconfiguração do espaço urbano, áreas inteiras de cidades foram abaixo em busca de uma forma de habitação ideal, no final das contas, a maior parte destes planos se definiam como demolição total e a construção de parques com edifícios.

Interessante reparar na ausência de uma averiguação das habitações, das possíveis condições de saneamento e fixação da população no local. Este discurso, de expulsão da população mais pobre que mora em áreas visivelmente centrais e das proximidades de monumentos considerados históricos, pode parecer novo, porém tem parte de suas raízes nas reformas urbanas do século XIX, como Paris de Haussmann. A forma com que é defendida a expulsão e a ‘higienização’ de uma população para os costumes modernos é diferente, porém ambos bebem da mesma fonte: a tentativa de criação de uma paisagem higienista e homogênea que reflita a imagem de uma classe burguesa.

Era entendido que apenas em dispor habitações salubres, espaços verdes integrados aos blocos de edifícios em proporções harmoniosas e integração das unidades habitacionais com a rede urbana seria o suficiente para ‘moralizar’ o sujeito que anteriormente encontrava-se em outra condição habitacional. A frase “A Arquitetura é a chave de tudo”

(CIAM, 1933, p. 34) mostra uma visão um tanto positivista da atual situação econômica dos países que tentavam se reerguer de suas crises pós-guerra.

Sendo assim, iremos discorrer rapidamente sobre os elementos básicos da Carta de Atenas de 1933: o habitar, o trabalhar, o recrear e o circular. Para Le Corbusier (2000) e o CIAM (1933), a habitação era compreendida como ferramenta que tinha como objetivo facilitar as condições de existência e realização da saúde moral e física, sendo ambientes capazes de levar ao civismo. Deveria ser este um espaço em que o sol e a vegetação fossem elementos presentes no cotidiano, assim como locais para prática de esporte e lazer, e principalmente que em seu acesso no solo, a circulação de pedestre e de veículos mecânicos fossem separados de forma simples, pois a incompatibilidade de velocidades pode gerar acidentes fatais. Sendo assim os pedestres teriam caminhos de passeio reservados.

A centralização da importância da moradia neste novo modelo de cidade mostra a preocupação com a saúde e bem estar dos cidadãos, porém é extremamente importante frisar a ênfase que é dada a questão moral do habitante. A produção habitacional tanto como forma (de forma a transparecer ordem e elegância, poder, riqueza e etc.) quanto função (local de abrigo próximo a eixo de circulação e serviço) serve como instrumento de higienização social e inserção do indivíduo aos novos costumes e hábitos considerados modernos pela sociedade da máquina.

A indústria, segundo o CIAM (1933) deverá seguir restritivas leis de localização, sendo separada dos setores habitacionais por zona de vegetação para proteção de partículas e ruídos. A concentração de indústrias deverá ser ao longo de canais, tornando sua concentração linear ao longo de estradas, vias férreas ou canais, quando não melhor, os três juntos, sendo estes locais estratégicos de passagem de matéria prima ou de distribuição de produtos ou insumos. O setor habitacional poderá crescer paralelamente (contanto que tenha a zona de vegetação) acompanhando a zona industrial, desta forma reduzirá os longos trajetos diários.

Iniciado o processo de desconexão do local de trabalho (manufatura) da casa, é durante o movimento modernista que esta divisão fica mais clara que antes. É também importante notar que a localização e facilitação de acesso entre habitação e local de trabalho é idealizada de forma que o trabalhador não gaste muito tempo durante os deslocamentos. O esquema de implantação destes locais, também reforçam a ideia de maximização do tempo e espaço na sociedade capitalista, implantando estes locais próximos a grandes eixos de circulação e abastecimento. A importância e confiança que o movimento emprega nos

automóveis fica clara quando todos os deslocamentos, principalmente para o trabalho, dentro da cidade são feitos por automóveis.

A categorização dada pelo CIAM (1933) para as atividades de horas livres são 3: a cotidiana, que deve ser passada ao redor das moradias; a semanal a qual permite a saída da cidade e deslocamentos regionais; e anual, em um período de férias o qual permite verdadeiras viagens. Desta forma a proposta do documento é que sejam criadas áreas verdes para atender a estas demandas, dando prioridade para os espaços de lazer semanais, os quais deverão oferecer meios de transporte cômodos e numerosos para bosques, praias naturais ou artificiais dentro de reservas ambientais protegidas que poderão propor diversas atividades saudáveis ao habitante da cidade. Le Corbusier (2000) propõe unidades esportivas e bibliotecas como um dos meios de atender as demandas de atividades livres cotidianas. O autor ainda cita lojas, cafés e restaurantes juntos a espaços de contemplação que serão colocados de forma ordenada e racional buscando um pleno funcionamento das atividades.

A concepção dada a natureza e meio ambiente é tida como um produto, o qual é estratificado, modelado e usado com fins de embelezamento, lazer e ‘saúde moral’ dos habitantes. Não é descrito uma preocupação com a extinção de espécies da fauna e flora, ou como as ações humanas desencadearam sérios problemas em ecossistemas inteiros, ou ainda uma forma de produção que diminua a extensão horizontal da cidade com fins de diminuir o desmatamento ou antropização de espaços verdes. O foco dado é na utilização dos benefícios que a natureza pode trazer ao homem, como forma recreativa de recarregar suas forças para poder voltar ao trabalho, nos mostra que em si a saúde humana não estava no centro das questões, e sim a contínua e ininterrupta produção industrial a partir da força de trabalho. O próprio termo ‘capital-natureza’ é uma das formas que o sujeito moderno consolida a captação destes recursos com fins inteiramente próprios e sem medir consequências posteriores.

Segundo o CIAM (1933), o problema que acometia as cidades no início do século XX em relação ao uso do automóvel era causado devido a incompatibilidade das formas e vias que não acomodavam a quantidade necessária de veículos. Isso acabava por causar engarrafamentos, barulhos e aumento de gases poluentes em determinadas áreas da cidade, além de prender os sujeitos por horas no engarrafamento, além de limitar seu trajeto como pedestre. Para que isso fosse resolvido, o veículo deveria ser liberado para ganho de velocidade e conseqüentemente de tempo, podendo empregar este tempo em diferentes áreas, principalmente no trabalho. O circular se estabelece como elemento de comunicação das 3 funções principais da cidade modernista, logo a ideia de liberdade para a mobilidade é levada

a um grau de abstração que prevê neste novo sistema, uma maior fluidez, maior conectividade e uma confiança na máquina como solução dos problemas causados pelas longas distâncias de uma cidade linear e principalmente de uma profunda ruptura com a função tradicional da rua.

Esta nova estrutura da cidade pautada no eixo rodoviário proposta pela Carta de Atenas, visava ainda uma integração regional e independente com outras cidades. O incentivo gerado pelo espaço ao uso do transporte particular também atendeu às demandas do mercado automobilístico que cresceram vertiginosamente durante o século XX. Este fácil deslocamento e a rápida expansão da cidade – por meio de elementos construtivos pré-fabricados – vão remodelar a paisagem da cidade durante o século.

A necessidade por moradia alcança uma grande escala principalmente no momento pós-guerra, criando a possibilidade de agravar a situação política que neste momento ainda era instável. As iniciativas capitalistas não se interessam pelo rendimento ainda ser insuficiente, o Estado então toma para si a responsabilidade de prover habitações e melhorias urbanas. A construção das habitações de forma rápida em larga escala acaba por ser levado de maneira pura e burocrata (LEFÉBVRE, 2008). O habitat pelo habitat não responde às demandas da população, afinal os serviços necessários para reprodução da vida não são dispostos de forma acessível, o que dificulta a vida da população moradora destes locais. Um destes modelos clássicos concebidos pelo movimento moderno para atender essa demanda é o complexo residencial urbano *Pruitt-Igoe* (Figura 05), localizado em *Missouri* – Estados Unidos da América, foi desenvolvido entre 1954-1955, porém, foi implodido no início da década de 1970 pela obsolescência que os prédios obtiveram.

Figura 5 – Conjunto *Pruitt-Igoe* e a racionalização do habitat pelo habitat.



Fonte: Bettmann/Corbis, junho de 1971. Disponível em: «<https://www.theguardian.com/cities/2015/apr/22/pruitt-igoe-high-rise-urban-america-history-cities>». Acesso em: 26 jan. 2021

Esta homogeneização da paisagem das cidades que já ocorria por meio de planos (em que na sua maioria desconsiderava peculiaridades perceptivas ou físicas), ou até mesmo do código de obras, começou a se tornar mais constante, a ponto de ser verificado uma padronização de planos diretores devido ao uso da mesma metodologia cartesiana, “na qual o espaço passava a ser visto de forma integrada às demais dimensões da cidade que não as físico-morfológicas” (LANDIM, 2004, p.63).

O modelo de cidade, e conseqüentemente de vida proposto pelo movimento moderno, inicialmente buscou atender a demanda de uma nova forma de representação da realidade industrial respondendo carência social principalmente no pós-guerra, com o intuito da criação de um novo e melhor tempo para todos pautado em uma estética própria e sem referências.

Tendo a produção industrial como principal eixo econômico urbano, a característica de uso e organização da cidade se assemelham a uma linha fabril, colocando em primeiro lugar a necessidade de facilitar a reprodução do capital. Consegue-se ainda compreender a necessidade do crescimento horizontal das cidades, não apenas para atender as demandas de áreas verdes e possibilidades de edificações soltas no lote, mas também uma maneira de ativar o mercado de terras urbanas.

Esta capacidade de rápida construção e em larga escala atendendo a demandas de grupos hegemônicos com interesses específicos, conseguiu formular grandes espaços uniformes, de difícil identificação. A austeridade e a abstração chegaram ao ponto de promover modelos urbanos que poderiam ser implantados em qualquer lugar do mundo, fortalecendo a ideia de um sentimento universalista e de plena conexão ao redor do mundo. Porém, estas ações promoveram a quase -se não a completa- erradicação de modos construtivos e de vida únicos.

O modelo modernista acaba por colocar todos os habitantes dentro das mesmas condições urbanas, independentemente de suas convicções ou características. A uniformidade não era apenas almejada nas formas urbanas, mas nos costumes, nos comportamentos e em uma sociedade como o todo, a sociedade das máquinas.

A compreensão do homem como unidade produtora, que necessita de momentos de lazer como forma de manutenção de sua força de trabalho, além do empregado de progressos nas condições de vida habitacional para melhoria da conduta moral do sujeito, se convergem na compreensão do homem apenas como produtor, como indivíduo capaz de

contribuir na grande máquina social. Porém, caso ele não possa, ou não se encaixe neste modelo social de produção, qual seria o lugar deste homem?

A relação de uma cidade ‘doente’ ‘física’ e ‘moralmente’, ser pautada apenas em dados matemáticos e na morfologia de suas ruas, coloca em pauta a não consideração de uma abordagem mais profunda, buscando compreender as questões sociais que permeiam as relações de classes e que culminam em problemas urbanos.

A identidade uniforme, hegemônica e unidirecional modernista de produção do espaço público não tende a durar por muito tempo, porém, alguns pilares são perceptíveis até os dias atuais. A ideia de crescimento linear das cidades modernistas, com o tempo chegou ao ponto de conurbação entre cidades, formando em alguns casos uma forte rede de relações e trocas de mercadorias.

É durante o movimento moderno que se concebe e se constrói grandes infraestruturas que possibilitam o estabelecimento das Regiões Metropolitanas, um agrupamento de cidades onde a dinâmica de produção e circulação do capital é intensa.

A segunda metade do século XX é marcada por diversos acontecimentos que modificam a forma com que a cidade é pensada. Não existe uma data específica que define o fim do pensamento modernista como influência no processo de produção da cidade – tendo ainda influências perceptíveis até os dias atuais – porém, o fim do movimento moderno é comumente datado no dia 15 de junho de 1972, às 15:32 na demolição do conjunto residencial *Puitt-Igoe* (citado anteriormente). Para que chegasse a esse ponto, mudanças sociais e econômicas ocorreram de forma a moldar um novo horizonte urbano, bem diferente daquele previsto pela Carta de Atenas.

Harvey (2008) explica que o espaço urbano nos anos 60 foi local de diversos movimentos de reivindicação, como os direitos civis, manifestações contra guerras, eventos contraculturais dentre outros. A proposta de uma sociedade idealizada pelo modernismo, constituindo uma visão homogênea, onde as particularidades da vida e dos sujeitos inexistentes não se sustentam mais. As práticas sociais de grupos ‘minoritários’ são espacializadas em um meio que não conseguia sustentar o que lhe era pedido: o direito à diferenciação, a unidade e a personalidade.

A repressão do capital simbólico anteriormente buscada, é substituída pelas novas formas de comunicar as distinções sociais, sejam elas econômicas ou culturais. A ideia de um pensamento pós-moderno nasce da necessidade social de signos e símbolos representativos, utilizando-se de um acúmulo de diversas referências e estilos passados, porém de forma

fragmentada e repaginada. Esta crise de representação acaba por trazer ao espaço urbano características cenográficas, muitas vezes utilizando a Pop Art e a iluminação neon. Buscam trabalhar a experiência espacial por meio da sensação fantasiosa e ilusória, retirando mesmo que momentaneamente o sujeito daquela realidade, como um tipo de válvula de escape (HARVEY, 2008).

A introdução destes símbolos no meio social, foi acentuado pelo capitalismo, que associou a produção cultural à produção de mercadorias, desenfreado assim o consumo por meio de fortes publicidades. O poder de consumo estava intrinsicamente relacionado ao poder de diferenciação do 'outro'. E desta forma, as paisagens das cidades começavam a transpor a necessidade da construção de identidades de grupos sociais, por meio de fortes remodelações em busca de espaços mais satisfatórios. Termos como 'revitalização urbana' e 'cidade colagem' ganham espaço entre os planejadores em seus discursos (HARVEY, 2008). As formas com que estas modificações vão acontecer no espaço da cidade, demonstram como o capitalismo absorve ou mesmo reproduz ideologias para perpetuar sua duração.

A visão pós-moderna compreende o espaço fora da dependência de suas funções, e sim como sujeito autônomo que agrega meios artísticos e de discurso, que não se pautam de um determinismo histórico, aumentando potencialmente seu poder de influência social, pois por meio de seu ecletismo conseguem alcançar um maior número de pessoas que se identificam com a mensagem, ou parte dela. Conseqüentemente o domínio pelo capital cultural de massas de uma aparência superficial eclética e com base na distinção econômica, tem como resultado efeitos ideológicos na sociedade (HARVEY, 2008). O pós-modernismo em sua forma material, ainda critica fortemente os ideais modernistas de purismo e da ausência de ornamentos e referências.

Uma das maiores críticas das ideias corbusianas, foi Jane Jacobs, a qual detalhou em seu livro 'Morte e Vida de Grandes Cidades' diversos pontos negativos e caóticos que fizeram com que a materialidade da cidade dificultasse a rede de relacionamentos que ajuda a manter um cotidiano dinâmico nas ruas. A autora afirma que "uma cidade não pode ser uma obra de arte" (JACOBS, 2009, p. 415), e que seu planejamento não poderia estar pautado em alinhamentos de eixos, critérios estéticos e a harmonia entre prédios de alto gabarito e grandes campos verdes para contemplação. A cidade é um organismo vivo que precisa ter interação direta entre os moradores.

Jane Jacobs (2009) ainda dentro de sua interessante análise, verifica a partir da paisagem urbana, um certo critério de escolha do capital especulativo em determinadas áreas

de forma concentrada, que produziam mudanças drásticas, em outras partes estes investimentos eram quase inexistentes, pois o local ainda não era percebido como prioridade pelo mercado, este movimento acentua as diferenças principalmente as simbólicas econômicas. E é partir desta mesma época do livro de Jacobs, que Claval (1979) afirma que genericamente a paisagem geográfica deixa de ser local ou regional e passa a obter diversos signos que expressam a intensidade da conexão com o mundo. A crescente inovação tecnológica acelera a mobilidade do sujeito, das mercadorias e das informações, isso altera a maneira de interpretação da paisagem. “As regiões econômicas passaram a representar melhor o novo mundo da técnica, da informação, do capital e da densidade de bens e pessoas” (*Ibidem*, p.16).

Segundo Massey (2008), na tentativa de abandono da antiga linguagem (de história universal única) adotou-se uma perspectiva de interconexões instantâneas, em que os limites da singularidade local e cultural se desintegram para fazer parte de um todo. Santos (1994) menciona a universalização do homem como produto e produtor em processo de criação de signos em cadeia.

[...] universalização do trabalho, isto é, do mercado do trabalho e do trabalho improdutivo, universalização do ambiente das firmas e das economias, universalização dos gostos, do consumo, da alimentação. Universalização da cultura e dos modelos de vida social, universalização de uma racionalidade a serviço do capital erigida em moralidade igualmente universalizada, universalidade de uma ideologia mercantil concebida do exterior, universalização do espaço, universalização da sociedade tornada mundial e do homem ameaçado por uma alienação total. (SANTOS. 1994, p. 14)

A difusão de um modelo econômico e de um mercado consumidor interligado a uma rede universal, gera falsa sensação de alta conectividade entre todas as partes do globo, sendo essa a universalidade buscada pelo movimento moderno, mas aqui propagada por uma economia de mercado, em que aliena o sujeito através do excesso de consumo dirigido.

Para Montaner e Muxí (2014), estas atividades econômicas nas cidades buscam instaurar um sistema de produção ao qual não depende da consciência da realidade, afinal a memória e o questionamento dos cenários propostos atrapalham o andamento deste ‘progresso’. Os meios de comunicação como rádios, e principalmente a televisão e o cinema (por serem visuais) tem papel importante nas sociedades pós-industriais e do capitalismo informacional no sentido de disciplinar a sociedade e aliená-la através do regime de signos, que ocorre de forma suave e quase imperceptível uma micro política das relações sociais de representação dos valores capitalistas (MAGNAVITA, 2010).

Este bombardeio de estímulos e a rápida obsolescência -que velozmente se torna programada- das mercadorias resulta no acentuamento da atitude *blasée* e a dormência para estímulos mais sensíveis, buscam a imagem de um passado perdido criando e enfatizando museus, ruínas e memoriais. Estes movimentos causam fragmentação do espaço interno da cidade, através de uma arquitetura e de um urbanismo que buscam a diferenciação entre si. No patamar de produção, a possibilidade de criação de bens se torna mais flexível -para atender ao mercado do 'diferente' - com produtos quase personalizados, principalmente os materiais da construção civil (HARVEY, 2008).

O crescimento exponencial destas cidades importava um modelo externo de desenvolvimento principalmente propagado pelos Estados Unidos, onde o acúmulo do capital e o desenvolvimento de uma região por meio de uma rede de relações urbanas com uma cidade em específico. Para Tuan (1980) esta nova sociedade, de excessos de propagandas em gigantes cartazes luminosos para anúncio de mercadorias -como a *Times Square*-, prédios de escritórios com arquitetura arrojada, grandes estacionamentos e grandes eixos de circulação para deslocamento de automóveis particulares e construções miméticas configuram as principais mudanças das paisagens destas cidades. Agora, estas seguem um processo que se direciona para a solidificação da metrópole como um novo marco.

Segundo Carlos (2007), o processo de metropolização ocorre através do processo de hierarquização do espaço a partir da dominação de centros que exercem um cargo fiscal, jurídica, policial, administrativo e de gestão. Logo a metrópole obtém uma centralidade em relação ao território, estruturando e coordenando áreas gigantes, tornando estes espaços relacionados em escala mundial, lugares de troca e produção de alto nível. Para Gottdiener (1997), o processo de aglomeração e desconcentração dá metrópole se dá por meio do capital financeiro direcionado pelas grandes corporações multinacionais.

Harvey (1980), explica que esta metropolização contemporânea está relacionada com a complexa economia global, a qual impõe uma organização, sejam em escalas locais, regionais, nacionais ou continentais em relação às áreas metropolitanas centrais da América do Norte e Europa Ocidental, redigindo assim um monopólio da organização espacial e econômica, que conseqüentemente irá proporcionar ambiente favorável para aplicação de inovações tecnológicas.

Estas ações transmitem novas formas de organização espacial, em detrimento das que já existem nas localidades. Gottdiener (1997) nos informa que a justificativa usada para legitimar tais ações que modificam drasticamente o espaço é pautada nos conceitos de

desenvolvimento e no mito do crescimento. Ao nos posicionarmos contra este movimento, estaríamos nos posicionando contra o ‘progresso’, nos cabe refletir sobre a quem interessa e a quem se beneficia este tipo de ‘desenvolvimento’.

A concepção da cidade moderna -como um todo- é diferenciada da cidade pós-moderna -um processo em constante transformação incontrolável e caótico (HARVEY, 2008). Este caos constante se faz necessário para justificar as medidas que são impostas como intervenções em determinadas áreas para melhorar o desempenho da urbe como produtora de capital. Conforme Montaner e Muxí (2014), com o tempo a rodovia vai substituindo o papel estruturante das ruas, e o shopping o papel da praça pública. Este por último acaba por impedir consequentemente os comércios mais modestos e simples, e privilegia as grandes cadeias e franquias.

A metrópole então é entendida como um grande marco da era moderna, centralidade urbana onde a vida flui com velocidade excluindo as barreiras espaciais e criando meios de vencer as barreiras naturais, além de impor um ritmo aos seus habitantes alucinantes onde ‘ninguém dorme’ e a banalização de tudo como objeto resultado de um processo de homogeneização, produzindo uma paisagem geográfica destas relações, organizações e sistemas (CARLOS, 2007; HARVEY, 2004). Estas paisagens são fragmentadas, como colagens feitas sobrepostas umas às outras.

Conforme Rossi (2001), a nova dimensão da cidade, seja ela metrópole, megalópole ou cidade região, pode alterar a substância do fato urbano, porém o mesmo não modifica sua qualidade espacial, apenas sua dimensão. É importante frisar que, em sociedades capitalistas e economias monetárias, o espaço e tempo formam um nexos substancial de poder social, em que o dinheiro é utilizado para dominar estes dois elementos (BERNAL, 2004). Portanto, a qualidade espacial dessa nova urbanidade criada, tende a atender uma demanda locacional -espacial- visando processos produtivos de mais valia -lucro-, com a maior e mais rápida mobilidade possível de fechamento do ciclo através de novas estruturas urbanas.

A modernização da globalização neoliberal por meio das infraestruturas da cidade requer uma remodelação para inserção de novos símbolos, e durante este processo acabam por destruir o tecido urbano e as características da cidade (MONTANER e MUXÍ, 2014). Como o caso citado por Davis (2006, p.19), dentre muitos outros, uma vila de pescadores na Malásia que são ‘absorvidos pela urbanização’ e tem suas vidas completamente transformadas sem ao menos sair do lugar.

E desta maneira são pulverizados os subúrbios das metrópoles. Jacobs (2009, p. 230) afirma que estes “bairros decadentes e de baixa densidade são os típicos fracassos da metrópole”, onde as paisagens são repetidas células habitacionais padronizadas devido a questões financeiras (WAISMAN, 2013). Porém Tuan (1980), é mais enfático ao afirmar que estes locais são econômica e culturalmente parasitas da cidade, mesmo algumas comunidades aceitando mudanças do uso do solo e agregando instituições. Carlos (2008) explica que existem pelo menos dois tipos de subúrbio que devemos considerar, a autora durante sua pesquisa se atenta a uma realidade sul-americana, na qual estuda a região metropolitana da cidade de São Paulo, e os impactos que advêm deste tipo de ocupação do solo.

“As contradições sociais emergem, na paisagem, em toda a sua plenitude, pois aqui os contrastes e as desigualdades de renda afloram, já que o acesso a um pedaço de terra, o tamanho, o tipo e material de construção vão espelhar mais nitidamente as diferenciações de classe. O acesso à habitação e aos meios de consumo coletivo são diferenciados segundo a camada social que se localizará e morará de modo diferenciado na cidade. Teremos aqui duas características básicas... A primeira diz respeito a segregação espacial, tanto das pessoas de maior rendimento financeiro, como também das de menor poder aquisitivo. **As primeiras** tendem localizar-se em bairros arborizados, amplos, com completa infraestrutura, em zonas onde o preço da terra impede o acesso a ‘qualquer um’. Há também, os condomínios exclusivos e fechados, com grandes áreas de lazer e até *shoppings* com grande aparato de segurança. **Os segundos** têm como opção os conjuntos habitacionais, geralmente localizados em áreas distantes dos locais de trabalho da população que lá mora; os bairros operários com insuficiência ou mesmo com ausência, de infraestrutura, e as áreas periféricas onde abundam as autoconstruções” (CARLOS, 2008, p. 95-96).

A forma colocada pela autora reflete de maneira mais latente a realidade de nossas cidades. Em que questões como a materialidade das habitações, localização na metrópole, acessos a bens e serviços, arborização e infraestrutura são questões que criam abismos quando comparamos condomínios fechados e favelas, mesmo que estejam um ao lado do outro, muito comum por exemplo no município do Eusébio, Ceará, como podemos ver na Figura 6.

Figura 6 – Favela do lado de condomínio fechado no município do Eusébio.



Fonte: Google Earth.

Montaner e Muxí (2014) se aprofundam mais sobre a ideia destes condomínios fechados, que muitas vezes possuem em sua morfologia identitária alguns resquícios da Cidade Jardim de Ebenezer Howard. Os autores afirmam ser espaços sem memória, sem livre acesso e uma excessiva valorização da vida feliz, são descolados da realidade da cidade, pois não existe há espontaneidade da vida e nem imprevisibilidade, todos seus moradores “pretendem ‘ser’ e ‘moralmente’ agir ‘iguais’” (p. 121). Onde se alcança quase uma cidade cinematográfica perfeita para se ser feliz, se murar contra os perigos da metrópole e descansar em seus verdes jardins.

Para poder desfrutar destes símbolos e prazeres, são criados simulacros artificiais urbanos que mimetizam a vida de forma artificial, estes são quase como ilhas artificiais em meio ao oceano e buscam atender a um grupo seletivo de usuários com serviços, comércio e habitação, tudo em segurança. Davis (2006), explica a implantação destas réplicas de condomínios que fogem totalmente da realidade cultural do local da implantação, como a *DreamLand* no Cairo, Egito, onde é usado o modelo de urbanização de *Beverly Hills*, ou como *Long Beach* em Pequim ao lado de uma super autoestrada de 6 pistas e *Palm Spring* em Hong Kong onde os moradores jogam tênis e passeiam por parques temáticos cercados por uma arquitetura neoclássica em um estilo de vida californiano de alto padrão. O que nos mostra que há uma obsessiva busca pela segurança, isolamento social e separação em nível mundial.

O autor ainda afirma a importância de percebermos a reorganização do espaço metropolitano, que acaba com incluir a diminuição drástica das relações entre diferentes camadas sociais, “que transcende a segregação social e a fragmentação urbana tradicionais. [...]” (DAVIS, 2006, p. 124). Jacques (2012) complementa afirmando que esta busca por um espaço urbano hegemônico e estereótipo de experiências não destrói completamente a vivência urbana, mas nos insensibiliza, capturando e domesticando as sensações das diversas casualidades e imprevistos da cidade. Este processo ocorre atualmente por meio da espetacularização das cidades, em especial na tentativa de pacificação do espaço urbano que busca encobrir as tensões que são inerentes dele, esta esterilização da esfera pública acaba por interferir diretamente na experiência da alteridade das cidades, que acaba por criar apenas grandes cenários sem vida.

Rossi (2001) nos lembra que a escolha da imagem da cidade é feita pela própria cidade, mas alerta que isso é feito por meio de suas instituições políticas. Encontramos então, um percalço de interesses socioeconômicos e socioculturais de reafirmação quanto grupo

dominante por meio das decisões. Harvey (2008) complementa afirmando que a capacidade de influenciar a produção do espaço está diretamente relacionada com o meio de aumento do poder social, materialmente falando, seriam os investimentos em transportes, comunicações, infraestruturas e etc. Afinal, “[...] quem domina o espaço pode controlar a política de lugar [...]” (HARVEY, 2008, p.213).

Não é incomum vermos líderes políticos e grandes construtoras decidindo e intervindo em conselhos gestores de zoneamento das cidades, ou um acordo de obtenção de uma licença especial para um determinado empreendimento, um bom exemplo disso em Fortaleza, é o uso da OODC (Outorga Onerosa do Direito de Construir) utilizada pelo Shopping RioMar no bairro do Papicu, ou a escolha e implantação de empreendimentos, além das formas de uso do solo por algumas construções que fazem parte da ZEDUS (Zonas Especiais de Dinamização Urbanística e Socioeconômica) na cidade.

As interferências do mercado imobiliário no planejamento das cidades muitas vezes ficam nítidas, com acordos públicos chamados ‘parcerias’, ou um representante não tão ativo na empresa se candidatando a cargos políticos, dentre outras formas. Afinal, a interferência na política vai depender de onde e como se quer chegar.

Os acordos e interferências políticas, alinhadas às ações da elite dominante e o mercado corporativo e imobiliário tem reverberação direta na conformação do espaço público em sua forma, uso, materialidade e imagem. O direcionamento de projetos, expansões e tipologias de empreendimentos visando principalmente o retorno financeiro e a fixação de um símbolo de status -neste caso o uso da ‘cultura do desenvolvimento’ como algo sempre benevolente a sociedade-, acaba por colocar a vida urbana, a heterogeneidade e a espontaneidade da vida fora da paisagem urbana das mediações da sua implementação.

Este crescimento da mancha metropolitana envolve a legitimação do impulso de crescimento fomentada pelos próprios municípios por meio de suas legislações locais, já que o desenvolvimento do uso da terra implica diretamente na arrecadação tributária. Ao mesmo tempo que invisibiliza os moradores que outrora moravam em regiões centrais, e os marginalizam em um confinamento social em locais menos capazes de desempenhar um papel ativo economicamente e politicamente. Além da perda da vida comunitária local, que outrora era intimamente ligada às suas áreas públicas e vizinhos, estes agora acabam por se tornar mais e mais estranhos devido à não convivência em espaços comum (GOTTDIENER, 1997).

“Esse individualismo moderno, ligado à implosão das orientações sócio-culturais e da crise da cidade, aponta para o fato de que as transformações do processo de

reprodução do **espaço urbano** tendem a **separar** e **dividir** os **habitantes** na cidade em função das formas de apropriação determinadas pela existência da propriedade do solo urbano; cada um num endereço específico, apontando para **uma segregação espacial bem nítida**, passíveis de ser observada na **paisagem** como produto da articulação entre uma **hierarquia social** e uma **hierarquia espacial**, que caracteriza os usos no espaço urbano. [...]” (CARLOS, 2007, p. 80, com grifos nossos)

A ideia então é criar uma higienização social da cidade, e torná-la mais agradável aos olhos dos investidores. Silva (2008) chama de planejamento estratégico, o qual se inscreve na visão de uma governabilidade pautada nas metas de criação/remodelação da “cidade de cunho empresarial, bonita, asséptica e apta ao lucro. [...]” (p. 93-94). Segundo o autor, estas reformulações não eliminam apenas o patrimônio urbano, como também contribuem para a remoção da população mais pobre (normalmente favelas) para locais distantes, uma vez que o local onde se encontram são centrais e cobiçados pelo mercado imobiliário. Estas ações muitas das vezes são respaldadas pelo Estado.

Não é incomum encontrar em grandes cidades que buscam se promover usarem as intervenções temáticas em seus centros para obterem uma ‘salvação econômica’, onde se criam cenários para consumo da classe média, que contemplam a extravagância que as transformações do mercado imobiliário produzem no espaço (MONTANER e MUXÍ, 2014). Tuan (1983) explica que esta necessidade de criar fisicamente os meios simbólicos serve para a nação-estado se concretize, e não apenas paire em uma ideia política de espaço e identidade, isto é necessário devido ao grande contingente populacional de nossas cidades, nas quais é impossível os habitantes todos se conhecerem e manterem uma unidade simbólica territorial. É então necessária a criação de espaços para que possam ser diretamente experienciadas essas sensações.

Estas formas em que a globalização e o capital simbólico se expressam ficam nítidas quando comparamos grandes cidades, Froner (2009) comenta que ao passar do tempo as cidades ficam mais parecidas entre si dentro de seus cenários de concreto, trânsito, esquadrrias, centros de compras, tendo localizações inteiras remodeladas para a reprodução exótica e atrações turísticas, o patrimônio local basicamente desaparece ou é escondido. A impressão da metrópole na paisagem é algo nítido, e pode ser facilmente identificado por meio de um modelo importado.

“[...] O que é notável não é que o urbanismo seja tão diferente, mas que seja **tão similar** em todos os **centros metropolitanos do mundo**, a despeito das diferenças significativas em política social, tradição cultural, arranjos administrativos e políticos, instituições e leis etc.[...]” (HARVEY, 2008, p. 238, com grifos nossos)

Estes centros metropolitanos se moldam em busca de um padrão da cidade global, que dificilmente se adequa à cultura local, logo as consequências no uso do solo e dinâmica da cidade são de grande escala. Gottdiener (1997), acrescenta comentando sobre as centralidades de muitas cidades americanas virarem grandes parques de escritórios, locais com grande densidade populacional de dia, porém extremamente vazios à noite. Algo muito semelhante acontece no centro da cidade de Fortaleza, onde seu principal uso é constituído de comércio e serviços e poucas habitações.

Para Harvey (2004), o significado da palavra ‘globalização’ está atrelado intrinsecamente a produção capitalista do espaço, em que Carlos (2007) aprofunda complementando que o desenvolvimento aplicado na técnica de produção para diminuir o tempo de percurso, estreitando distâncias resolve o problema das discontinuidades espaciais, sendo este um dos problemas da reprodução do capital. Esta questão segundo a autora é resolvida quando se constitui e fortalece a ideia da região metropolitana, por meio de infraestruturas de transporte, criando uma rede mais solidificada, destruindo fronteiras e obstáculos à sua frente, e reproduzindo uma hierarquia diferencial dos lugares de investimento.

Para Silva (2019b), quando a cidade integra seu espaço metropolitano, esta passa a ser considerada como totalidade funcional, instrumento de intervenções, já não mais segmentada em bairros ou setores, este processo é caracterizado por todas as políticas de auxílio financeiro para desenvolvimento urbano. Estes investimentos são direcionados muitas vezes para criação de infraestruturas de grande porte ou reestruturação de áreas da cidade, buscando ativar o turismo, o desenvolvimento econômico, industrial, comercial, dentre outros. Lynch (1999) considera que estas modulações ou remodelações das cidades e/ou regiões metropolitanas deveriam ser seguidas de ‘plano visual’, no que se consistiria em uma gama de indicações e controles que estariam preocupados com o resultado visual e a escala urbana.

Porém, como já vimos anteriormente, o resultado da paisagem urbana da metrópole é a sobreposição de modelos, onde em sua centralidade são modelos importados seguindo a cartilha da ‘cidade global’, e indo em direção à periferia se dividindo em condomínios fechados e bairros mais humildes. Estes novos conceitos de planejamento urbano, são resultado da emergência da globalização segundo Silva (2008), estes agora são ajustados à lógica de reestruturação produtiva, fazendo com que a cidade seja reduzida à posição de um grande mercado. Para o autor, neste ponto de vista, acirra-se a competição

entre as cidades, em que todas querem ampliar seus raios de ação e fortalecer suas relações com o mundo globalizado. É o que Waisman (2013) chama de ideologia arquetônica, a que de forma involuntária ou não, acaba acontecendo nas intervenções urbanas, pois acabam por impor através da materialidade do projeto de um arquiteto urbanista uma visão de mundo [“modos de vida, valores econômicos e sociais, relações sociais, situação tecnológica etc.” (p. 154-155)].

Este constante investimento em infraestruturas físicas e sociais acabam por criar concentrações geográficas de vantagem que chamam a atenção do capital (HARVEY, 2018). Há uma tentativa de criação de uma imagem positiva da cidade de alta qualidade, em que a arquitetura e projetos urbanos consigam vender este ideal para o mercado (HARVEY, 2018). O Estado neste ponto tem um forte peso, pois estas ações que muitas vezes acontecem com uma coparticipação entre o público e o privado vem atender demandas que estão em planos e programas em instâncias municipais e estaduais (um exemplo deste: Fortaleza 2040 e Ceará 2050). Nesta circunstância, o produto social e o espaço são instrumentos de exercício, que estará sob controle e conseqüentemente produzirá uma hierarquia de poderes (CARLOS, 2007).

Desta forma, a metrópole segue o raciocínio de construção e reconstrução à imagem do capitalismo, auxiliando-o a ascender as crises constituindo como ‘soluções espaciais’ na forma de ajuste do sistema produtivo e circulação do consumo (SOBARZO, 2006). Estes investimentos focam cada vez mais na qualidade do espaço para reprodução das relações sociais e valorização de regiões degradadas, como

“[...] a inovação cultural e melhoria física do ambiente urbano [...], atrações para consumo (estádios esportivos, centros de convenções, shopping centers, marinas, praças de alimentação exóticas) e entretenimento (a organização de espetáculos urbano em base temporária ou permanente) se tornaram facetas proeminentes das estratégias para regeneração urbana. Acima de tudo, a cidade tem de parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou se estar, para divertir-se e consumir. [...]” (HARVEY, 2005, p. 176)

Estas modificações espaciais tentam criar uma atmosfera que atenda superficialmente aos sentidos principais de segurança e bem estar e principalmente de atualização da metrópole quanto ao seu contexto globalizado. No caso de Fortaleza, vemos nos últimos 15 anos a inauguração do CEC - Centro de Eventos do Ceará, Reforma do Estádio do Castelão dentro dos padrões da FIFA - Federação Internacional de Futebol Associado, construção do CFO – Centro de Formação Olímpica, inauguração e abertura de *shoppings centers*, o Festival Internacional de Arte Urbana - Festival Concreto, a inauguração

do Museu da Imagem e do Som, Museu da Fotografia e da Estação das Artes, o projeto do Acuario Ceará, Revitalização da Beira Mar com alargamento da calçada, remodelação do Mercado dos Peixes, além da construção do Centro Gastronômico da Sabiaguaba e da Exposição Cidade Mais Infância dentre demais outros. Todos estes empreendimentos buscam a atenção do mercado externo para investimento na cidade.

A tematização da cidade, segundo Montaner e Muxí (2014), busca demarcar áreas com especificidades para que sejam atraentes para a atividade turística, hoje em Fortaleza, há uma forte ação do Governo do Estado junto à Prefeitura de remodelar o uso do centro da cidade e do bairro Praia de Iracema por meio de projetos de cunho cultural e econômico, na tentativa de dinamizar estes bairros tradicionais turisticamente e principalmente à noite, quando suas ruas ficam desertas.

Porém, muitas vezes estas cidades são invadidas por símbolos que não tem nenhuma representatividade às suas características culturais, o que acaba até desconfigurando parte de sua identidade, história e paisagem local, um tipo de embelezamento fútil (MONTANER e MUXÍ, 2014). Contextualizando em nossa metrópole, se encaixaria perfeitamente a proposta da roda gigante que se localiza no espigão da João Cordeiro, orla da cidade, o empreendimento seria aos moldes da *London Eye*, ícone da capital inglesa.

Jacobs (2009) nos alerta sobre a utilização de grandes prédios de escritório utilizados como ‘peças de xadrez’ pelos urbanistas com pretensão de revitalização de áreas. Estes têm a missão de transmitir o quão avançado o mercado da construção civil está na metrópole, e em Fortaleza, encontramos dois grandes exemplos, o *Washington Soares Trade Center* e o *BS Design Corporate Towers*. Ambos com suas propostas internacionais arrojadas de arquitetura em vidro espelhado (o que não é indicado para o clima da capital) e com ideias ‘ousadas’ de espaço de convivência privado. Aqui vemos o que Silva (2019b) fala sobre como a cultura se relaciona com a hierarquia da metropolização mundial e a necessidade de sua inserção na rede globalizada, onde é necessário reproduzir modelos internacionais que não correspondem com nossa realidade.

Montaner e Muxí (2014), comentam sobre como herdamos do modernismo a incapacidade de relacionar as novas interações com as já existentes, não há o pensamento de que o novo e o antigo conseguem coexistir mutuamente, deveria haver um respeito a identidade e elementos culturais, uma busca de equilíbrios ambientais, recriação de memórias afetivas e reinvenção do complexo produtivo urbano. Estas construções midiáticas de identidades dos municípios se dão por uma corrida por meios de tornar a cidade mais atrativa

para investimentos externos. Segundo Harvey (2005a) a redução das barreiras espaciais acentuou ainda mais esta competição entre cidades e/ou regiões metropolitanas, que direcionou ainda mais a oferta de ‘ambientes favoráveis para negócios’ e a realização de qualquer tipo de atrativo financeiro à cidade. O autor explica que a criação da imagem da cidade como um espaço apropriado vai depender muito do tipo de propaganda que é feita desta, considerando o crescimento esperado e um local propício para um desenvolvimento econômico e social, são uma das formas de firmar elementos para atrair outras formas de investimentos, assim como a necessidade de criar centralidades de entretenimentos, de consumos, financeiras, principalmente depois de já terem passado pelo processo de desindustrialização (HARVEY, 2005a, 2008).

Para Silva (2019b), a cidade contemporânea é expressão pura do *city marketing*, tática de investimos fundada na hierarquia da cidade que é imposta, esta indiferente à relação que a urbe tem com seus habitantes, e se encontram em uma grande competição mundial em que precisa assumir um ou diversos perfis na rede da sociedade urbana, o espaço urbano então deixa de ser do morador e passa a servir de palco para os diversos discursos a serem assumidos pelos gestores e empresários de tipos de cidades, como: [...]“cidade saudável, cidade bela, cidade verde, cidade olímpica e muitos outros títulos.” (p. 245-246). É o que Harvey (2008, p.187), durante sua pesquisa sobre a atuação do mercado na cidade aponta: “O capital está construindo cidades para que pessoas e instituições invistam nelas, e não cidades para as pessoas comuns viverem[...]”.

A atuação destes agentes produtores do espaço de forma direta e autônoma, em um contexto globalizado, acabam por colocar cidades em diferentes localizações ao redor do mundo para competir entre si (HARVEY, 2018), criando e implantando nelas, lógicas mercadológicas e visuais como fontes para o desenvolvimento local. Para Jacques (2010), esta dialética espetacular, na qual se baseia na produção de imagens e construção de concordâncias urbanas, tornam espaços públicos contemporânea e a cultura local em peças de publicidade para consumo imediato, “Os atuais projetos urbanos contemporâneos são realizados no mundo inteiro segundo uma mesma estratégia: homogeneizadora, espetacular e consensual” (p. 108), que em conclusão são apenas imagens publicitárias da cidade.

Com tantas intervenções, projetos, renovações, empreendimentos, reformas, é normal que se cria uma complexidade para se resumir a cidade apenas ao seu próprio nome, neste caso Tuan (1980) identifica que algumas cidades são identificadas por suas obras monumentais como Torre Eiffel, Coliseu e Grandes Muralhas, ou pelo seu *skyline* como Nova

York ou São Paulo. O autor também descreve os cognomes⁶ que são dados a algumas delas, como por exemplo Cidade Maravilhosa (Rio de Janeiro), Terra da Luz (Fortaleza), Capital da Alegria (Salvador) e Capital da Esperança (Brasília). Estas abstrações do imaginário da cidade buscam captar o que se tem de incomparável no local, e são importantes para fixação das características que o local se propõe a oferecer aos seus turistas como ao capital externo investidor, uma forma de tentar se diferenciar dentro das inúmeras intervenções que as assemelham.

Em alguns casos, é necessário a criação de um emblema urbano, símbolo da cidade, aquele com o qual ela seja reconhecida e possa ter ‘força’ suficiente para competir com as demais. Tuan (1980), cita o caso de Saint Louis, Missouri nos Estado Unidos, no qual foi criado o *Gateway Arch*, no qual a escala de sua construção extrapola comparando seu entorno imediato, dando a impressão de ser maior do que realmente é, com seus 192 metro de altura, colocando assim a cidade no mapa das atenções com seu “[...] grande arco construído sem fins utilitários.” (p. 231). A ideia de construção de ícones grandiosos nas cidades, por vezes perpassam outras condicionantes, como as populações de baixa renda que se alocam em regiões visadas pelo mercado imobiliário e investidor.

Normalmente a ocupação por esta população ocorre primeiramente em terras urbanas de baixo valor, por vezes em locais mais distantes, em áreas de risco ou profundamente marginais, são elas: leitos de rios, córregos ou valas, morros, lugares suscetíveis a cheias em épocas chuvosas, pântanos, antigas instalações industriais e encostas. Lugares onde o mercado imobiliário não tem interesse, e a especulação não chega, onde há uma insuficiência ou até mesmo a ausência de infraestrutura, as favelas também se localizam onde a propriedade privada não consegue exercer o seu poder, sendo terras da prefeitura ou áreas de litígio (VALLADARES, 2005; CARLOS 2008).

Waisman (2013), explica que estes assentamentos carregam um significado totalmente negativa perante a administração pública e a da visão desenvolvimentista, as denotações relacionadas a eles são de pobreza e carência de moradia digna, e consideram que isso implica em traços de delinquência, “próprias de redutos de setores sociais sem capacidade nem desejos de levar uma vida ‘normal’” (p. 177), lugares desprezíveis em uma sociedade que se julga moderna. Estas ‘feridas sociais’ demonstram um problema que só poderia ser resolvido com a sua eliminação imediata.

⁶ Substituição comum do nome de alguém ou lugar por um apelido ou qualidade mais notável.

Uma das ‘desculpas’ utilizadas pelo Estado e grupo de empresários para remoção desta população, são os eventos internacionais de alto nível, que buscam fazer higienização da pobreza urbana, para locais onde estes não sejam visibilizados durante o evento pelo mundo (VALLADARES, 2005), assim facilitando a implantação de infraestruturas e dos empreendimentos para atender a grande demanda turística (MONTANER e MUXÍ, 2014) mesmo que fossem utilizados pontualmente. O Brasil passou por diversas destas ações nos últimos anos, principalmente a cidade do Rio de Janeiro, que foi sede dos jogos Pan Americanos de 2007 e Jogos Olímpicos de 2016. Outras cidades como Recife, Manaus, Natal, Salvador, Cuiabá, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Brasília e Porto Alegre foram sede dos jogos da Copa do Mundo em 2014, a gama de material produzido sobre a remodelação e expulsão de populações mais pobres é facilmente encontrada sobre cada uma das cidades.

A segregação posta devido as remoções que ocorrem, é considerada por Davis (2006) uma guerra social incessante em que o Estado atua regularmente em nome do ‘desenvolvimento’ e do ‘embelezamento’ e até mesmo usa do termo ‘justiça social para os mais pobres’, para então reestruturar limites espaciais em prol de donos de terrenos, empresários estrangeiros e a alta sociedade. Não é incomum a criação de cidades satélites para induzir a massa populacional mais pobre a se mudar, o autor cita as cidades do “Cairo, Mumbai, Délhi e Cidade do México” (p. 107) que antes eram rurais, porém acabam sendo engolidas pela lógica do crescimento urbano, transformando-as em bairros periféricos da metrópole.

Muitas das vezes estes espaços têm problemas sociais ainda mais graves devido às intervenções. Segundo Davis (2006), houveram reproduções de modelos coloniais de controle urbano com segregação de espaços, estes instaurados pelas ditaduras de governos locais, como em Lilongué no Malauí (que resultou em modelos semelhantes ao do *apartheid*), em Luanda e em Kinshasa na República do Congo. Em Mianmar, o governo ditatorial local reassentou uma comunidade periurbana inteira por estarem no caminho da construção de parque para turistas, estes foram deslocados para um local insalubre, sem esgotamento sanitário, coleta de lixo e problemas de diversas ordens (DAVIS, 2006).

Estes bairros e localidades são desprezados, apesar de comportarem um quantitativo populacional enorme -logo um grande número de votos-, um dos motivos deste desprezo, e creio ser o principal, é o próprio sistema de autoconstrução (MONTANER e MUXÍ, 2014) o qual evidencia a classe social daquela população e imprime na paisagem da cidade os abismos sociais existentes. Davis (2006), reflete sobre como o pensamento da

paisagem da cidade era idealizado por arquitetos e urbanistas, prevendo que fossem feitas de vidro e aço escovado, porém foram e estão sendo construídas em sua grande parte em tijolo aparente, plástico reciclado, palha, pedaços de madeiras e outros restos materiais de construção. Para o autor, no lugar “das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração.” (p. 28-29).

Não há como cogitar ignorar estes espaços, muito menos subjugar-los, e jamais reassentá-los de primeira instância em condomínios habitacionais sem a participação da população ativamente na tomada de decisões. As favelas estão em todas as metrópoles, pois estas são frutos de uma solução habitacional dentro de um sistema capitalista desigual, e fazem parte da história do desenvolvimento urbano e cultura principalmente de nossas cidades brasileiras.

Com o fim do movimento moderno e o início do movimento de contracultura dos anos 1960, o mundo se viu em busca de nova perspectiva social de continuidade, e foi nas diferentes formas de distinção social proposto pelo pós-modernismo, no qual se usava da multiculturalidade e o poder do capital como meio aberto de comunicação estética, que esta continuidade foi dada. Além das fortes críticas ao movimento anterior principalmente na conformação urbana e na austeridade criada pelos seus projetos, o pós-modernismo tinha em seu conceito de cidade uma forma de administração, intervenção e controle que iam para além dos limites oficiais dos municípios.

A concepção de região administrativa da cidade ocorre em um momento que o capital satura a terra urbana da cidade, e busca em seus arredores formas e modelos de captação e aumento do giro da mais valia, conseqüentemente as influências que a cidade principal tem sobre as demais cresce exponencialmente. Logo a região metropolitana se estabelece como novo vínculo do capital com a cidade, mas principalmente da cidade com o mundo.

Para esta nova perspectiva de cidade, são necessárias novas configurações urbanas capazes de facilitar e instigar os investimentos externos captados para uma ‘melhoria’ espacial, com isso, as paisagens urbanas destas regiões metropolitanas são drasticamente modificadas, homogeneizando e instaurando novos modos e comportamento citadinos, uma vez que o antigo modo urbano e a sensibilidade aos pequenos detalhes da cidade já não cabem neste modelo.

A importação de modelos urbanos e habitacionais são propostos a partir da parceria do Estado com o mercado global de investimentos, que financiam remodelações e grandes projetos que implantam símbolos de poder, e criam pequenas ilhas de condomínios fechados descoladas da realidade que as rondam.

A criação de uma imagem midiática da cidade competitiva a nível global, nos mostra a força da ideologia de mercado de terras e de uma ‘cultura’ criada para se vender um produto experiencial, a cidade. Com isso, grupos sociais menos favorecidos são realocados, expulsos, ou até mesmo extirpados para dar lugar ao ‘desenvolvimento’ e ao ‘progresso’ que está por vir.

A favela foi, e ainda é o alvo central destes planos de melhoramento da cidade, suas localizações são estratégicas para o crescimento do mercado imobiliário. Muitos destes planos não conseguem conceber e identificar as historicidades e minuciosidades que existem nestes territórios compartilhados e produzidos de forma conjunta, e por isso conseguem seus êxitos. Porém ao nos debruçarmos um pouco mais, compreenderemos que a favela é parte intrínseca no nascimento, crescimento e desenvolvimento das cidades, principalmente as brasileiras.

3 O LUGAR NA/DA FAVELA EM FORTALEZA

O lugar se constitui como espaço de reprodução da vida, onde usos e acontecimentos nos marcam, e o cotidiano gera apropriação. Nas cidades, estes espaços com o tempo acabam por ser cada vez mais raros, onde uma conversa na calçada, ou crianças brincando na rua já não ocorrem com tanta frequência. Porém, nas lacunas das metrópoles, encontramos ainda estas atividades no dia-a-dia dos moradores, elas persistiram ao tempo, se adaptaram, e são constantemente autoafirmadas pelos mesmos.

A favela como lugar de reprodução social e de identidade, possui significado histórico de reafirmação do discurso dos favelados contra o sistema formal da cidade, que constantemente busca seu extermínio. Neste capítulo abordaremos a relação entre o significado de lugar e a dinâmica da favela dentro dos contextos históricos, sociais e urbanos. Para tal, um conjunto de autores de diversas áreas irão colaborar na construção de um pensamento livre de discriminação e estereótipos. Serão abordados formas, processos e conceitos na busca de construir uma linha de pensamento ampla e clara para total compreensão de nosso objeto central, o lugar favela.

3.1 A favela enquanto autoconstrução popular do lugar.

“[...] O ambiente, efervescente, de uma cidade a cintilar.

A refavela, revela o salto, que o preto pobre tenta dar, quando se arranca, do seu barraco, prum bloco do BNH

A refavela, a refavela, ó, como é tão bela, como é tão bela, ó”

REFAVELA – Gilberto Gil, 1977

“Quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar. [...]”

TUAN, 1983, p. 84

O espaço da cidade é constantemente produzido e reproduzido, dia a dia diversos atores sociais empenham seus papéis na transformação do solo urbano (CORRÊA, 1995). Ao introduzirmos o conceito de lugar como meio de compreensão espacial, nos deparamos com Tuan (1983), que nos explica serem objetos que dão identidade ao espaço, ao tempo que nos torna totalmente familiar. Sendo assim a ideia do conceito de lugar é preenchido principalmente com o conjunto de acontecimentos, usos e sensações que o espaço nos proporciona (BESSE, 2014).

Para Carlos (2007) e Lefebvre (2008), o lugar é espaço vivido, onde o cotidiano comunitário é estabelecida, nele se guarda as dimensões do deslocamento da história enquanto composição da existência, visto que é nele em que “emerge a vida, pois é aí que se dá a unidade da vida social.” (p. 22), cada pessoa se localiza em um espaço concreto que conhece ou desconhece, usa e transforma, sendo o lugar possuidor de usos e sentidos em si.

Portanto o lugar é espaço físico, intrinsecamente ligado ao nosso cotidiano, detentor de familiaridade, histórias e sensações que nos dá base ao nosso ser social. Sobarzo (2006), esclarece que a introdução do conceito de lugar nos proporciona integrar o cotidiano e a apropriação espacial, pois são fundamentais na construção da identidade de seus usuários, se debruçando desde o imaterial até o material, levando em consideração que estas experiências ultrapassam a materialidade espacial, pois carregam em si o simbólico e o imaginário, que incluem a potencial transformação do espaço. Sendo assim, a construção destas identidades espaciais dos lugares possui forte teor de possibilidade de alteração, seja ela física ou abstrata.

Segundo Carlos (2007), é no lugar que se guarda este significado e proporções históricas que dão base à vida por meio de memórias e sentidos. A autora afirma que no mundo moderno, a realidade acaba por se reproduzir em diferentes escalas, porém, sem eliminar algumas particularidades do lugar, “pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos de vida formas de apropriação expressando sua função social, projetos, desejos.” (p. 22). Logo as características que compõe o lugar conseguem sobreviver e fazer com que sua dinâmica de memória, significado e materialidade se perpetue, ao passo que estes reafirmam importantes especificidades e modelos da sociedade.

Este significado profundo do lugar, depende da intimidade da relação humana, que por meio de acontecimentos, mesmo simples podem render um profundo sentimento pelo espaço. A concretização da experiência ocorre através da mente ativa e reflexiva como também por meio de todos os outros sentidos. A imagem do espaço físico acaba por ser conhecida intimamente, mesmo não sendo clara, conseguimos vivenciá-la e ter acesso a ela por meio de nossas memórias. Ao ponto que Tuan (1980) nos coloca que a consciência de nossa história é um fator de profunda relevância em relação ao sentimento pelo lugar. Consequentemente, a produção do lugar, vai depender intimamente da vivência histórica e da relação do sujeito ou comunidade com espaço no qual ele ou eles se inserem.

Sendo assim Carlos (2007), define que o lugar é a base da reprodução da vida, pode ser examinada por três pontos: habitante, identidade e lugar, no qual é através de seu corpo (sentidos) que se apropria e modifica os espaços em sua materialidade e imaterialidade

por intermédio de seu cotidiano nos espaços vividos. Este lugar apropriado por meio de uma corporeidade⁷, podendo ser uma rua, uma praça, um bairro ou uma esquina, se dá pelo pleno conhecimento e afeiçoamento deste espaço, porém, não seria jamais a cidade *latu sensu* ou mesmo a metrópole, pois suas dimensões e intervenções não o proporcionam. Isso ainda acontece em pequenas escalas dentro da metrópole, no nível do bairro, ou seja, uma pequena porção de um todo, mas não é o que representa uma metrópole (*ibidem*).

São as relações humanas que criam estes ‘lugares’ dentro das metrópoles, pois este só é compreendido em suas referências por uma gama de sentidos expressos pelo seu uso, logo em nosso mundo moderno, existem diversas formas de análise do lugar, devido as pluralidades de formas e conteúdo em nosso desenvolvimento histórico e social.

A metrópole por se consistir em um espaço de grande dimensão que exerce influência para além do limite da capital, e, socialmente estratificada por um processo socioeconômico capitalista, nos abre a compreensão de possibilidades de diferentes corporeidades de lugares, que atendam aos grupos em suas particularidades identitárias, sociais e espaciais, o que acaba por criar diversos lugares dentro de uma mesma metrópole (CARLOS, 2007).

Segundo Tuan (1983), a permanência é um fato decisivo para o conceito de lugar, pois acabam por criar referências para o grupo que ali habita, ao passo que, a ausência das pessoas ‘certas’, o espaço físico perde seu sentido, de maneira a ser desconfortável aos que ali estão, portanto o autor defende que não se deve planejar e muito menos desenhar de forma deliberada estes espaços que possuem íntima troca entre sujeito e espaço, pois estas intervenções não podem garantir algum êxito. Portanto, os lugares são sensíveis às modificações, principalmente quando não ocorrem de forma participativa.

Quando bairros são ameaçados de alguma forma por intervenções do Estado ou ações de grandes incorporadoras imobiliárias, é comum que o sentimento de afeto de alguns moradores tem por alguma rua, esquina ou praça, se expanda, incluindo uma área maior (TUAN, 1983). Carlos (2007) nos explica que neste contexto, a ideia de lugar se recicla e se articula com as demais para se fazer presente frente às mudanças indesejadas, se materializa e posiciona de forma reivindicatória.

Cada vez mais os lugares constituem uma nova relação com o mundo globalizado, se redefinindo a partir do aprofundamento e/ou definição das suas relações dentro de uma

⁷ Corporeidade pode ser definida como a relação interpessoal entre corpos, seja em par ou conjunto. Dentre diversas abordagens, se coloca em um contexto do corpo em movimento, e sua forma de se conectar com o mundo (CARLOS, 2007).

rede de lugares, onde a primeira consequência é o carecimento da relativização do conceito da situação (SANTOS, 2006). Afinal, inicialmente o lugar se define pela identidade histórica que interliga o sujeito ao local onde este processa a vida, porém, paulatinamente esta “situação” se vê influenciada, determinada, ou mesmo ameaçada, pelas relações do lugar com um espaço mais amplo.” (CARLOS, 2007, p.21). É necessária a compreensão que os lugares dentro das metrópoles sofrem estas interferências por estarem dentro um espaço globalizado com uma gama de agentes indutores de tendências, que afetam as pessoas desde a corporeidade até a materialidade da construção destes lugares.

Para a autora, a questão da identidade do lugar no mundo globalizado, necessita de uma apreensão mais profunda do processo

“Repensar a identidade do lugar cada vez mais dependente e construída no plano do mundial faz com que, hoje, a história do lugar passe cada vez mais pela história compartilhada que se produz além dos limites físicos do lugar, isto é, de sua situação específica. Assim a situação muda na trama relativa das relações que ele estabelece com os outros lugares no processo em curso de globalização que altera a situação dos lugares porque relativiza o sentido da localização” (CARLOS, 2007, p.21).

Nesta questão, os lugares nas metrópoles passam a ter suas histórias entrelaçadas, conectadas por fatos e momentos, não apenas por aquilo que acontece dentro dos limites do lugar, mas tudo que interfere ou influencia o lugar. O coloca em situações relativizadas pelo sentido geográfico, pois em um mundo globalizado, as distâncias são drasticamente diminuídas, e interferências externas acabam sendo mais acessíveis aos lugares.

Segundo Carlos (2007), é então que o lugar se coloca em ‘ponto de articulação’ entre o global e o local, pois é no lugar que se manifestam as tendências, desequilíbrios e tensões da sociedade globalizada. Porém, se a ordem social local não se modifica ou adapta a estas influências globais, então abre-se em uma construção social, uma perspectiva “para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço” (p. 171). Estas aberturas vão depender de quanto o modelo social está aberto ou não a estas interferências globais, por exemplo, isso pode ser observado em países de regimes autoritários como Arábia Saudita, Turcomenistão e Coreia do Norte.

Em um contexto de metropolização, em que ocorrem os processos de fragmentação e homogeneização do urbano, os lugares na cidade acabam sendo hierarquizados devido à fatores econômicos e políticos, apagando alguns em favor de outros, priorizando valores e conteúdos hegemônicos ao invés das experiências cotidianas da vida enraizada de determinados lugares. O que acaba por acirrar uma competição no mundo sobre

os lugares na metrópole, movimentando as vantagens comparativas, aumentando a desigualdade e sufocando o enredo dos lugares a questões mercadológicas. Aqueles lugares de vida calma, tranquila e que a corporeidade ainda ocorre, acabam por existirem e persistirem nas ‘fendas’ metropolitanas, principalmente nas áreas mais populares (SERPA, 2013).

A falta de informação, ou mesmo a negação da informação, impede o reconhecimento das diferentes formas de dinâmicas urbanas na metrópole. Meinig (2002) explica que o significado só pode ser interpretado, quando se há algum conhecimento ideológico, histórico, processual, funcional e comportamental, e assim há a possibilidade de inserção deste em um contexto geográfico mais amplo. Para Silva (2019b), a cidade deveria transparecer a cara da população em um sentido amplos do termo, pois é a população mais simples que emprega diversas características da construção civil do perfil das cidades, são estes que garantem a imagem da cidade, nas ocupações das calçadas, nos eventos nas lajes, os bailes e churrascos nos finais de semana, são estas expressões das pessoas que deveriam prevalecer. A necessidade de estudos socioespaciais mais aprofundados das camadas populares, e como estas reverberam na imagem de nossas cidades a partir dos lugares, não é incentivada e nem proporcionada pelo mercado investidor, afinal não são estas as características que eles buscam para a metrópole.

Existem meios espontâneos de fortalecimento das características do lugar, eles podem ocorrer por meio de organizações formais destes grupos, criando assim alguma notoriedade visual -como associação de rendeiras, coureiros, pescadores, ceramistas e etc.-. Afinal muitos lugares possuem significados profundos de indivíduos e grupos, e são mais conhecidos emocionalmente, porém não através do “olho crítico ou da mente” (TUAN, 1983, p.180). A função então de pesquisadores e da literatura crítica, é formular conhecimento e dar alcance a essas figuras, principalmente aos lugares que eles pertencem.

Para estes outros estilos de vida existirem em lugares, é necessária a criação de um ‘padrão’ espacial, no qual vai requerer formas arquitetônicas e ambientes materiais, que por sua vez vão influenciar direta e indiretamente no padrão das atividades, pois estes estilos de vida dificilmente são verbalizados, eles ocorrem inconscientemente (TUAN, 1980). Posto isto, a favela pode ser colocada como um exemplo ímpar deste padrão espacial, pois se configura como território identitário, lugar de emancipação e da criatividade, que se liberta grilhões históricos e sobrevive sob o aparato de controle da polícia, narcotráfico e milícia burguesa. Ela se configura como uma possível saída para as cidades dos dias de hoje (SILVA, 2019b).

Um dos principais argumentos utilizados para desmerecer a favela, seria a imagem/estética que elas possuem. Para Tuan (1980), à primeira vista, o visitante apenas aprecia a estética do lugar, julga pela aparência e por critérios formais de beleza, é necessário um esforço maior para então causar empatia em relação aos valores e vidas dos habitantes. Portanto, para se ‘entender’ a ‘forma’ da favela, é necessária uma aproximação mais cuidadosa e que leve em conta a multiplicidade de fatores que a compõem. Carvalho (2017), explica que a produção e reprodução da vida é mediada e fundamentada por meio de símbolos de comunicação, neste caso, não apenas a linguagem em seu significado formal, mas a indumentária, trejeitos, dança, música, comportamentos pessoais e sociais, pinturas, construções, cerimônias e etc., estas atividades humanas são materiais e simbólicas, comunicação e produção, tudo ao mesmo tempo, é o que produz os estilos de vida distintos e específicos de cada lugar. Pois como Besse (2014) afirma, o valor notável de um lugar não está na qualidade natural ou histórica que este possui, mas, no número de acontecimentos que vivemos nele.

O lugar favela então, se torna espaço construído a partir de uma série trocas e complementos de conhecimento, que resulta em uma estética -imagem- carregada de códigos -símbolos- que nos comunicam -linguagem- um estilo de vida de lugar que, é necessário principalmente ser vivido, para ser compreendido. A criação deste lugar vivido, é feita através do hábito -costume- e do habitar -lar-, no qual um constrói o outro se ajustando ao terreno que se insere. Besse (2014) chama de ‘habitar um lugar’ (p. 121), no qual se inscreve hábitos nele conforme o cotidiano, progressivamente transformando a paisagem a partir destes costumes. O autor continua aprofundando sobre o conceito.

“E é nisso, principalmente, que o *habitus* está próximo das noções de vernacular e de costume, tais como utilizadas por Jackson em suas reflexões sobre paisagem vernacular e suas renovações na história. O *habitus* é como um costume, de certa forma: uma ação regular, mas sem regra formalizada. E é o que faz, diz Bourdieu, que as condições engendradas pelos *habitus* não tenham a bela regularidade das condutas deduzidas de um princípio legislativo: o *habitus está ligado à imprecisão e ao vago*. Espontaneidade geradora que se afirma na confrontação improvisada com situações sempre renovadas, obedece a uma lógica prática, a da imprecisão, do aproximativo, que define a relação comum com o mundo” (BESSE, 2014, p. 139-140).

A favela então, nada mais seria se não uma construção vernacular (neste caso, uma construção em uma metrópole, e utilizando os materiais que seus construtores conseguem ter acesso mais fácil e rápido), nascida no costume e no conhecimento geral de seus construtores -normalmente passado de pai para filho, de forma espontânea, sem os

cânones arquitetônicos, sem pretensão de atender demandas de harmonia plástica, e nem atender legislações vigentes das cidades. Atendendo ao improviso necessário na situação do abrigo, e aberta sempre a mudanças, adaptações e evoluções. Essa seria a construção vernacular urbana das cidades brasileiras (JACQUES, 2001).

Este habitat está intrínseco de questões relacionadas à memória social e história urbana, carregam em si objeto de reconhecimento de um grupo social, e a capacidade de configurar um fragmento urbano com forte significado (WAISMAN, 2013). A conformação destes habitats carregados de significados, construídos por seus moradores é o que Besse (2014) chama de ‘paisagens vernaculares’, podemos encontrar algumas características que se aplicam à favela, como: a ideia de adaptação às circunstâncias locais; localização em espaços residuais como margens, limites, franjas; por terem visualmente uma continuidade temporal; a ausência de marcação política, ou grandes equipamentos de destaque; aparentemente não tem caráter de permanência; e espaços sujeitos a rápida mudança de usos, criando grandes mudanças tempos após tempos, sem criar grandes marcos arquitetônicos.

Ao correlacionar estas características, encontramos algumas semelhanças como: cada favela se adapta ao seu lugar de formas diferentes, sejam em encostas, e planaltos, mangues ou várzeas de rios, de maneira a criar diferenças substâncias entre si; normalmente sua localização se situa em APP – Área de Proteção Permanente, APA – Área de Proteção Ambiental ou ocupações de terrenos públicos; ser facilmente reconhecida a temporalidade de construção das casas e de seu território nas fachadas e ruelas; a ausência da forte presença do estado com seus aparelhos e da conformação morfológica -ruas e calçadas- de cidade ‘formal’, ou possuir grandes catedrais, aeroportos, shopping centers; pelos seus materiais utilizando inicialmente, possui traços provisórios; e com o tempo, possui forte dinâmica de construção, reformas e consequentemente uma paisagem com grandes mudanças.

Besse (2014) expande ainda mais o conceito de espaço/paisagem vernacular. Para o autor, a incerteza é uma das condições fundamentais para o dinamismo e renovação do vernacular, o que a torna não uma paisagem morta -estática, com poucas ou lentas mudanças, como a ‘cidade formal’ -, ou fechada na tradição. Ele nos lembra que o costume que produz o vernacular não se confina na repetição de uma tradição, mas “corresponde a outro modo de definição da ação e a outro tipo de relação com a ação” (p. 128), ela evolui em incumbência de nossas investidas de viver em harmonia com o mundo natural à nossa volta, no que chama de “fruto de uma adaptação mútua, e ativa, entre o homem e o mundo.” (p. 128).

Porém, a arquitetura vernacular também tem sido uma forma de reencontro com a identidade nacional ou regional, por meio da compreensão das técnicas construtivas, contudo, por vezes, acaba caindo em um nacionalismo reacionário ou folclorismo. E por isso, acaba por invisibilizar espaços informais da cidade -favelas- sem considerar que estas são produto de uma cultura, e que possam ter diversas soluções diante dos problemas atuais das cidades (WAISMAN, 2013). Estas escolhas de reconhecimento e renúncia, visibilizam um preconceito enraizado, principalmente na área da arquitetura e urbanismo, que por muitas vezes negam as origens de determinados modos construtivos e organização de fluxos. Waisman (2013) acredita que a arquitetura regionalista -ou vernacular- pode contribuir em muito para a valoração de significados históricos e na consolidação da identidade cultural, com respostas bioclimáticas, tradições culturais e novos modelos de cidades e construções. A favela neste cenário de possibilidades, se detém como um grande campo de possibilidades de estudos.

Weimer (2012) afirma que a arquitetura popular possui ao menos 5 características fundamentais: simplicidade por uso de materiais fornecidos pelo meio ambiente, pois há limitações econômicas, que a medida que são superadas, se afastam das condições ecológicas; adaptabilidade das técnicas construtivas tradicionais às condições locais ou situações; criatividade em relação ao uso de forma elaborada dos materiais de construção; intenção plástica no qual o uso da técnica de construção vai fornecer o produto; que reflete diretamente no resultado da obra, o qual é o caminho lógico das técnicas e materiais empregados. Portanto, essa arquitetura popular ou vernacular, não tem intenções estéticas de comunicação de poder social, e sim de um processo construtivo, flexível e objetivo para construção do abrigo.

O autor discorre sobre as inúmeras contribuições culturais que a arquitetura popular brasileira possui. A taipa de pilão, azulejaria e algumas palavras são de origem islã. As paredes de pau-a-pique rebocadas à mão, utilização dos fundos dos quintais como hortas, instalações de sanitários fora da residência, beiral saliente tanto na parte da frente da residência quanto formando um grande beiral à sua volta, cercas de varas horizontais, cacimbas para abastecimento da casa e a construção coletiva de residências são de origem *banto*⁸. Casas de palafitas são de origem sudanesa, encontradas também em Cabo verde e São Tomé e Príncipe. Porém o autor ressalta que faltam informações sobre estas construções, e algumas que se tem são falhas, por influência do colonizador, seja na documentação ou na

⁸ Banto são um conjunto de povos que habitam a África Central, nas regiões que hoje se compreendem a Angola, Congo e Gabão (WEIMER, 2012).

forma de interferências que estes causavam. Weimer (2012) ainda cita a necessidade de um estudo referente a estes aldeamentos, pois a diversidade deles é gigante, devido aos ecossistemas aos quais se localizavam e suas diversidades culturais.

O reconhecimento da validação do povo como elemento fundamental do patrimônio nacional. É valorizar o não congelamento e a contínua adequação aos novos costumes que estes vem adotando com o tempo, e por isso não é de bom tom especificar ou classificar as diferentes épocas históricas em relação a seu menor ou maior valor (WEIMER, 2012). Afinal, os hábitos de construção dos lugares de forma intuitiva, vernacular e popular, continuam presentes desde o Brasil colônia até o Brasil contemporâneo, se moldando e se modificando como podem.

Para Jacques (2001), a favela sim faz parte de nosso patrimônio cultural, seja pelo samba, o carnaval e diversas outras festas religiosas terem se desenvolvido neste lugar. Além disso possui um processo arquitetônico e urbanístico vernacular singular, que destoa do projeto arquitetônico e urbanístico eruditos -cidade formal-, além de possuir uma estética própria. Este resultado plástico, conforme a autora, é resultado da forma de sua construção, que segue em uma grande rapidez, fugindo das remoções, passando assim por processos de territorialização e de desterritorialização constantemente. A construção inicial da territorialização da favela é sempre mobilizada em grupos, unidos por um espírito comunitário, que constroem seus abrigos à noite, enquanto a cidade formal dorme (*ibidem*).

Apesar de ter ritmos diferentes tanto espaciais quanto temporais, a ‘cidade formal’ e a favela coexistem em uma mesma paisagem, mesmo que esta tenha uma forte distinção marcada pelo aspecto do inacabado, ou da constante construção. Esta constante e intensa dinâmica de construção, mudança e ocupação faz com que as prefeituras tenham um trabalho maior ao tentar mensurar ou quantificar estes espaços por meio de imagem de satélites (NABOZNY, 2011; BESSE, 2014). Na tentativa de melhor compreensão e contextualização do processo de formação destes lugares, Jacques (2001), utiliza três figuras conceituais para as favelas: Fragmento, Labirinto e Rizoma.

Durante o processo de ocupação da favela, os primeiros barracos são construídos em uma estrutura provisória com *fragmentos* de materiais de construção ou que já tiveram outro uso, e com a ajuda de um grupo -parentes, amigos, vizinhos- busca-se inicialmente construir um teto para sua família. Inicialmente este é bem precário, porém servirá de base para as futuras modificações, e com o tempo, os materiais utilizados vão sendo trocados por outros mais resistentes, até o último estágio de evolução, no qual se usa a alvenaria. Então de

barraco passa-se à casa, e continua a se transformar, porém em intervalos maiores que os barracos. Estas ampliações ocorrem conforme a disponibilidade e os meios financeiros do construtor/morador, em que desde o começo dispõe de uma grande capacidade de adaptação e imaginação construtiva. Portanto, as habitações por estarem em constante construção de novas ampliações e sobreposições de formas, acabam por ter aspecto de inacabadas, afinal, a arquitetura da favela, não está ligada à ideia do durável, mas sim ao conceito do mutável e flexível (JACQUES, 2001).

Para a autora, estes abrigos que são provisórios -mesmo que durem por muito tempo-, tendem a se transformar em habitações -no sentido de durabilidade construtiva- com o tempo, através das atualizações e reformas. O resultado visual final, tem aspecto de uma certa 'desordem', uma vez que podemos "considerar a confusão como provisória e a ordem fragmentária como ordem em construção, em transição, intermediária, em transformação contínua" (JACQUES, 2001, p. 44), a dificuldade de se compreender esta forma de apreensão e produção do espaço e projeto, se dá pelo fato da arquitetura e urbanismo terem seus projetos fechados em si, e não preveem anexações, atualizações, transformações contínuas, e se houverem, acontecem se forma racionalmente fechada em si.

Desta maneira, é nítida as marcas dos períodos em que os fragmentos são construídos, reconstruídos, reformados, atualizados e transformados, a autora então conceitua como a espacialização do tempo, onde notamos visualmente os pedaços dos fragmentos em um mesmo abrigo (JACQUES, 2001). Isso transforma a paisagem do lugar como um grande mosaico histórico que é produzido diariamente pelos seus moradores.

Os espaços entre os fragmentos -abrigos/casas- formam as ruelas, becos, ou vielas, Jacques (2001) chama essa figura conceitual de *labirinto*. Este se opõe mais ainda da ideia de um projeto urbano estático com autor e mapa. Os moradores são os autores, e os mapas, se houverem, serão produzidos posteriormente por meio de imagens aéreas que precisam ser constantemente atualizadas. Sua conformação urbana constitui-se em um tecido flexível e livre, e sua paisagem é profundamente dinâmica, pois os fragmentos se atualizam constantemente. Devido a sua morfologia e dimensão -hora estreito, hora amplo-, se torna lugar de surpresas e experiências subjetivas, com ângulos e perspectivas únicas produzidas pelos caminhos sinuosos. O percurso do labirinto tem complexidade temporal, quanto mais tempo você está nele, o conhece, domina, o torna lugar, mais compreensível e acessível ele se torna. Ao contrário das vias de traçado regular da cidade formal, que sua dinâmica fixa e

padronizada, dificilmente conseguirá reproduzir esta gama de sensações espaciais do lugar (JACQUES, 2001).

A experiência do labirinto nos proporciona algo em particular que podemos considerar único dos assentamentos espontâneos. Devido a sua conformação espacial dos becos por serem estreito, ao passarmos pelas portas e janelas das casas, nos sentimos fisicamente próximos e por vezes dentro das casas, como se visitássemos minimamente as habitações. Assim como as salas e ambientes internos, por vezes ‘avançam’ nos becos, tornando uma extensão das casas, e casas por sua vez, uma extensão dos becos, uma experiência singular do lugar. A comunicação e vivência com seus vizinhos e moradores acaba por ser mais ativa estreitando laços e facilitando a vida comunitária (JACQUES, 2001). Esta é uma das recomendações que Jacobs (2009) nos dá para se ter uma vida urbana mais ativa, confiar, conversar, compartilhar parte de sua vida em comunidade, assim como partilhar o espaço público por meio de “[...] relações criadas a partir atividades festivas, ocasionais ou esportivas [...]” (p.68), isso em um favela é algo corriqueiro, sempre há um ensaio da escola de samba, uma novena, um encontro dos idosos, torneio de futebol dentre outros eventos que fortalecem essa identidade do lugar.

O desenvolvimento dos labirintos pela cidade, são conhecidos pela figura conceitual de *rizoma*. São a forma de territorialização da favela, especificando seu modelo de assentamento, forma, estética e proposta. É baseado na multiplicidade e não possui um modelo formal, pois se concebe dentro do processo de formação entre o *fragmento* e o *labirinto*. O rizoma então se conforma dentro de uma rede em que não possui uma hierarquia viária, ele não é simétrico, tendo em consideração que as conexões ocorrem por acaso fora de ordem. Este tipo de modelo, se opõem à cidade formal, pois os terrenos ocupados nos limites da favela, os que tem contato direto com a cidade formal são mais valorizados do que o centro, tem comércios e serviços, torna-se um centro simbólico, e esta centralidade deixa de ser um ponto fixo, e passa a ser uma linearidade em movimento (JACQUES, 2001). Esta característica será identificada no nosso objeto de estudo, conforme veremos no Capítulo 4.3.

O desenvolvimento rizomático ocorre com dinâmicas semelhantes às outras figuras conceituais, a territorialização deste processo, porém não se liga ao solo, ela é móvel e ágil. “Assim como o território depende de um ato de criação, no sentido de que criamos nosso próprio território, a noção de terra depende de um ato de fundação.” (JACQUES, 2001, p.142). Portanto, a compreensão do lugar enquanto formação do abrigo/casa e das vielas se concretiza ao momento que o morador se conecta à rede de becos, e tem seu cotidiano

permeado pelas vivências e relações que são criadas nesta rede, fortalecendo laços e a identidade do lugar.

Estas três figuras são ligadas entre si pela ideia do movimento, a plástica resultante destes processos é uma consequência do que a autora chama de ‘espaço movimento’. Este conceito coloca os moradores como principais participantes no papel de autor/construtor da arquitetura da favela, não como agentes passivos ou espectadores, mas de um lugar construído de forma coletiva (JACQUES, 2001). O conceito não está ligado ao projeto, ao físico, o material, ou ao solo o qual a favela se assenta, mas sim ao dia-a-dia, ao cotidiano dos moradores e suas vivências construídas ali, que promovem uma paisagem ímpar de expressões profundas.

Estes lugares que são construídos coletivamente, e empregam as características de seus moradores, por sua vez, possuem uma sensibilidade maior a projetos pré-estabelecidos de intervenções estatais. Jacques (2001) nos incita a pensar de forma mais ampla, na possibilidade de uma mudança na forma do arquiteto e urbanista atuar nestes lugares de forma pontual, mínima, conservando suas características principais de espaço movimento, a partir da constante participação dos moradores na construção destes lugares coletivos. O profissional técnico apenas continuaria o processo que já foi iniciado pelos locais, pois à medida que estes espaços são fixados, enrijecidos e esterilizados, perdem sua natureza própria, comprometendo a dinâmica participativa dos moradores.

O cuidado com as intervenções nestes lugares, é de intrínseca importância, pois eles são “[...] expressão de um processo adaptativo, em que os hábitos, crenças, relações sociais e cultura construtiva tipicamente rurais se chocam com a mentalidade e a materialidade urbana.” (JACQUES, 2001, p. 373), e são partes importantes do processo histórico de crescimento de nossas cidades e metrópoles, e devem ser compreendidas como tal. Mas, a autora busca também um olhar crítico sobre condições de vida no local ao afirmar que “os favelados vivem assim mais por necessidade, por uma questão de sobrevivência, que por filosofia de vida ou qualquer ideologia [...]” (JACQUES, 2001, p. 118). Apesar de uma pesquisa profunda e com teor desmistificador da favela e da sua estética, é importante deixar claro que não há uma romantização da miséria ou das condições problemáticas destes assentamentos.

Para Weimer (2012) e Almeida (2016), estes modelos informais sempre existiram -mesmo antes de se chamar favela-, nas zonas rurais, suburbanas e até urbanas, na forma de casebres ‘improvisados’, seja no modo indígena de adaptação, o escravo que fugia, ou o

européu que não conseguia estabilidade econômica. A questão em voga, é que esta realidade que estava antes mais espalhada pelo interior do Brasil, agora se encontrava de forma adensada em periferias e centros de cidades industrializadas. Tanto que em 1933, em uma reformulação no conceito de identificação da favela, foram adicionados todos os seguintes modelos: “[...], choupanas, casinhas de madeira, malocas e mocambos [...]” ou seja, toda arquitetura popular brasileira, que consistia em quase 70% de todas as moradias do país na época (ALMEIDA, 2016, p. 10).

Este modelo ‘informal’ que define em contraposição ao modelo urbanístico erudito, -ou seja, aquele praticado com projeto- (MONTANER e MUXÍ, 2014) o qual chamamos de favela, nasce no momento da volta dos combatentes do episódio de Canudos na Bahia, em que esperavam as terras que o governo prometera. Eles acamparam em um morro próximo, no centro do Rio de Janeiro. O local tinha uma vegetação semelhante àquela encontrada na área do combate, a *Cnidocolus quercifolius*, conhecida popularmente como favela, dando origem ao nome do morro, que posteriormente seria conhecido nos jornais cariocas como Morro da Favella (ALMEIDA, 2016).

A política de terras no Brasil se configurava de maneira que, a posse da terra tinha grande significado econômico e político, além dos privilégios sociais, ao mesmo tempo, o privado e o político se misturavam, com isso, acabava facilitando o acesso a terras para alguns grupos (SOBARZO, 2006). Desde o Brasil colônia, segundo Landim (2004), esta classe dominante ditava regras de produção do espaço, antes da independência, estas normas vinham de Portugal, uma maneira de controlar e reforçar sua autonomia no território. Já no século XIX, a modernização das cidades é feita pelas elites dominantes, que refletem seus anseios criando para elas um ambiente propício para execução de seus projetos e valorização de seu capital, transpondo como referência o modelo de planejamento urbano da cidade europeia, que no final se mostra de grande ineficácia (LANDIM, 2014; SILVA, 2008). Desta forma, nossa história oficial buscou eternizar as grandes obras dos senhores brancos, criando uma realidade paralela, onde só são aceitos alguns cidadãos de pele não retinta (WEIMER, 2012).

Desta forma, é criado um clima hostil nas cidades, o autoritarismo das classes dominantes, se mostra intolerante, e se usa dos aparelhos políticos ideológicos de doutrinação da massa popular para desprezo das manifestações populares brasileiras (WEIMER, 2012). Um dos casos explícitos destas ações foi o decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, o qual proibia a prática da capoeira, ou a repressão que ocorria com o carnaval durante a primeira metade do século XX.

Conforme Valladares (2005), as palavras usadas por aqueles que buscavam retratar as pessoas e os locais onde moravam em cortiços do Rio de Janeiro no início do século XX eram “[...] moradia de todo tipo de gente, de trabalhadores, vagabundos, malandros e outros considerados perigosos, socialmente considerado como inferno social e *locus* de pandemias, uma ameaça à ordem e a moral da sociedade.” (p. 24). Em outro momento, o Jornal do Brasil citava o Morro da Favella como lugar cheio de criminosos e vagabundos, os quais são os temores das famílias (*ibidem*).

A favela então passa a ocupar o topo dos debates sobre a atual capital do Brasil - na época, o Rio de Janeiro-, da qual era alvo dos discursos higienistas que condenavam essas habitações. O higienismo constitui-se como conhecimento capaz de reorganizar e direcionar os espaços e relações da cidade, por meio de intervenções parametrizadas que tentam evitar a aglomeração e a desordem. Ela insistia na ideia que as camadas mais pobres eram responsáveis pelo destino dos males da cidade, e teve a habitação coletiva -cortiços- como alvo principal, onde morava grande parte da população da cidade (VALLADARES, 2005; ALMEIDA, 2016).

A partir dos anos 1920, o debate higienista se estabelece as favelas, as considerando como “lepra esthetica” (PIMENTA, 1926 *apud*. ALMEIDA, 2016, p. 36), no qual foi reavivado no plano Agache em 1930 e com o Código de Construção de 1937. Dentro desta ótica, Almeida (2016) afirma que para os higienistas, utilizavam o termo ‘Favella’ como termo genérico para designar negativamente outros espaços, pois até o momento, os termos utilizados⁹ se apropriaram mais das características rústicas das construções. Logo, se torna a expressão de uma população incapaz biologicamente de viver na civilização, representava um povo selvagem de costumes coloniais, eram as nódoas que havia na sociedade branca brasileira (*ibidem*).

Pereira Passos, também conhecido como Haussmann Tropical, realizou uma das maiores reformas, o Bota-Abaixo no centro do Rio de Janeiro, ocorreu entre 1902 e 1906, com o objetivo de melhoria do tráfego -que crescia enormemente na cidade-, a construção de vias largas e arborizadas e saneamento básico e melhoria da aparência, para isso, erradicou os cortiços no local. Esta ideia teria surgido durante sua longa temporada em Paris, na qual mantinha os mesmos objetivos de espetacularização da cidade, transformando a antiga capital colonial em metrópole burguesa cosmopolita, de forma ditatorial e agressiva. Seu objetivo não era apenas a melhoria física do ambiental, mas também tinha caráter civilizatório. A

⁹ Segundo Almeida (2016, p. 60-61), os termos utilizados eram “casebres isolados da população pobre nos morros, [...] rancho, mocambo, choupana, choça, cabana, tugúrio, cafua etc.”

população que viviam nestas habitações -mais de 600 cortiços em um levantamento oficial de 1906-, junto ao fluxo de imigrantes, se direcionaram para as favelas nos morros, pois quase não haviam ofertas de habitações baratas, o que aumentou substancialmente o quantitativo populacional e o espraiamento destas favelas pelas paisagens (JACQUES, 2012; VALLADARES, 2005).

Um dos personagens que em muito auxiliou ações higienistas foi Mattos Pimenta. Este não era médico, mas construtor imobiliário, e nesta condição, deu importância particular a dois segmentos da elite carioca: a intelectual e a econômica, ambas influenciadas pelo ideário europeu. Em algumas de suas citações sobre o assunto, afirmava que era necessário cuidar da estética, da higiene e da ordem social do Rio de Janeiro (ALMEIDA, 2016). Vista como antítese de tudo que era modernidade, a favela era considerada um grande meio de propagação das patologias. Instruídos pelos pensamentos modernistas de Le Corbusier e da Carta de Atenas, são previstas reformas urbanas, que submeteram o centro da cidade as regras de higiene, circulação de ar e luz, tudo necessário para se manter um ambiente saudável (ALMEIDA, 2016; VALLADARES, 2005; SILVA, 2008; JACQUES, 2001).

Outro tipo de ameaça que rondava a elite da época, era a força reivindicatória que poderia emergir das favelas ao que seus moradores se identificavam como proletários. Este grande potencial para atuação do partido comunista, precisava ser contido, antes mesmo de aparecer movimento desestabilizador e impossível de controlar (ALMEIDA, 2016).

A campanha posterior, que surgiria contra a favela, foi fortemente sustentada pelo Rotary Club do Rio, uma associação da alta elite de profissionais do mundo dos negócios, um deles era o próprio Mattos Pimenta. Os engenheiros atuavam nos projetos, acreditando estarem contribuindo socialmente, para melhoria do seu país, por meio do desenvolvimento material através da modernização (VALLADARES, 2005). Isso nos mostra a quão íntima é a relação da classe elitista junto a classe política, e o quão profunda a ideologia da época estava enraizada nas pessoas. Como afirma Cavalcante em sua pesquisa (2017, p. 14), a modernidade brasileira estaria “associada a um projeto de identidade nacional que se baseia na noção de ausência, ou seja, na busca por ser o que não é. [...]”.

Esta busca se dá por meio da destruição daquilo que se é, e de suas raízes, no caso a favela, e a criação de novos modelos, ou seja, aquilo que se deseja ser. Silva (2008), cita as construções de cidades como Teresina (1850), Belo Horizonte (1897) e Goiânia (1935) como exemplos destes modelos que se desejam alcançar, onde se culmina na construção da cidade

de Brasília (1957-1960). Nos mostra a forte tentativa de implantar esse novo modelo e por meio dele se afirmar como tal, uma ótima adaptação europeia nos trópicos.

Entender a arquitetura regionalista, tradições construtivas tecnológicas, os modos de vida e suas circunstâncias sociais que nela habitam, não estavam dentro da possibilidade de se manter como parte do desenvolvimento histórico da cidade. Afim de construir de forma ampla a identidade cultural, é necessário criar outra ordem social por meio de uma ordem espacial, sobrepondo de forma drástica os modelos (WAISMAN, 2013; ROSSI, 2001). A incapacidade de compreender estes sistemas complexos, é entender que existe uma ordem interna que ocorre dentro dele, que necessariamente não é a mesma ordem que rege a cidade formal. Afinal, tudo que não se é compreendido tem aparência de desordem, até que se compreenda profundamente sobre o assunto. Logo que então, são compreendidos como sistemas dentro de sua ordem, eles são apreendidos dentro de suas especificidades diferentes. Ao intervir nestas favelas, de modo a acabar com sua estrutura física -ruas e casas- acaba-se eliminando sua dinâmica e toda sorte de características próprias (JACOBS, 2009).

Inicialmente as favelas eram reassentadas para conjuntos habitacionais cartesianos, em alguns outros casos, eram realocados para bairros dentro da lógica de cidade formal. Em ambos os casos descaracterizaram completamente sua plástica além de limitar seus hábitos. Essas ações buscavam integrar os favelados ao modelo civilizatório vigente (JACQUES, 2001). Logo os termos ‘habitação higiênica’, ‘casa moderna’, e ‘moradia mínima’, resultam de uma proposta de modelo universal que ignorava o modo de vida daquelas pessoas, mas também impõem outros tipos de relação, seja ela familiar, econômica e de organização comunitária que não fazia parte da realidade dos favelados (ALMEIDA, 2016).

Segundo Valladares (2005), a política habitacional foi regida por esquemas econômicos, onde o foco não era o acesso a moradia, mas sim a propriedades. Grande parte da população não conseguia arcar com as despesas da nova moradia, com isso acarretava na descontinuidade do processo, uma vez que parte do dinheiro empregado, era reutilizado para construção de novas unidades. Sobarzo (2006) nos lembra do hábito das administrações municipais de criarem grandes ‘marcas’ de sua gestão na cidade, com fins de autopromoção, utilizando estes para perpetuar seu poder por meio do clientelismo e patrimonialismo. Os conjuntos habitacionais foram em muito utilizados como meio de propaganda, uma vez que era proposta uma ‘salvação uma população renegada’ e a ‘inserindo em uma sociedade civilizada’.

Azevedo (2009), chama de ‘estética machista’ este ato de espacialização da cultura ocidental, que impregna a superfície e materializa geografias imaginativas que intimidam a emancipação das subjetividades dos lugares. Ao ponto que Jacques (2001) afirma que a prática do urbanismo é uma grande caça ao labirinto, pois tenta impedir a multiplicidade de experiências por meio de um plano cartesiano e rígido de cidade, a autora compara à arquitetura de prisões. Valladares (2005) afirma que, uma parcela do aumento das favelas que não eram ameaçadas pela política de habitação se deu pela população que não conseguia arcar com os custos da nova moradia ou aos novos costumes, com isso, entregavam suas casas para outros e voltavam a morar em favelas. Portanto, percebemos que o projeto do novo modelo de sociedade era imposto dentro de uma visão eurocêntrica, além de não conseguir mensurar as diversas camadas problemáticas que poderiam causar, por não conhecer a fundo a realidade das favelas.

Para Montaner e Muxí (2014), mantendo as tipologias e morfologias originais, estes locais inibem a chegada do mercado externo, que buscam lotes para construções de certos empreendimentos fora da escala local, voltados para público externo, isso reforçaria a identidade local e evitaria a gentrificação. Essa dentro de outras têm sido as saídas que os pesquisadores vêm abordando para proteger alguns espaços da cidade do mercado internacional de tematização e grandes projetos.

Durante a década de 1970, o discurso mudou, tornou-se um senso comum transformar a favela em lugar de combate ao crime, o que alimentava mais ainda os discursos de remoção. A ameaça principal se pautava na impossibilidade de vigilância do Estado em seu território, e por estarem fora do panóptico (como citado no capítulo 2.1), não teria forma de monitoramento (VALLADARES, 2005). A possibilidade de urbanização de favelas só foi consolidada nos anos 80, com investimentos públicos em regularização fundiária e urbanística (CARDOSO, 2016). Ou seja, foram necessários basicamente 100 anos para que inicialmente, as favelas fossem trabalhadas de forma mais humana, saneando, urbanizando, e dotando de infraestrutura básica, dispensando remoções e reassentamentos. Um modelo muito conhecido na América Latina foi o Favela Bairro nos anos 90, apesar das críticas, foi um precursor em seu tempo.

Durante estes 100 anos de existência no mínimo, a favela já teve muitas conceituações. Para Ferreira, Marques e Fusaro (2016), se consiste em um assentamento no qual os habitantes não são proprietários legais das terras que ocupam, podendo ter -raramente- cessão ou não por parte do proprietário, em ocupação individual ou coletiva. São

autoconstruídas, e na maioria das vezes não estão de acordo com as regulamentações respectivas, com precariedades, inexistência de infraestrutura e com padrão urbanístico sinuoso, estas características citadas são comuns, porém não definitivas. Normalmente são construídos em locais ambientalmente frágeis e protegidos, onde o mercado de terras não pode exercer domínio. Valladares (2005), acrescenta a ocupação de solo público ou privado, com tipologias desordenadas e padrões urbanísticos abaixo do mínimo que são requeridos pela legislação. O censo de 1950, utilizava-se de 5 critérios para definição, são estes:

1 - agrupamento de no mínimo 50 casas; 2 - casebre ou barracões de aspectos rústico (com tipos específicos de materiais); 3 - construção sem licença, fiscalização ou com posse do terreno; 4 - ausência de infraestrutura urbana (rede sanitária, elétrica, telefone...); 5 - não urbanizada, sem arruamento, sem numeração das casas (GUIMARÃES, 1953:259, *apud*. VALLADARES, 2005, p. 68-69)

A expressão ‘assentamentos precários’, que atualmente é mais utilizada, é adotada pela Política Nacional de Habitação - PNH em 2010, que apresentam várias configurações como “favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, cortiços, conjuntos habitacionais degradados etc., (CARDOSO, 2016, p.35), que se especifica mais sobre a forma de produção destes lugares. Já o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, utiliza-se do termo ‘aglomerado subnormal¹⁰’, que não contemplam “os loteamentos, cortiços e conjuntos irregulares e precários” (CARDOSO, 2016, p.36), por isso a dificuldade de se trabalhar com a favela a nível nacional. O uso da expressão ‘assentamento precário’, se referindo a conjuntos habitacionais, nos mostra a possibilidade destes modelos perderem as suas características iniciais de blocos habitacionais -a depender do tipo de padrão utilizado- e recuperarem alguns dos aspectos das favelas, por meio das interferências contínuas dos moradores em seus espaços.

Este fato nos dá abertura para olharmos para as favelas como modo de vida, experienciado e carregado das diferentes possibilidades de se apresentar. A realidade urbana dos conjuntos habitacionais vem definir certos comportamentos, leis de convívio social, que se firmam como normas padronizadoras, porém, elas não conseguem apagar os traços culturais da origem, eles continuam a perpetuar por meio dos comportamentos, adaptações e do cotidiano dos moradores criando formas visuais, rompendo com a racionalidade homogeneizadora (PONTES, 2003; LYNCH, 1999; CARLOS, 2007). A favela é vida, é

¹⁰ Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação (IBGE, 2020).

engenhosa, usa dos recursos regionais mais próximos, que estão disponíveis sem definir atraso social, é identidade histórica, é cidade, é metrópole reafirmada na coexistência da realidade da cidade, é reserva artística da arquitetura vernácula, é lugar de se experienciar as vivências propostas a cada beco e viela, é heterogênea mesmo sem receber reconhecimento devido, está vívida e a faz parte da cidade, tanto quanto a cidade faz parte dela (MASSEY, 2008; JACQUES, 2001; SILVA, 2019c; WAISMAN, 2013; TUAN, 1980). Para isso, é preciso compreendê-la como produção aberta e contínua, identificar as temporalidades que foram aplicadas espacialmente aos longos dos anos, e perceber a multiplicidade de formas e soluções, por onde seus diversos moradores comunicam suas personalidades (MASSEY, 2008).

Entender que durante anos, essa foi a forma que a população mais pobre solucionou seu problema habitacional em nosso país, arcando com todos os custos da construção, locação, deslocamento, tudo para morar mais perto do trabalho da forma mais barata, e conforme a conjuntura político-econômica se ajusta por meio de inovações, seja na área civil, no orçamento familiar ou no lazer (SILVA, 2019c; SILVA, 2019b). Estas inovações produzem morfologias urbanas com elevadas cargas significativas, ligadas aos costumes de seus habitantes e refletindo o seu *zeitgeist* (WAISMAN, 20013). É preciso ter um pensamento aberto às possibilidades de atuação, e até mesmo ir contra alguns pensamentos das formas racionais, para assim ir de encontro com o contexto social local (BESSE, 2014). A favela, não apenas se consiste em um modelo urbano que destoa fortemente da proposta da cidade formal, ou dos hábitos cotidianos de seus moradores, ela também tem relações diretas com o mercado de terras das metrópoles.

Aldigueri (2017), em sua pesquisa, conclui que as favelas representam uma recriação dos modelos não capitalistas pré-existentes, pois o solo urbano não é considerado mercadoria, mas sim para sua função social, à moradia. Desta forma, se apropria de terras públicas ou privadas, retirando-os da lógica de domínio do mercado, sendo assim uma maneira de manutenção de um “não valor” do solo urbano, baseada nas relações de sociabilidade e mutabilidade. O aparecimento da favela, seria então a origem de novas formas de valorização que antes eram intermediadas pelas relações mercantis. Este primeiro momento a favela se mostra como forma de resistência aos modelos sociais baseados no valor, porém sua existência é subordinada ao sistema em voga (*ibidem*).

“Assim, para além de representar um espaço de subordinação ao capital, por significar um local de moradia que permitiu o rebaixamento dos custos de produção,

acrescentamos que a favela também significava, nesse momento, um espaço ainda não dominado por relações capitalistas. A terra na favela é não mercadoria, terra que está sendo ocupada por necessidade habitacional, com apropriação desmercantilizada ou não mercantilizada (no caso das terras públicas), e, portanto, ausência de renda da terra, alternativa construída de acesso ao mercado de terras em consolidação e expansão na cidade, diante da ausência de política efetivas redistributivas desmercantilizadas. A favela emerge como um produto diante do imperativo significado da propriedade privada.” (ALDIGUERI, 2017, P. 177-178)

Desta forma, urbanizar favelas, construir conjuntos habitacionais de prédios ou casas, não significava apenas a tentativa de enquadramento de uma população mais pobre em um modelo ‘civilizado’, mas a inserção dessa população em uma sociedade de relações capitalistas, na qual ela teria de arcar com despesas de água, luz, condomínio -em alguns casos-, gás, a mensalidade do seu financiamento de longos anos e etc., entrando assim na lógica do capital e gerando lucros por meio dos seus endividamentos. É o que Hetherington (1997 *apud* HARVEY, 2004) conceitua como heterotopia

“Como espaços de ordenação fluída. A heterotopia organiza uma parcela do mundo social de uma maneira distinta do ambiente que a circunda. Essa ordenação fluída marca esses espaços como Outro e lhes permite ser considerados um exemplo de maneiras alternativas de fazer as coisas [...]. Logo, a heterotopia revela que o processo de ordenação social é justamente processo, em vez de coisa” (HETHERINGTON 1997 *apud* HARVEY, 2004, p. 241-242).

A favela então seria este espaço heterotópico, em que o processo de ordenamento social, é uma alternativa do atual modelo ao qual estamos inseridos, e esse mesmo processo social, produz e reproduz espaço, lugar, paisagem de forma fluída e constante dentro da cidade, nos mostrando de maneira prática de que há uma outra possibilidade.

São esses os conhecimentos que Harvey (2004) comenta que podem ser construídos diversamente, e o modo como são e podem vir a ser edificados, executa uma função importantíssima em nossa habilidade de entender e compreender nossa forma de ser no mundo. Ao vermos e nos debruçarmos profundamente em uma outra possibilidade de realidade das cidades ou nas cidades, que são as favelas, também aprendemos quão profundos são estes conhecimentos, e como podem se perpetuar, reverberando em nós suas formas de organização comunitária, seu sistema de reafirmação identitário, e seu modelo econômico de não valor da terra urbana.

Ao entendermos a favela relacionada ao conceito de lugar, espaço que é familiar, lugar de reprodução da vida, onde o cotidiano e a vida comunitária acontecem, e há apropriação e identidade entre os moradores por meio do imaterial e o material. Conseguimos alcançar a percepção da favela dentro da rede global das metrópoles, sendo produto de um

processo de acelerada urbanização, mas também integrada no crescimento e desenvolvimento das cidades.

A espacialidade única destes lugares demonstra uma linguagem impregnada de características das camadas mais populares. É por meio da construção vernacular desde a casa até o seu território, que a favela transmite características e significados de seus habitantes, se opondo ao modelo formal de cidade que é estabelecida no Brasil. Com isso são diversas as tentativas de desqualificação destes lugares, primeiramente inaptos por natureza hereditária, depois por biológica, com um tempo civilizatório, e nos últimos anos, de natureza criminal.

Devido a isso, as constantes investidas por meio de conjuntos habitacionais, remoções e reassentamentos, tornaram a forma favela renegada em diversos sentidos, impossibilitando a apreensão de sua produção enquanto parte da cultura de nosso país, e parte da história de nossas cidades. Entender este lugar que sobrevive, e aviva a cidade, se localizando em lacunas abandonadas pelo mercado imobiliário, poder público ou por serem zona de preservação, é compreender que existem outras formas de organização socioeconômica e sociocultural.

Esta outra possibilidade repousa em uma construção coletiva do lugar, onde as identidades são espacializadas com o tempo, sobrepostas, mas não apagadas, formando um mosaico, sem preocupação de uma estética formal, mas uma estética viva, em constante movimento e em constante transformação.

Nesta parte do trabalho, abordamos a favela de forma profunda e significativa, onde elencamos partes cruciais em seu desenvolvimento e sobrevivência nas cidades. Na capital do Ceará não foi diferente. Fortaleza tem em seu histórico urbano grandes concentrações de favelas que fizeram parte substancial do seu crescimento demográfico, com isso, foram diversas as decisões tomadas para solucionar as questões sociais na cidade ao longo do tempo.

3.2 O asfalto, a areia e a invisibilidade do lugar em Fortaleza.

“A ‘Quadra’ é o coração da Aldeota, enquanto a Aldeota dorme à noite, o coração continua pulsando”
Morador do Conjunto São Vicente de Paulo,
26/04/2018.

A atual capital do Ceará tem um grande histórico de planos de modernização. Durante o governo de Inácio Sampaio (1812-1820) são traçadas as primeiras normas organizadoras do espaço urbano, por meio da planta de Silva Paulet, a qual já previa um

traçado xadrez de vias (SOUZA, 2009). A preocupação com a organização da cidade ocorre junto à nova política da Regência, que concentrava poderes nas sedes das províncias, processo esse já iniciado com a concentração de riquezas e mercadorias, fruto do ingresso do Estado do Ceará na divisão internacional do trabalho, exportando algodão em 1818 (COSTA, 2009). Segundo Brasil (2013), é nessa planta (Figura 7) que são identificados os primeiros assentamentos informais na cidade, que localizavam próximos ao porto da cidade, devido as atividades do equipamento. Mesmo este assentamento sendo identificado, não houveram propostas de remoção ou melhoria, muito menos para os que continuaram a surgir.

Fortaleza então, deixa de ser vila em 1823, e é elevada ao título de cidade, nesta época já possuía prédios que representavam o poder local da sociedade cearense (Alfândega, Mercado Municipal e Agência dos correios) (SILVA, 1992). Em 1838, o atual Presidente da Província Senador Alencar se debruça na construção de calçamento pela cidade, pois o surgimento de doenças respiratórias e oftálmicas eram beneficiadas pela poeira e a terra da cidade. Com o tempo, o alargamento de vias, construção de praças e jardins além da implementação de arborização formam um conjunto de elementos que facilitam a renovação do ar no local, propostas estas, fundamentadas nas teorias aeristas. Com o tempo, doenças e epidemias que assolavam a população da cidade, começam a indicar determinados potenciais causadores, como: cemitério, matadouro, lazaretos, hospitais, salgueiros e os acompanhamentos dos retirantes durante os períodos de seca, pois eram consideradas produtoras de miasmas e responsáveis pelas doenças. Suas localizações eram transferidas para as áreas de sotavento da cidade, na busca da diminuição da contaminação (COSTA, 2006).

Figura 7 – Planta do Porto e Villa da Fortaleza de Silva Paulet de 1813.

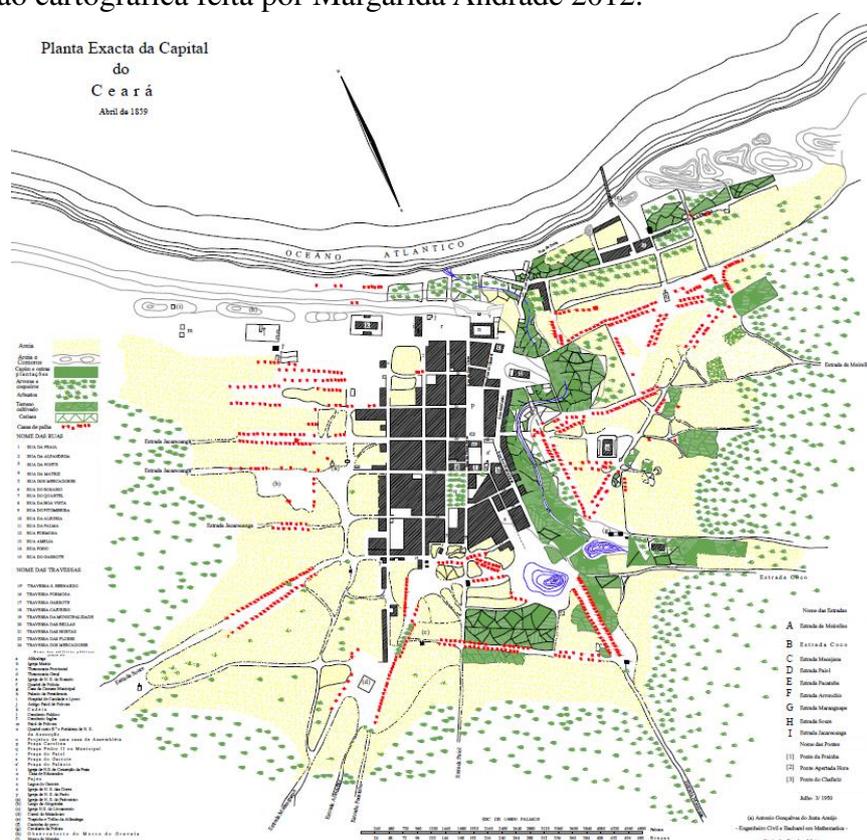


Fonte: Castro, 2005, p.18.

Identificamos então que os assentamentos informais, da população mais pobre em Fortaleza faz parte da configuração de um espaço marcado pela desigualdade social. Seja por estar localizado próximo ao trabalho (porto da cidade) ou pela sazonalidade das secas, que constantemente assolavam o interior do estado, trazendo grupos de retirantes em busca de um meio de sobrevivência na cidade. A mudança de localização destes abarracamentos dos retirantes, é uma das primeiras medidas segregacionistas com fundamentos higienistas, que irão perdurar na reformulação da cidade.

Durante as gestões do governo de Boticário Ferreira (1843-1859) o núcleo urbano passou a contar com um maior número de normas que regiam o crescimento da cidade, desta forma passou a ser proibida a construção de becos e ruas sinuosas na área central da cidade. Durante este tempo, foi elaborada pela autoria de Adolfo Hebbster (1859) a primeira planta da cidade (SOUZA, 2009), e nela podemos identificar conforme a Figura 8 a ocupação de áreas - inclusive de vias- por casebres de palha (cor vermelha) construídas por uma população mais pobre espalhadas ao lado leste, litoral e sul.

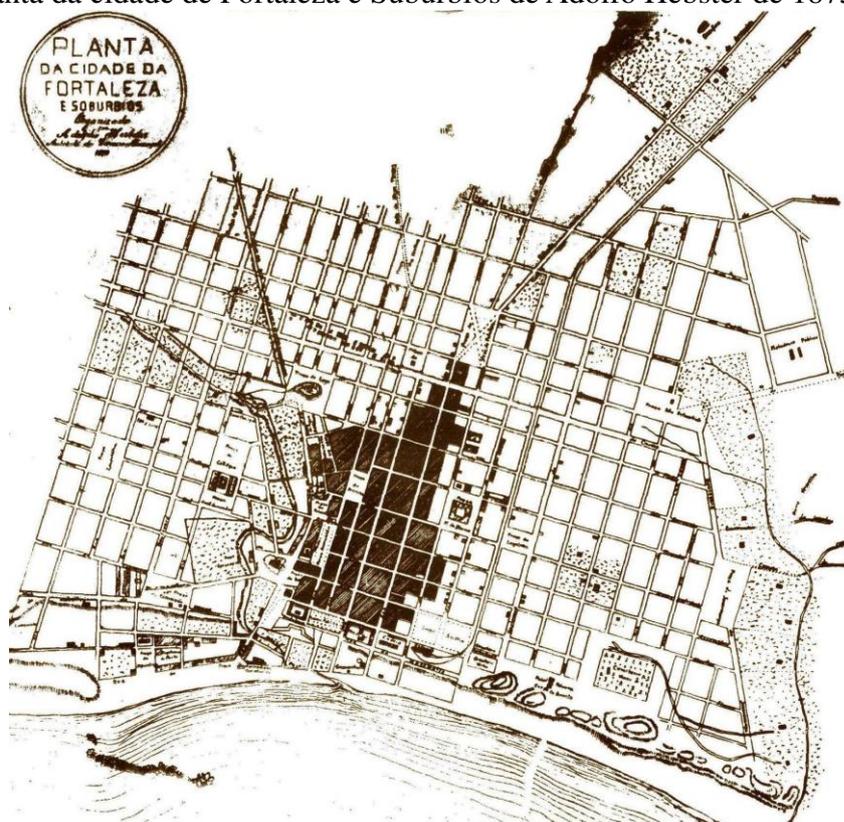
Figura 8 – Primeira Planta da cidade de Fortaleza de 1859 por Adolfo Hebbster – Reconstituição cartográfica feita por Margarida Andrade 2012.



Fonte: Andrade, 2012, p. 74.

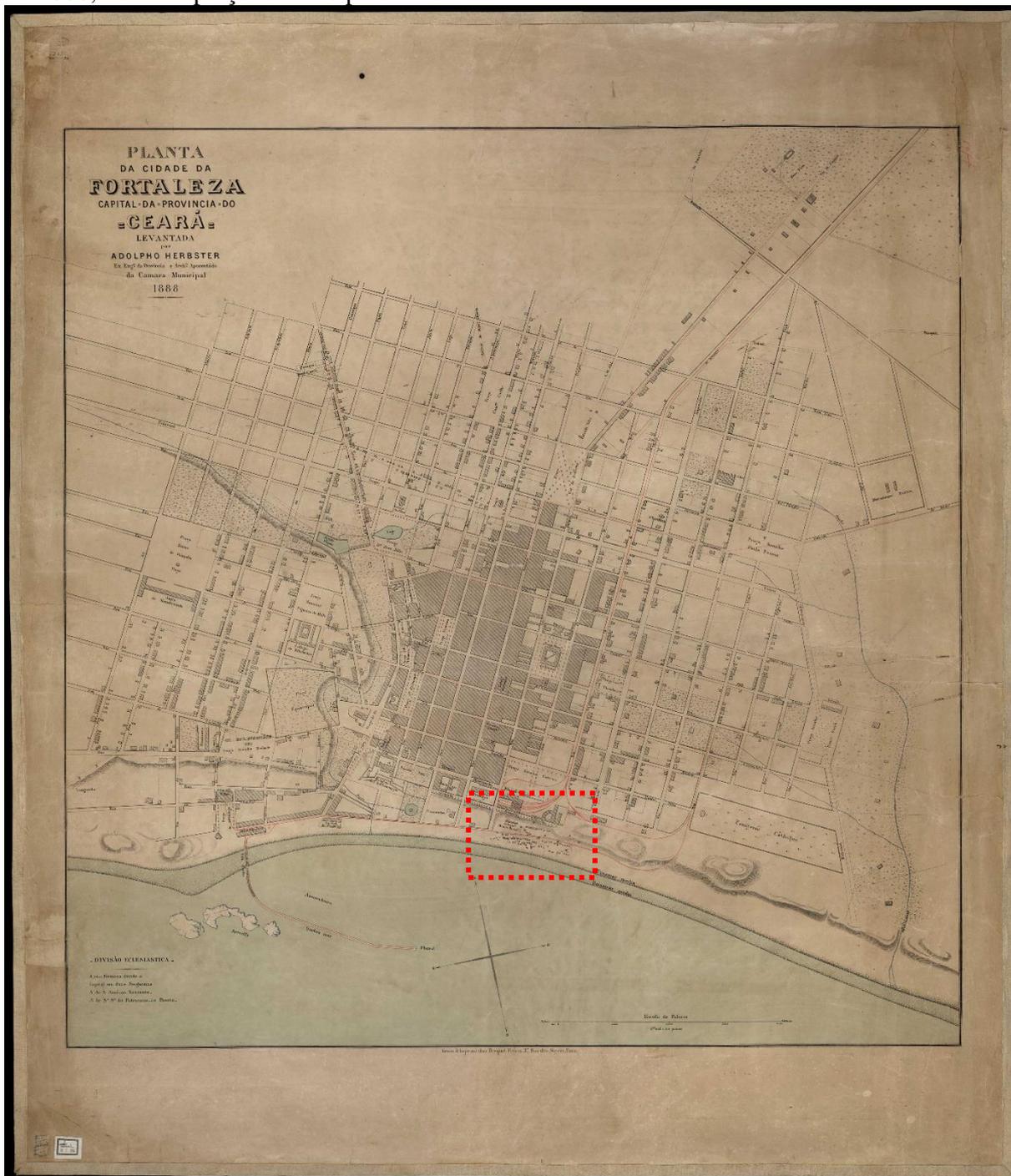
Por volta de 1872, o Ceará começa a oferecer vantagens financeiras para instalação de indústrias de algodão, buscando atender a alta demanda do mercado exterior. Isso acaba por resultar na elaboração de um outro material por Adolfo Herbster em 1875 (Figura 9) com a Planta da Cidade e Subúrbios, e em 1888 com a Planta da Cidade da Fortaleza Capital da Província do Ceará (Figura 10). A Planta da Cidade e Subúrbios era na verdade uma expansão da cidade para além de seus limites urbanos existentes que darão origem aos primeiros subúrbios -mesmo que estes ainda muito pequenos-, utilizando uma visão urbanística do futuro, com aformoseamento inspirada nas remodelações de Haussmann em Paris, por meio de significativos bulevares. O sucesso deste plano também se deu pelo apoio das autoridades da época com a instalação do transporte coletivo -bondes puxados por burros- criando assim a primeira linha em 1873, possibilitando ainda mais a mobilidade da expansão dos subúrbios. Além disso houveram construções de sobrados das elites, e a destruição de mocambos que divergiam com a geometria que estava sendo implantada. Estas ideias consolidavam a tentativa inicial de Silva Paulet para organização da expansão da cidade por meio de um design mais moderno (BERNAL, 2004; COSTA, 2009; DANTAS, 2009a; SOUZA, 2009).

Figura 9 – Planta da cidade de Fortaleza e Subúrbios de Adolfo Hebster de 1875.



Fonte: Castro, 1982.

Figura 10 – Planta da Cidade de Fortaleza Capital da Província do Ceará de Adolfo Hebster de 1888, com adaptações feitas pelo autor.

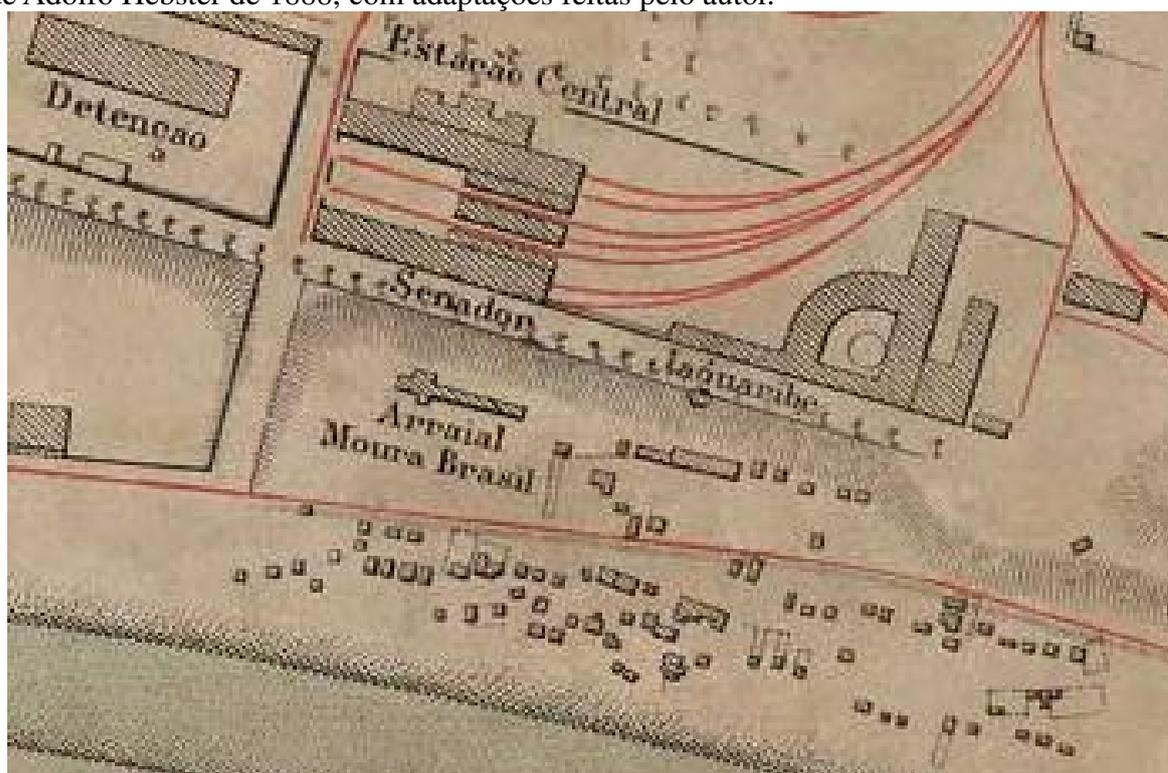


Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Com modificações do autor.

Na planta de 1888, é possível observar com detalhes o aglomerado Arraial Moura Brasil (o mais numeroso da época), em que suas edificações se encontram dispostas de forma aleatória, divergindo da organização em xadrez do restante da cidade, como podemos observar na Figura 11. Há relatos de ocupações nas dunas do Outeiro, no qual se detalha os materiais das construções da época como “casinhas de palha” (ALDIGUERI, 2017, p. 145).

Ao passo que se define o que é uma cidade formal, tanto pelos tipos de construções e forma de organização urbana -no caso a malha xadrez- também se define o que seriam esses ‘aglomerados precários’. Porém, notamos que estes lugares compõe a vida urbana da cidade de forma direta, apesar de estarem ‘escondidos’, localizados atrás da estação de trem João Felipe, de frente para o mar.

Figura 11 – Detalhe do assentamento Arraial Moura Brasil da Planta da Cidade da Fortaleza de Adolfo Heibster de 1888, com adaptações feitas pelo autor.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Com modificações do autor.

Nesta segunda parte do século XIX, são construídas diversas estruturas de modernização da cidade, a estação João Felipe que é locada de costas para o mar (1880), redes de telefonia e telégrafo (1882-1883), canalização de água (1867) e a inauguração de linhas de embarcações à vapor para o Rio de Janeiro (1866). Além das edificações públicas como Santa Casa de Misericórdia (1861), Cadeia Pública (1866), Biblioteca Pública (1867), Assembleia Legislativa (1871) e a Escola Normal (1884) dentre outros, além do grande número de construções privadas na cidade (SILVA, 1992; CAVALCANTE, 2017).

Isso representa uma expressiva força do poder estatal se materializando na cidade, ao mesmo tempo que dotava o espaço com elementos de produção e reprodução do capital, facilitando o seu giro e o estabelecimento de novos grupos detentores de poder econômico na cidade, atuando fortemente no setor civil.

Entre 1880 e 1934, são inauguradas diversas linhas de trem, conectando a capital com as cidades do interior (Baturité, Quixadá, Sobral, Crateús e a atual Região do Cariri). Com isso, se obteve um aumento significativo comercial, e seu raio de atuação sobre o interior do estado foi com o tempo se consolidando, posteriormente essa atuação foi reforçada pelas rodovias. A estrutura da cidade então acaba por ter uma relação direta com a ferrovia devido a relação comercial, porém, as vias carroçáveis também tinham sua expressividade, principalmente as que ligavam à Messejana (atual BR-116), Soure (atual Bezerra de Menezes e sua continuação como BR-222) e a Parangaba (atual Av. João Pessoa). Estas ainda hoje representam forte hierarquia viária. A cidade então centraliza rapidamente a prestação de serviços e a administração do Ceará além da centralização do comércio, enfraquecendo consideravelmente os centros do interior do estado, em um processo chamado de macrocefalia de Fortaleza (SILVA, 1992; BERNAL, 2004; COSTA, 2009). Dantas (2006) explica o processo de deslocamento das elites para a cidade e como isso a remodela.

“Esta estrutura espacial é representativa do modelo de desenvolvimento econômico e social do Ceará colonial, cuja base será o Sertão: região valorizada para e pela criação de gado/cultivo do algodão e geradora de parte da população que comporá a elite e os demais quadros da classe média e baixa de Fortaleza. Em função desta origem, a elite, embora instalando-se na região litorânea, continua inalando os ares do Sertão. Promove-se, portanto, o desenvolvimento de projetos de urbanização produtores de um espaço para os abastados da sociedade longe da praia e direcionado para aquela região.” (DANTAS, 2006, p. 246)

Isso nos mostra a força que a elite conseguia exercer na organização e transformação do espaço da cidade como meio de reafirmação de sua hegemonia, utilizando tanto as reformas urbanas como a implantação de equipamentos, estruturas e instituições que a representava.

A instalação dos cursos de Farmácia, Agronomia, Direito e Odontologia reforçam esse processo promovido pela elite. Além da inauguração do Teatro José de Alencar (1910) e o primeiro cinema da cidade (1907). Porém o transporte de massas tem um papel decisivo na transformação da capital, ele libera a população da necessidade de morar no Centro, e ao longo das linhas de bonde -que logo se tornaram elétricos- ou das vias que futuramente se tornariam para carros e ônibus, passam a surgir as chácaras de famílias ricas do interior. O bonde é um elemento intrínseco para o processo de segregação e crescimento da cidade, onde a elite busca se distanciar dos problemas que apareciam no Centro. Isso acabava por valorizar os terrenos distantes impossibilitando pessoas mais humildes de poder compra-los. Com isso são criados no início do século os bairros da Jacarecanga, Joaquim Távora e Benfica, com a

finalidade do deslocamento da população mais abastada, porém no eixo do entroncamento de ligação entre o Centro e outras localidades (SILVA, 1992; PONTES, 2003; COSTA 2009).

A cidade já contava com um número expressivo de retirantes e seus abarracamentos. A zona litorânea era o espaço escolhido para alguns assentamentos, tanto por ser próximo ao ponto final da linha do trem de passageiros, quanto pela não valorização do litoral na época. Portanto foi por meio da política de expansão urbana, de aformoseamento e de controle social que se vislumbrava a criação de um espaço urbano ‘limpo’ da pobreza. Estas razões baseadas nos ideários higienistas de Haussmann e no protótipo local de Pereira Passos, buscavam um ordenamento da conduta social dos habitantes por meio de um espaço indutor de comportamentos -como visto no capítulo 2.1-, no qual a cidade deveria ser apropriada segundo os costumes da elite fortalezense. Nesse momento entre o final do século XIX e início do século XX, há diversas ações de embelezamento da cidade a partir de praças e jardins, contudo, é por meio do estabelecimento da legislação de 1893 sobre os aspectos urbanos -que irão reverberar na paisagem da cidade- que o gestor Guilherme Rocha se dedicou em construir obras que fomentassem a mudança dos velhos costumes -agora já não aceitáveis- dos moradores urbanos (COSTA, 2006; DANTAS, 2009a; BRASIL, 2013; CAVALCANTE, 2017).

Na gestão de Idelfonso Albano, em 1912, e concomitante à inserção do automóvel na cidade e instalação do bonde elétrico, foi determinada a retificação do alinhamento das casas, fazendo com que as ruas fossem alargadas e posteriormente sua pavimentação. A partir de então a cidade começa a se modelar em função do transporte (SILVA, 1992; COSTA, 2009).

Durante a seca de 1915, devida a contínua migração dos retirantes e o desativamentos de alguns outros abarracamentos pela gestão municipal, foi criado o primeiro Campo de Concentração na cidade -também conhecido como curral-, com o propósito de defender a cidade da ‘invasão’ dos retirantes. O processo de urbanização de Fortaleza está diretamente ligado a exploração desta população, principalmente pela relação de trabalho que se estabeleceu com base em troca de alimentos e dinheiro -porém mais frequente receber apenas a ‘ração’ - pelos trabalhos nas obras, que iam desde reformas de prédios a ruas. Estes trabalhos análogos à escravidão -que havia acabado a pouco tempo em 1888- permitiam o retirante a permanecer nos ‘alojamentos’ precários, esta foi uma forma de como este exército de reserva foi absorvido por meio a uma superexploração da força de trabalho para incorporar industrias e obras na cidade e diminuir os custos da urbanização. A localização das primeiras

favelas da cidade tem relação direta com estes abarracamentos de retirantes e dos antigos Campos de Concentração, uma vez que estes já se encontravam em áreas de moradias humildes, “ou seja, nos arrabaldes, próximo aos trilhos e na zona de praia, onde haviam as vilas de pescadores.” (ALDIGUERI, 2017, p. 156)

“[...] Por exemplo, a favela Arraial Moura Brasil origina-se do aglomerado que se formava desde os anos de 1859 na zona de praia, e acredita-se que se somou aos retirantes do abarracamento “via-férrea” e “distrito engenho”, bem como os retirantes confinados no campo de concentração erguido nas imediações da estação ferroviária. A favela do Mucuripe guarda relação com o local do abarracamento do “Mucuripe”, local que era inicialmente de pescadores. Ainda podemos perceber a relação entre a atual localização da favela Morro do Ouro e Cercado do Zé Padre, com o Campo de Concentração do Alagadiço, nas imediações do antigo matadouro. [...]” (ALDIGUERI, 2017, p. 156-157)

Logo percebemos a profunda relação da origem das favelas de Fortaleza como um processo de encontro da população de pescadores que moravam próximos a praia, junto aos retirantes vindo do interior buscando melhores condições de vida, tudo isso aliado ao descaso de políticas sociais e o vislumbre de uma ‘oportunidade’ de obter mão de obra barata -em uma situação análoga à escravidão-, próxima e que não causasse nenhum desconforto visual ou ambiental na cidade. Afinal, fora do horário de trabalho os retirantes estavam confinados nos Campos de Concentração. Observa-se que a gênese da favela fortalezense é baseada na segregação, exploração, preconceito e criminalização daquele que é ‘diferente’, comportamentos comuns da época e que reverberam nos tempos atuais.

Segundo Costa (2009), os médicos higienistas ainda não satisfeitos com as intervenções urbanas, se dispõem a intervir nas casas dos cidadãos, além de desinfetar a cada nova locação, era exigido o ‘habite-se’¹¹. Estas normas de edificação são determinadas pelos Códigos de Postura e Códigos Sanitários, tendo como base as teorias aeristas, são normatizados os tamanhos de janelas, portas, pé direito, mínimo de metro quadrado por cômodo, e a fiscalização de áreas molhadas (banheiros, cozinhas e áreas de serviço) e etc. Para a autora, o discurso higienista determinou as práticas urbanas que acabou por direcionar a organização da cidade e o modo de vida de seus habitantes, pois buscavam uma resposta para a gama de doenças que atingiam constantemente a população de Fortaleza.

Os trabalhos insalubres¹² que eram exercidos na área litorânea da cidade, criaram desinteresse e exclusão pelas praias e dunas ocupadas pelas populações faveladas, somente a

¹¹ Documento emitido pela prefeitura no qual comprova que o imóvel foi construído seguindo a legislação estabelecida pelo município, tornando-o apto para habitação.

¹² O Paiol de Pólvora, o Gasômetro (1867), rampa de lixo na cidade e a zona de meretrício são algumas dessas atividades que eram exercidas nas zonas de praia.

partir dos anos de 1920 é que a praia começa a ter seu uso voltado para o lazer, principalmente a Praia Formosa -onde hoje se localiza o Marina Park- alinhada à frente do núcleo central da cidade, passava a atrair a atenção da elite como espaço de veraneio. Este interesse advinha das influências europeias da época, que buscavam estâncias balneárias para recreação, com isso, explica-se a escolha de partes do litoral para morar eventualmente nas próximas décadas (SILVA, 1992; PONTES, 2003; PEREIRA, 2014; SILVA, 2018).

O quantitativo demográfico da cidade a partir da década de 30 tem um grande crescimento devido aos períodos de seca, principalmente a seca de 1932. Consequentemente há um crescimento da área urbana, porém, a ampliação de sua infraestrutura (saneamento básico, transporte coletivo, pavimentação de vias, energia elétrica e etc.) não acompanha este salto demográfico. Uma das causas das constantes migrações, se dava pela falta de dinamismo nos centros urbanos no interior do estado, que acabam por intensificar a o volume de retirantes de baixa renda para a capital, pois esta é uma das poucas alternativas de sobrevivência que lhes resta. Eles utilizam primeiramente as ferrovias, e com o tempo as rodovias, facilitando os processos de migração que contribuem para a expansão dos barracamentos e Campos de Concentração pela cidade (SILVA, 1992; SOUZA, 2009).

Ao chegarem na capital, a leva de flagelados instaurava o caos, pois as famílias de elite não permitiam uma grande aproximação e com isso, estes eram realocados para áreas distantes do Centro da cidade. A estrutura rígida fundiária impossibilitava o acesso de terra ou a outros meios de produção as pessoas que aqui vinham buscar socorro, criando grandes exércitos de reserva. Por outro lado, grande parte das terras urbanas se concentram nas mãos de poucas famílias, que também são proprietárias de bancos instalados na cidade a partir de 1930. Isso nos mostra o quanto a acumulação do capital, a partir da atividade comercial, desde sua gênese, guarda esta relação próxima com pequenos grupos proprietários da maior parte da terra urbana e a atividade financeira (SILVA, 1992; BRANDÃO, 2001; SILVA, 2006;).

Em 1933, os Campos de Concentração foram desativados, e a orientação dada, seria a de que os retirantes voltassem às suas terras de origem, o que não aconteceu para a maioria (ALDIGUERI, 2017). Assim esta população dá origem as primeiras favelas da cidade como: “Cercado do Zé Padre (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Morro do Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles (1950), Papoquinho (1950), Estrada de Ferro (1954)” (SILVA, 1992, p. 29). Ao que Pontes (2003), nos afirma que entre a ponta do Mucuripe e o Centro urbano, era possível visualizar apenas casas de palha e choupanas, população essa advinda da desativação dos campos supracitados.

Ao mesmo tempo do fechamento dos campos, há um aumento das práticas marítimas, que passam a modificar profundamente a paisagem litorânea fortalezense, principalmente com por meio de construção de residências secundárias, estas vem substituir os antigos assentamentos de pescadores, principalmente na Praia de Iracema -por casarões voltado para o mar-, que foi o primeiro local a ser valorizado, e posteriormente nos anos 1940 na praia do Meireles. Visualiza-se um conflito pelo litoral, onde a elite buscava por áreas de lazer em um espaço já ocupado por atividades econômicas (por parte dos pescadores), e que também já era habitada (por retirantes), este embate ocasiona o distanciamento tanto dos pescadores quanto dos retirantes, enquanto as classes abastadas que tem o apoio da força do mercado imobiliário e dos gestores municipais, que se fixam na zona leste litorânea como podemos observar na Figura 12 (DANTAS, 2009b; PEREIRA, 2014; SILVA, 2018).

A políticas públicas na cidade, começam a orientar uma urbanização no sentido litoral, o que evidencia o papel do Estado como fortalecedor desta nova relação entre sociedade e espaço, ao ponto que esta hierarquização da rede urbana na cidade apresenta um papel fundamental para Fortaleza como parâmetro de urbanização litorânea para o estado, que com o tempo começam a espelhar o modelo de ocupação em suas praias, processo esse chamado de litoralização (DANTAS, 2006). Os vínculos com o sertão acabam por enfraquecer, à medida que os vínculos com o litoral se fortalecem, pois este é o local do desenvolvimento, das grandes instituições, da balneabilidade, da conexão com o mundo por meio das embarcações, além do imaginário negativo que se atrela as secas no interior.

Figura 12 – Edificações de segunda residência localizadas na Praia dos Peixes (atual Praia de Iracema), 1930.



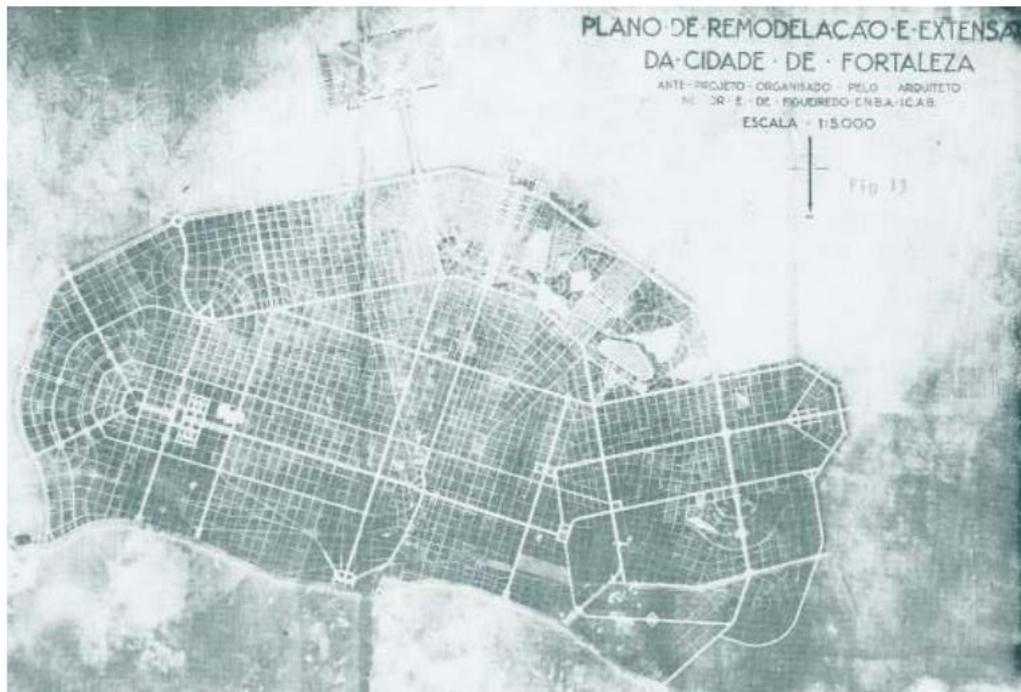
Fonte: Fortaleza em Fotos. Disponível em: <<http://www.fortalezaemfotos.com.br/2012/09/o-crescimento-desordenado-de-fortaleza.html>> Acesso em: 05 abr. 2023.

Segundo Castro (2001), o léxico (seca) é trocado com o tempo pela semântica (significado), que proporciona um conjunto de expressões metafóricas. Com o tempo é substituído a palavra ‘seca’ como um fenômeno climático por uma tragédia. A seca então é

atribuída como principal causa dos problemas, e principalmente os sociais da região nordeste, e um dos parâmetros que se deve trabalhar para se ter soluções. Arelado a isso entre os anos de 1930 e 1945, durante a Era Vargas, em um governo fortemente centralizado, acentuou a tendência urbanizadora, implementando de forma mais direta uma política de industrialização (PONTES, 2003). É então que a industrialização começa a ser utilizada na tentativa de sanar estes problemas causados pela seca, e trazer a prosperidade que Ceará necessita no momento.

Durante a administração do Prefeito Raimundo Girão entre 1933 e 1934, foi solicitado ao urbanista Nestor de Figueredo um plano intitulado ‘Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza’ (Figura 13). Apesar de não ter tido o apoio do Conselho Municipal, ainda sim sua estrutura básica de arruamento foi seguida (SOUZA, 2009). Pode-se notar a busca por uma construção de cidade mais racional, em uma lógica industrial de fluxos, com a separação de bairros residenciais e industriais, e pela data de sua produção, é muito provável ter sofrido as influências do Movimento Moderno e de algumas ideias norteadoras da Carta de Atenas.

Figura 13 – Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza por Nestor de Figueredo de 1933.



Fonte: FORTALEZA - CODEF/PMF, 1979.

Esta se configura a primeira fase da industrialização cearense que se inicia em 1880 e vai até 1950. Os investimentos eram locais, de iniciativa individual ou grupos familiares, e em sua maioria de indústrias de bens de consumo corrente, mas sempre marcado

pelos baixos salários (BERNAL, 2004). É também na década de 30 que o Estado adota práticas geopolíticas, criando Zonas de Pesca (ZPE's) que possibilita a ocupação do litoral brasileiro, outra prática se volta para uma atuação local, com uma política de urbanização pontual à Praia de Iracema, atendendo a demanda recreativa da elite local (DANTAS, 2006).

Estas medidas, refletiram diretamente no aumento do fluxo de ordenamento urbanístico litorâneo. Esta zona da cidade que antes era local da habitação de retirantes da seca e famílias de pescadores em casas simples de palha, passa a ser espaço de ação da especulação imobiliária local por meio de uma racionalização do espaço que direciona o crescimento da 'cidade formal', que abre caminho para as infraestruturas de mobilidade - bondes, carros, e ônibus- que fomentam ainda mais a dinâmica. Ao ponto que estas novas áreas são adotadas pela dinâmica do mercado e pela urbanização, as desigualdades ficam mais latentes, e os processos de exclusão e segregação se concretizam, refletindo-se na paisagem urbana (DANTAS, 2006; PEREIRA, 2014; SILVA, 2018; SILVA, 2019c).

Ao mesmo tempo que desde o final da década de 1920, o processo de industrialização já havia iniciado com algumas fábricas e oficinas de ônibus no bairro da Jacarecanga. A localização se dava por sua proximidade com os trilhos, para recebimento e escoamento de produtos. Por esse motivo, os terrenos ao seu redor foram desvalorizados, aliados ao tipo de solo -arenoso-. Devido a isso, a parte oeste acabou sendo ocupada por uma população de baixa renda -crescimento já ocorria a algum tempo-, dando origem a várias favelas, como por exemplo o Pirambu. A falta de obstáculos topográficos da cidade, aliada as facilidades da aquisição de terrenos por grandes proprietários, contribuiu para a difusão de atividades fabris na cidade (SILVA, 1992; SOUZA, 2009).

O Centro da cidade então, paulatinamente perde seus atrativos para a elite, que inicia o deslocamento para outras regiões da cidade, afinal, toda a organização assistencialista médica e o aparato policial normatizador dos hábitos vieram a fracassar, e os novos costumes de habitação, lazer e entretenimento tem sido adquirido em outros espaços. Ao mesmo tempo que as favelas eram assunto habitual nos jornais da época, que se estabeleciam como um problema progressivo e duradouro. Os termos utilizados eram 'moafos', 'choupanas', 'mocambos' dentre outros, os periódicos conceituavam as favelas como um 'maligno câncer' urbano, e retratavam seus espaços como 'recantos mais anti-higiênicos' e 'indigentes' (SILVA, 1992; DANTAS, 2009a; ALDIGUERI, 2017).

Como forma de distanciar de sua vista os 'problemas das favelas' ou pelo menos instaurar uma disciplina e controle, é publicado o Decreto N° 70, de 13 de dezembro de 1932,

no qual dedica um capítulo inteiro para casas populares, as autorizando serem construídas contando que obedecessem a uma distância de 100 metros da zona urbana. Além disso, deveriam obedecer a diversas outras condições, como a proibição de telhado em palha ou qualquer outro material combustível (CAVALCANTE, 2017). Para Brandão (2001), a política de aformoseamento sob pretexto de progresso e modernização, e a ‘medicalização’ como meio de controle social aplicados principalmente à camada mais pobre foram os principais condutores de crescimento urbano.

O corpo, o sujeito, e a cultura da população pobre sertaneja, migrante e pescadora de Fortaleza, foi sujeita a diversas medidas que inibiam sua forma de ser e estar no mundo. Seu constante deslocamento na área da Praia dos Peixes -atual Praia de Iracema- para locação de casas de veraneio por uma nova tendência adotada. A proibição de métodos construtivos que utilizassem materiais com que os moradores estavam acostumados e que faziam parte de sua identidade cultural vernacular -por exemplo o telhado de palha-, e sua localização longínqua. O incomodo da elite local com a ocupação, mesmo que momentânea do Centro da cidade por uma população mais pobre. Nos mostra como a existência, fixação, raízes, cultura e até mesmo a presença eram tidas como irrelevantes e importuna por aqueles que detinham os meios de mudança social e física da cidade. O favelado fortalezense passa ser concebido como uma peça em um jogo de xadrez, que se pode ser movimentado e se definir fixações, mesmo que estas sejam temporárias.

O processo de ocupação do bairro da Aldeota já iniciado lentamente no início dos anos 1930 por uma elite que abandonava o Centro e a Jacarecanga, fugindo da poluição das fábricas e da proximidade das favelas, se acelera de forma contínua nos anos de 1940, principalmente pela ideia de status social que local detinha. A diferenciação da população no espaço urbano, pelo nível renda das famílias iniciado na década passada, começa a ser mais nítida. A potência transformadora na qual a cidade realiza suas novas funções, é o que reafirmava sua hegemonia no estado, e reforçava o fluxo constante de migrantes sertanejos (SILVA, 1992; PONTES, 2003; BERNAL, 2004; COSTA, 2009).

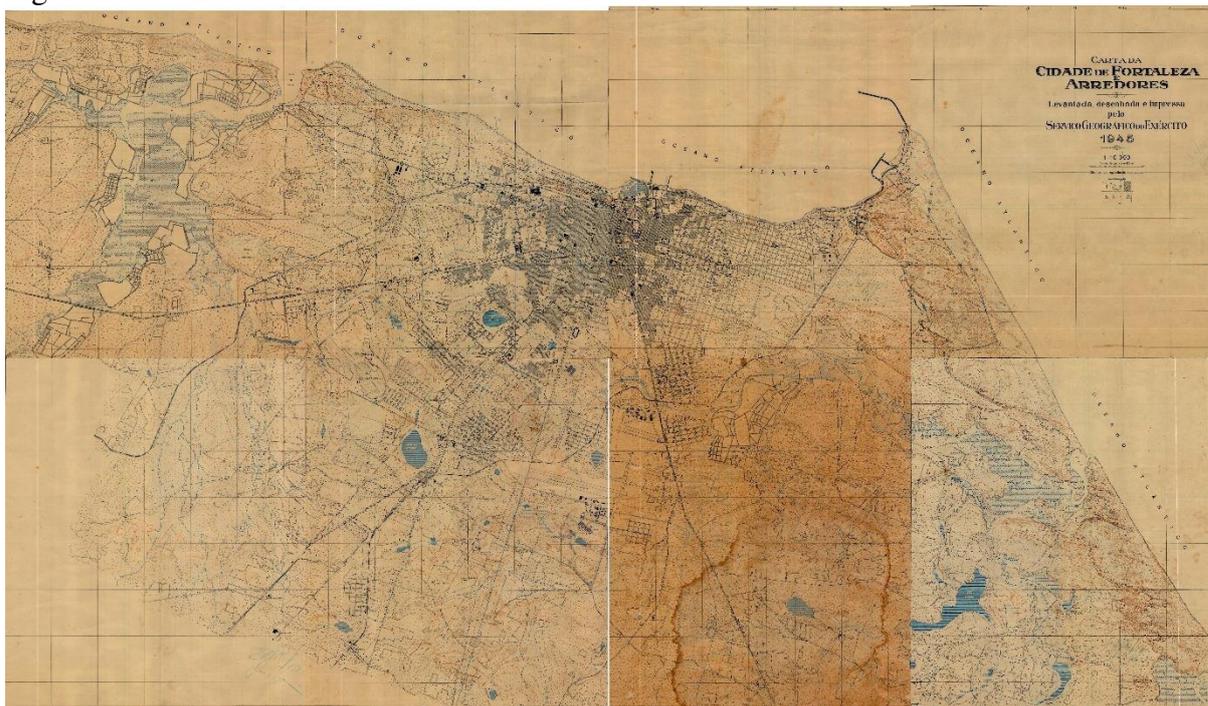
O ramal ferroviário Parangaba-Mucuripe criado para o novo porto, inaugurado em janeiro de 1941, causa um processo de desvalorização dos terrenos a sua adjacência, e com os anos tem suas margens ocupadas por famílias que se abrigam na faixa de domínio da linha férrea, dando início assim a atualmente conhecida Comunidade do Trilho. A paisagem da cidade já estava marcada por favelas, desde o Pirambu, passando pela Jacarecanga, Centro até

o Mucuripe, eram as choupanas de palha que se instalavam nesses espaços. (SILVA, 1992; CAVALCANTE, 2017).

Outro fator importante para o crescimento urbano da década de 1940, se dá pela maior incorporação dos transportes nas áreas urbanas, sejam eles coletivos ou particulares. A introdução do ônibus em grande escala tem o poder de modificar a malha urbana, sobretudo pela possibilidade de ser estendido em qualquer direção devido a sua flexibilidade de rotas possibilitando a criação de novos espaços periféricos. A inserção desses veículos associada a infraestrutura de mobilidade fora importante para a expansão da cidade acontecesse de forma linear (SILVA, 1992). Segundo Dantas (2009a), o automóvel era a principal meio de mobilidade dos moradores da Aldeota para o Centro, que poderiam então morar distante da região central, porém ter acesso a ela de forma rápida. Segundo o autor, temos um aumento do número de automóveis em 203,87% (de 852 para 1.737) entre 1946 a 1949, e de ônibus na ordem de 456,00% (50 para 228) para a mesma data. Já é possível ver na Figura 14 os efeitos da ocupação da região Leste da cidade, e a quantidade de áreas, principalmente as mais próximas ao litoral já estarem loteadas.

Entre os períodos de 1940 e 1980 Fortaleza tem um crescimento demográfico sempre superior a 60%, revelando a intensificação e importância do fluxo migratório devido à crise econômica que atingiu os grandes centros industriais, mesmo a cidade tendo apenas pequenas e médias fábricas, que não conseguiam absorver a grande massa de migrantes. Em 1947, já visualizando a situação da cidade, um novo plano urbano de autoria do arquiteto Sabóia Ribeiro é aprovado pela prefeitura, porém devido à forte influência do setor privado, suas diretrizes não foram implantadas, o que facilitou o crescimento e espraiamento da cidade de forma espontânea por favelas. Com o intuito de estabelecer a cidade no cenário internacional e nacional de lazers, o governo estadual inicia diversas ações -mesmo que ainda pequenas- públicas no litoral por meio de intervenções. São denunciadas em um jornal a ação de retiradas de casebres localizados entre a Praia de Iracema e Mucuripe pela Prefeitura Municipal, na qual eram condenadas, por estarem ‘manchando a paisagem’ no ano de 1947, e com isso, estes iam sendo forçados a ocupar espaços menos valorizados, sendo neste caso o porto, ou regiões no sentido sul da cidade, esta ainda ocupada pelas grandes casas da elite (SILVA, 1992; SOUZA, 2009; CAVALCANTE, 2017; SILVA, 2018).

Figura 14 – Carta da cidade de Fortaleza e arredores de 1945.



Fonte: Arquivo Nirez.

Este vertiginoso crescimento demográfico e espacial, não foi acompanhado por políticas de infraestrutura urbana, que afetou até mesmo o bairro mais abastado da Aldeota, que refletia até mesmo em uma ineficiência dos precários transportes públicos para a grande massa de trabalhadores. As linhas de ônibus mal atendiam os pontos mais distantes da cidade, já que o transporte privado, se restringia apenas a parcela privilegiada da população. Durante essa década é possível observar também o crescimento acentuado da população favelada próximo ao porto do Mucuripe e das indústrias que ali se instalavam, além da população da Varjota, a ocupação de alguns pontos do Meireles até a Av. Desembargador Moreira e em alguns pontos da Aldeota (PONTES, 2003; CAVALCANTE, 2017). Na Figura 15 é possível identificar as ocupações na região leste da cidade, em que nas regiões litorâneas ocorriam de forma linear seguindo a faixa de areia ou mais espontâneas e dispersas devido à ausência de loteamento como a atual área do Mucuripe conforme a Figura 16. Enquanto, ao adentrarem sentido sul, onde já havia loteamento por vezes mais definidos, era comum que as ocupações ocorressem nas vias, conforme a Figura 17 (p.121), no bairro do Meireles.

Figura 15 – Aerofotogrametria da zona leste de Fortaleza de 1958.



Fonte: Arquivo Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/ Arquivo Nirez. Com modificações do autor.

O Estado influencia o espaço urbano por meio de sua determinação social como aparelho territorial e sujeito de socializações espaciais das relações de produção, e utiliza as configurações institucionais para isso. Portanto, para reforço dessa ação em Fortaleza, são criados na década de 1950 o BNB – Banco do Nordeste do Brasil, e a instalação da UFC – Universidade Federal do Ceará. Da mesma maneira que o Estado buscava sua influência, a

mídia fazia seu papel no local, com mecanismos tecnológicos e/ou ideológicos que se desenvolvem mais ainda nessa época disseminando costumes, introduzindo mudanças nos hábitos, lazer, comportamentos sociais, que buscam imitar as suas fontes, sejam os centros urbanos nacionais mais ‘adiantados’, ou copiando matrizes estrangeiras, normalmente estadunidense ou europeia. A criação de uma certa padronização comportamental se deu através das mídias de comunicação, sejam revistas, rádio, televisão, ou mesmo objetos como roupas e artefatos, tendo também influências das músicas e filmes. Estes são os indutores de tendência das diversas formas de relações sociais da época (SILVA, 1992; PONTES, 2003).

Figura 16 – Ocupações em formas espontâneas do atual bairro do Mucuripe.



Fonte: Arquivo Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/ Arquivo Nirez. Com modificações do autor

Segundo Pontes (2003), isso fica mais visível no espaço urbano, com as construções das habitações da elite no bairro da Aldeota. A forma e estética dos modelos estimulavam contatos amigáveis entre pessoas do mesmo nível social, porém contribuíam de forma severa para o desaparecimento de práticas sociais de origem mais democráticas, que eram representadas pelas conversas de calçadas, muito comuns nas vizinhanças do antigo Centro ou de algumas cidades do interior, a autora continua

“[...] a ostentação cristalizada nas habitações da Aldeota, descortina um aspecto peculiar das elites da cidade, em todos os tempos sempre tão afeitas à exposição de signos que remetam a uma estratificação superior. Essa exteriorização acontecia não somente através das moradias, mas também da aquisição de carros de luxuosos, de bens de consumo e indumentária, item de competição velada, nos eventos que aconteciam nos clubes sociais [...]” (PONTES, 2003, p. 68)

A utilização destes itens de diferenciação e status social, nos mostra o quanto a sociedade da época estava preocupada com a imagem de si que o outro criaria. Em um ambiente como o bairro da Aldeota, o espaço público deveria ser apenas utilizado para o deslocamento, pois muitas ruas estavam com ocupações de favelas, e o inesperado poderia acontecer, afinal a marginalização imposta a estes sujeitos eram as piores possíveis. Os locais de socialização então, passavam a ser os cômodos da sala de estar e jantar das casas, e os clubes da cidade.

Figura 17 – Ocupações nos leitos das vias no atual bairro do Meireles.



Fonte: Arquivo Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/ Arquivo Nirez. Com modificações do autor.

Nos anos 1960, houveram mudanças políticas históricas no país. O Golpe Militar de 31 de março de 1964, colocou no poder um conjunto de ideários de desenvolvimento e organização que reforçaram estruturas de desigualdade e abismo social. A criação do Banco Nacional de Habitação – BNH e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERPHAU criam novas diretrizes à política de desenvolvimento urbano, concentrando recursos

financeiros e controle político, o que reduziu a autonomia dos governos estaduais e municipais. A construção de conjuntos habitacionais vai ter grande reverberação no crescimento e controle da estrutura urbana, alterando sua malha e recriando focos de concentração demográfica, pois estes eram imensos e muitas vezes, isolados da malha viária da cidade, exigindo grandes investimentos para instalação de infraestruturas básicas para integra-los à cidade. Este processo transformou o antigo Centro da cidade em periferia, ao ponto que a população burguesa e setores da classe média se transferem para a os subcentros (Aldeota e Meireles) que substituem o Centro. As praças do antigo centro então se transformam em terminais rodoviários de transporte coletivo ou local de ambulantes de mercadorias, e o Centro então passa a ser espaço comercial de abastecimento do mercado popular, principalmente dos primeiros conjuntos habitacionais, pois estes não tinham alguma estrutura de mercado para atender a população local ali instalada (SILVA, 1992; SILVA, 2008; COSTA, 2009).

Durante este período, foram construídos mais de 4 milhões de moradias em todo o país, com este alcance medidas tiveram que ser tomadas como: aumento dos recursos investidos; aumento das escalas de empreendimento; barateamento das construções pela localização; produção mais racional -maior número em menor custo-; entre outros. Foi desenvolvido um sistema de crédito para financiamento da casa própria para população de baixa renda com o propósito de solucionar o déficit habitacional. Porém, a proposta dentro deste novo governo mais representou uma lógica de controle social do que uma atenção habitacional (BRASIL, 2013). Para Silva (1992), a habitação foi compreendida como um bem de consumo

“[...] e de reprodução ampliada do capital, cria, entre outros, mecanismos de financiamento à casa própria, que ficam sob a alçada do Poder Central, outorgando às empresas privadas a responsabilidade de construção das mesmas. (SILVA, 1992, p.79).

É então que o Estado firma com as empresas privadas as construções de grandes infraestruturas, não apenas as de moradia, mas as de mobilidade, de esgotamento sanitário, prédios públicos e etc., porém, ainda é necessária a criação de indústrias para fornecimentos dos materiais utilizados nas obras.

A política de industrialização dos anos 1960 evidenciava uma visão sistêmica socioespacial regionalista a qual era dependente do suporte e subvenção do governo federal, permitindo a construção de meio de integração do interior (sertão) ao mercado na capital (litoral) por meio das vias estaduais (CEs), vias férreas, vias federais (BRs) e vias secundárias,

além da criação e a consolidação de instituições públicas no Nordeste, principalmente nas capitais, tendo os órgãos de planejamento regional e financiamento como DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, e a SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, que buscavam criar incentivos fiscais para atrair indústrias para fixação na cidade. Ao exemplo da SUDENE, que implementa uma nova política de industrialização aproveitando o grande crescimento do período entre 1960 e 1970. Um dos motivos de sua criação era o receio do governo federal com a eclosão de conflitos sociais devido os altos índices de pobreza, que com esta iniciativa, foi amortecido com a criação de empregos. Os incentivos fiscais da SUDENE e BNB nos anos de 1960 foram de extrema significância para a economia urbana da capital cearense, permitindo a implantação de novas indústrias e modificando severamente o espaço (SILVA, 1992; DANTAS, 2009b; SOUZA, 2009).

Em 1963, foi publicado por meio da Lei Nº 2.128 de março do mesmo ano, o Plano Diretor da Cidade de Fortaleza, este elaborado pelo arquiteto Hélio Modesto. Segundo Aldigueri (2017), neste documento a favela é institucionalizada nas práticas do poder público tratando diretamente da temática. Conseguimos notar uma preocupação já acentuada com o seu crescimento, além da especificação construtiva de forma pejorativa destas habitações

“[...] Seus habitantes são, em sua maioria, migrantes do interior, que a migração seja recente ou remota. A data da formação desses aglomerados é expressiva. [...] Outro fator importante a assinalar na precariedade desses aglomerados é a preponderância do material de construção de tipo inferior: a maioria dos núcleos é constituída de casebres de taipa, às vezes coberto de palha ou telha. Em muitos, prepondera a simples palhoça, como na Graviola” (FORTALEZA, 1963, p. 33, com grifos do autor.).

É descrito a forma de ocupação destas favelas no plano sendo como muito incômoda pois o uso das vias atrapalhava a mobilidade e o andamento de obras de infraestrutura

A principal característica das favelas da capital cearense consiste em situarem-se, como demonstra qualquer fotografia aérea da cidade, na orla de vastos terrenos particulares, não aproveitados, isto é, nos próprios logradouros públicos, de preferência naqueles cujo calçamento não pôde ser terminado. Bloqueiam assim várias vias de acesso, obrigando a Prefeitura a despender somas vultosas tão logo desejem terminar essas ruas ou avenidas, prolongando-as ou pavimentando-as. (FORTALEZA, 1963, p. 34, com grifos do autor)

A identificação das características sociais dos habitantes das favelas, que dificultariam a sua inserção dentro da economia da cidade, ainda tinha uma carga de

preconceito, que os culpava por toda sorte de mazela urbana. Ao mesmo tempo que identificava que a indústria com seu desenvolvimento não conseguia dar resposta necessária

Tratam-se de pessoas dotadas de poucas aptidões, criadas geralmente na lavoura, numa lavoura de tipo rotineiro que exige pouco conhecimento técnico e, por isso mesmo, têm dificuldades de melhorar a vida, pois lhes faltam as novas aptidões e especialidades que são exigidas pela estrutura urbana, a começar pela mais importante de todas, a alfabetização. A adaptação dessas populações à vida urbana torna-se, portanto, difícil, daí criarem para a cidade graves problemas sociais de mendicância, prostituição, infância abandonada, delinqüência e "favelização". Por outro lado, entretanto, a estrutura da cidade e da economia cearense dificultam o acesso desses migrantes a melhores níveis de vida. Atualmente a função comercial da cidade e o ritmo estacionário da economia do Estado não conseguem criar uma procura de mão-de-obra capaz de absorver essa migração. O desenvolvimento industrial, ainda lento e precário, não é suficiente para garantir a esses migrantes a passagem rápida da condição de párias à de proletários. (FORTALEZA, 1963, p. 34, grifos do autor.)

Mesmo com estas questões problemáticas, a ideia inicial do plano era a integração da população, de forma a propor ações sistêmicas e não isoladas

O problema das Favelas não deverá ser encarado pelas autoridades municipais de Fortaleza, como tem acontecido em outras cidades, com o critério simplista de soluções de urbanização ou de deslocamento de populações. Dentro dos estudos e proposições do Plano de Diretrizes e Desenvolvimento, o problema das favelas não é considerado como problema isolado. (FORTALEZA, 1963, p.32, com grifos do autor.)

Uma assistência habitacional aos moradores das favelas só poderá ser dada após a integração dos favelados na estrutura urbana, através de um plano de emprêgo e treinamento, resultado de um planejamento econômico, em escala, pelo menos estadual. (FORTALEZA, 1963, p. 36, com grifos do autor)

A consolidação da zona leste da cidade como área da elite passa a ser cada vez mais perceptível. Primeiramente é o núcleo de socialização desta classe pois tem a concentração de sedes clubistas, aliada a abertura da Avenida Beira Mar em 1962, aumentando a influência da praia por meio da infraestrutura de urbanização. A implantação da Avenida que terminou em 1967 com apenas 1500 metros de extensão, altera do desenho urbano da cidade, propiciando uma nova configuração da paisagem, consolidando o litoral como cartão postal da capital. Esta ação acabou estabelecer ainda mais a atividade do mercado imobiliário na área litorânea. A implementação de infraestrutura e equipamentos como a Avenida Leste-Oeste, Zona Portuário do Porto do Mucuripe e a própria Avenida Beira Mar, levaram a expulsão de diversas favelas da faixa litorânea e regiões próximas devido sua incompatibilidade visual com a imagem que era almejada para a cidade pela elite, agravando a

segregação socioespacial (PONTES, 2003; SILVA, 2008; ALDIGUERI, 2017; CAVALVANTE; 2017; SILVA, 2018).

Como exemplo, podemos citar o despejo da Favela da Baixa do Veado conforme a Figura 18, localizada nas imediações das Ruas Antônio Augusto, Antônio Bezerra, Moreira da Rocha e Tenente Benévolo, na época a área considerada Aldeota, próxima a faixa litorânea da cidade. O proprietário do terreno solicitava a reintegração de posse, onde viviam mais de 2 mil pessoas, que moravam há mais de 22 anos, e que foram retiradas de suas casas por meio de intervenção policial, com a promessa do pagamento de indenização irrisória de 26 mil cruzeiros. A matéria ainda cita a vizinhança abastada e seu desejo velado pela retirada da população do local, com o intuito de promover infraestrutura e empreendimentos.

Figura 18 – Matéria sobre o despejo da Favela da Baixa do Veado.



Fonte: Jornal Tribuna do Ceará, 09 de junho de 1960.

Em outra matéria de 1961, cita sobre a retirada da população do Mucuripe para extensão da Avenida Beira Mar pela administração municipal, que teria na época 18 quilômetros, com o intuito de ocupar toda a faixa litorânea da capital. Na matéria encontrada, ao comentar sobre as atividades de prostituição que ocorriam na região, é reforçado que não apenas é uma obra de embelezamento da capital, “é também obra social, pois saneará moralmente as praias de nossa capital afastando do meio familiar os marginais e as ‘vizinhanças’ indesejáveis.” (TRIBUNA DO CEARÀ, 04 de julho de 1961).

A retirada das habitações conforme a Figura 19, é citada como uma grande limpeza social urbana na faixa litorânea, que é necessária para se mostrar ao turista

“[...] Mesmo com a fúria do mar avançado sobre nossas lindas praias, Fortaleza ainda é conhecida pela beleza de sua faixa litorânea [...]. Para **mostrar ao turista** ávido de ver coisas diferentes, Fortaleza só tem seu mar de azul claro que se torna cintilante com seu sol abrasador. [...] Todos nos acanhamos e somos tomados de vergonha. É que nossas praias estão cheias de prostíbulo, em sua maior parte. Uma faixa litorânea acolhedora contrasta com um profundo problema social, as mulheres vivem a ‘fazer a vida’. Ali se processa um ‘amor proibido’. Mucuripe hoje é local de baixo meretrício. Naquele belo recanto estão instaladas casas de libertinagem. Na mesma situação se encontra a Praia Formosa, onde a degradação social instalou-se. Mucuripe e Formosa são dois antros de prostituição avançada com milhares de mulheres as transformando numa **vergonha urbanística**, vivendo no meio de menores e famílias.” (TRIBUNA DO CEARÀ, 04 de julho de 1961, com grifos nossos)

A Avenida Beira Mar é a coqueluche do momento [...]. Com uma equipe vontadosa que tem à frente o engenheiro AMAURY DE CASTRO E SILVA, já deu início aos trabalhos, desapropriando e derrubando cerca de duas centenas de casebres, para em seguida fazer rolar o asfalto, transformando em realidade sua maior obra, a realização máxima de nossa administração municipal. Para alguns **a Beira Mar é a Brasília do município**. [...] **A Avenida Beira Mar vai enfeitar Fortaleza**, do Mucuripe ao Pirambu numa extensão de 18 quilômetros e será construída pelos mais avançados sistemas de moderna técnica da urbanística. (TRIBUNA DO CEARÁ, 04 de julho de 1961, com grifos nossos)

Mas a Avenida Beira Mar não é só uma obra tão magnífica de tanta beleza. É uma obra de assistência social autêntica, concreta, realista, objetiva na mais vasta extensão do termo. [...] Se a rota traçada tivesse sido desimpedida o trabalho seria menos complexo. **Acontece porém que várias desapropriações** em quantidades deverão ser procedidas, e o administrador teve que olhar humanamente para o problema, criando condições próprias para o **deslocamento dos habitantes que residem na faixa de terreno escolhida para a monumental obra**. [...] Quem vai ao Mucuripe não mais ver meretrizes fazendo ‘ponto’ em frente a igreja velha, não mais vê embriagados e marginais pondo em pânico toda a zona. **Aquêles Mucuripe, que enjoava, que traumatizava a alma da gente esta demolido**, pronto para se transformar numa estrada moderna, via de escoamento, trecho de circulação ampla de veículos e transeuntes. As meretrizes foram deslocadas para mais adiante, além do Farol, proximidades da Praia do Futuro. [...] (TRIBUNA DO CEARÀ, 04 de julho de 1961, com grifos nossos)

As transformações urbanas da orla da cidade, se mostram mais inclinadas a atender expectativas dos investidores, dos gestores municipais e estaduais e formadores de opinião conservadores em criar um espaço confortável e prazeroso para o turista e para a elite, e não na conformação de um ambiente saudável e justo para a população que ali já residia, esta é colocada como uma ‘vergonha urbanística’ para a cidade, e para isso o baixo meretrício deveria desocupar o local que serviria de vitrine para os turistas. A associação de doenças (como a coqueluche), problemas morais (como a prostituição e alcoolismo) e sociais (extrema pobreza) justificam a implantação da obra monumental, comparada a Brasília ou a Copacabana da época, que por meio de sua modernização iria solucionar todos os problemas

da sociedade, pois também promovia assistência social. Porém, a grande obra se mostrou apenas como uma reforma urbana higienista dos anos 1960, que buscava retirar do lugar visível o ‘problema’ social que estava no meio do caminho do progresso, dos quais sentiam nojo e desprezo por suas condutas sociais, práticas e condição financeira.

Figura 19 – Recortes de jornais sobre a remoção da população do Mucuripe para as obras de abertura e extensão da Avenida Beira Mar.



Fonte: Jornal Tribuna do Ceará, 04 de julho de 1961.

Em setembro do mesmo ano conforme a Figura 20, como reforço da necessidade de extirpação das favelas do litoral, voltam as matérias sobre as condições físicas e morais que os moradores da área próxima ao litoral da capital viviam, desta vez das ‘Cinzas’, favela localizada aos fundos da Usina Velha do Serviluz, com aproximadamente 500 casebres. Normalmente nos textos são colocadas famílias e crianças em contraposição a comportamentos ‘inapropriados’ as vistas da sociedade da época, e como isso poderia, como uma doença, ‘infectar’ a população que ali residia em conjunto, ou na proximidade. As obras de grande porte de engenharia, tinham então como dever a limpeza do espaço urbano

retirando essa população, além das habitações que constantemente são atacadas por sua materialidade e aparência frágil e fragmentária. Esta favela que é citada no texto do jornal como ‘paraíso da miséria’, o que reforça todo o preconceito que já estigmatizado tanto do lugar quanto da sua população.

Segundo Aldigueri (2017), o número de matérias de jornais que reportavam sobre favelas na cidade aumentava significativamente -mesmo com os as diretrizes do Plano Diretor de 1963-, isso se dava pela frequente preocupação dos formadores de opinião (técnicos, donos de terrenos, cronistas, coronéis, representantes do poder públicos e etc.) “sobre a possibilidade de Fortaleza se tornar ‘um paraíso das favelas’” (p.29). O processo de construção era sempre o mesmo, ao se descobrir um lote vago, os primeiros ocupantes investigavam se era propriedade do Estado ou particular, e caso não tivessem nenhum problema inicial com a ocupação de barracos de madeira e lona, logo se efetivava com a fixação, trocando por materiais mais robustos (SILVA, 1992).

Figura 20 – Matéria sobre a remoção da Favela das Cinzas.



Fonte: Tribuna do Ceará, 28 de setembro de 1961.

O problema das favelas não era apenas social e moral, mas estético, e os jornais de encarregavam de enfatizar a discriminação e a preocupação com a transformação da cidade neste tipo de ‘paraíso’. A incompreensão da diversidade de formas de ocupar e se estabelecer em um lugar e com o lugar, gerava profundo incomodo na sociedade, como podemos ver na Figura 21, onde cita uma tradicional idade de organização em malha xadrez da cidade, e coloca os assentamentos espontâneos em lugar de inferioridade estética e organizacional.

Figura 21 – Recorte de jornal sobre o resultado estético negativo das ocupações.



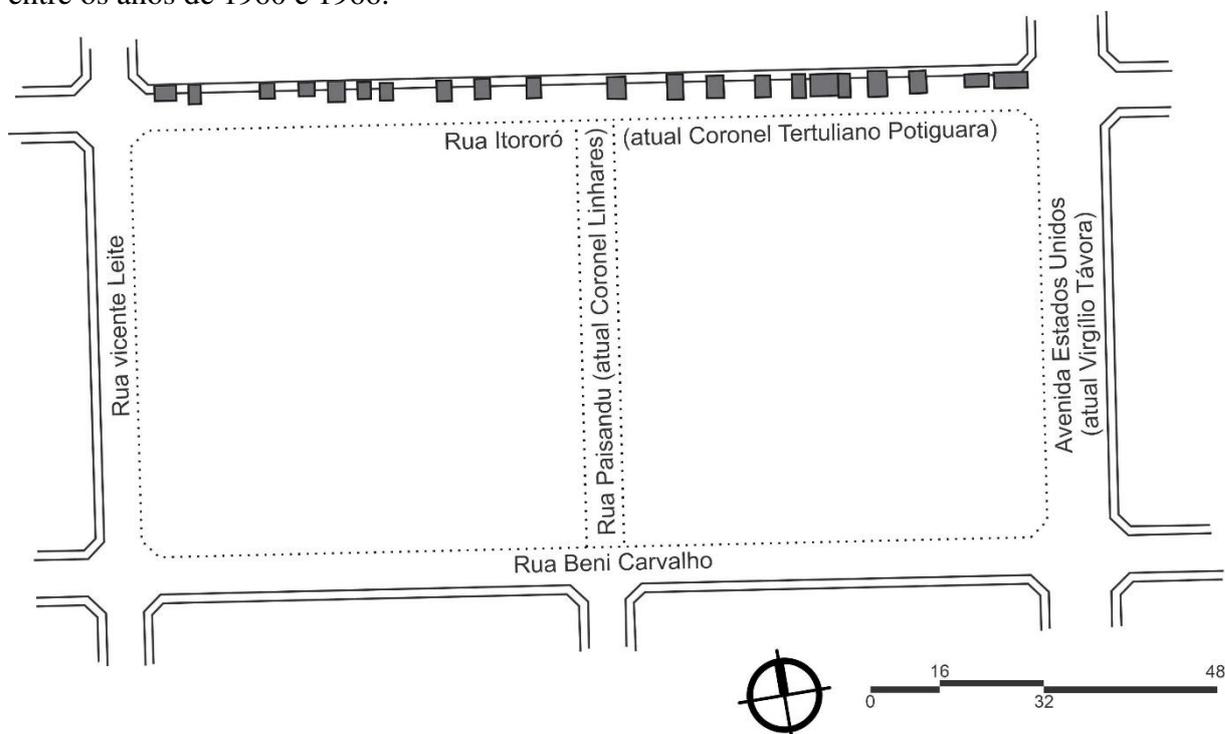
Fonte: Tribuna do Ceará, 21 de agosto de 1962.

A favela é relatada como um meio encontrado devido a impossibilidade de arcar com o pagamento do aluguel ou a compra de um imóvel, sendo assim, o único gasto necessário seria com o material de construção. É também observado que um número considerável é encontrado em terreno da União (terrenos da Marinha), Prefeitura Municipal, Rede Ferroviária, Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, terrenos particulares ainda não ocupados, baldios e nas vias (SOUZA, 2009; ALDIGUERI, 2017).

O princípio da ocupação da favela Santa Cecília ou Favela das Quadras ocorre desta forma, porém, se inicia semelhante as ocupações das ruas do bairro do Meireles (Figura

17) e ao citado no Plano Diretor de 1963. Ao conversarmos com os moradores mais antigos, que chegaram em meados de 1960, nos foi descrita a ocupação inicial pela rua Itororó - atualmente conhecida como Rua General Tertuliano Potiguara-, e utilizavam os muros do Colégio Santa Cecília como apoio para as construções. Por isso leva esse nome, seu início além de se apoiar no muro do Colégio, não haviam muitas construções de referência no local. Por volta de 20 barracos conforme a Figura 22, estes se organizavam vindos diretamente do interior, ou expulsos de outras favelas que antes se localizavam em praias ou próximo às áreas litorâneas.

Figura 22 – Cartograma representando a primeira etapa da ocupação da Favela Santa Cecília, entre os anos de 1960 e 1966.



Fonte: PROAFA, 1981, *apud*. COHAB. Com modificações do autor segundo entrevistas com moradores.

A localização das favelas próximas as residências de alto padrão - como Aldeota e Meireles- também se dá pelo fato da proximidade com o mercado de trabalho, principalmente da mão-de-obra feminina que ocupava as funções de ‘doméstica’. Porém estas ocupações geravam embates principalmente com alguns grandes grupos/famílias proprietários das terras, pois representava a impossibilidade de sua comercialização, suprimindo parte do terreno, ou por vezes ele inteiro, além da inviabilidade do uso da terra como reserva de valor. Este processo ocorreu com um grande número de conflitos dos proprietários e resistências dos moradores, chegando a ter algumas desapropriações por parte do poder público (SOUZA; 2009; ALDIGUERI, 2017).

Segundo entrevistas, em alguns casos, os patrões compravam um barraco ou quarto no muro do Colégio Santa Cecília para suas empregadas domésticas. Outros casos os próprios moradores que trabalhavam próximo alugavam estes quartos e barracos de taipa e papelão, ou construía seus próprios barracos nos dias de folga, e com o tempo iam aumentando ou compartimentando o barraco. Os moradores da Favela Santa Cecília/Quadras relataram a existência de represálias violentas em relação a questão fundiária, devido a especulação imobiliária existente no entorno, gerada pelo interesse de vários segmentos empresariais, no qual expulsaram diversas favelas locais utilizando da força, influência social e financeira. Estes relatos também foram verificados durante entrevistas com técnicos da PROAFA, no qual informaram serem constantemente intimidados por grandes proprietários de terras.

É possível entender esse interesse, ao estudar a documentação dos terrenos da Favela Santa Cecília/Favela das Quadras encontrada no Arquivo Tancredo Neves, em que o proprietário aparece inicialmente sendo a Imobiliária Patrolino Ribeiro S/A, que vendeu ambas as quadras em 12/11/1963 para o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários – IAPB, posteriormente passado para o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS. Porém o domínio útil e foreiro do terreno no processo de compra do Governo do Estado com a IAPAS em 1980, aparece como a Imobiliária Patrolino Ribeiro S/A (ANEXO A). Logo, presumasse que houve a mudança do proprietário do terreno (IAPB/IAPAS), porém não houve mudança na posse (Imobiliário Patrolino Ribeiro), assim, obtém-se o lucro da venda da terra, e o lucro a exploração de atividades e arrendamento dela pelo sujeito que detém a sua posse. A presença de uma comunidade inteira, no coração da Aldeota, impossibilitaria a sua comercialização, além da desvalorização dos terrenos adjacentes, diminuindo o lucro que obteria.

A disputa pelos terrenos da época também acontecia por meio das mídias. O maior acesso à imprensa que a elite da Aldeota tinha, se devia a influência dos grandes grupos econômicos que as mantinha, além do acordo com o setor público, nos quais constantemente exigiam melhorias nas condições dos equipamentos e serviços, e utilizavam como motor de propagação de projetos e ideias junto à opinião pública. Estas reclamações aconteciam por grandes donos de terras que se consolidavam e cresciam por meio de transmissão de heranças, e também por imobiliárias e construtoras, que em sua maioria estavam ligadas ao patrimonialismo de grandes famílias como Diogo, Dionísio Torres, Gentil, Bezerra, grupo Patrolino/Dias de Souza (SILVA, 1992; BERNAL, 2004; ALDIGUERI, 2017).

A predominância dos mercados de terra entre os anos 60 e 70 sob a especulação imobiliária, tinham como base o fato da habitação e a terra serem elementos essenciais da reprodução humana, além de serem ícone de status e ascensão social que possui valor capital. Porém, caímos em erro se cogitarmos apenas as favelas antes ocupantes de terrenos públicos. Podemos citar alguns casos como a Praça Barão da Passagem, criada em 1960, era ocupada pela DENTEL – Departamento Nacional de Telecomunicações. A Praça Humaitá, que fora doada à Rádio Dragão do Mar, que posteriormente a vendeu para o Colégio Lourenço Filho. Isso além das Praças Epitácio Pessoa e Desembargador Eurico Monteiro. A pressão na zona leste da cidade, onde os terrenos são mais valorizados, era muito grande, em alguns momentos chegava-se a fazer promessas de indenizações para conseguir a expulsão das favelas (BERNAL, 2014; ALDIGUERI, 2017). A compreensão do processo de expulsão, por ter ocorrido diversas vezes, já era de comum conhecimento

“É sabido que a simples retirada de casebres das ruas é medida incompleta, pois os favelados alojam-se em outros logradouros e acabam tendo de ser novamente despejados, com novos ônus para a Municipalidade” (O POVO, 1968, *apud*. ALDIGUERI, 2017, p. 37).

No início da década de 1970, devido a rápida dinâmica de crescimento urbano por meio de favelas na cidade, um estudo foi realizado por meio de um convênio entre a SUDENE e a Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – SUDEC, por meio do Ministério do Interior, o produto final desta parceria foi intitulado de ‘Programação Habitacional para o Estado do Ceará’ no qual abrangia os municípios de Camocim, Sobral, Crateús, Juazeiro do Norte, Quixadá, Russas e Fortaleza. O estudo apresentou em uma planta da cidade a localização de 73 vilas marginais espalhadas pela mancha urbana. Porém, suas maiores concentrações ainda eram em áreas litorâneas do Pirambu, Mucuripe e Varjota, além da localidade da Avenida Estados Unidos (atualmente Avenida Senador Virgílio Távora). As vilas eram formadas por 37.078 domicílios, que se estimava em aproximadamente 223 mil habitantes. (SOUZA, 2009; ALDIGUERI, 2017; PEREIRA, 2018).

Pela primeira vez, a Favela Santa Cecília ou Favela das Quadras, oficialmente é mapeada e documentada, porém não detalhada em sua morfologia de ocupação conforme observamos na Figura 23. A utilização da nomenclatura também diverge, uma vez que a comunidade é descrita no documento como Vila Marginal nº 17 – Itororó, em referência ao nome da rua que se iniciou a ocupação. A dificuldade de mapeamento das favelas da época se dava pelo constante movimento de expulsão e ocupação dos moradores. É importante

salientar que a quantidade de favelas nesta zona da cidade era significativamente aparente, como parte do bairro da Aldeota, metade do Meireles e quase todo o Papicu e Varjota.

Figura 23 - Mapa de ‘Vilas Marginais’ produzido pela SUDENE/SUDEDEC e disponibilizado na edição da ‘Programação Habitacional para o Estado do Ceará’, com adaptação de destaque para a área em pesquisa.



Fonte: Programação Habitacional para o Estado do Ceará – SUDENE/SUDEDEC, 1971.

Os dados que o trabalho trazia sobre a cidade, nos mostrava uma infraestrutura com severos problemas devido aos picos de crescimento demográfico. O esgotamento sanitário era de longe o mais alarmante, com apenas 3,9% dos domicílios da capital com acesso ao serviço. A catalogação das habitações das favelas foi documentada conforme suas qualidades construtivas e separadas entre os estratos: A, B, C, D e E. A organização se deu da seguinte forma: ‘A’ – aglomerado marginal; ‘B’ – camada baixa; ‘C’ – camada média baixa; ‘D’ – camada média; e ‘E’ – de camada alta e superior. Os estratos ‘A’ e ‘B’ eram predominantes dentro da cidade, conforme o Quadro 1 (SUDENE/SUDEDEC, 1971).

O documento deixava clara a situação alarmante das habitações em Fortaleza. Onde 40% eram precárias e totalizando 67.413 eram precárias, tendo ainda uma estimativa de acréscimo de 8.500 unidades por ano. A população atingida por esta situação chegava a 404.000, aproximando-se dos 46,3% do total de habitantes da capital. O texto ainda aborda de

forma clara sobre a especulação de terrenos vazios em áreas valorizadas e como isso era prejudicial para a conformação da cidade (SUDENE/SUDEC, 1971).

Quadro 1 - Distribuição percentual da tipologia habitacional pelos estratos sociais em Fortaleza, com indicação do número total de unidades por tipo - 1970.

Tipologia Habitacional	Estratos Sociais					Total para cidade	Número de unidades habitacionais
	A	B	C	D	E		
Precárias	75%	47%	28%	7%	-	40%	67.413
Popular	21%	38%	39%	28%	-	31%	52.245
Regular	4%	11%	25%	26%	7%	16%	26.965
Boa	-	4%	8%	39%	93%	13%	21.909
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	168.532

Fonte: SUDENE/SUDEC, 1971, p. 17, transcrição feita pelo autor.

“[...] Tanto as áreas nas zonas consagradas como residenciais como aquelas não tão bem situadas em relação aos serviços, estão sujeitas a especulação imobiliária. Ainda que não se possua uma pesquisa específica sobre o custo dos terrenos urbanos, sabe-se do livre arbítrio dos grandes proprietários e as consequentes ocupações urbanas sem qualquer planejamento físico ou programação de serviços básicos. Por outro lado, a falta de um plano diretor para toda área de expansão deixa os loteadores livre de maiores responsabilidades com os interesses públicos, dividindo e subdividindo lotes urbanos, abrindo ruas sem especificações técnicas, eliminando áreas de interesse público e comprometendo os elementos naturais amenizantes do clima” (SUDENE/SUDEC, 1971 p. 25, com grifos do autor).

Era notável a forma como os interesses privados moldavam e direcionavam livremente a cidade, sem aparente fiscalização rigorosa, pois como é supracitado, não havia plano vigente com legislações para as áreas de expansão, dando abertura para especuladores e proprietário agirem conforme seus interesses. É observado na época o resultado destes problemas urbanos de forma clara especializadas na cidade

“A estrutura interna das cidades apresenta padrões reguladores de zoneamento e segregação social. Em todas as cidades encontra-se uma zona comercial central onde se localizam escritórios, comércio varejista, cartórios, sedes de repartições públicas, hotéis, bancos, etc., embora tenham sido encontradas ali algumas casas residenciais [...] a área imediatamente exterior e periférica do centro comercial é predominantemente ocupada pela parcela da população do estrato D, bem como pelo estrato C, com pequena participação do estrato B [...].

[...] Em Fortaleza, com base no critério de concentração residencial, pôde-se localizar de modo preciso os limites espaciais dos estratos sociais. Assim temos uma distribuição residencial dos bairros que é tipicamente social. No bairro da Aldeota concentra-se o estrato ‘E’ da cidade; outros bairros são caracteristicamente proletários, tais como Henrique Jorge, Panamericano e Cidade dos Funcionários;

Joaquim Távora, 13 de Maio e Benfica são típicos do estrato D. Somente o estrato A encontra-se disperso por todo o espaço urbano. Foram localizadas 73 vilas marginais (favelas), totalizando, em seu conjunto 37.078 domicílios.” (SUDENE/SUCEC, 1971, p. 30-31, com grifos do autor)

“[...] Tanto as áreas nas zonas consagradas como residenciais como aquelas não tão bem situadas em relação aos serviços, estão sujeitas a especulação imobiliária. Ainda que não se possua uma pesquisa específica sobre o custo dos terrenos urbanos, sabe-se do livre arbítrio dos grandes proprietários e as consequentes ocupações urbanas sem qualquer planejamento físico ou programação de serviços básicos. Por outro lado, a falta de um plano diretor para toda área de expansão deixa os loteadores livre de maiores responsabilidades com os interesses públicos, dividindo e subdividindo lotes urbanos, abrindo ruas sem especificações técnicas, eliminando áreas de interesse público e comprometendo os elementos naturais amenizantes do clima.” (SUDENE/SUDEDEC, 1971 p. 25, com grifos do autor.)

Era notável a forma como os interesses privados moldavam e direcionavam livremente a cidade, sem aparente fiscalização rigorosa, pois como é supracitado, não havia plano vigente com legislações para as áreas de expansão, dando abertura para especuladores e proprietário agirem conforme seus interesses. É observado na época o resultado destes problemas urbanos de forma clara espacializadas na cidade

“A estrutura interna das cidades apresenta padrões reguladores de zoneamento e segregação social. Em todas as cidades encontra-se uma zona comercial central onde se localizam escritórios, comércio varejista, cartórios, sedes de repartições públicas, hotéis, bancos, etc., embora tenham sido encontradas ali algumas casas residenciais [...] a área imediatamente exterior e periférica do centro comercial é predominantemente ocupada pela parcela da população do estrato D, bem como pelo estrato C, com pequena participação do estrato B [...].

[...] Em Fortaleza, com base no critério de concentração residencial, pôde-se localizar de modo preciso os limites espaciais dos estratos sociais. Assim temos uma distribuição residencial dos bairros que é tipicamente social. No bairro da Aldeota concentra-se o estrato ‘E’ da cidade; outros bairros são caracteristicamente proletários, tais como Henrique Jorge, Panamericano e Cidade dos Funcionários; Joaquim Távora, 13 de Maio e Benfica são típicos do estrato D. Somente o estrato A encontra-se disperso por todo o espaço urbano. Foram localizadas 73 vilas marginais (favelas), totalizando, em seu conjunto 37.078 domicílios.” (SUDENE/SUCEC, 1971, p. 30-31, com grifos do autor)

É notório que a localização segregada dos estratos B, C, D e E são bem definidos na tecitura urbana da época. Somente o estrato A se encontra espalhada pela cidade. Esta informação reforça a ideia de constate movimento por expulsão dos favelados, principalmente por ser a camada social mais frágil e com menos amparo. Esta condição dos abrigos que não possuíam legalidade documental, abria uma prerrogativa para a expulsão desses habitantes para outras áreas da cidade, normalmente mais distante da origem. Estas ações dos especuladores imobiliários e proprietários de terra, em conjunto com as difíceis condições

sociais e financeiras, faziam com que a população residente destes assentamentos se unisse de forma comunitária em organizações para melhor superar os obstáculos.

“A existência de grupos restritos de amizade, nos quais os laços e as relações sociais são íntimos, ficou constatada nas famílias dos estratos A e B, em que êstes aspectos foram investigados; os grupos restritos em aprêço formam uma unidade diferenciada do grupo vicinal, pois êste é compreendido como o conjunto de famílias de uma pequena vila, de uma quadra ou quarteirão. O que torna restritivo um grupo de amizade não é necessariamente o seu tamanho, mas o tipo de relacionamento social nêle encontrado. Quando há íntima associação, cooperação espontânea e afetiva, e coalescência acentuada entre apenas pequeno número de famílias formam-se os grupos restritos e maiores quantidades. Quando, ao contrário, o grau de aglutinamento (físico e social) é intensamente acentuado entre tôdas as unidades familiares de uma vila, a tendência à formação de grupos restritos torna-se mais fraca. Tal foi o resultado verificado nas pesquisas dos estratos A e B. A frequência do grupo de relacionamento extenso foi elevadíssima nêstes estratos com tôdas as cidades pesquisadas. No estrato A sobretudo o grupo extenso, como círculo mais amplo de relacionamento é aqui caracterizado pelo interconhecimento, pela solidariedade existente entre as partes, sendo o seu limite, o próprio limite das unidades de vizinhança ou vila marginal” (SUDENE/SUDEDEC, 1971, p. 73, com grifos do autor).

Este modelo de organização social busca o fortalecimento dos vínculos com os demais moradores, assim terão forças para lutar e se organizar no terreno ocupado. Para compreender melhor isso, analisaremos a Tabela 1 do documento que mostra os tipos dos grupos que são separados em Restritos e Extensos. Sendo os Restritos formados por pequenos grupos familiares limitados por uma quadra e quarteirão, podendo existir ou não mais um no mesmo local. E Extensos, sendo grandes grupos organizados colaborativamente em extensões de maior proporção, como as vilas marginais.

Tabela 1 - Distribuição percentual das famílias do estrato A das cidades pesquisadas, segundo o tipo de grupo e a cooperação efetiva - 1970.

Cidades	Tipos de grupos		Cooperação Efetiva
	Restritos	Extenso	
Fortaleza	20%	74%	89,6%
Sobral	55%	42%	63,1%
Juazeiro	13%	77%	58,8%
Cratêús	12,5%	75%	82,7%
Quixadá	20%	80%	71,4%
Russas	26,5%	67,6%	76,4%
Camocim	40%	60%	63,3%

Fonte: SUDENE/SUDEDEC, 1971, p. 74-75, transcrição e destaques feitos pelo autor.

A capital do Ceará se destaca entre as outras cidades pesquisadas, com a maior taxa de cooperação (Cooperação Efetiva) das populações carentes dentro das questões levantadas e apresentadas durante o processo de organização de moradias e bem estar. Portanto, a ideia inicial de organizações pré-Associações de Moradores já era visível, porém, eram chamados de Conselhos de Bairro, formados pelos moradores de maior prestígio.

“As famílias apontaram como organizadores que teriam maiores condições de comando: um religioso, uma assistente social ou uma personalidade de prestígio no bairro (no caso o líder do Conselho de bairro, um comerciante, etc.) escolhido pelos participantes” (SUDENE/SUDEDEC, 1971, p. 78, com grifos do autor).

Dentre estas organizações articuladas na época, em alguns casos resultaram em Associações de Moradores, que em muito cooperaram com para a luta política e democrática da permanência da população nas ocupações.

Apesar do documento ter 52 anos, consegue ter uma visão bastante crítica em relação a qualidade dos conjuntos habitacionais construídos em massa para as populações moradores de favelas que são removidos. É ainda destacada a incompatibilidade destas habitações oferecidas pelo Estado frente às tradições e costumes dos moradores, além da dificuldade destes em conseguir efetuar os pagamentos. No trecho constatamos como ocorriam as modificações nas residências e suas possíveis causas.

“Ainda que taxativamente não ficasse expressa a contrariedade do mutuário com a funcionalidade da casa, ficou demonstrado que a solução não atende a exigência de conforto [...]. No caso do alpendre, poder-se-ia admitir a influência cultural, numa tentativa de transferência para a casa mínima urbana da aparência e da função do espaço típico de casa rural com avarandado, que lhe é familiar. A exigência de muro poder-se-ia atribuir aos problemas decorrentes de excessiva aproximação e consequentes atritos entre os mesmos. Quanto à necessidade de dormitórios, trata-se de uma constatação que implica na reformulação do próprio critério de seleção de famílias para um determinado tipo de habitação pois o mesmo quase somente leva em conta a renda familiar. Também o piso, geralmente de cimento alizado, não é o da preferência dos moradores. (SUDENE/SUDEDEC, 1971, p. 118, com grifos do autor.)

É importante lembrar que muitos conjuntos habitacionais reuniam a população de diversas favelas diferentes, e com isso, é comum apresentar alguns atritos entre os moradores, causando a necessidade de muros. Outro ponto a destacar, é a inexistência de uma política de avaliação pós-ocupação dos conjuntos, para assim atualizarem os padrões e futuros projetos. A situação em si, acaba por colocar o morador como autor das intervenções e adaptações da moradia, realocando estes espaços dentro da sua ordem de prioridade. Vale destacar que parte

destas modificações são resultados das heranças culturais trazidas do sertão por seus habitantes, como a construção do alpendre.

Mesmo assim, o programa da Companhia de Habitação - COHAB, implantado em 1966 não chegou a ter uma grande significação na luta contra o déficit habitacional em Fortaleza na época. Porém, foi protagonista importante na expansão da cidade (SUDENE/SUDEDEC, 1971).

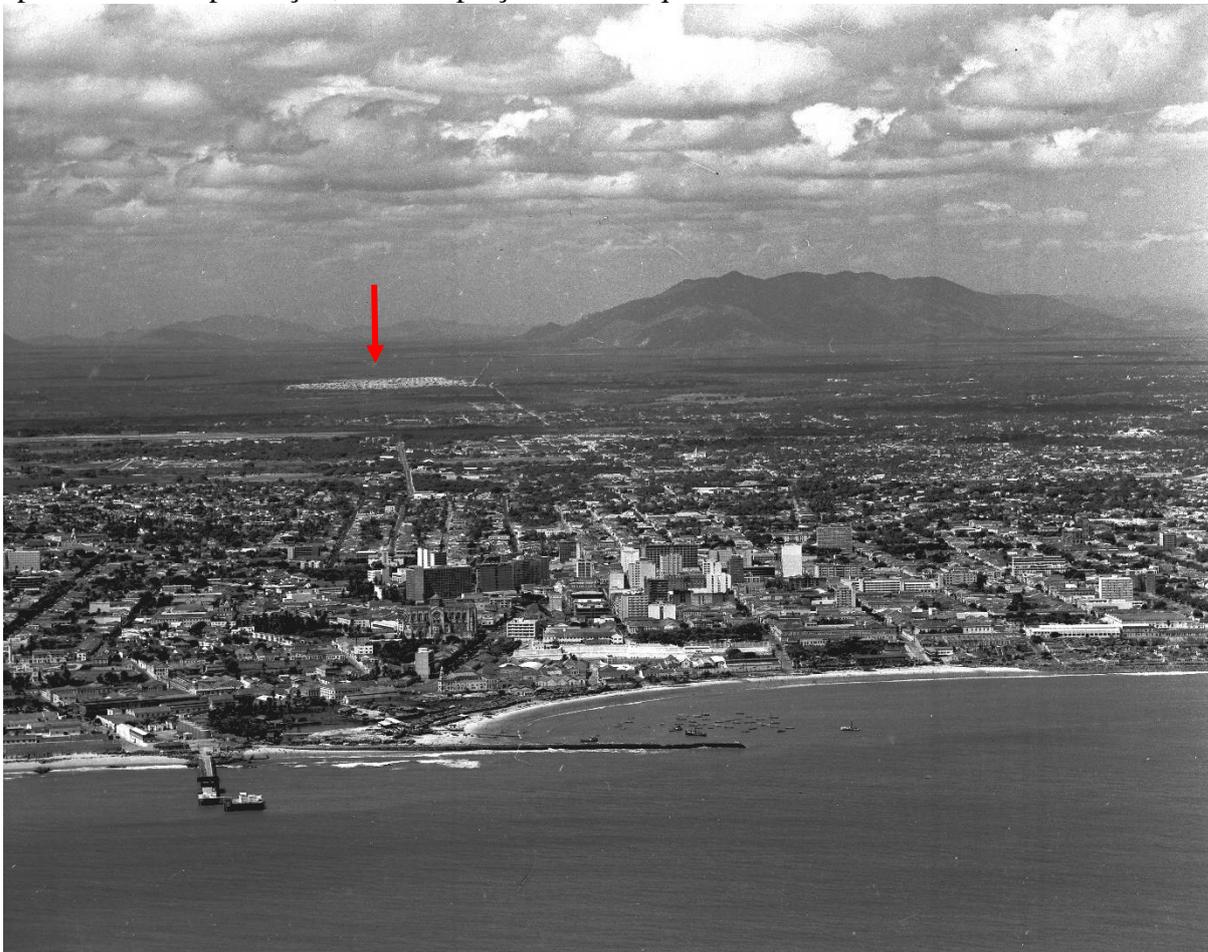
2. Os conjuntos habitacionais populares dinamizaram novas regiões urbanas, provocando a expansão de serviços, ainda que prevaleça a pobreza dos modelos urbanísticos e arquitetônicos adotados pelos programas tipo 7. (SUDENE/SUDEDEC, 1971, p. 116, com grifos próprios do documento.)

Grande parte da expansão urbana da cidade na época se deu pela construção das habitações em locais de difícil acesso, tendo ainda modelos de baixa qualidade tanto em seus espaços público (urbanístico) quanto no privado (moradia), um dos exemplos mais nítidos da época é o Conjunto Habitacional Prefeito José Walter criado em 1970, conforme a Figura 24. Segundo o documento da SUDENE/SUDEDEC (1971), mesmo a COHAB sendo muito presente na formação destes espaços de moradia, esta não consegue cumprir efetivamente sua meta de “Promover recuperação das habitações” (p. 125), uma vez que teria de disponibilizar apoio técnico que apresentassem propostas para as residências, sem a necessidade de realocá-las ou reassentar em modelos estatais. Este poderia ter sido um trabalho vanguardista na questão de intervenção em favelas no Brasil na época.

Entre os anos de 1971-1973, com a inserção da favela na política urbana, também foi elaborado o Plano de Desfavelamento criado pela Prefeitura por meio da Fundação de Serviço Social de Fortaleza – FSSF. Com isso houveram outras levadas de expulsão das favelas, desta vez, principalmente as que ocupavam o leito das vias das áreas da cidade consideradas valorizadas e que o mercado estava expandindo: Aldeota, Varjota, Mucuripe, Meireles e Papicu. A exemplo dos processos de realocação os quais retiraram 85 famílias da Av. Estados Unidos, 13 famílias da Rua Senador Machado e 145 famílias do Alto da Piçarra, dentre outras. A ideia era uma erradicação completa das favelas. Destes estudos realizados pelo Plano, foram construídos os Conjuntos Habitacionais Alvorada e Marechal Rondon, sem ter ao menos o consentimento do morador no processo de remoção. A densidade urbana do bairro do Meireles durante a década de 1970 chegou a ser diminuída, isso se deu pelos trabalhos de realocação dos programas de desfavelamento. O Estado então incorpora o papel de principal investidor e empregador e utiliza de seu poder para representar as classes dominantes, como consequência, acaba por resultar um controle social, que se traduz em um controle espacial na

cidade, ou seja, os conjuntos habitacionais (SILVA, 1992; SOUZA, 2009; ALDIGUERI, 2017).

Figura 24 – Localização do Conjunto Habitacional Prefeito José Walter isolado da cidade na época de sua implantação, com adaptação de destaque.



Fonte: Arquivo Nirez, com adaptação do autor.

Conforme entrevista com moradores, esta se configura uma segunda etapa de ocupação do terreno. Ao descobrirem que o proprietário seria o IAPAS, os moradores adentram primeiramente em uma das quadras, localizada na Avenida Estado Unidos.

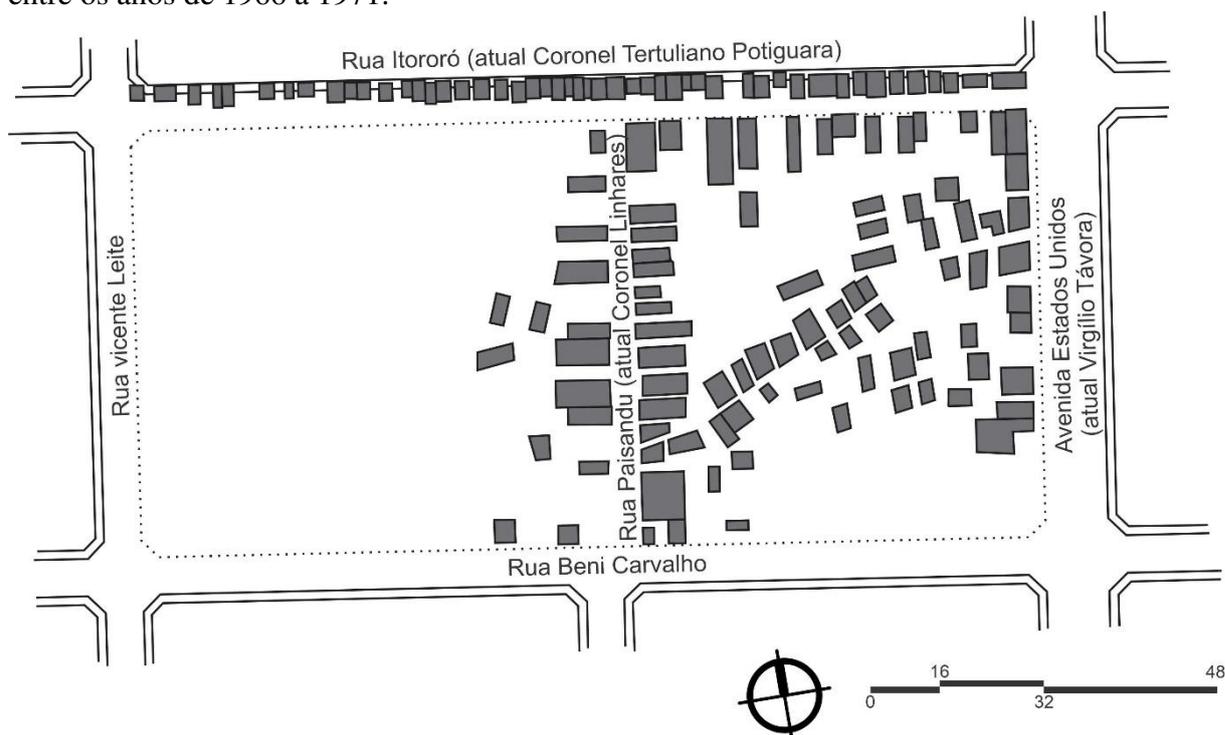
O marco temporal definido para a ilustração das imagens foi feito conforme entrevista com os moradores e datas detalhadas por eles, um dos mais antigos nos informou que a ocupação da parte interna da quadra ocorreu entre os anos de 1966 a diante. Porém não foi possível encontrar aerofotos, mapas, plantas, fotos ou quaisquer documentos do local na época -entre 1958 a 1973- que tivessem informações detalhadas sobre a ocupação. Sendo assim, utilizamos um documento oficial da PROAFA com a localização de todas as habitações da época da construção do conjunto, e correlacionamos com as informações e datas que obtivemos durante a coleta de dados com os entrevistados.

Com o tempo os moradores foram construindo seus barracos formando os becos e vielas. É importante destacar que esta ocupação não foi pacífica, tanto por tentativa de expulsão pelo foreiro, quanto pelos vizinhos da rua Beni Carvalho. Ao construírem os abrigos durante a noite -quando não havia ninguém para denunciar-, tinham todo seu trabalho desfeito na manhã seguinte pela polícia. Os vizinhos da esquina da Rua Beni Carvalho com Av. Estados Unidos, eram determinados em fazer de tudo para não haver barracos na proximidade do acesso de suas casas, e solicitavam a retirada dos barracos pela polícia constantemente pela manhã. Logo a área foi reorganizada pelos moradores como um minicampo de futebol¹³ para atividades, e com isso, iniciaram a ocupação da segunda quadra, respeitando o alinhamento da Rua Paisandu, atual Coronel Linhares, conforme podemos notar na Figura 25. Uma das teorias do segundo nome do local, 'Favela das Quadras', se deve pela forma de ocupação das duas quadras -ou quarteirões- do bairro.

Instaurada pela Constituição de 1967, as regiões metropolitanas no Brasil, dentre estas a de Fortaleza, fazendo com que fossem mais fáceis a organização e a administração local na gestão de implementação de recursos, infraestruturas e planos de ação. Com isso, é elaborado em 1972, por meio do governo federal o Plano Integrado de Desenvolvimento Integrado da Região de Fortaleza – PLANDIRF. As orientações do plano seguiam com o intuito de dotar o espaço urbano com infraestrutura viária como Avenida Castelo Branco, Borges de Melo, Aguanambi e 4º Anel Viário, além de programas socioeconômicos como a construção de conjuntos habitacionais e centro comunitários. Havia também a idealização de expansão de crescimento da cidade para além da linha férrea do Mucuripe – Parangaba e do Rio Cocó, incorporando novos terrenos para a lógica de comercialização e expansão urbana da agora metrópole cearense (COSTA, 2009).

¹³ Segundo os moradores, o futebol tem papel essencial nas relações internas e externas tanto da Favela Santa Cecília/das Quadras quanto do Conjunto São Vicente de Paulo. Era por meio desta atividade, além dos piqueniques e passeios organizados às praias da região metropolitana, que se mantinham as relações com as comunidades do Edson Queiroz, Piedade, Campo do América, Trilho, Pio XII, Pau Pelado, Serviluz, Lagamar, Verdes Mares, Mucuripe e Terra e Mar.

Figura 25 - Cartograma representando a segunda etapa da ocupação da Favela Santa Cecília, entre os anos de 1966 a 1971.



Fonte: PROAFA, 1981, *apud*. COHAB. Com modificações do autor segundo entrevistas com moradores.

Essa expansão da porção leste e sudeste, vai acontecer em lotes maiores, possibilitando a instalação de grandes equipamentos e aumento o adensando ao longo das vias de suas vias, onde são construídas lojas em dimensão até então nunca vista pelos cearenses, além de edifícios residenciais e instituições de ensino. Ao exemplo da instalação da Universidade de Fortaleza – UNIFOR em 1973, que rapidamente os lotes do seu entorno se valorizaram (SILVA, 2019a).

Outro ponto importante a se destacar na década de 1970, é a transferência do Palácio do Governo do Estado para a área central da Aldeota, tendo forte significância, pois logo em seguida vários outros órgãos da administração pública de todas as instâncias se mudaram para o mesmo bairro ou arredores. A direção da descentralização ocorria no sentido da Av. Santos Dumont e Barão de Studart, além das ruas transversais. Em paralelo a isso, iniciasse o processo de verticalização do bairro, com edificações de até 3 pavimentos e garagem sob pilotis. Esta mudança se deu pelo fato do alto escalão dos funcionários, e por suas residências na maior parte se localizarem na Aldeota. Outro fator a ser considerado era o fortalecimento do subcentro Aldeota, que se estabeleceu com a instalação do primeiro *shopping center*, em novembro de 1974, o Shopping Center Um e suas primeiras agências bancárias, que induziram a instalação de um grande número de estabelecimentos comerciais e de serviços. Devido ao aumento da construção de prédios e o aumento dos preços dos lotes, as

casas foram sendo desvalorizadas, que por sua vez começou a perder espaço para o novo modelo de habitação com apartamentos amplos. Desta forma facilitou a fixação como residência de alto custo da classe média alta e média da cidade. A incessante procura fez com que outros bairros que já não tinham a mesa infraestrutura fossem procurados por famílias de classe média que não conseguia arcar com os preços praticados na Aldeota e Meireles, surgem então os bairros da Varjota, Papicu e Praia do Futuro. Estas ações modificam drasticamente a paisagem estabelecida anteriormente pelos antigos moradores das favelas (SILVA, 1992; PONTES; 2003; SOUZA, 2009).

A paisagem da cidade era então marcada de forma mais severa pelos contrastes das grandes casas e edificações de 3 pavimentos com as favelas. Na Figura 26 podemos verificar a presença da Favela Santa Cecília/Quadras destoava da fachada das habitações ao seu redor.

Figura 26 – A favela Santa Cecília e o contraste com as casas da Aldeota na década de 1970.



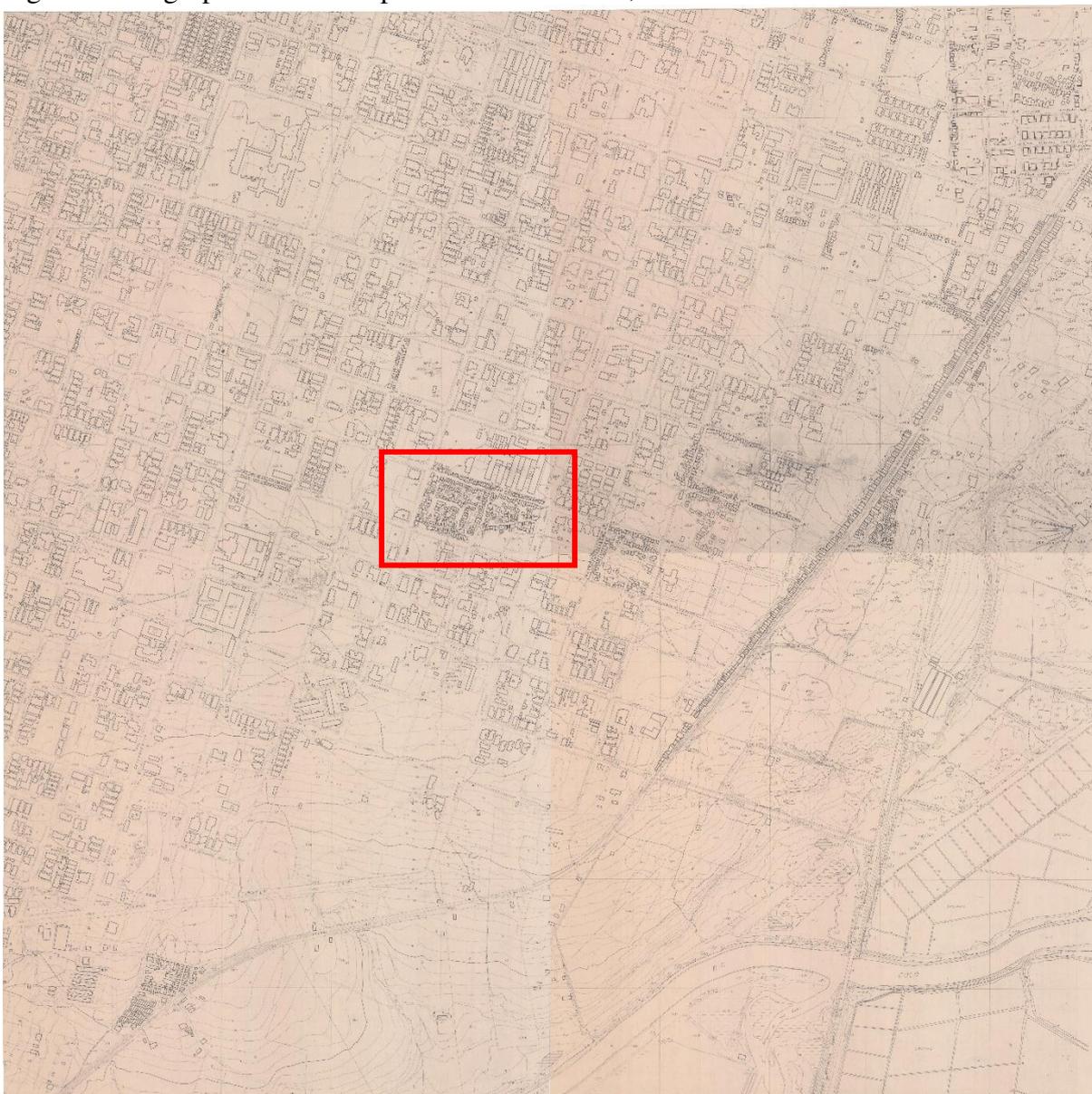
Fonte: Arquivo Familiar Ilka Brain, com adaptação do autor.

É possível perceber a materialidade e formas construtivas, nas quais em muito se assemelham com as típicas do sertão: casas de taipa, algumas com cercas, portas e janelas em madeira. Alguns outros costumes também eram mantidos pelos moradores, como por exemplo a criação de animais como: porcos, galinhas, cavalos e cabritos, além da favela contar com bodegas, forrós aos finais de semana e novenas. Há um relato de uma moradora entrevistada ter nascido de parteira na favela, e um habitante que aprendeu com sua avó o ofício de rezadeira, o qual continua atualmente praticando.

Em 1973 foram executados os serviços fotogramétricos pela empresa Cruzeiro do Sul pela Secretaria de Planejamento do Município de Fortaleza, pela Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará – CAGECE e pela Companhia Telefônica do Ceará. Foram montadas as folhas 73, 74, 89 e 90 na Figura 27, nas quais encontramos a Favela Santa

Cecília - detalhe na Figura 28 - em sua morfologia original, assim como a Favela do Trilho, e outras que se localizavam em leitos de vias e em terrenos.

Figura 27 – Agrupamento de mapas da área de estudo, cidade de Fortaleza 1973.



Fonte: Cruzeiro do Sul S.A., 1973 *apud*. Mapoteca LAPUR/UFC Geografia. Montagem das folhas 73,74, 89 e 90 feita pelo autor.

Pela primeira vez na pesquisa, é obtido uma planta oficial que detalha minimamente a forma de ocupação da favela, e podemos notar que havia separação de lotes internamente com cercas pelos moradores, provavelmente para criação de animais ou atividades executadas ao ar livre como: cozinhar, secagem de roupas e plantação de alguns alimentos. A configuração formada pelas habitações desenha vielas e becos espontâneos que hora são estreitos e hora espaçosos, formam pequenos largos, esquinas irregulares criando

uma espacialidade divergente da adotada em seu entorno, que possibilita a apreensão de perspectivas diversas para o espectador durante o caminhar na malha urbana local. Pois como afirma Waisman (2013), “A trama urbana é, portanto, um dos elementos básicos do patrimônio fundamental para a observação da identidade. [...]” (p. 192).

É possível notar o a ocupação dos arredores da favela por diversas casas -em sua maioria grandes e luxuosas-, além do funcionamento do Colégio Santa Cecília. Um dos vizinhos mais comentados pelos moradores entrevistados foi o político Aécio de Borba, o qual é lembrado com estima por empregar os locais e ajudar contra as ameaças que buscavam sua retirada. Nesta época é relatado pelos moradores intensas investidas de remoções da população que se organizava para defender seus barracos, havendo até luta física por sua permanência. A situação só se tranquilizou com a chegada da promessa de urbanização.

Figura 28 – Detalhe aproximado da Favela Santa Cecília/Quadras em 1973.



Fonte: Cruzeiro do Sul S.A., 1973 *apud*. Mapoteca LAPUR/UFC Geografia. Montagem das folhas 73,74, 89 e 90, e ampliação do detalhe feito pelo autor.

Os moradores nesta época buscavam água nas casas e principalmente nas construções durante a madrugada, se organizavam em filas com baldes, bacias, galões e rudias. Uma das moradoras da favela trabalhava na casa de um técnico da CAGECE, e

solicitou a ele a canalização de abastecimento para a favela, que foi feita em seguida. Inicialmente usavam lâmparinas e algumas baterias de carro para utilizar seus eletrodomésticos, porém o Conselho de Bairro organizado comprou um poste para o local, e assim puderam instalar fiação para seus barracos, possibilitando o uso maior das TV's, geladeiras e vitrola.

Em 13 de março 1979, foi estabelecida a Lei Nº 5.122-A e suas complementares, que modificavam as áreas mais valorizadas da cidade -Aldeota, Varjota, Meireles, Parte do Cocó e Papicu- em zonas residenciais de alta densidade (ZR-3), favorecendo uma grande margem de lucro para as empresas imobiliárias. A nova legislação previa mudanças no uso e ocupação do solo, aumento do número de pavimentos, modificações na taxa de ocupação do solo e subsolo além do índice de aproveitamento e de permeabilidade do solo (COSTA, 2009).

Neste mesmo período, por meio da construção do calçadão da Av. Beira Mar em 1979 há a consolidação do litoral como cartão postal da cidade, conforme a Figura 29. A avenida agora é símbolo da cidade turística nordestina e da modernização, atraía não apenas as atividades de lazeres, mas a construção de edifícios multifamiliares de alto padrão e hotéis para atender a demanda turística, que se abria para o internacionalismo, com padrões e modelos de construção, usuários estrangeiros e etc. (PEREIRA, 2014; SILVA, 2018).

As favelas que se localizavam nestes bairros do subcentro estavam ainda mais ameaçadas depois da publicação da nova legislação e a implantação de infraestruturas que valorizavam terrenos. A expulsão da população favelada para dar lugar a empreendimentos foi ainda maior nessa época. Segundo morador entrevistado, grande parte deles vinham destas favelas que antes eram espalhadas pela imediação da Favela Santa Cecília/Quadras, como podemos observar na Figura 30 (p. 146).

Segundo os mais de 30 moradores entrevistados, a localização de seus antigos barracos era diversa, dentre eles podemos citar: imediações do Clube Náutico, leito da Avenida Dom Luís, Terreno onde hoje se encontra o Ginásio Paulo Sarasate, Shopping Center Um, Praça das Flores, Rua Beni Carvalho e Rua Barbosa de Freitas, estes são alguns dos locais de que foram expulsos para dar lugar a novos usos. Quando perguntados sobre a origem de suas migrações no estado do Ceará, notamos na Figura 31 (p. 147) que é dispersa pelo estado, porém em maior concentração da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF.

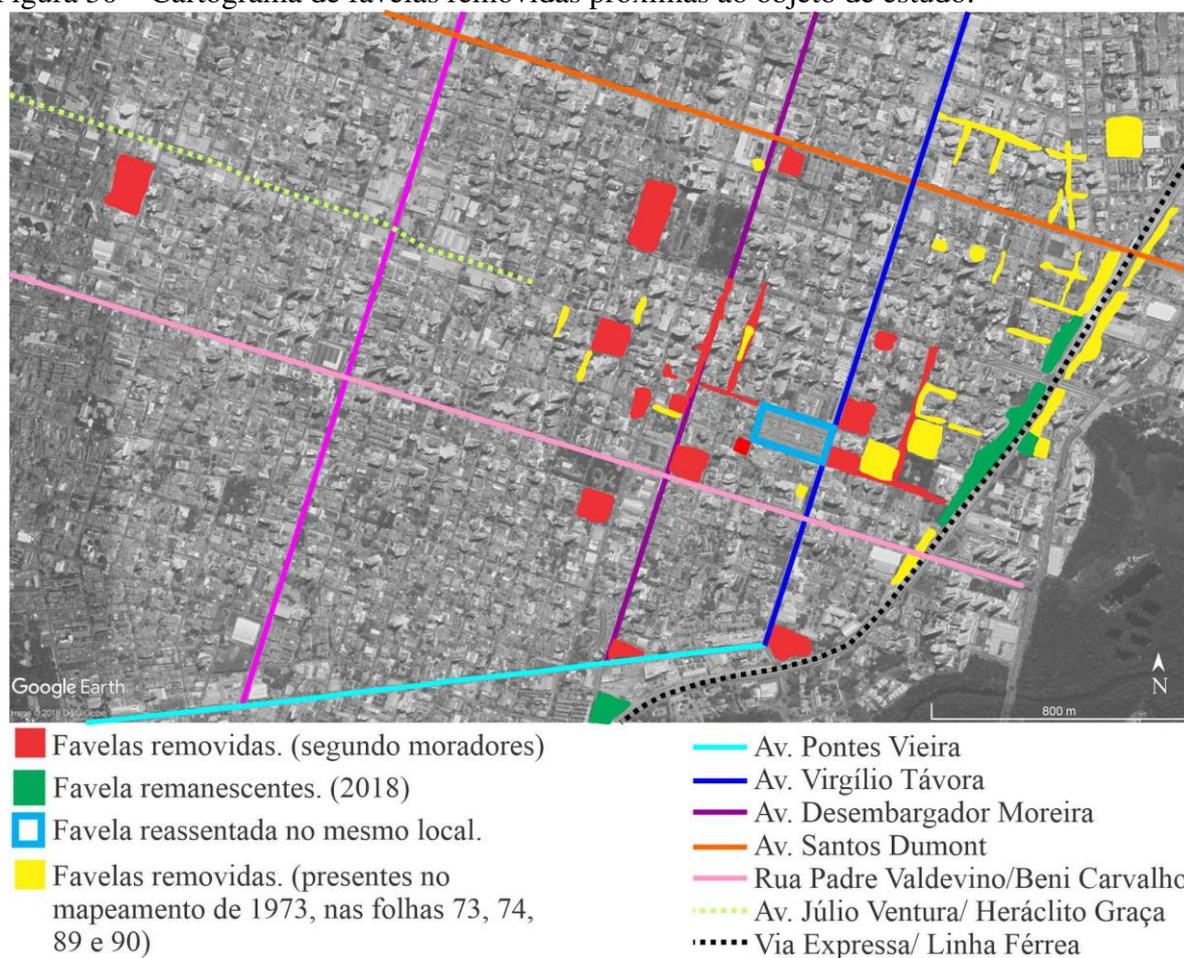
Figura 29 – Matérias de jornal sobre obras turísticas da Av. Beira Mar.



Fonte: Tribuna do Ceará, 08-12 de janeiro de 1979

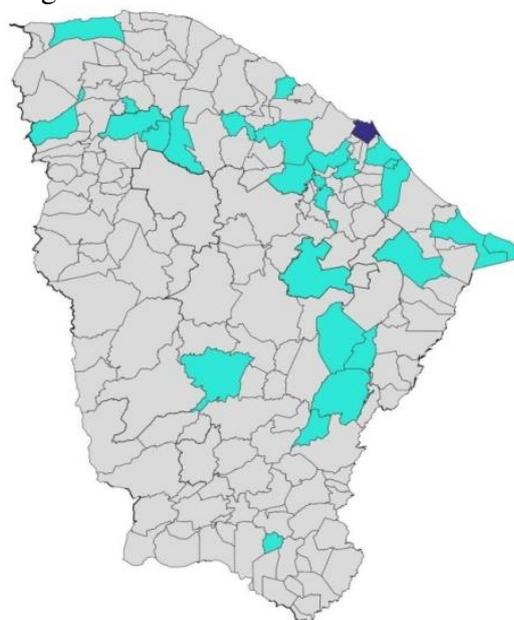
O cenário mundial durante as últimas décadas do século passado, tiveram notáveis mudanças na questão social, econômica e política, -conforme citado no capítulo 2.2-, esse conjunto de manifestações desencadearam acontecimentos como o “[...]neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a globalização” (SILVA, 2018, p. 48). Estes fenômenos alteraram na sociedade a estrutura organizacional, comunicativa e de relacionamentos, no Brasil é possível notar este episódio pela modificação do Estado interventor para ações neoliberais e por sua reestruturação econômica. Em Fortaleza, a relevância dos espaços litorâneos desencadeou o aprimoramento de políticas e ações do Estado, que modificaram a morfologia urbana redefinindo as relações sociais (SILVA, 2018).

Figura 30 – Cartograma de favelas removidas próximas ao objeto de estudo.



Fonte: *Google Earth* (jun/2018), editada pelo autor conforme entrevistas com moradores do Conjunto e Levantamento Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul de 1973 da cidade de Fortaleza.

Figura 31 – Municípios de origem dos moradores entrevistados.



Fonte: IPECE, 2007. Editado pelo autor.

Com o intuito de lançar Fortaleza como cidade turística e visivelmente atrativa ao paladar globalizado era necessária uma limpeza profunda, principalmente na zona leste, próximo ao litoral. No final dos anos 1970 a conotação de favela como local precário de infraestrutura, começa a ser demasiadamente reforçado pela máquina pública, ao mesmo tempo que ocorre uma mudança da linha da política habitacional direcionada pelo BNH, devido à inúmeras críticas aos modelos habitacionais construídos até o momento. Então, foi criado o Programa de Erradicação de Subhabitações – PROMORAR em 1979, programa federal que tinha como objetivo trabalhar nas favelas com a finalidade de melhorias das habitações, dando maior foco em urbanizações, onde as infraestruturas passam a ser mais significativas dentro do planejamento de ações. Em âmbito local, a execução do PROMORAR ficou a cargo da Fundação Programa de Assistência as Favelas da Área Metropolitana de Fortaleza - PROAFA (ALDIGUERI, 2017).

Não podemos deixar de destacar apesar de diversos planos, programas, fundações e estratégias em âmbito estadual, federal ou municipal, a população das favelas de Fortaleza nunca deixou de se organizar e se articular para tentar se ficar em seus terrenos e não serem reassentados em conjuntos habitacionais longínquos como o Conjunto Palmeiras, que na década de 1970 teve sua população retirada da região do Arraial Moura Brasil para a construção da Avenida Castelo Branco.

Um dos exemplos de reivindicação dos movimentos em Fortaleza que marcou a história, foi a Marcha do Pirambu na década de 60, buscando sua permanência no local com o apoio da Igreja Católica e do Partido Comunista do Brasil – PCB, além do episódio da favela José Bastos para sua permanência no local entre 1977 e 1978, que reverberaram nos anos seguintes conforme a Figura 32. As organizações populares tinham como base os Conselhos de Bairro, onde tinha uma maior expressividade do ser social na cidade. Estas entidades nasciam a partir da desconfiança dos seus representantes políticos, quebrando assim a lógica dos ‘currais eleitorais’. Nelas eram debatidas as preocupações imediatas do espaço urbano como: alimento, emprego, habitação, direito a cidade, e etc. Pois compreendia-se que quanto mais o sujeito tivesse envolvido com o processo, melhor seria a sua leitura sobre a realidade que o circundava (SILVA, 1992; BRANDÃO, 2001).

Em 1977, surge o Movimento Interbairros, com o intuito de articulação das organizações dos moradores de Fortaleza. Inicialmente os encontros eram planejados por algumas organizações da esquerda política, já atuantes em algumas entidades de bairros. Estas articulações se fortaleceram depois do episódio da favela José Bastos, em busca de fortalecer

e estabelecer a produção do conhecimento sobre a luta por moradia na cidade (ALDIGUERI, 2017). Segundo Silva (2019c), a formação destas organizações buscava principalmente resolver problemas coletivos com senso comunitário, e com isso, havia o fortalecimento dos vínculos que estes tinham e cultivavam. Com o início da abertura política no país, houve o aumento da participação destes movimentos, uma vez que, com a obtenção do conhecimento, ficava mais explícita as contradições da construção de um espaço urbano desigual.

Figura 32 – Reverberação da resistência da Favela da José Bastos.



Fonte: Tribuna do Ceará, 15 de janeiro de 1979.

Algumas áreas da zona leste da cidade ficaram conhecidas pela resistência e luta contra os projetos de desfavelamento que tentavam deslocá-los para conjuntos habitacionais distantes dos seus locais de trabalho e sem infraestrutura. A conquista pode meio da resistência e insistência garantiu o direito de se estabelecer no local, como ocorreu nas favelas do Campo de Américo e Castelo Encantado, ou da construção de conjuntos habitacionais no próprio bairro onde a população mora, como o conjunto Santa Terezinha, Nossa Senhora da Paz e Dois de Julho (COSTA, 2009).

A Favela Santa Cecília/Quadras, vinha sofrendo ameaças de remoções desde o início de sua instalação em meados de 1960, e via em seus arredores e por meio de seus novos

moradores, diversas favelas sendo removidas, reassentadas ou apenas destruídas pela força da violência. Ao descobrirem uma possível remoção, os moradores por meio do Conselho de Bairro, se organizaram para escrever uma carta para a primeira-dama da época, Luíza Távora, que procedeu uma visita à comunidade no dia 30/04/1980, conforme ata de reunião do Conselho Comunitário do dia 28/08/1980.

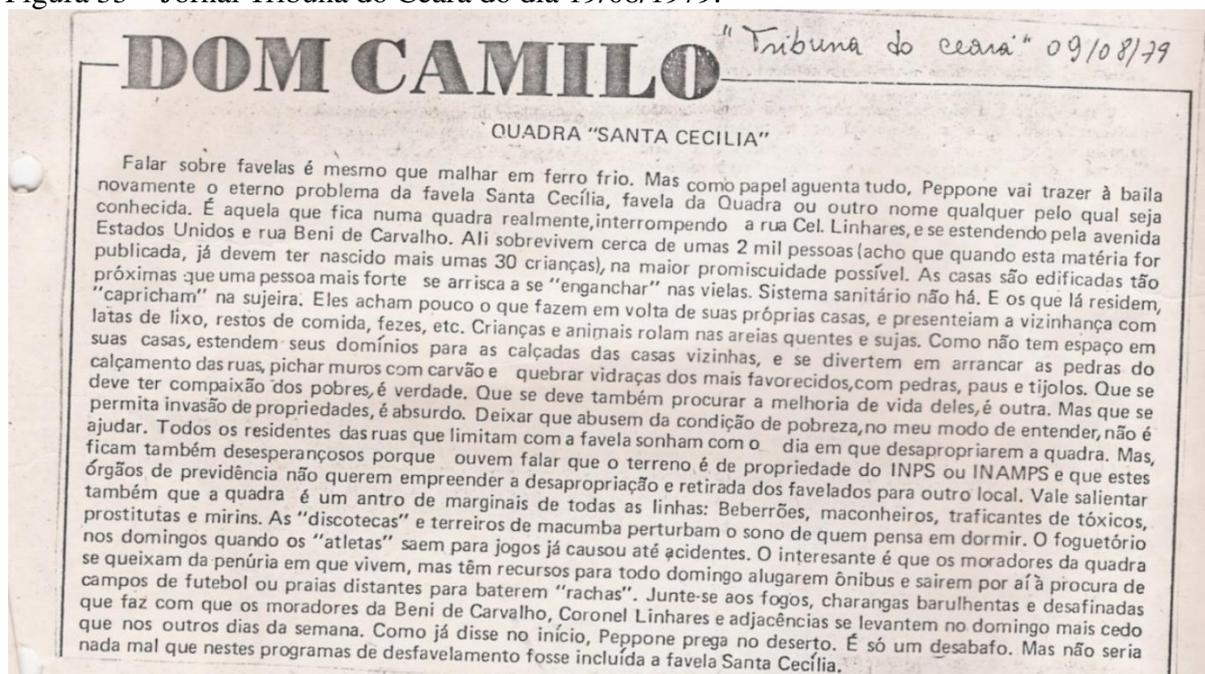
A Paróquia São Vicente de Paulo, atuava na favela desde o início dos anos 1970, com a ajuda da fixação da população contra as investidas de retirada do governo e dos donos dos terrenos. Sob a coordenação do Padre Antônio Souto, Padre Neto e a freira Irmã Inês, eram organizadas palestras, aulas de alfabetização, ações comunitárias, grupo de orações, conscientização da vizinhança sobre a situação da favela, grupo de alcoólicos anônimos, novenas dentre muitas atividades. Uma das mais atividades mais lembradas pelos moradores entrevistados, foi a perfuração de um o poço artesiano (entre 1970-1972), a ajuda em enxovais para mulheres grávidas, a distribuição de sanitários em concretos, e o mutirão para a emissão de documentos como identidade e CPF (Cadastro de Pessoa Física). O trabalho exercido pela paróquia se alinha em muito com o que era comumente exercido na época em várias favelas pelas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Em entrevista com uma das integrantes do grupo da paróquia que atuava na favela, nos informou que ajudava fortemente na organização dos moradores na fundação do Conselho de Bairro, que posteriormente, como Associação de Moradores ocorria na última sexta feira do mês em um galpão¹⁴ construído pelos próprios moradores na Rua Coronel Linhares. Além disso, os moradores nos informaram que a ajuda se estendeu tanto a produção da carta para a primeira-dama, quanto na entrega e acompanhamento do processo, até a confirmação que a favela entraria no quadro da PROAFA. Após a construção do conjunto habitacional, a ação vicentina no local diminuiu consideravelmente.¹⁵

O local já era conhecido nos jornais devido as constantes reclamações dos vizinhos, sobre barulhos, festas, crianças nas ruas e todo tipo de comportamento que não considerassem adequado ao bairro Aldeota. Porém, alguns eram em demasia carregados de preconceitos e falas extremamente problemáticas, que manchavam a imagem dos trabalhadores que ali moravam, conforme um trecho de jornal na Figura 33.

¹⁴ Segundo moradores entrevistados, o Galpão surgiu no início da década de 1970 como iniciativa da Paróquia São Vicente de Paulo, através do padre Antônio Souto. Foi organizado um mutirão com os moradores e aproveitando a construção, foram dados cursos de pedreiro, servente, eletricista e bombeiro hidráulico. Neste local era realizado todo 2º domingo do mês uma missa, porém havia todo tipo de atividades (reuniões, comemorações e etc.)

¹⁵ Nos anos 1980, o Padre Antônio Souto foi transferido para a Arquidiocese e a freira Inês se mudou para Paris.

Figura 33 – Jornal Tribuna do Ceará do dia 19/08/1979.



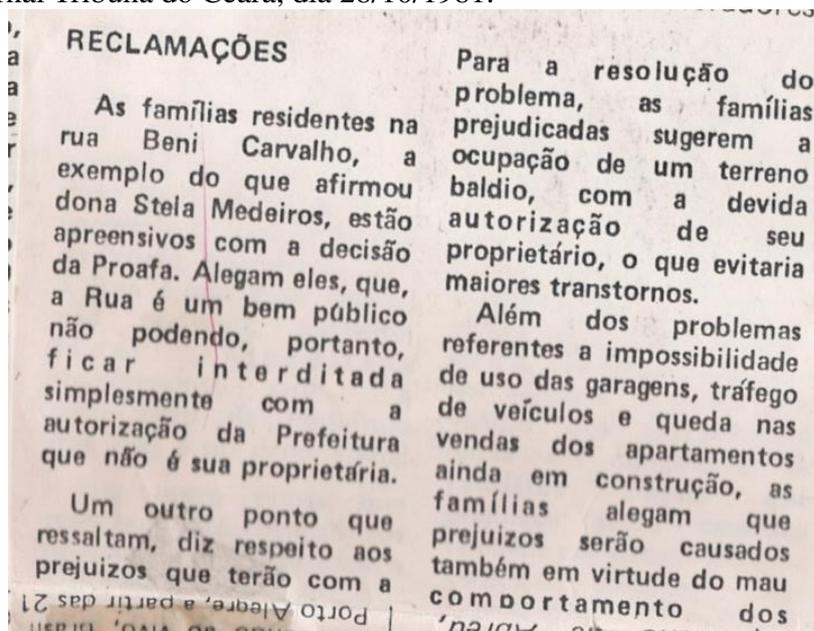
Fonte: Acervo João Roberto de Carvalho.

Todos os estereótipos já conhecidos para se descrever as favelas são utilizados no texto, adicionados a intolerância religiosa pregam uma imagem desvirtuosa e negativa do lugar, desejando ao final que seus moradores fossem retirados para bem longe como já era de costume. Segundo morador entrevistado, a polícia da época não aceitava seus comportamentos de permanecerem nas ruas até tarde, e utilizavam da violência para coagi-los a recolherem em suas casas, chegando a instaurarem toque de recolher às 21:00.

O governador Virgílio Távora então insere a Favela Santa Cecília no quadro de ação da PROAFA no mesmo ano que sua esposa recebera a carta. Segundo Braga (1995), o programa tinha o apoio dos especuladores, que iam se beneficiar com a infraestrutura implantada e a valorização dos terrenos próximos às áreas urbanizadas. Além disso a autora cita que a PROAFA era composta por uma equipe interdisciplinar, isso se explica pela forte preocupação do governo estadual com o grande crescimento de favelas, e da possibilidade se serem um espaço potencial para a expansão dos movimentos sociais e aglutinação política. Desta forma o PROMORAR/PROAFA consolidaria um programa capaz de estabelecer vínculos com as massas urbanas proletárias, por meio de espaços capazes de consolidar os interesses políticos.

Durante o ano de 1981, era possível ver nos jornais alguns descontentamentos dos moradores vizinhos à favela com a notícia de sua urbanização, conforme a Figura 34.

Figura 34 – Jornal Tribuna do Ceará, dia 28/10/1981.



Fonte: Acervo João Roberto de Carvalho, editado pelo autor.

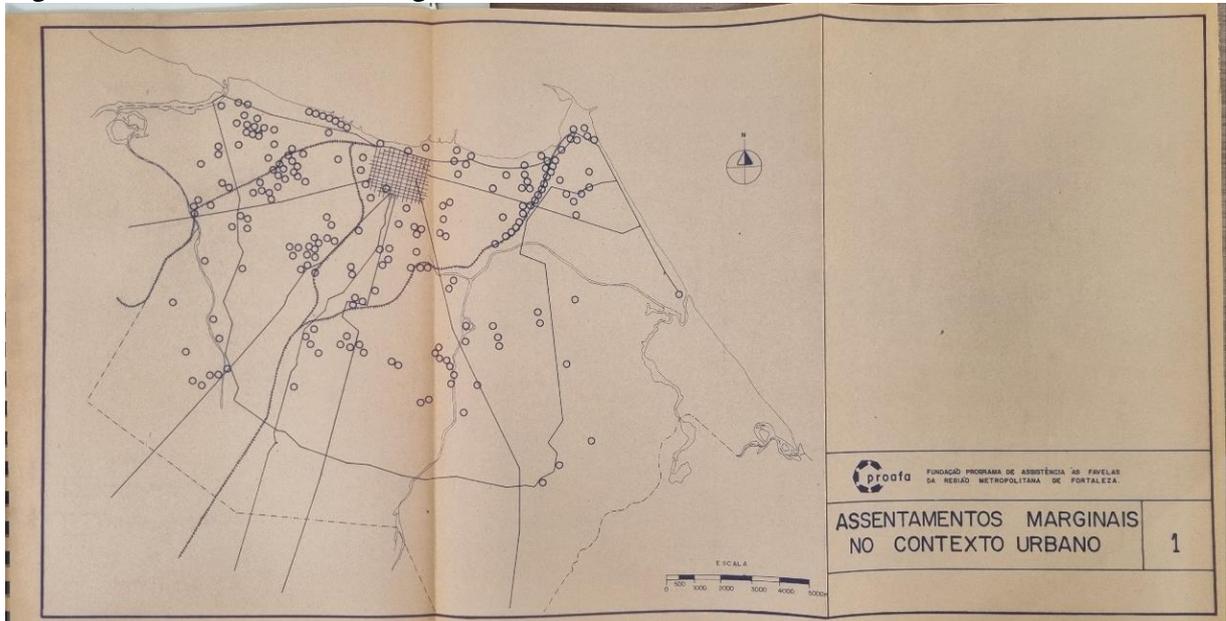
A questão não era apenas a materialidade das habitações, a falta de saneamento básico, ou a desvalorização que causava nos imóveis ao redor da favela, mas o comportamento dos moradores que era visto de forma negativa, e que nem a ‘urbanização’, poderia ‘consertar’ tal comportamento. Neste ponto de vista apenas a expulsão dos moradores para uma área longínqua seria uma medida cabível. Segundo relatos dos moradores entrevistados, houve tentativa de suborno dos empresários da época com os líderes comunitários, para que desistissem do terreno e da urbanização, o que não ocorreu.

Segundo o documento ‘PROAFA: Origens e Finalidades’ (CEARÁ, 1980a), no qual assumia o desafio de criação de uma entidade com estrutura capaz de arcar com a responsabilidade de um programa de desfavelamento da Região Metropolitana –por vezes alguns documentos citam a palavra ‘erradicação’ -. A capital na época tinha um total de 216 favelas conforme a Figura 35, que abrigavam 68.456 famílias, correspondendo a 342.280 habitantes, representando 24% da população de Fortaleza.

Nos municípios da RMF, segundo o documento ‘Cadastro das favelas da Região Metropolitana de Fortaleza’, o município da Caucaia contava com 5 favelas, Maranguape e Pacatuba contavam com 3 favelas, no município de Aquiraz não foram cadastradas nenhuma favela. Estes assentamentos segundo o documento tinham tais características: baixo índice sanitário das habitações; precariedade das estruturas das habitações; carência de serviços urbanos essenciais; e impropriedade dos terrenos para fins residenciais correspondendo geralmente, a leito de ruas, margens de rios, área alagadas, insalubres e poluídas (CEARÁ,

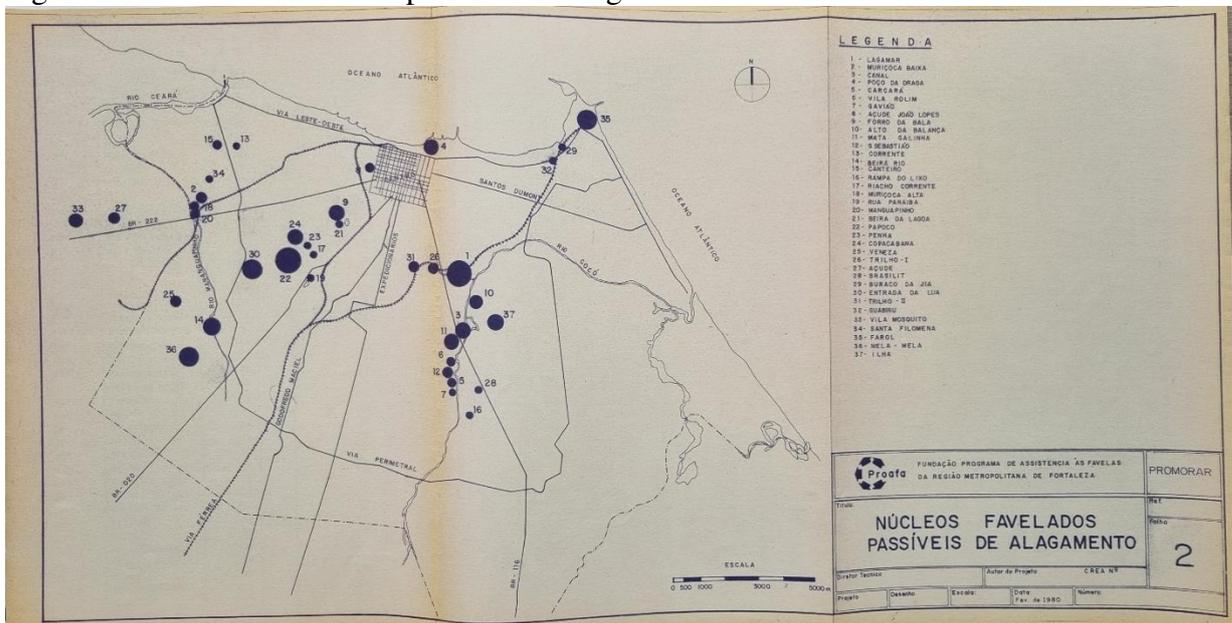
1979). Devido ao constante alagamento das favelas por sua localização foi feita uma planta das principais áreas atingidas na cidade conforme a Figura 36.

Figura 35 – Assentamentos marginais no contexto urbano – PROAFA.



Fonte: Ceará, 1980a.

Figura 36 – Núcleos favelados passíveis de alagamento – PROAFA.

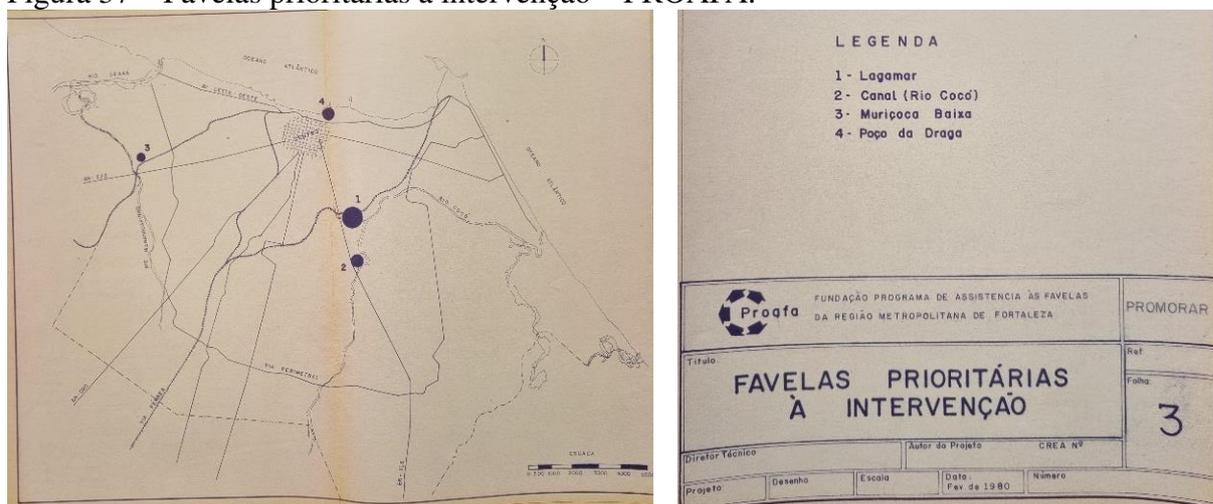


Fonte: Ceará, 1980b.

Convém ressaltar que, desde o início da idealização do quadro de ações da PROAFA a Favela Santa Cecília nunca esteve no escopo do programa, conforme Figura 37. Com um total de 5 conjuntos habitacionais construídos durante a duração do programa -1981 a 1983- foram reassentadas 5.626 famílias originárias de 20 favelas da área urbana da cidade,

no quais eram escolhidos dentro de um grau de prioridade. De todos os projetos do programa, a Favela Santa Cecília foi a única a ser ‘reurbanizada’, todos os outros sofreram transferências para outros lugares -por vezes próximas ao local de origem-, além disso o objeto de estudo tinha o menor número de famílias beneficiadas entre todos os 5 conjuntos (BRAGA, 1995).

Figura 37 – Favelas prioritárias à intervenção – PROAFA.



Fonte: Ceará, 1980b.

O que acabou por gerar a planta de favelas localizadas que sofreriam intervenções de erradicação ou reurbanização, na política da PROAFA conforme a Figura 38 (p. 156) (CEARÁ, 1981).

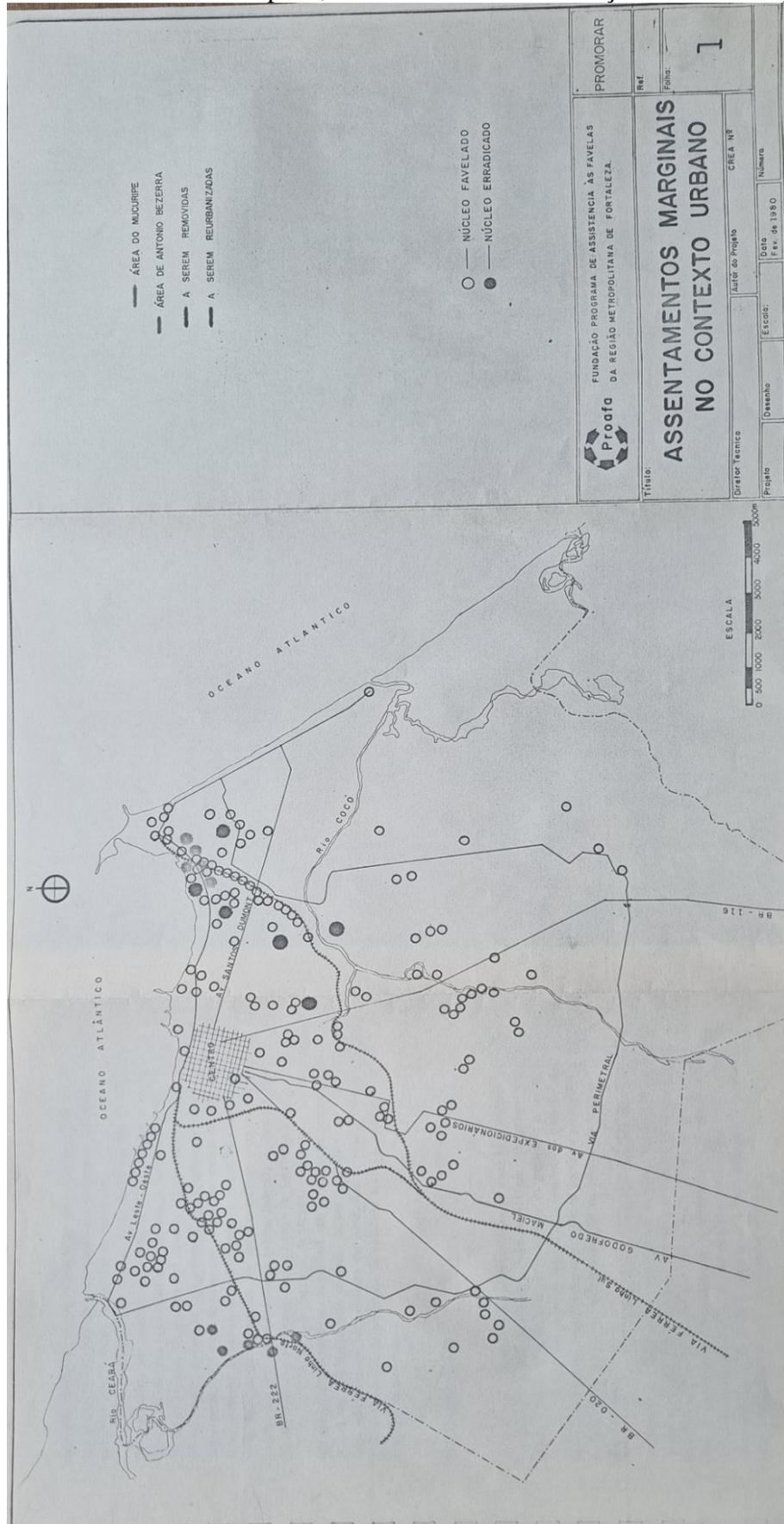
Este mapa posteriormente se desenvolveu para uma estrutura maior, organizada em áreas da cidade, conforme podemos observar a Figura 39 (p. 157). O documento recortava a cidade em áreas e identificava o quantitativo de favelas por nome e localização. A título de conhecimento transcrevemos as zonas e seus quantitativos: zona 01 contava com 17 favelas; zona 02 contava com 48 favelas; zona 03 contava com 45 favelas; a zona 04 contava com 28 favelas; zona 05 contava com 18 favelas; zona 06 contava com 25 favelas e a zona 07 contava com o total de 35 favelas (CEARÁ, 1982).

Por ser o único conjunto habitacional localizado em bairro de classe média alta, teve o menor índice de recursos a serem aplicados para infraestrutura entre os outros projetos, sendo 16,7%, contrastando com o de maior índice, o Lagamar, com 44,9% dos recursos totais para as obras. Isso facilitou a adoção do local no quadro de intervenções com a solicitação reivindicatória dos moradores, possibilitando ao governo de Virgílio Távora utilizar de forma expressiva o caso, como ‘vitrine’ modelo, no esforço de se opor aos programas anteriores administrados pela esfera federal, que promoviam segregação socioespacial (BRAGA, 1995).

“No começo, a favela Santa Cecília não estava incluída no PROMORAR. Tudo começou quando um companheiro chamado Rafael **escreveu uma carta para dona Luíza Távora**, mulher do governador, solicitando sua presença na favela. Quando ela veio, eu era presidente da associação de moradores, que havia sido criada há pouco tempo. Ela ao ver nossa situação disse aos presentes: ‘prometo que através do governador Virgílio Távora, **logo vocês já não serão mais favelados.**’ E o que ela disse, ela cumpriu.” (Morador do Conjunto São Vicente de Paulo *apud*. BRAGA, 1995, p. 169, com grifos do autor)

“A construção do conjunto São Vicente de Paulo foi uma determinação de Virgílio Távora. **Ele recebeu muitas pressões dos proprietários, ricos moradores daquela época**, pois eles estavam interessados em eliminar aquele ‘quisto’; diziam que a favela era um lugar de ladrões, drogados e prostitutas. Virgílio não cedeu às pressões, mostrou seu caráter bondoso e humano e ninguém o fez retroceder em sua decisão.” (Ex-primeira-dama do Estado *apud*. BRAGA, 1995, p. 169, com grifos do autor)

Figura 38 – Núcleos favelados da época, e a iniciativa de erradicação ou urbanização.



Fonte: Ceará, 1981.

Figura 39 – Divisão da cidade por zonas de ação e identificação de suas favelas.



Fonte: Ceará, 1982?.

Entre as versões os entrevistados por Braga (1995), há uma divergência de narrativa. Segundo a ex-primeira-dama, Virgílio agiu por bondade e justiça, como se tivesse tomado a iniciativa por livre e espontânea vontade de ajudar e amparar os favelados, não à toa que sua esposa era conhecida como ‘mãe dos pobres’. Ao relatar e reafirmar esta narrativa assistencialista, o casal retira o protagonismo de reivindicação dos moradores, e pegam para si todos os louros pela ‘benfeitoria’. Além disso, importante destacar que é contínua a ideia do lugar deixar de ser favela, e deixar de ser visto como tal, uma vez que a carga social sobre o significado da palavra carrega teor extremamente depreciativo, e era usado como forma de discriminação e preconceito por diversas mídias da época.

O termo ‘erradicação das favelas’ é muito comum nos documentos da PROAFA, onde a ideia não seria apenas a extirpação de um espaço que não condiz materialmente com o seu entorno, mas a inserção do sujeito em um novo modelo social comportamental de modo a doutrina-lo por meio do ambiente construído. Esta visão idealizada da erradicação e da idealização de que suas propostas, sempre eram a melhor saída para aquela condição, que impedia de compreender a complexa realidade e incertezas que os moradores passavam, foi um dos motivos que explicam a breve duração do programa. Como o caso do Lagamar e Tancredo Neves que houveram diversos embates sobre a forma de urbanização adotada (BRAGA, 1995).

O trabalho desenvolvido pela PROAFA previa um desenvolvimento político pelos funcionários antes e depois da construção dos conjuntos habitacionais, em que se norteava na sistemática de ‘desenvolvimento de comunidade’ por meio de uma ‘metodologia participativa’, a qual era constantemente retratada na documentação do programa. Porém, a ideia central configurou-se em uma maneira disfarçada de controle dos habitantes frente às mudanças que aconteciam na sociedade. Portanto, a ideia de participação era reduzida a construção de um canal, no qual os técnicos apresentavam aos moradores informações sobre o programa, na tentativa de gerar uma maior aceitação ao projeto, mesmo que por diversas vezes tivessem que mudá-lo, adaptá-lo ou reconfigurá-lo de forma mínima, sem grandes alterações. Uma vez que a população estivesse feliz com suas demandas atendidas, ficava mais fácil aceitação dos projetos (BRAGA, 1995).

Ou seja, participação de forma efetiva no projeto, era redirecionada por meio de trocas projetuais, com o objetivo de controlar os antagonismos e neutralizar os conflitos. Mesmo assim, a tecnocracia do BNH era incapaz de entender e canalizar quaisquer formas de participação e flexibilidade, mesmo que esta fosse superficial. Uma outra maneira encontrada

de gerar a impressão de participação comunitária, era a contratação de moradores locais como agentes sociais, sem que fosse explicitado nenhum critério, em alguns casos era indicado nomes de moradores para formação da diretoria (BRAGA, 1995). A autora destaca alguns pontos importantes para compreensão da realidade por trás dos ‘processos participativos’, uma vez que alguns moradores tentavam de forma ativa contrapor sobre algumas questões específicas.

“Convém destacar que esse tipo de discussão não interessava ao governo, ou seja, a redução do custo das casas, pois sua construção estava a carga das empresas construtoras e não existia transparência com relação aos procedimentos de licitação. Além dos mais todas as etapas do programa foram previamente definidas pelos governos federal e estadual, inexistindo, portanto, espaço de participação popular, com possibilidade de influir no poder decisório.

Deve-se também fazer menção à elevada taxa de lucro das empresas de construção civil, envolvidas na dinâmica do programa (construção de casas e infra-estrutura urbana.)” (BRAGA, 1995, p. 184)

Algo visto em alguns posicionamentos de técnicos da época

“Realmente, durante a execução do PROMORAR não foi possível considerar as inúmeras limitações apresentadas pelo programa. Agora, a realidade dos fatos, e uma maior aproximação com o movimento popular, nos ensinou muitas coisas. No Final da década de 70 o Estado, com sua faceta autoritária, influenciou em nosso comportamento e não fomos capazes de escutar e compreender as necessidades e interesses populares” (Técnico da Fundação PROAFA *apud.* BRAGA, 1995, p. 185)

O que nos mostra que a ideia inicial de participação, era mascarada, e por trás se desenvolvia uma tentativa de penetrar nas favelas e criar e/ou expandir uma relação clientelista, por meio de um discurso baseado no desenvolvimento comunitário. Onde havia um constante controle dos funcionários para acompanhar suas condutas e denunciar caso não coincidissem com a do poder vigente. Mesmo assim, Virgílio e Luíza Távora acompanhavam as obras por meio de periódicas visitas, fomentando mecanismos de natureza ideológica, uma vez que já era perceptível que o país cada vez mais se abria para um processo democrático. Isso fez com que as imagens deles ficassem no imaginário de alguns moradores dos conjuntos, com eterna gratidão pelo feito, e quando necessário, votavam no candidato indicado por Luíza, pois seria uma forma de agradecimento por sua ‘bondade’, principalmente os moradores do Conjunto São Vicente de Paulo, devido à pressão imobiliária que o governo sofrera para sua remoção (BRAGA, 1995). A afirmativa é reforçada pelos moradores, que afirmaram que a ex-primeira-dama voltou ao local depois da finalização do conjunto habitacional para pedir votos para seu filho que estava se candidatando a um cargo político.

Porém alguns discursos da ex-primeira-dama, refletiam uma visão classista sobre as condições das pessoas que ali moravam em favelas, e como isso era apenas consequências de suas próprias ações

“Conhece muito bem essa gente. **São indiferentes diante de sua situação de pobreza. Vivem em casebres e, muitas vezes, no meio da lama, mas não se preocupam com essa situação.** Às vezes, não tem seque o que comer, então saem para as ruas para pedir esmola. **É um pessoal ignorante, que se acostumou com a pobreza.** Vivem em favelas horríveis, mas acostumaram com isso. Várias vezes eu disse que, nas novas casas construídas pelo governo eles iam viver como gente.” (Ex-primeira-dama do Estado do Ceará *apud*. BRAGA, 1995, p. 187, com grifos do autor)

Em outro momento, quando indagada sobre a venda das habitações por parte dos moradores, dentro de seu conhecimento superficial, e sem compreender as condicionantes que os levam a tomar tal decisão, ela se posiciona

“**O pessoal pobre é assim mesmo, não deixa raiz em nenhum lugar.** Hoje está aqui, amanhã ali. Muitos que foram para os conjuntos já venderam as chaves, transferiram a casa e voltaram para as favelas. Venderam a chave por qualquer preço, alguns trocaram por um som quebrado. **Esse pessoal parece que se acostumou com a lama e a sujeira. É muito difícil trabalhar com essa gente.** O governo constrói obras para eles e eles mesmos não dão valor.” (Ex-primeira-dama do Ceará *apud*. BRAGA, 1995, p. 193, com grifos do autor)

As falas da primeira-dama nos dão uma visão sobre como as favelas e suas populações eram vistas com tamanha desumanidade, e apesar do programa se instituir de com equipes multidisciplinares, no âmago do processo, os sujeitos principais, pensavam da mesma forma que os antigos programas de desfavelização que tanto criticavam. A visão da pejorativa da favela perpetuava, porém, agora escondida por de trás das cortinas da boa vontade da urbanização, que no final das contas, atendia muito mais uma demanda da elite, do que dos próprios moradores das favelas, afinal, não se fazia reforma tributária, agrária, social e muito menos a urbanística. Eram migalhas em bandejas de banquetes.

Em alguns documentos da PROAFA, que conseguimos ter acesso -porém incompleto-, encontramos diversas informações sobre a favela na época em que a equipe do programa adentrou para iniciar os trabalhos de reconhecimento e cadastro dos moradores, dando origem ao documento ‘Relatório das atividades realizadas pela equipe de desenvolvimento de comunidade na Favela Santa Cecília durante os meses de junho, julho e agosto de 1980’ (ANEXO B).

Inicialmente é relatado sobre a carta que Luíza Távora recebera solicitando a reurbanização da área, contando que permanecessem no local devido a localização fornecer

benefícios aos moradores. Como forma de diagnóstico local, foram feitos mapeamento da área, e tabulação de dados que foram resultado da aplicação de prontuários, estes refletiriam a situação socioeconômica e cultural dos moradores, assim como as características físicas das habitações da favela. Inicialmente o documento sugere a implantação de um posto policial, como solução do ‘problema de indisciplina’, ou seja, intervenção do estado de forma direta e com uso da força e da coação. Porém os moradores concluíram que, com a construção das habitações, as próprias pessoas se motivariam a mudar seus comportamentos, sem a necessidade de uma intervenção policial. Constatamos que, apesar de humildes, os moradores eram bem articulados e conscientes de que a constante presença policial, poderia trazer muito mais danos do que benefícios, ao mesmo tempo, perpetuam que o modelo habitacional os condicionaria para um comportamento mais ‘civilizado’.

O relatório aborda ainda problemas de conscientização do excesso de bebidas alcoólicas e estipula medidas mitigadoras para redução de suas consequências. Além da conscientização de higiene urbana que constatavam ser necessárias aos moradores, argumentando em assembleias e discutindo sobre a meios de melhoria da atual situação local.

Foram contabilizadas e mapeadas na época, 452 famílias na área conforme a Figura 40, na qual foram necessárias 10 assembleias com os moradores para se discutir uma solução viável para todas as famílias durante o processo de construção do conjunto habitacional, uma vez que os favelados se recusavam a deixar o terreno para a obra, pois tinham medo desta nunca finalizar, ou nunca mais poderem voltar para o local. Isso é documentado no relatório.

“A maioria dos moradores optou pela construção por etapas, uma vez que grande parte da população desenvolve atividades rentáveis no próprio local e em áreas circunvizinhas a que reside, as crianças estudarem nas imediações da Quadra, as famílias estarem alojadas em suas próprias residências.

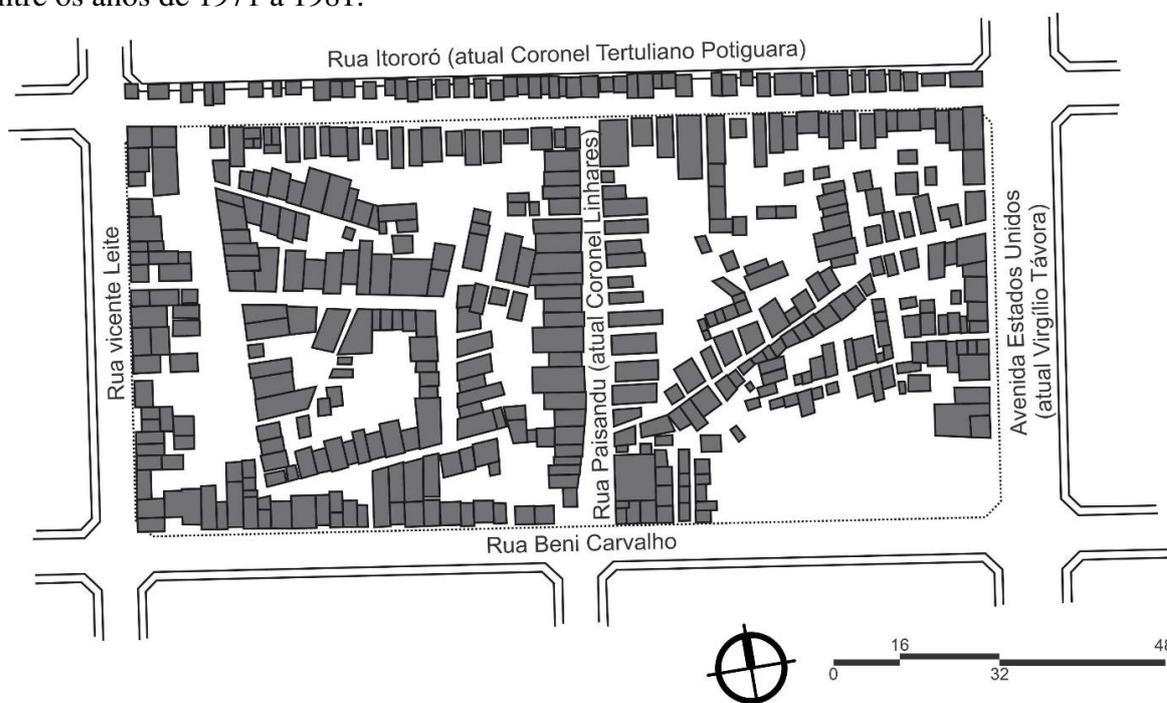
Vale salientar, que a Equipe constatou o elevado grau de insegurança das famílias de deixarem o local em que residem, por receio de perderem o direito de continuar residindo nas novas habitações.” (PROAFA, 1980, s/p. – ANEXO B)

A equipe técnica da PROAFA listou a existência de algumas estruturas existentes na época: 01 borracharia; 01 frigorífico; 02 frigoríficos pequenos; 03 mercearias grandes; 04 mercearias médias; 44 botecos; 01 lanchonete; 02 forrós¹⁶; 01 escolinha com 3 salas com a capacidade de atender o total de 80 crianças; luz e água em algumas casas; 05 centros de

¹⁶ Conforme moradores entrevistados tinham 2 locais fixos para o forró: O forró do Ti Rael, e o forró do Chico Preto. Porém, o time de futebol dos Bandeirantes também organizava seu próprio forró.

religião de matriz africana; 08 círculos bíblicos; 02 times de futebol¹⁷; 01 conselho comunitário o qual estava em fase de reestruturação; e 01 centro comunitário da Paróquia São Vicente de Paulo.

Figura 40 – Cartograma representando a terceira etapa da ocupação da Favela Santa Cecília, entre os anos de 1971 a 1981.



Fonte: PROAFA, 1981, *apud*. COHAB. Com modificações do autor segundo entrevistas com moradores.

Importante identificar a atuação dos moradores construindo estruturas comerciais, de lazer e institucionais, promovendo a possibilidade de diversas ações no local, uma vez que tinham problemas em exercer estas atividades em outros espaços, ou o valor cobrado em alguns destes era impossível devido suas condições financeiras.

Em um documento encontrado no Arquivo Tancredo Neves, no qual a PROAFA, (ANEXO C) envia ao BNH uma solicitação de andamento no processo de titulação do terreno. Neste documento de 16/06/1980 são citadas 441 famílias, em 391 barracos, com uma população total de 1.924 pessoas e renda média de Cr\$ 5.090,41. As profissões predominantes dos moradores chefes de família também são citadas como: pedreiros (12,9%), pintores (8,9%). Serventes (8,0%), lavadeiras (7,7%) e empregadas domésticas (7,0%). Estas informações divergem um pouco das encontradas em outros documentos da PROAFA, porém

¹⁷ Conforme moradores entrevistados seria o time do Barbosa de Freitas (1961), o qual é composto por moradores que antes ocupavam a Rua Barbosa de Freitas, e em seguida ocuparam a Favela Santa Cecília após serem removidos, e o time dos Bandeirantes (1968). Atualmente o conjunto possui um terceiro time, o São Vicente de Paulo.

acreditamos que isso se dá devido as mudanças que ocorriam de forma rápida e intensa, mudando constantemente os dados trabalhados.

Com o objetivo de esclarecer as políticas de atuação da PROAFA, assim como levantar questionamento e problemáticas da favela, foram realizadas 15 assembleias com as famílias. Durante esses momentos diversas dúvidas sobre a legalização dos terrenos, do compromisso financeiro com os financiamentos, o direito como inquilino proprietário da favela e de comerciantes que não residiam o local, porém tinham seus estabelecimentos no local (ANEXO B). Percebemos como a população se organizava de forma a se precaver dos possíveis problemas que teriam no futuro, ao arcar com tamanha responsabilidade.

Também foram feitas ações individualizadas com as famílias, tanto para a entregados cartões de identificação que garantiam a nova habitação, quanto para estabelecer um vínculo mais próximo dos moradores com os técnicos, e assim facilitar o trabalho do Desenvolvimento Comunitário, que inicialmente contou com a ajuda da equipe da Paróquia São Vicente de Paulo que já desenvolviam ações na favela. Ao final da etapa, foram discutidas algumas sugestões, como: tipologias de habitação, recursos institucionais necessários, solução de deslocamento no período de construção do conjunto e o nome que seria dado. Além disso foram requisitados para o local: “escola polivalente com local reservado para reuniões do Conselho, Ambulatório, Quadra de Esportes, Telefone público, Creche e local destinado à celebração de Rituais Religiosos” (PROAFA, 1980, s/p. – ANEXO B).

Em relação ao tipo de construção, a maioria dos moradores preferiam casas, porém, viam a necessidade da construção de apartamentos, uma vez que o aproveitamento do solo seria maior e pudesse atender a um maior número de equipamentos solicitados. O primeiro projeto arquitetônico elaborado e apresentado para as lideranças tinham lavanderias coletivas utilizadas por grupos entre 8 e 4 famílias. Este projeto teve ressalvas dos moradores. Devido as modificações de ordem projetual, as apresentações foram suspensas. Foram apenas apresentadas características físicas, sem a discussão dos custos que esse teria.

Após as correções, o projeto voltaria para debate de decisões dos moradores, para então poderem fazer uma escolha consciente em relação ao custo. O próprio documento reconhece a dificuldade de apresentação e debate sobre o projeto, quando afirma “[...] o acesso ao conhecimento do projeto foi restrito às lideranças locais.” (PROAFA, 1980, s/p. – ANEXO B).

O documento intitulado ‘Relatório das atividades realizadas pela equipe de desenvolvimento de comunidade na Favela Santa Cecília’ (ANEXO B) foi encontrado junto

aos arquivos do Sr. João Roberto de Carvalho, e está incompleto, tendo apenas 6 páginas. Porém o documento consegue nos dar um panorama das atividades e informações levantadas pela equipe técnica da PROAFA. Em conversa com os moradores, eles informaram que havia uma possibilidade da construção de prédios de apartamentos, porém essa opção foi completamente rechaçada pela comunidade, que gostaria de manter os vínculos com os outros moradores de forma direta, que seria muito difícil se acostumar com esse novo modelo habitacional.

Nos documentos encontrados no Arquivo Tancredo Neves, constatamos alguns pagamentos de indenizações pelos terrenos da Favela Santa Cecília. Sabemos que haviam 452 habitações existentes na favela, e que a proposta final da PROAFA foram 444. Além disso, durante as entrevistas com moradores, foi de nosso conhecimento que existiria um pequeno grupo de moradores que não concordavam em deixar suas antigas casas pelas novas, apesar de todos os trabalhos de conscientização da equipe técnica. Um destes casos segundos moradores foi o Ti Rael. Este desde o início esteve contra a construção do conjunto habitacional, e resistiu até o último instante, sendo a sua casa a última a ser demolida. O morador foi retirado de sua casa utilizando da força, mesmo depositando a indenização e ofertando uma casa do conjunto, ele não aceitou e preferiu se mudar.

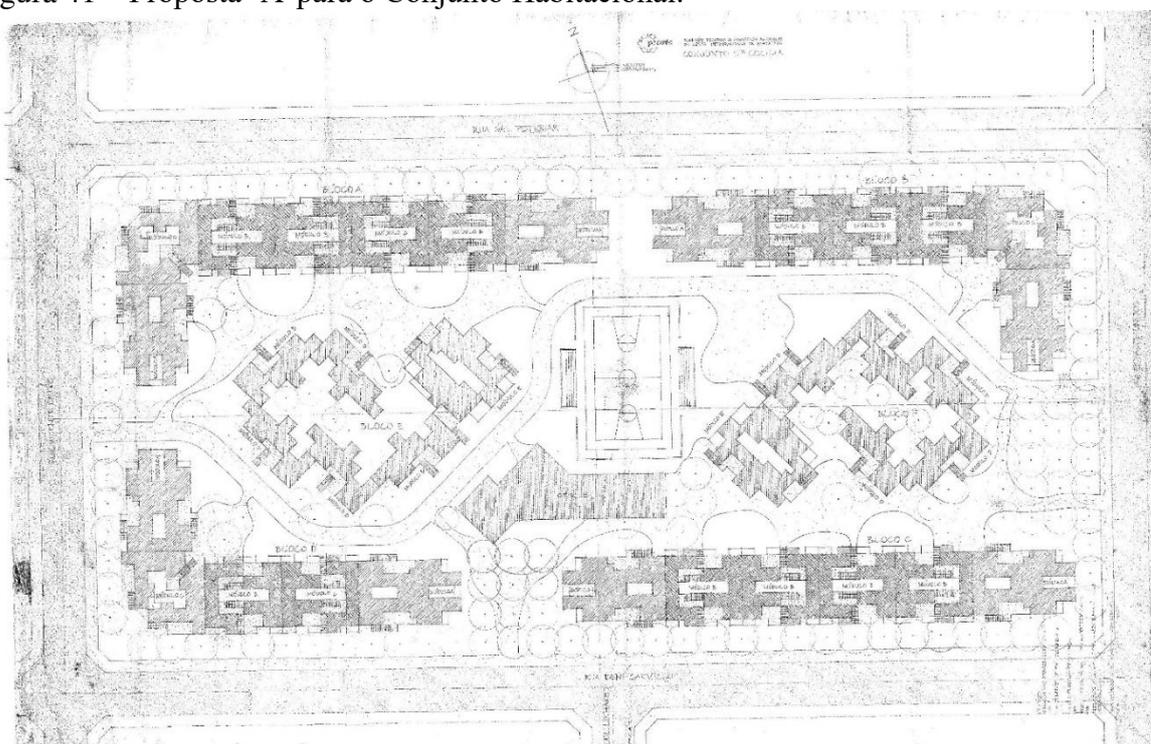
Durante a pesquisa documental e com a área técnica responsável, conseguimos contactar o arquiteto urbanista responsável pela PROAFA na elaboração do projeto arquitetônico do Conjunto São Vicente de Paulo. Foram comentadas as dificuldades que este encontrou para então ter uma solução que atendesse a quantidade de moradores do local.

A primeira proposta desenvolvida pela PROAFA, previa a supressão da rua Coronel Linhares dentro da área do projeto, aproveitando melhor o espaço interno da quadra, totalizando 216mx100m. Os blocos habitacionais no interior da quadra foram rotacionados, aumentando assim o espaço na área central, desta forma, foi possível alocar uma quadra de esportes -conforme solicitação dos moradores- e ampliar o dimensionamento previsto para a creche, ainda teriam residências no nível térreo, 1º e 2º pavimento, distribuindo apartamentos pelos blocos e otimizando os espaços. Segundo o entrevistado, a ideia inicial buscou retratar as vielas da antiga favela, criando volumetrias, ruas não cartesianas e grandes aberturas para a cidade, conforme a Figura 41.

Com a verticalização das habitações, a possibilidade de maior aproveitamento do solo poderia atender as expectativas dos moradores, implantando a creche como solicitado pelos moradores. Importante destacar os espaços criados entre os blocos que serviam como

pequenas praças, proporcionando possibilidades de diferentes usos do espaço, uma reinterpretação das formas de uso e ocupação do espaço da favela. Apesar do projeto prever consideráveis aberturas do conjunto para a cidade, estas não são alinhadas entre si, o que reforça a sensação inicial de um tipo de ‘desordem alinhada’. Nesta proposta é dada uma atenção maior aos espaços públicos como locais de encontro e de estadia, compreensão esta advinda das visitas do autor do projeto a Favela Santa Cecília.

Figura 41 – Proposta ‘A’ para o Conjunto Habitacional.



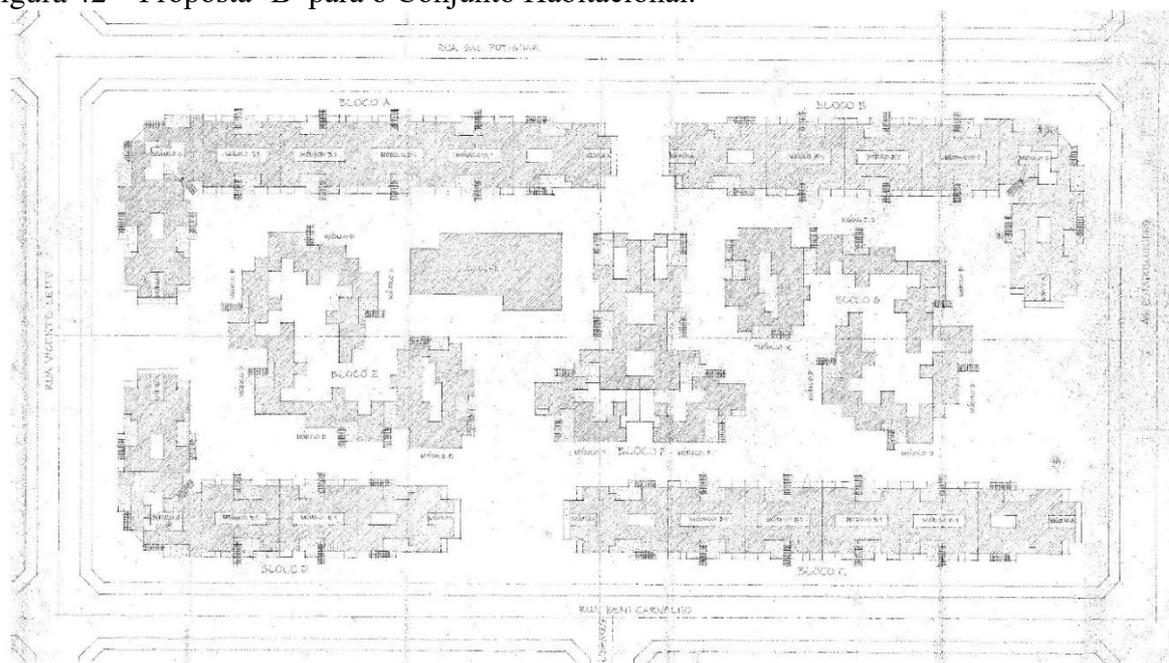
Fonte: Arquivo Massilon Sabóia, 1980?.

Com o tempo, o autor decidiu elaborar uma segunda proposta, conforme a Figura 42. Neste caso, os blocos teriam apenas o pavimento térreo e 1º andar, sendo assim, foi necessária a implantação de mais blocos residenciais, inviabilizando a possibilidade de locação de uma quadra de esporte, além do tamanho da creche reduzida. A configuração reforçava a ideia de uma organicidade no arranjo dos blocos em diagonal, acompanhados de um paisagismo sinuoso. As ideias principais de ambas as propostas valorizavam as áreas de convivência, dando a elas dimensões generosas, notamos isso principalmente nas calçadas, onde a distância do bloco até o leito da rua tem em torno de 7 metros.

Como exercício de aproximação das proposições iniciais do conjunto, reproduzimos digitalmente a planta do Bloco B, conforme a Figura 43 (p. 167) (térreo) e a Figura 44 (p. 168) (1º pavimento, não obtemos a proposta em planta do 2º pavimento), este é

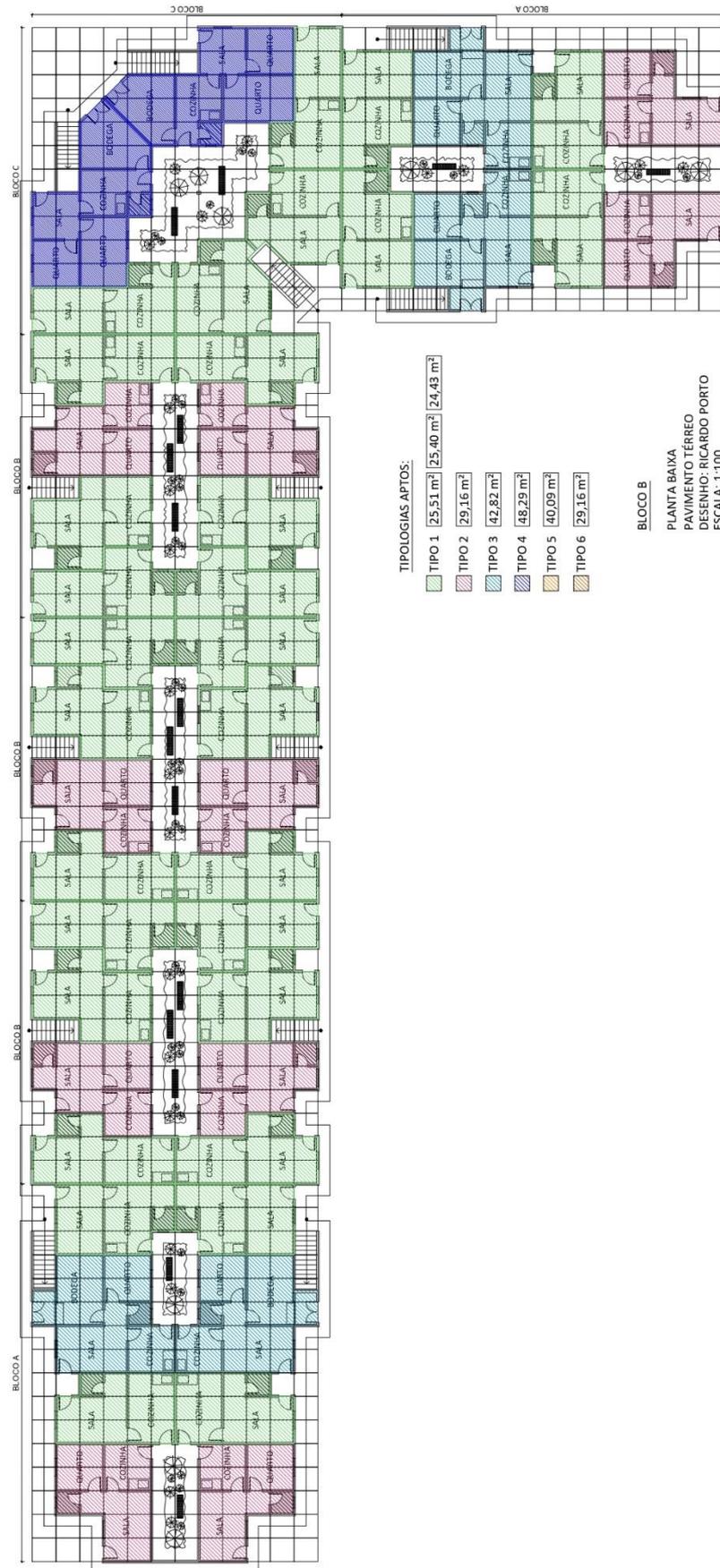
encontrado na proposta 'A', porém, pode ser aplicado na proposta 'B', com pouquíssimas modificações. Este é o único bloco que foi detalhado na época para apresentação da proposta, que consiste em uma subdivisão interna em: módulo 'a'; módulo 'b'; e módulo 'c'. Devido a diversidade de famílias, foram previstos 6 tipos de apartamentos, sendo: o Tipo 1 com 3 variações de metragens 25,51m², 25,40m² e 24,43m²; o Tipo 2 com 29,16m²; o Tipo 3 com 42,82m²; o Tipo 4 com 48,29m²; o tipo 5 com 49,09m²; e o tipo 6 com 29,16m².

Figura 42 – Proposta 'B' para o Conjunto Habitacional.



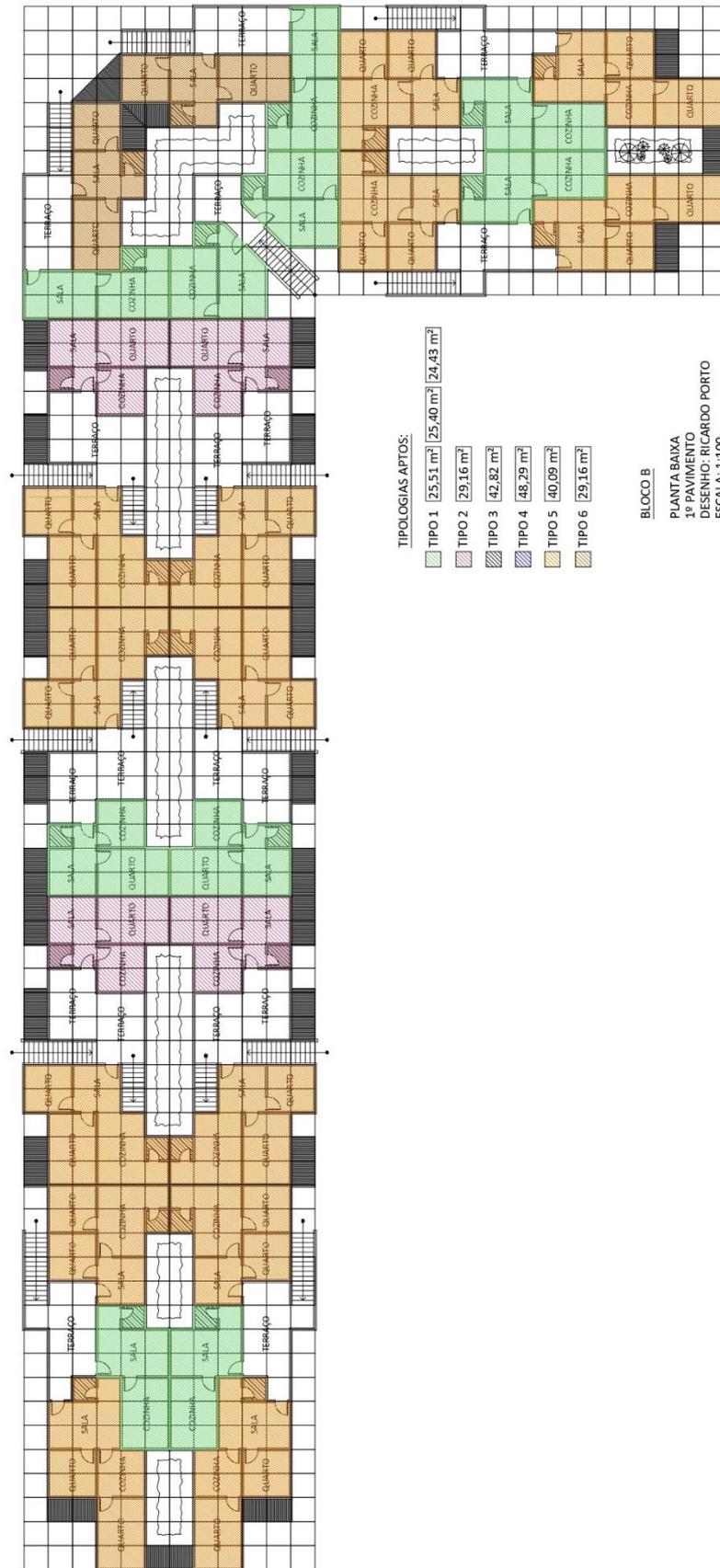
Fonte: Arquivo Massilon Sabóia, 1980?.

Figura 43 – Exercício de reprodução de plantas da proposta A: Bloco B - térreo.



Fonte: Arquivo Massilon Sabóia, 1980?, reproduzido digitalmente pelo autor.

Figura 44 – Exercício de reprodução de plantas da proposta A: Bloco B – 1º pavimento.



Fonte: Arquivo Massilon Sabóia, 1980?, reproduzido digitalmente pelo autor.

O Tipo 1 contava com a menor metragem se restringindo apenas aos cômodos da sala e cozinha, com um total de 40 unidades no bloco, sendo 30 no térreo e 10 no 1º andar. O Tipo 2 contava com 1 dormitório, sala e cozinha, totalizando 10 unidades no bloco, sendo 6 no térreo e 4 no 1º pavimento. O Tipo 3 representava uma solução arquitetônica para os favelados que tinham comércio, pois além da sala, quarto e cozinha, era previsto um espaço para bodega, possibilitando dar continuidade as atividades econômicas dos moradores, totalizavam apenas 4 unidades no nível do térreo. O Tipo 4 que representava a mesma solução da bodega do Tipo 3, porém, com dois quartos, se tornando o mais amplo dentre todos, contudo neste bloco só havia duas unidades deste tipo. O Tipo 5 contava com uma sala, cozinha e dois quartos, sendo um total de 14 unidades dispostas apenas no 1º andar. E o Tipo 6 com sala, quarto e cozinha, com 2 unidades localizadas apenas no 1º andar do bloco. Importante destacar que todos os apartamentos são equipados com apenas 1 banheiro nas medidas de 1,20x1,20 com suas janelas para a área externa ou pátios internos, garantindo a ventilação necessária.

Na organização do Bloco B, observamos a adoção de pátios internos de acesso restrito no térreo. A organização direciona que estes espaços comunitários atendam de 4 a 8 habitações, os quais utilizariam como áreas de lavanderia/serviço. No 1º pavimento a solução foi dada com o uso de terraços que teriam acesso de 2 a 3 habitações, utilizando-o para os mesmos fins, porém estes teriam o seu acesso livre. Os ideais de compartilhamento do espaço e vivência comunitária cotidiana são considerados no processo de produção do desenho arquitetônico, como busca de manifestar as realidades e os costumes dos moradores da favela, fortalecendo por meio das atividades diárias e efêmeras os laços com seus vizinhos.

A diversidade de soluções, plantas e metragens e transparecida nas fachadas dos blocos, conforme podemos visualizar na Figura 45. O autor do projeto, não apenas se empenhou na retratação de uma releitura da favela em planta, mas quis trazer uma volumetria de fachadas que representasse a heterogeneidade e o desenvolvimento das formas do antigo assentamento espontâneo. O resultado apresentado cria a impressão de serem diversas casas, encaixadas uma ao lado da outra despreziosamente, com volumes e fachadas assimétricas interagindo com o espaço urbano da cidade e nos instigando a curiosidade por meio de suas proporções plásticas. As ideias propostas nestes projetos em nada nos fazem lembrar dos conjuntos habitacionais produzidos na época pelos programas estaduais ou federais.

Figura 45 – Estudo inicial das fachadas da Proposta ‘B’.



Fonte: Arquivo Massilon Sabóia, 1980?.

Na Figura 46 observamos melhor por meio de uma perspectiva a volumetria Bloco ‘A’ em uma esquina do conjunto habitacional. É válido destacar a estratégia urbanística de locar as bodegas nos encontros das ruas, gerando maior visibilidade e impulsionando economicamente o comércio local. Na figura fica ainda mais nítida o jogo da volumetria dos apartamentos, que em uma primeira vista, parecem habitações independentes, retirando a ideia de construção homogênea e anônima, e criando maiores possibilidades de ação dos moradores.

Figura 46 – Proposta ‘A’ – Perspectiva cônica aérea de uma esquina.



Fonte: Arquivo Massilon Sabóia, 1980.

Segundo o técnico entrevistado, tanto a proposta ‘A’ quanto a ‘B’ foram descartadas pelo BNH, aparentemente em reunião com os representantes locais do órgão, a

solução foi aceita, porém, passados alguns dias, foi recebida na PROAFA, uma arquiteta urbanista representante do BNH vinda do Rio de Janeiro. Durante a visita, foi feita uma reunião com a equipe técnica, e proposta uma ‘solução’ pela representante do BNH uma nova configuração viária retilínea e cartesiana, impossibilitando da aplicação das propostas apresentadas. Um dos possíveis motivos para a mudança, segundo o técnico, seria a habitual burocracia de rejeição de qualquer proposta que necessite um maior empenho para compreensão e execução, uma vez que o projeto propunha espaços comunitários de acesso restrito, blocos diagonais, fachadas assimétricas e a futura necessidades de um trabalho social para mostrar a importância do respeito ao espaço de uso comum dos moradores (neste caso as lavanderias internas).

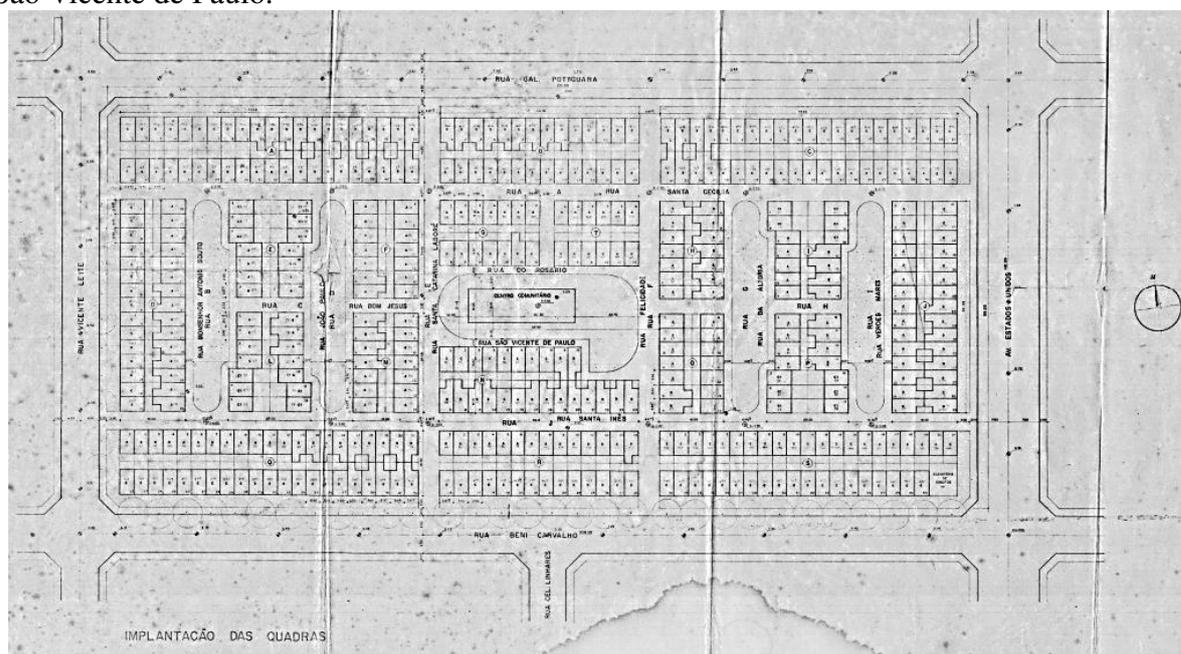
Devido a este fato, a equipe técnica reiniciou os trabalhos para uma nova proposta, levando em consideração os apontamentos feitos pelo BNH e dos moradores. Mesmo após a intervenção do BNH, a equipe técnica se esforçou em tentar melhorar o novo projeto, propondo ruas internas mais generosas com espaços para vegetação. Já a proposta das habitações, que serão abordadas mais a frente foram de total autoria da equipe da PROAFA, que buscou compensar as bruscas modificações do órgão federal.

Importante lembrar que em nenhum momento, tanto nas entrevistas com os moradores, arquivos oficiais da PROAFA e nas entrevistas com o corpo técnico da época, foi considerada a urbanização da área com projeto de manutenção habitacional, sem a destruição parcial da favela. Por mais que os moradores quisessem melhorias do local, estes preferiram aceitar a única proposta de construção do conjunto habitacional, mesmo assistindo com muito pesar a destruição de suas antigas casas que com muito sacrifício construíram no passar dos anos.

A segunda proposta, foi aceita pelo BNH e pelos moradores, esta era em muito diferente da primeira conforme podemos visualizar na Figura 47. O conceito deste projeto já transmitia de forma mais clara e direta um pensamento reacionário e cartesiano do movimento moderno, principalmente por ser uma mimetização da malha urbana xadrez da cidade de Fortaleza, aplicada em menor escala dentro de duas quadras. Diferente doutro que ainda buscava referência nas vielas da favela, essa proposta desconsidera totalmente a possibilidade de uma espontaneidade morfológica. Os acessos do conjunto habitacional, agora já não são tão convidativos como a proposta anterior de 4 grandes acessos, no projeto são previstos 8 acessos com largura entre 4,20m e 4,80m.

Comparada com a proposta anterior, as vias internas assim como as calçadas não dispõem de uma qualidade morfológica e espacial que instigue o uso do espaço urbano como local de encontro e vivência comunitária, as únicas calçadas mais largas são do limite do projeto, que chegam a apenas 5 metros de largura. A possibilidade da instalação de uma quadra esportiva também é desconsiderada, uma vez que o solo é quase completamente ocupado com as casas geminadas.

Figura 47 – Planta da proposta aceita pelo BNH para a construção do Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo.



Fonte: PROAFA apud. Arquivo João Roberto de Carvalho, Nov/1980, editado pelo autor.

Os únicos espaços de lazer ficam restritos a 4 ruas internas que possuem entre 10 e 12 metros de largura, e a área central, na qual foi possível construir um pequeno centro comunitário, para se dar continuidade as atividades exercidas pela Associação de Moradores e a Paróquia São Vicente de Paulo.

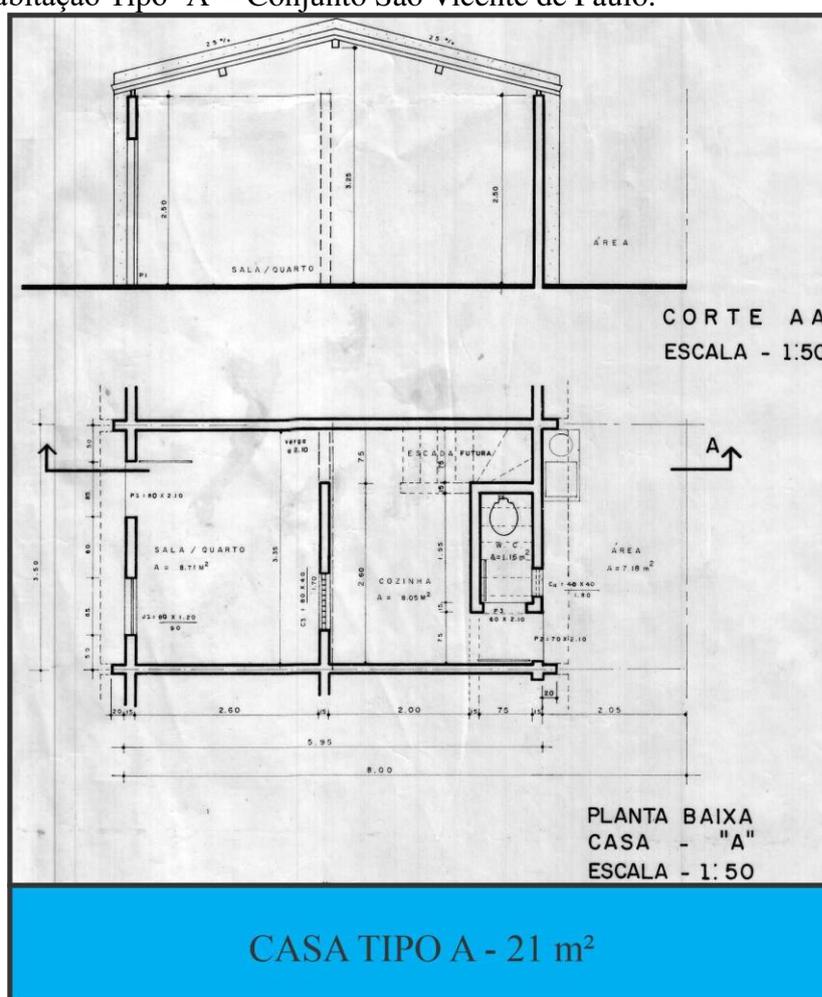
As habitações se localizam em pequenos lotes, com medidas de 3,50x8,00, tendo uma pequena variação para alguns outros de 3,50x10,00. A variedade de tipologias também é reduzida, sendo agora apenas os Tipo 'A', 'B' e 'C', o último tendo duas variações. Nesta proposta as tipologias já apresentam um caráter plástico e estético muito mais semelhante com a produção do mesmo tipo na época, mostrando que o próprio BNH de certa maneira, impedia formas e modelos diferenciados de soluções das moradias.

Importante destacar que, por meio dos desenhos observamos uma solução dada pelo corpo técnico da PROAFA na época, uma experiência sobre a expansão. Foi prevista a

verticalização das habitações, isso porque, era nítida que suas mínimas medidas não conseguiram atender nem mesmo as menores famílias, e o custo das habitações propostas também precisava ser reduzido. Com isso, o projeto direcionava elementos e áreas para que os seus moradores com o tempo pudessem fazer as expansões necessárias.

Conforme podemos Observar na Figura 48, do Tipo A, a possui 21m², ou seja, tem o tamanho inferior que a menor versão do Tipo 1 da Proposta A/B com 24,45m². Estas habitações eram destinadas as menores famílias. Suas salas também seriam quartos e tinham o mesmo tamanho da cozinha, além de possuírem suas lavanderias nos fundos do lote, onde ficava um pequeno quintal. Neste tipo de habitação há um espaço reservado atrás do banheiro para futura instalação de uma escada, que daria acesso ao primeiro andar que seria construído ainda.

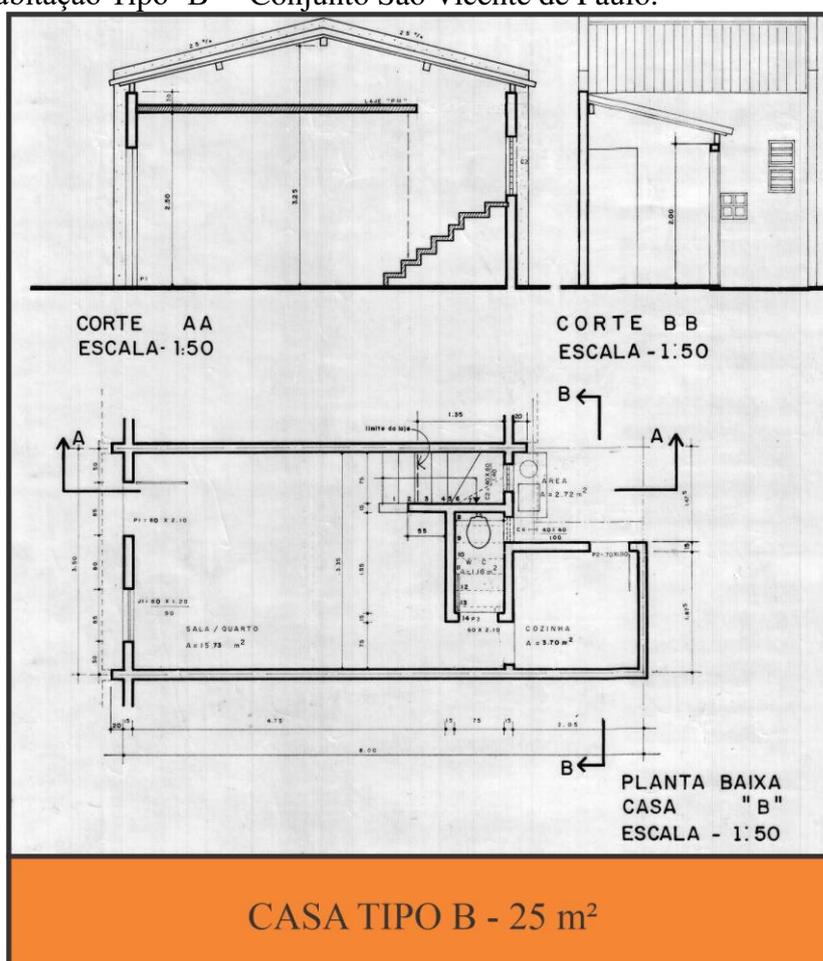
Figura 48 – Habitação Tipo ‘A’ – Conjunto São Vicente de Paulo.



Fonte: PROAFA *apud*. COHAB, 1980, Com edição do autor.

Na Figura 49, temos a habitação Tipo 'B', que possui 25m². Neste modelo, verificamos que o cômodo sala/quarto é consideravelmente maior que a cozinha -diferente do Tipo 'A' -, além de já vir com a escada de acesso instalada, e a laje do 1º piso construída, sendo necessário apenas a edificação das alvenarias de vedação do piso superior.

Figura 49 – Habitação Tipo 'B' – Conjunto São Vicente de Paulo.



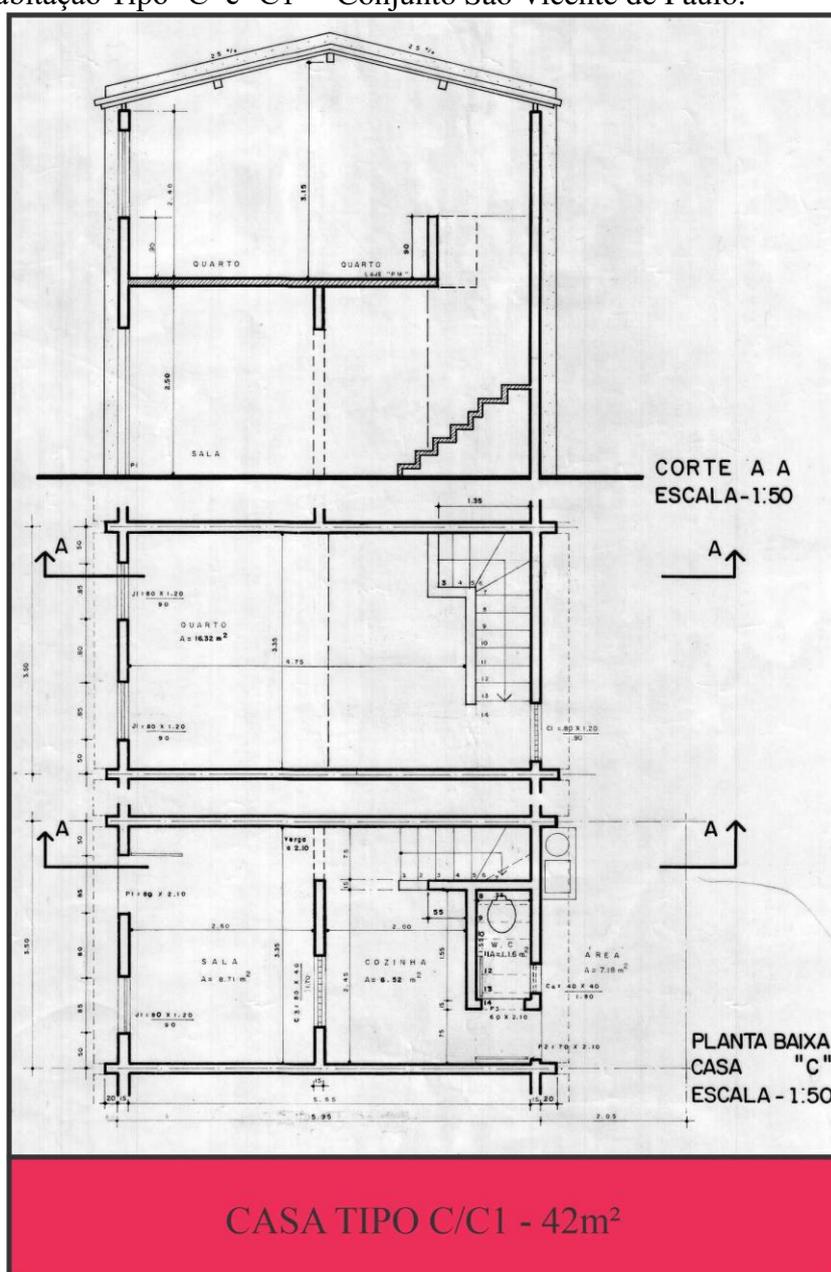
Fonte: PROAFA *apud*. COHAB, com 1980. Com edição do autor.

Por último, o Tipo 'C' e 'C1', conforme Figura 50, apresenta a maior dimensão dentre os outros, com 42m² de área. Estes modelos eram destinados para as maiores famílias da favela e já possuíam toda a infraestrutura de expansão (escada, laje do 1º pavimento e alvenarias de vedação do piso superior). A diferenciação que existe entre as variações desta tipologia é relacionada a área posterior do lote, em que no Tipo 'C1' é maior. Não foi encontrada uma explicação sobre o motivo nos documentos da PROAFA, durante as entrevistas com os moradores e nem entre os técnicos do programa.

Outra diferença importante em relação a primeira proposta, se encontra na iluminação e na ventilação das habitações. Na proposta aceita pelo BNH, apenas a sala, a

cozinha e o banheiro têm iluminação direta, e mesmo assim, com dimensões mínimas. Os banheiros de todas as tipologias tem a dimensão de 0,60x2,10 -total de 1,26m²-, este inferior em relação a outra proposta. A utilização do banheiro acaba sendo dificultosa por suas proporções, conforme entrevista com moradores, atualmente há relatos de alguns acidentes domésticos com idosos e pessoas com dificuldade de mobilidade devido ao dimensionamento do cômodo.

Figura 50 – Habitação Tipo ‘C’ e ‘C1’ – Conjunto São Vicente de Paulo.



Fonte: PROAFA *apud*. COHAB, 1980. Com edição do autor.

Devemos destacar a partir da análise dos desenhos apresentados, a forma como as políticas públicas, regimentos internos de instituições e a limitação de alguns profissionais

técnico acabam por interferir diretamente não apenas na qualidade das habitações e sua organização, mas também na conformação espacial urbana dos conjuntos habitacionais.

Na época de sua construção haviam outros terrenos próximos vazios -no caso pousios urbanos-, que poderiam ser utilizados para o mesmo fim, porém eram terrenos privados, e a gestão provavelmente não iria querer se indispor com algumas empreiteiras ou com donos das terras. Com essa solução, poderia se construir casas com dimensões maiores e banheiros proporcionalmente confortáveis e seguros, além de garantir a formulação de espaços públicos com maior qualidade e os equipamentos necessários para o uso da população local.

A medida escolhida pelo governo da época, buscou exatamente aquilo que Braga (1995) citou anteriormente, usar o caso como uma ‘vitrine’ modelo para alcançar a opinião popular, que tanto se opusera aos antigos programas federais que promoviam a segregação socioespacial. Porém acabou por promover habitações e espaços de convívio com qualidades questionáveis, não apenas para promoção de uma ‘vitrine’, mas para retirar o rótulo de uma favela na Aldeota, urbanizando-a, o que elevou consideravelmente os valores dos terrenos nas imediações do conjunto habitacional, afinal, agora tratava-se de uma obra do Estado, parametrizada, com ruas retilíneas, cartesianas e homogêneas, disfarçando a estética da pobreza que outrora ali estava.

Em relação a solução da equipe técnica de possibilitar e dotar as habitações de estruturas prevendo a sua expansão das habitações é um marco muito incomum para o início dos anos de 1980. A ideia de pensar a moradia dentro de uma dinâmica da favela, com suas ampliações, e deixando a cargo do morador decidir como desenvolver as propostas futuras do projeto, é algo que encontramos semelhante no arquiteto chileno Alejandro Aravena. Conhecido por sua experiência e bons desenvolvimentos de projetos de habitação de interesse social, Aravena ganhou o Prêmio Pritzker¹⁸ em 2016, e é reconhecido pelo projeto ‘Elemental’ conforme Figura 51, referência para outras propostas para moradia de interesse social. Esta tem em sua premissa o mesmo intuito do projeto dos técnicos da PROAFA, uma estrutura base para o morador modificar e ampliar futuramente sua residência conforme desejar, imprimindo a diversidade e a heterogeneidade de suas identidades e culturas.

A Proposta ‘A’ e a ‘B’, tem em sua base a questão estética e a proposta de criação de espaços públicos cativantes, direcionava bodegas e até quadra esportiva, além de possuir

¹⁸ Prêmio concedido anualmente para homenagear um ou mais arquitetos vivos, cujo trabalho demonstre uma combinação de qualidades, como talento, visão e compromisso, e que produziu contribuições consistentes e significativas para a humanidade e o ambiente construído por meio da arte da arquitetura (ARCHDAILY, 2021).

uma maior variação de tipologias e espaços comunitário internos de acesso restrito, ela buscava uma inovação na questão de conjuntos habitacionais e sua estética, mas se finalizava em si mesma. Não possuía a capacidade de intervenção formal dos moradores com ampliações, apesar da proposta ter uma ótima primazia, ela não conseguia entregar a possibilidade de vir a ser algo a mais do que aquilo. Diferente da proposta construída, que peca em aspectos de qualidade urbanística dos espaços públicos e vias estreitas e cartesianas, porém, entrega nas mãos dos moradores a possibilidade de moldar e reinventar suas habitações segundo suas vontades, capacidades e contextos, imprimindo seus valores, identidades e cultura.

Figura 51 – Tipologia de um dos conjuntos habitacionais do projeto ‘Elemental’.



Fonte: José Pagés Madrigal. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Alejandro-Aravena-ELEMENTAL-Quinta-Monroy-Iquique-Chile_fig1_306028529. Acesso em: mar/2023.

Ao mesmo tempo que, foi encontrado no documento intitulado ‘PROAFA – Avaliação e propostas de consolidação’, um trecho sobre as futuras ampliações das moradias, nas quais cita a necessidade da atuação dos técnicos nas modificações das habitações por receio de que com o tempo a ‘harmonia’ da obra se perdesse. Este tipo de assessoria nunca foi comentado em nenhuma entrevista obtida com os moradores

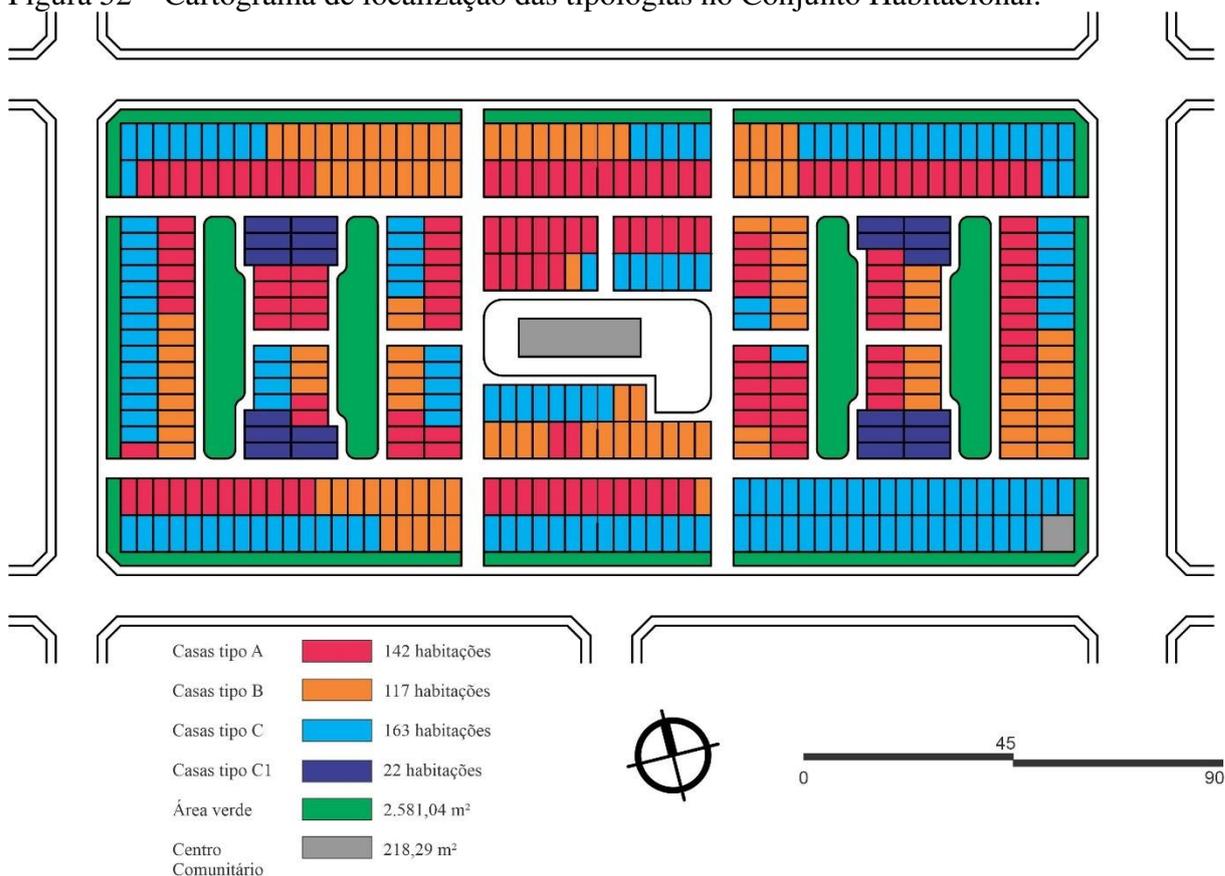
A PROAFA se dispõe, gratuitamente, a orientar e acompanhar as possíveis ampliações das novas residências. **Estas ampliações só podem ser feitas diante de critérios de segurança, planejamento urbano, harmonia com as demais habitações e material utilizado.**

Responsabilidade: Diretoria de Obras, Coordenadoria de Desenvolvimento Comunitário. (PROAFA – AVALIAÇÃO E PROPOSTAS DE CONSOLIDAÇÃO, 1982, p. 139, com grifos nossos)

O projeto finalizado em dezembro de 1980 do Conjunto São Vicente de Paulo, contava com 142 habitações do Tipo ‘A’, 117 do Tipo ‘B’, 163 do tipo ‘C’ e 22 do Tipo ‘C1’ conforme a Figura 52. A proposta destinava 2.581,04m² para áreas verdes, e um bloco para o

Centro Comunitário com 456,58m², equipado para funcionamento de uma creche, um salão paroquial e a instalação da Associação de Moradores. Foram desenhados 3 becos internos, buscando uma maior permeabilidade na locomoção interna dos pedestres, e uma estação elevatória de esgoto na esquina da Avenida Estados Unidos com a Rua Beni Carvalho.

Figura 52 – Cartograma de localização das tipologias no Conjunto Habitacional.



Fonte: PROAFA *apud*. COHAB, 1980. Com edição do autor.

Na mesma época, foi publicado no Diário Oficial, a Lei N° 10.599 do dia 02 de dezembro de 1981, que doava as terras das duas quadras compradas pelo Estado do Ceará à PROAFA (ANEXO D), com destino a construção de um conjunto habitacional. É descrito também outro terreno, este sendo o Campo do América, constituído de 5 quadras de terra, foreiro à Antônio de Matos Porto, ou a quem o sucedeu.

Outro fato interessante que deve ser mencionado, é o relatório da Tomada de Preços n° 04/81, no qual são descritas como habilitadas para o processo licitatório 23 empresas de construção civil, em que todas apresentaram propostas e documentos de habilitação. Porém, por algum motivo não descrito nos relatórios, 22 empresas desistiram de dar continuidade no processo. Sendo assim, a Construtora SADES LTDA, foi a vencedora do certame, com o valor global de Cr\$ 102.520.000,00, e o prazo de entrega de 300 dias

(ANEXO E). Após a constatar tais afirmações no documento, se reafirma o que Braga (1995, p. 184), relata que “[...] não existia transparência com relação aos procedimentos de licitação. [...]”. Ao ponto que um dos itens presentes no processo licitatório era a entrega do conjunto com a pavimentação das vias internas, que segundo moradores, não foi efetuada na época.

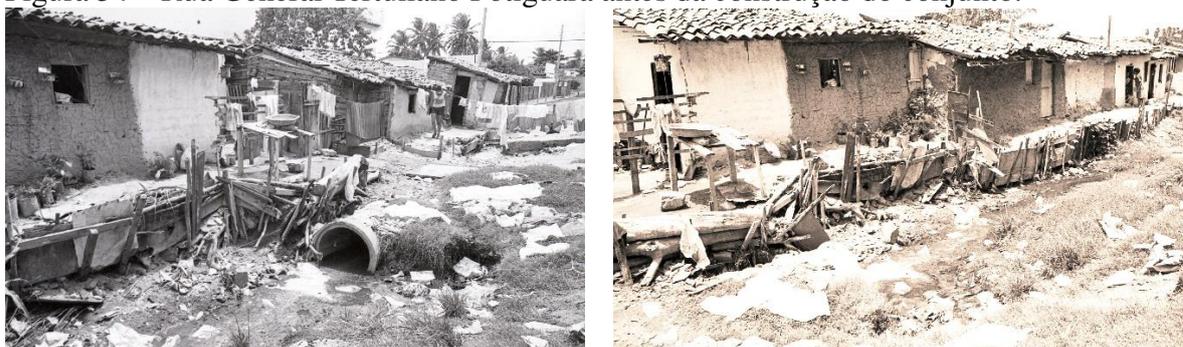
Conforme a Figura 53, podemos observar a sobreposição do modelo habitacional estatal sobre a morfologia urbana da favela. Nenhuma casa, comércio ou via foi preservada para a nova implantação. A construção do conjunto, visava também liberar a Rua General Tertuliano Potiguara -antiga Itororó-, uma vez que está ainda era ocupada por habitações em seu leito, conforme a Figura 54 e parte interna da quadra na Figura 55.

Figura 53 – Cartograma de sobreposição da morfologia da Favela Santa Cecília com a malha proposta do conjunto habitacional pela PROAFA.



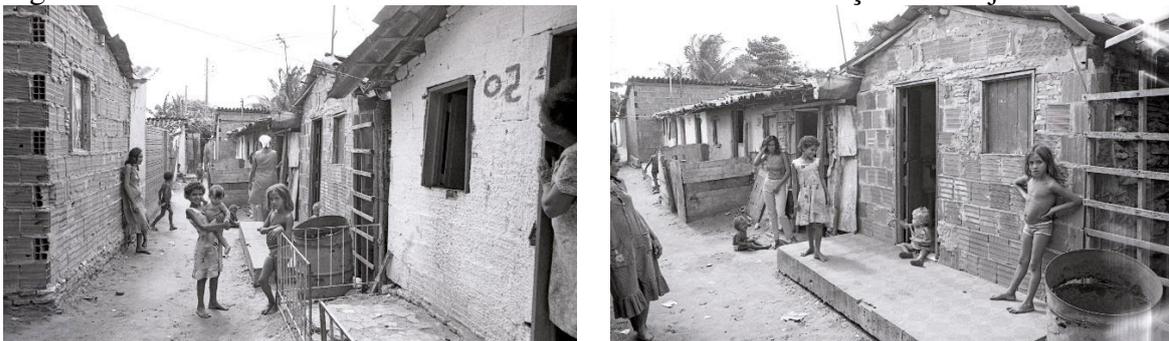
Fonte: PROAFA *apud*. COHAB, 1980. Com edição do autor.

Figura 54 – Rua General Tertuliano Potiguara antes da construção do conjunto.



Fonte: Diário do Nordeste, 1982.

Figura 55 – Parte Interna da Favela Santa Cecília antes da construção do conjunto.



Fonte: Diário do Nordeste, 1982.

Nas imagens da favela Santa Cecília, encontramos exatamente o que foi citado no subcapítulo 3.1, um pedaço do interior na cidade. As autoconstruções em taipa com estrutura de varas, muito comum de serem encontradas no interior do estado, as portas das casas com duas aberturas, diversas roupas secando nas varas das cercas ou mesmo varais na rua, o jirau localizado em frente a casa como local de serviço, plantas cultivadas em vasos - provavelmente para usos medicinais- e etc. A materialidade das habitações ia desde taipa e tijolo, a vedações feitas com papelão, telha, lona chapa de aço dentre outros. O conceito de Fragmento utilizado por Jacques (2001), pode ser visto em algumas fotografias da época, conforme a Figura 56.

Figura 56 – Recortes de fotos exemplificando os fragmentos da Favela Santa Cecília.



Fonte: Diário do Nordeste, 1982.

Conforme moradores entrevistados, haviam problemas nos barracos quando chovia, isso se dava por sua materialidade: barro, papelão, lona e etc. Devido ao uso destes materiais associados a técnicas pouco eficientes, as habitações precisavam ser refeitas no dia seguinte, quando buscavam outros restos de construção para recomeçar o processo. Há também relatos das habitações inundarem, devido à baixa estabilidade das vedações e telhado. Estes problemas desencadeavam outros transtornos, como por exemplo a saúde infantil.

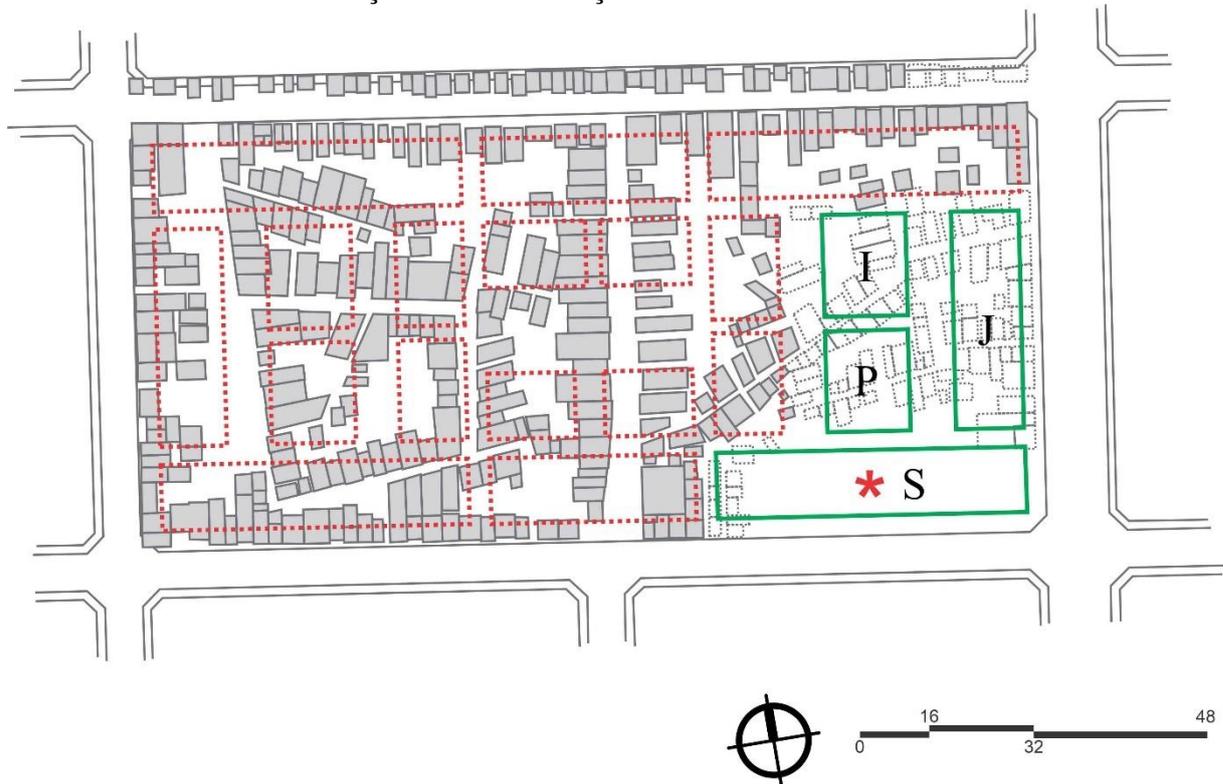
Segundo os entrevistados, havia um grande número de mortes de crianças com pneumonia, diarreia, bicho-de-pé e febre causados pela falta do saneamento básico. Os moradores ainda conseguiam alguma ajuda da Paróquia São Vicente de Paula e do Colégio Santa Cecília.

Devido a incessante demanda da população da elite local sobre sua retirada, e pelas outras favelas terem recebido propostas semelhantes com a desculpa de sua desocupação momentânea, e porém, nunca mais retornarem ao seu terreno, os moradores da época ele desconfiavam de tudo. Principalmente de que a urbanização não passaria de uma desculpa do Estado para remoção deles, mesmo com a ação intensa de Luiza Távora. Os técnicos da PROAFA tiveram muita dificuldade de convencer os favelados. Havia a especulação de que os enviaram para o Conjunto Palmeiras, ou então, o local seria utilizado para construção de um hipermercado pela rede Carrefour que estava chegando na cidade, além dos abaixo-assinados organizados pelos vizinhos da favela solicitando sua expulsão. A perseguição pela localização central da favela, gerou um constante medo, e associam até os dias de hoje que a qualquer momento poderão ser retirados do local.

Houve a tentativa de um morador na época de convencer os demais, levando os projetos da PROAFA escondidos para o galpão do Centro Comunitário. Os moradores locais duvidaram da construção até o último minuto, só acreditaram quando viram a chegada dos materiais de construção no local.

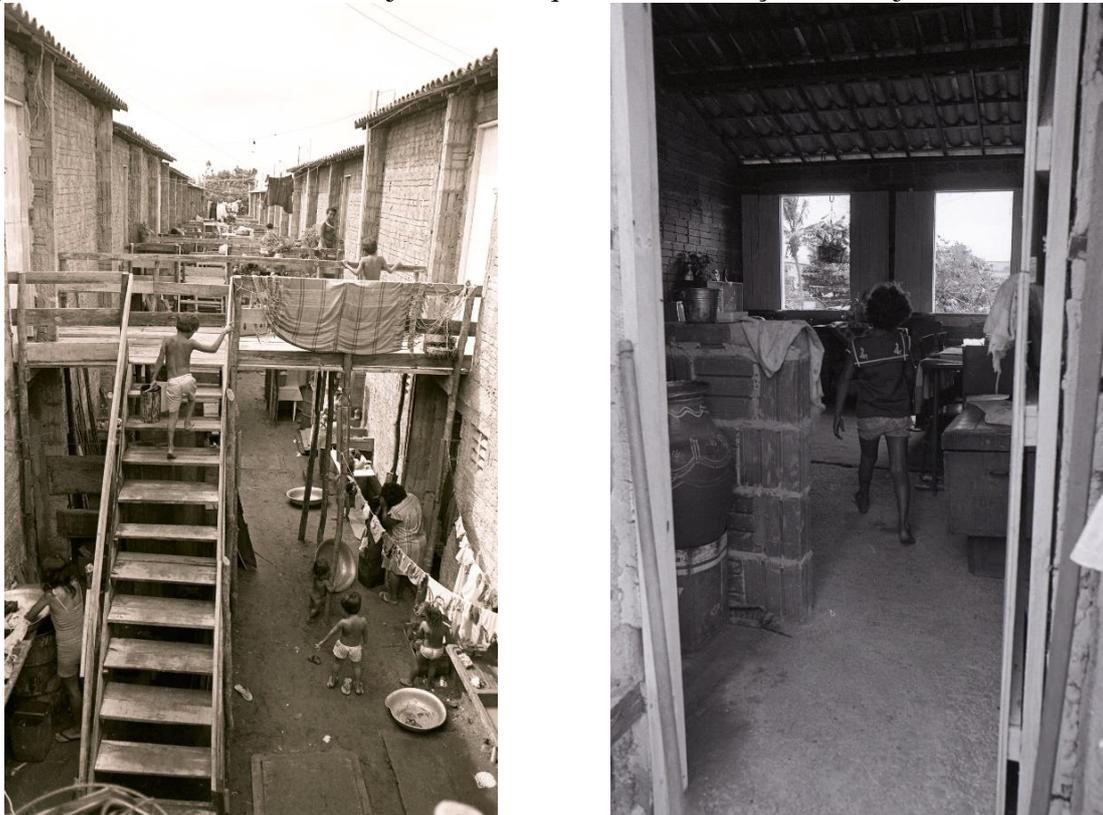
Segundo entrevista com moradores, inicialmente foi dada a opção de construir barracos de lona, que ficariam localizados no lado oeste da Av. Estados Unidos com a Rua General Tertuliano Potiguara (onde atualmente funciona um posto de gasolina). Porém a ideia não foi aceita pelos moradores, pois acreditavam que poderiam não retornar para o terreno, ou então, a obra demoraria 10 anos propositalmente. Foi então decidido que a construção iniciada em 1982 seria feita por etapas, por meio de rodízio de moradores, a cada 100 moradias destruídas, 100 habitações eram construídas. Conforme a Figura 57 e a Figura 58, podemos analisar a forma em que se deu a primeira etapa. Neste momento, foi construído o Alojamento (bloco com o asterisco vermelho), no único espaço não ocupado. Neste bloco, cada casa do Tipo 'C' abrigava duas famílias, uma no térreo e a outra no 1º pavimento, com acesso por uma escada de madeira na parte posterior do bloco. Durante o processo de construção, os moradores saíam de suas casas, que eram demolidas -em tracejado-, e permaneciam no Alojamento enquanto os novos blocos eram construídos no local das antigas casas.

Figura 57 – Primeira fase de construção do Conjunto São Vicente de Paulo, com a demolição de 100 moradias e a construção de 100 habitações.



Fonte: PROAFA *apud*. COHAB, 1980. Editado pelo autor segundo informações contidas nos documentos disponibilizados pela COHAB.

Figura 58 – Parte interna dos Alojamentos enquanto a construção do conjunto.

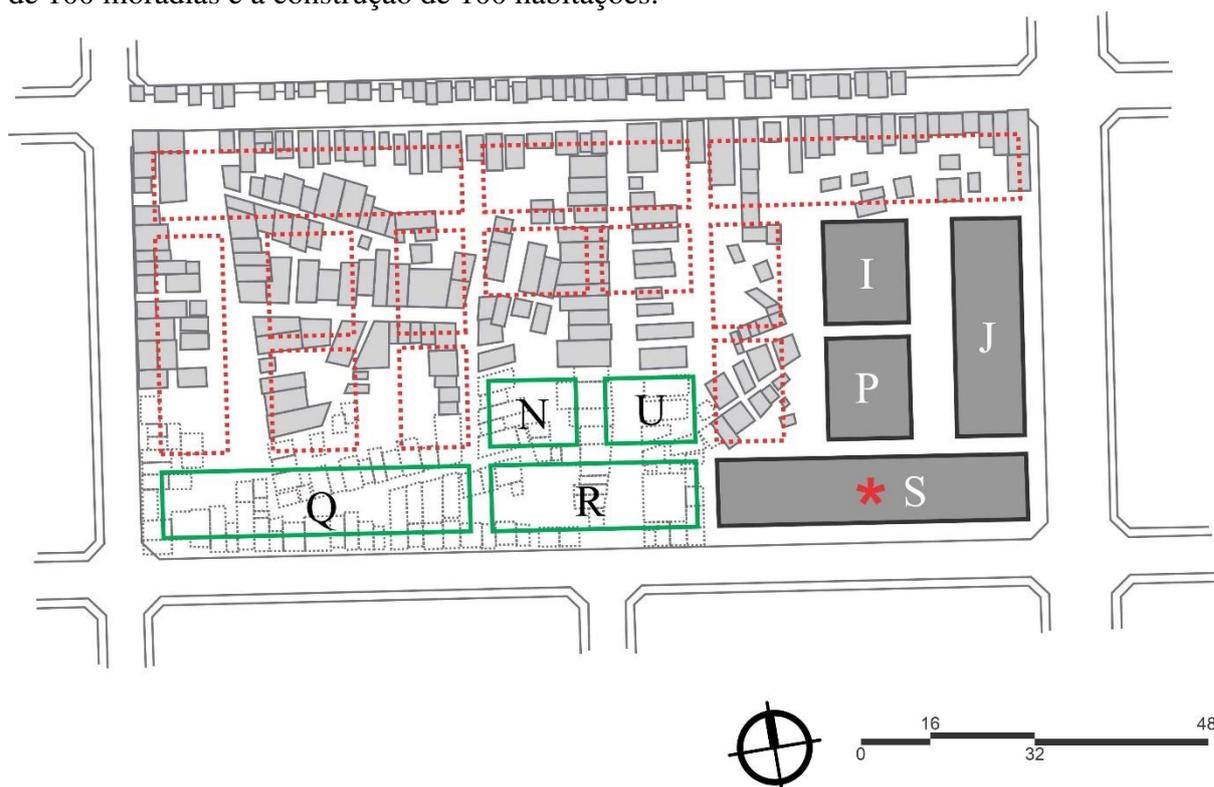


Fonte: Diário do Nordeste, 1982.

Durante esta etapa, os moradores precisavam se acomodar em espaços muito pequenos, e dentro de uma nova configuração espacial e social de relações, uma vez que o novo modelo habitacional no qual estavam sendo inseridos, em nada se parecia com a antiga favela. Eram inseridos então os conceitos de verticalização, delimitação da propriedade privada -uma vez que a favela é compreendida terra comunitária-, e parametrização da habitação e do espaço público de forma cartesiana e retilínea.

A segunda etapa de construção do conjunto se deu ao longo da Rua Beni Carvalho, conforme a Figura 59. Nesta etapa também foram demolidas 100 moradias, e construídos os blocos 'R', 'Q', 'N' e 'U'. Apesar de haver no documento da PROAFA os blocos 'N' e 'U', durante o processo de construção estes foram aglutinados, sem ter os seus motivos relatados nos processos encontrados.

Figura 59 – Segunda fase de construção do Conjunto São Vicente de Paulo, com a demolição de 100 moradias e a construção de 100 habitações.



Fonte: PROAFA *apud*. COHAB, 1980. Editado pelo autor segundo informações contidas nos documentos disponibilizados pela COHAB.

Na Figura 60, vemos como o terreno se encontrava dentro do processo de transição entre favela e conjunto. Os moradores vivenciavam diariamente a forma física da transformação na qual tinham contato com a materialidade de um 'passado' (favela), o 'presente' (os escombros da demolição), e o 'futuro' (os novos blocos do conjunto). Há relatos

de moradores que mesmo aceitando as novas habitações tiveram dificuldade de deixar suas antigas casas, que com muita dificuldade construíram, e nelas empregam seus sentimentos de pertencimento. A cada etapa de destruição de barracos, havia grupos de moradores festejando com salvas e gritos, comemorando o ‘início das coisas melhores’. Outros moradores choravam por ver suas casas que tinham bodega, criação de animais, 1 ou 2 quartos sendo destruídas, sabiam que a partir daquele momento teriam água, eletricidade e esgoto, mas não poderiam ter os mesmos costumes na pequena casa que seria construída nos próximos dias. Era uma grande mudança, na qual morava-se numa casa de taipa, madeira, lona, papelão, e no outro dia estava em uma habitação muito pequena de alvenaria.

Figura 60 – Processo de construção dos alicerces da segunda etapa do conjunto.



Fonte: Diário do Nordeste, 1983.

Na terceira fase de construção do modelo habitacional, como podemos ver na Figura 61, foram demolidas 100 moradias para a construção dos blocos ‘A’, ‘D’, ‘E’ e ‘L’. Neste momento a obra já ultrapassava os 50% de sua completude. Há relatos dos moradores que o poço perfurado com a ajuda da Paróquia São Vicente de Paulo ficaria na rua entre os blocos ‘D’, ‘E’ e ‘L’, porém este foi aterrado, e não conseguimos mais nenhuma informação sobre sua localização a não ser a descrição de alguns moradores.

Figura 61 – Terceira fase de construção do Conjunto São Vicente de Paulo, com a remoção de 100 moradias e a construção de 100 habitações.

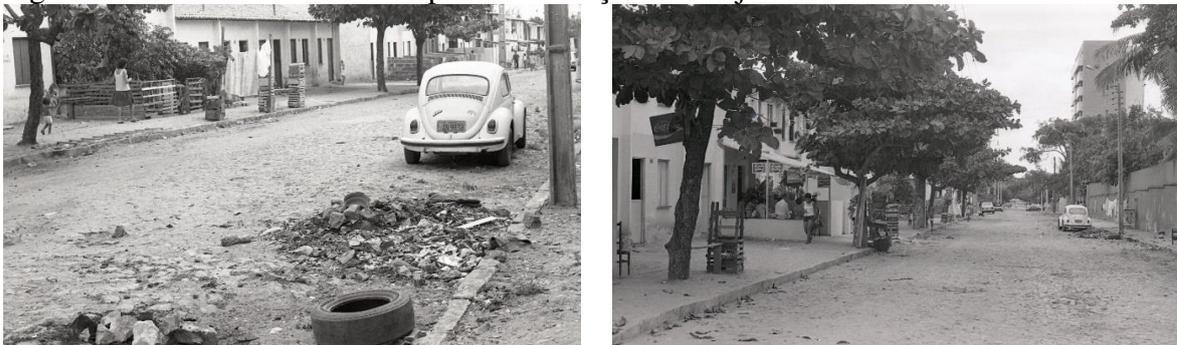


Fonte: PROAFA *apud*. COHAB, 1980. Editado pelo autor segundo informações contidas nos documentos disponibilizados pela COHAB.

Durante esta fase de construção, a Rua Beni Carvalho já finalizada, conforme podemos observar na Figura 62 já possui alterações em sua configuração. Importante destacar que logo após a entrega das habitações definitivas aos moradores, estes iniciam os mesmos processos -ainda que não consigam de forma plena- que eram habituais na favela, a adaptação e remodelação das casas e seus quintais. As transformações ocorriam de forma a atender a demanda cotidiana dos moradores, como espaços para estender roupas ou colocar seus vasos de planta. Porém há modificações com delimitações físicas, como muros, cercas em madeira e a extensão de um bar na calçada. Mesmo antes da finalização da obra, encontramos traços que vão com o tempo, remodelar a forma como o conjunto se configura visualmente e sistemicamente.

Isso consegue representar de maneira direta, que a favela não se constitui em uma forma física, mas em uma relação social que seus moradores têm de se reafirmar, comunicar e estabelecer conexão por meio da contínua adaptação do espaço às suas dinâmicas e identidades culturais, reestabelecendo a partir da criação de novos vínculos com o lugar. Logo o modelo habitacional proposto pelo Estado com o intuito de velar à ‘aparência favela’ no bairro da Aldeota, falha antes mesmo de ser finalizado.

Figura 62 – Rua Beni Carvalho após a construção do conjunto.

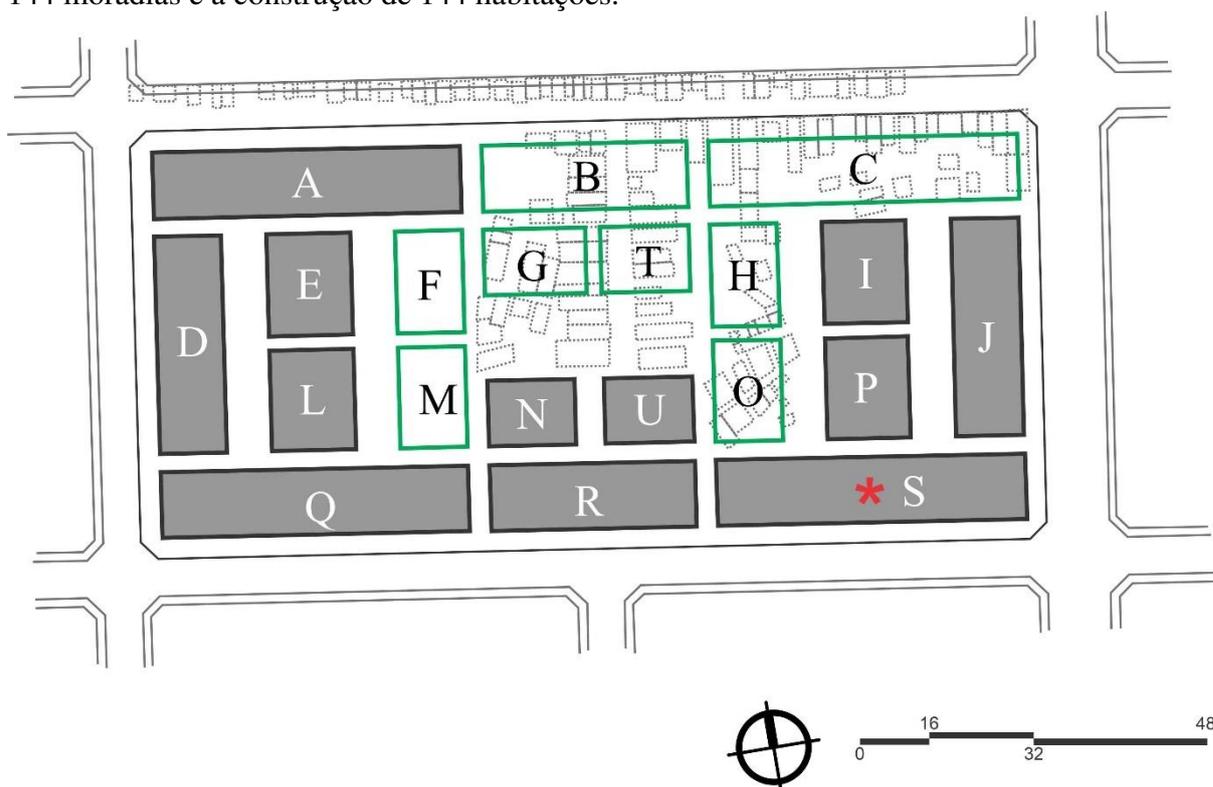


Fonte: Diário do Nordeste, 1984?

Na quarta e última fase de construção, foram demolidas as últimas 144 casas e construídas 144 habitações dos blocos ‘F’, ‘M’, ‘B’, ‘G’, ‘T’, ‘H’, ‘O’ e ‘C’, conforme a Figura 63. Há relatos de alguns moradores que não chegaram a morar nos Alojamentos, devido a etapa final consistir na construção de blocos em áreas já não mais ocupadas como o bloco ‘F’ e ‘M’. Sendo assim, o projeto se finaliza com o total de 444 habitações no local da Antiga Favela Santa Cecília/Quadra Santa Cecília, agora atende pelo nome de Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo.

A finalização do projeto habitacional e do Centro Comunitário foi festejada pelos moradores em junho de 1986 em uma comemoração na sede da Associação dos Moradores, organizada pelos líderes comunitários da época conforme podemos ver na Figura 64.

Figura 63 – Quarta fase de construção do Conjunto São Vicente de Paulo, com a demolição de 144 moradias e a construção de 144 habitações.



Fonte: PROAFA *apud*. COHAB, 1980. Editado pelo autor segundo informações contidas nos documentos disponibilizados pela COHAB.

Figura 64 – Inauguração do Conjunto São Vicente de Paulo.



Fonte: Arquivo pessoal João Roberto de Carvalho, jun/1986.

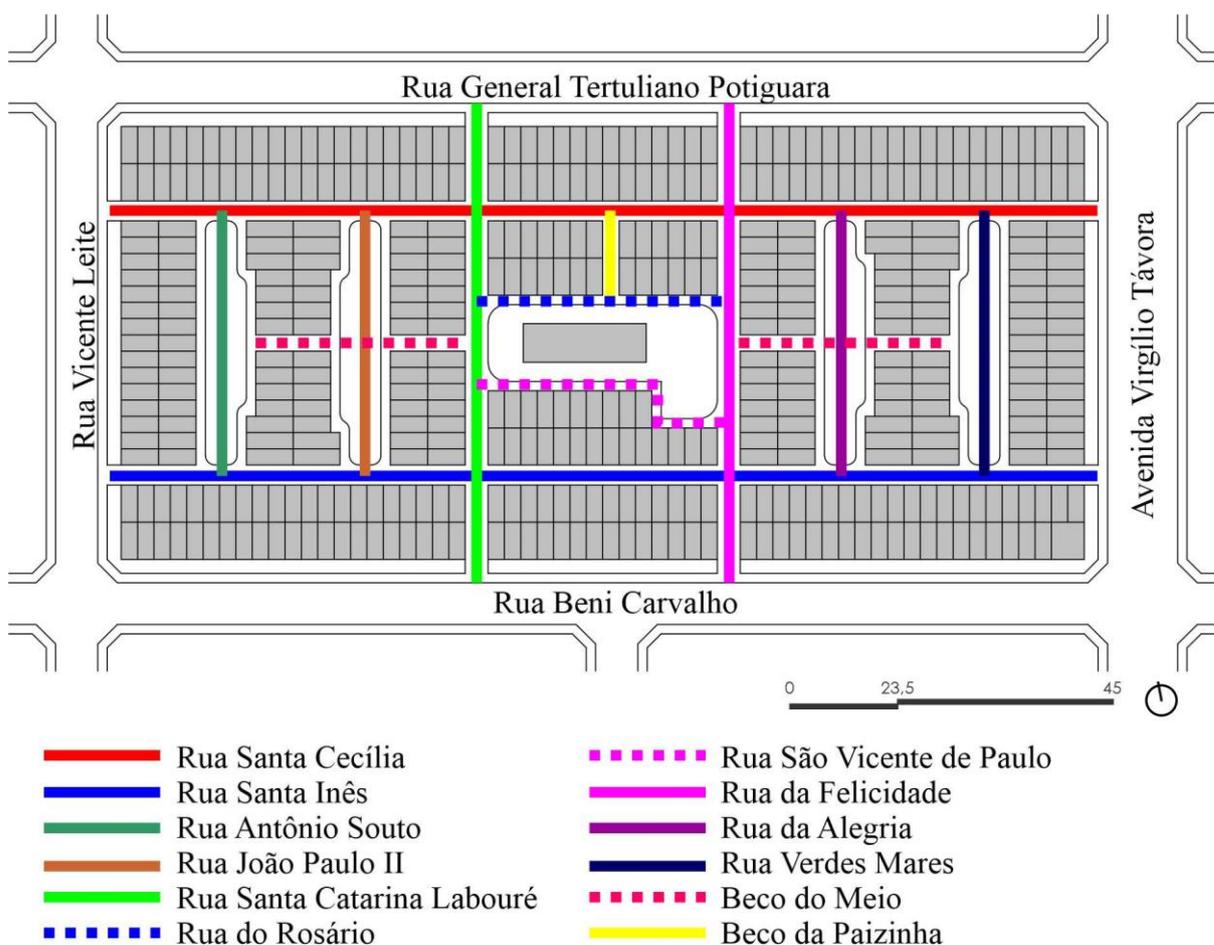
Interessante destacar que os nomes das ruas internas do conjunto foram escolhidos pela própria população ainda na favela. Observando a Figura 65, notamos a homenagem a freira e ao monsenhor da Paróquia São Vicente de Paulo, ao receber seus nomes nas ruas. O catolicismo estava presente também no nome de outras vias, como a Rua João Paulo II, devido a visita do Papa à cidade naquela época, e sua passagem pela Av. Avenida Estados Unidos passando em frente a favela. A Rua Santa Catarina Labouré, uma das freiras da Companhia da Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. Há também a Rua Santa Cecília, em referência ao Colégio Santa Cecília que ajudou pontualmente a favela, a Rua São Vicente de Paulo em referência a paróquia supracitada, e a Rua do Rosário. Porém há algumas vias com nomes de outra origem, como a Rua da Alegria e a Rua da Felicidade, nomes de ruas muito movimentadas da antiga favela, e a Rua Verdes Mares, devido ao intenso contato articulado que a população tinha com a Favela Verdes Mares localizada no Papicu. Dentre os becos, apenas um foi renomeado, em homenagem a uma moradora do próprio beco que veio a falecer, se tornando conhecido como Beco da Paizinha, os outros becos são conhecidos como Beco do Meio.

A participação da população na tomada de decisão dos nomes das ruas, garante minimamente o direito de se sentirem representados no local onde moram, e talvez, tenha sido uma as primeiras formas de reafirmação de suas identidades, que com o tempo, foram sendo mostradas de outras maneiras por meio de suas manifestações e seus hábitos cotidianos.

Mesmo após o processo de urbanização, o Conjunto São Vicente de Paulo ainda é visto pela a população que a circunscreve como um ‘grande areal’, local de pessoas de índole duvidosa e onde a atuação violenta da polícia atua de forma permissiva. Apesar de conjunto, seu conteúdo continua favela, continua vivo e dinâmico, sobrevivendo como pode, e se ajudando a todo momento.

Algumas das formas de comunicação e ajuda que deram foram os jornais ‘O Revolucionário’ e a ‘Voz da Quadra’ entre o final dos anos 1980. Porém, a forma que ainda continua viva no local, é a Rádio Comunitária, fundada em 1993 por 5 moradores, com o intuito de facilitar a comunicação e a articulação dentre os moradores conjunto (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2017), uma vez que o novo modelo quebra seus antigos vínculos, reorganizando-os espacialmente dentro de uma outra lógica.

Figura 65 – Nomes das ruas e becos dados pelos moradores do conjunto.



Fonte: PROAFA *apud*. COHAB, 1980. Editado pelo autor.

Durante a década de 1980, Fortaleza busca uma remodelação de sua imagem, na tentativa de desvincular do imaginário cearense, a associação que havia com o semiárido, transformando a cidade em uma metrópole moderna e competitiva. Com isso são criados novos distritos industriais em Maracanaú em consonância com a construção de conjuntos habitacionais. Isso já podia ser notado ao momento que o PLANDIRF apontava a COHAB sob orientação do BNH como promotora da política habitacional, e que as políticas de urbanização deveriam ser associadas a ações de remoção e erradicação dos assentamentos espontâneos dos migrantes na região central da capital e agora em outros municípios da região metropolitana, que para estes o plano também descrevia as suas relações funcionais com a capital. As políticas estatais de desenvolvimento turístico desta década moldam profundamente a paisagem da cidade, principalmente o seu litoral, a feição de uma cidade globalizada atrai financiamentos internacionais para arcar com as grandes obras de infraestrutura, a maior parte delas direcionada ao turismo, tornando o estado um dos

principais destinos turísticos do país (SILVA, 1992; BERNAL, 2004; DANTAS, 2006; DANTAS, 2009b; PEREIRA, 2014; ALDIGUERI, 2017).

O processo de fortalecimento da RMF, se dá através da massiva consolidação da malha do sistema viário estadual, garantindo seu contínuo fluxo, e possibilitando o escoamento de consumidores pelo litoral leste e oeste. Percebemos o interesse no litoral, ao nos depararmos na forma com que os municípios são integrados a região, a maior parte destes tem relação com o litoral. Desta forma, as praias são potencializadas como atrativos paisagísticos, por meio de um controle que inspeciona as ações dos planos físicos e socioeconômicos dos municípios integrantes da RMF. Todo o aporte de equipamentos acaba por gerar uma maior migração e conseqüentemente maiores demandas sociais, principalmente com a moradia e mobilidade (SILVA, 1992; BERNAL, 2004; COSTA, 2009). Pois como afirma Dantas (2009b, p. 112), “as cidades litorâneas tropicais encontram-se transformadas com o objetivo de atrair fluxos turísticos.

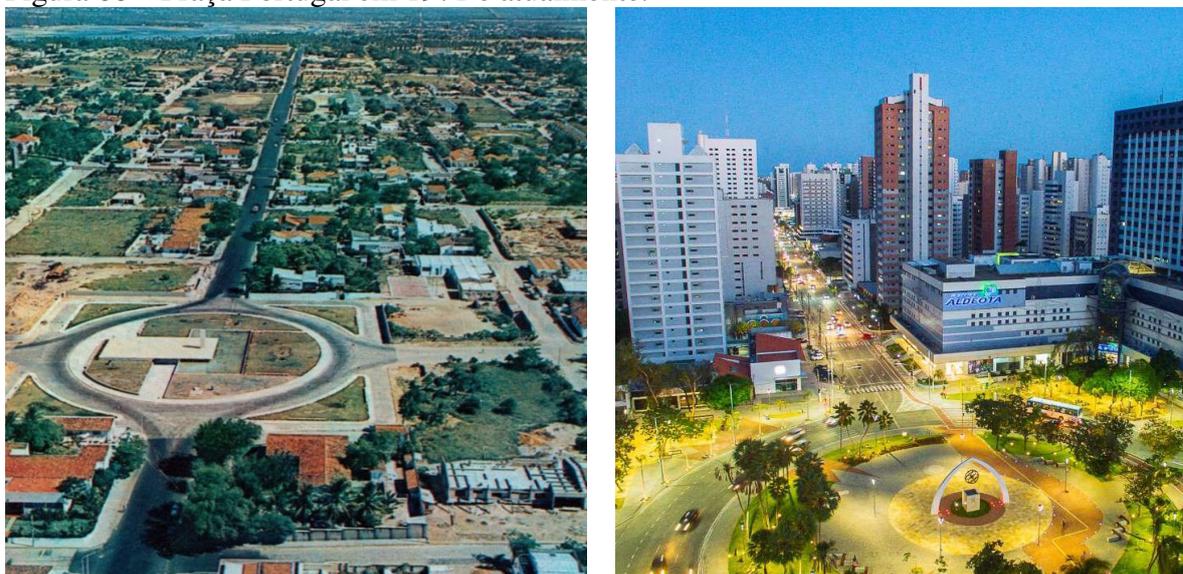
A incorporação destes outros municípios à lógica administrativa da região metropolitana acaba por ganhar certa autonomia em relação ao Estado Central -uma vez que recebem investimentos externos-, ao mesmo tempo que são inseridas numa competição com outros lugares em uma escala internacional, no qual os lugares se especializam dentro de suas vocações, para então atrair consumidores e investidores. Ao mesmo tempo que atividades que eram exercidas comumente na capital são transferidas para estes outros municípios da RMF, ao exemplo da excessiva especulação do solo urbano, em especial nos municípios de Aquiraz e Eusébio, causando um rápido desenvolvimento -porém desigual- das áreas, e criando manchas pontuais de prosperidade no interior (SILVA, 2006; DANTAS, 2009b).

Para Pereira (2014), há uma lógica da constituição destes espaços metropolitanos que incluem os espaços litorâneos à sua lógica, que promove uma urbanização precária e comprovada por ações pontuais. A primeira segundo o autor, é relativo a ideia das metrópoles equipadas dentro de um padrão cosmopolita de infraestrutura de mobilidade, urbana, de lazer e cultura, já a segunda, traz a natureza para dentro do espaço da metrópole, incluindo os espaços litorâneos, suas imagéticas, as infraestruturas, os sujeitos que nela vivem.

A construção de uma imagem turística da RMF, valorizando os recursos naturais como mercadoria de consumo para viajantes. As reverberações que estas ações têm na capital são visivelmente notáveis. O solo urbano principalmente do subcentro Aldeota e Meireles tem uma alta em seu valor, e com isso, acentua-se o processo de verticalização destes bairros buscando compensar o alto valor do terreno, com a construção de edifícios residenciais ou

comerciais. (SILVA, 1992; DANTAS, 2009b). Esta lógica de reprodução do capital na metrópole acaba por supervalorizar e transformar drasticamente e injustamente as paisagens da cidade, como podemos ver na Figura 66, basicamente não há mais outros modos de vida presente na primeira imagem, as casas, o contato com a rua e com os vizinhos se perde em meio a selva de concreto e luz que a cidade se transformou, e coloca muito mais em risco, aqueles grupos cujo sua imagem não representem o que é almejado para o plano econômico urbano.

Figura 66 – Praça Portugal em 1971 e atualmente.



Fonte: Imagem à esquerda – Arquivo Nirez; Imagem à direita – Triunfo Imóveis.

Como podemos notar, a cidade de Fortaleza teve diversos planos de remodelação, crescimento e expansão, porém nem todos foram postos em prática, e quando praticados, muitos foram de forma parcial. Isso nos mostra a força que a elite e os grupo dominantes tem na orientação e modelação do espaço urbano. Os assentamentos informais que são citados desse 1813, sempre tiveram uma relação direta e invisibilizada com a cidade, sendo excluídos do perímetro urbano ou cercados dentro de Campos de Concentração, onde sua força de trabalho era explorada. Logo percebemos que a organização espacial da pobreza e da miséria na cidade, sempre foi um plano maior de manter por perto um exército de reserva para se poder explorar a baixo custo, e possibilitar o crescimento da cidade.

As reformas urbanas propostas tinham como ideias as medidas higienistas e aeristas, que buscavam transformar e organizar o ambiente da cidade tendo como princípio as instruções médicas, por meio do aformoseamento das vias modificando-as para bulevares, tendo ainda a implantação de jardins e praças. A estética europeia buscava uma organização

social, por meio da indução de comportamentos pelo espaço físico implantado, e a favela representava na época exatamente o oposto a este modelo, logo ela acaba se tornando o alvo das ações.

Ao mesmo tempo que se fortalece a representação do Estado na cidade por meio da implantação de instituições, são criadas legislações que acentuam tanto a discriminação quanto a segregação desta população na cidade. O processo de modernização de Fortaleza, nunca foi equitativo e inclusivo, mas seletivo e discriminatório. Assim a população mais pobre vai sofrendo a exclusão social e espacial, sendo levada a ocupar áreas litorâneas. Mais tarde, estas mesmas áreas são incorporadas a lógica de mercado, que são reforçados com políticas públicas de urbanização, estas mudanças ocorrem por meio da influência europeia de balneabilidade e de casas de veraneio. A população favelada sofre novamente um deslocamento urbano.

A adoção de novas áreas como a Aldeota e o Meireles, é facilitada pelo desenvolvimento de meios de mobilidade, e com a ocupação e loteamento destas áreas, as favelas que ali existiam vão sendo expulsas no sentido sul e sentido Porto do Mucuripe. O crescimento e adoção de novas áreas de urbanização são acelerados após do golpe de 1964, e a adoção de novas políticas públicas de desfavelamento e promoção de habitação de interesse social. A nova gestão federal, previa uma diminuição dos estados e municípios na autonomia de seus territórios, e com isso, foram implantados na cidade ao longo do tempo diversos conjuntos habitacionais em lugares longínquos e de difícil acesso, por vezes sem a infraestrutura e serviços necessários.

Nesta época também é direcionado grandes investimentos à indústrias e infraestruturas na cidade, principalmente na área da Aldeota e Meireles, onde a Av. Beira Mar ganhou grande destaque por sua valorização. A especulação dos terrenos da área, fez com que os herdeiros, empreendedores da área civil e imobiliárias, aliados com a mídia e a política local se organizassem para a remoção das favelas no bairro. Com isso são criados ao longo do tempo diversos programas de desfavelização, culminando no final da década de 1970 com a implantação do PROMORAR/PROAFA.

Notamos que a necessidade de atendimento da demanda habitacional na cidade sempre esteve velada sob a ideia de remoção e realocação com fins de limpeza urbana da pobreza, para a possibilidade de venda da imagem da cidade turística, ‘organizada’ e higiênica. Porém, estes programas e ações encontram os movimentos sociais organizadas contra suas remoções, que geram um clima de instabilidade urbana.

Neste momento o Governo do Estado do Ceará, busca por meio da PROAFA, uma forma de atenuar esta tensão, e inclui a Favela Santa Cecília/Favela das Quadras em seu quadro de ação. Percebemos por meio dos documentos que o comportamento favelado era um dos pontos mais recorrentes que os documentos citam, e se utilizavam da ideia da construção de um meio que doutrinasse os favelados a serem ‘moradores dignos’. Além disso, o programa informava ter uma metodologia participativa, porém essa não era efetiva, pois apenas passava a impressão da tomada de decisões dos moradores.

As primeiras propostas arquitetônica e urbanística do conjunto, tem diversos pontos positivos que são negadas devido ao enrijecimento e tradicionalismo do BNH que não conseguiu enxergar as potencialidades que a proposta tinha, e assim acabou por se deter a uma proposta genérica de habitação, que por sua vez proporcionava alguma possibilidade de atuação dos moradores. É válido citar que houve uma total desconsideração pela morfologia original da favela, e dos vínculos criados pelos moradores com seu lugar pelo BNH, porém, não podemos esquecer que os próprios moradores aceitaram a proposta colocada à eles, uma vez que não tinham uma visão da possibilidade de implantação de infraestrutura sem a necessidade de remodelação total.

Mesmo com muita desconfiança com o Governo do Estado, os moradores passam pelo processo de construção das habitações no formato de rodizio, de forma a nunca saírem do local, com receio de serem enganados pelas autoridades. Ao final da construção, já podemos notar as transformações que ocorriam como meio de adaptação das unidades, além da escolha dos nomes das ruas serem feitas pelos habitantes.

A favela em Fortaleza, sempre foi objeto de ações de disciplina e rigor, de forma a controlar, remover e se possível invisibilizar. Com o passar dos anos a tentativa de moldar os comportamentos e hábitos dos moradores esteve sempre presente por meio de legislações, meios de comunicação e por último a implantação de conjuntos habitacionais. A ‘aparência favela’ em uma metrópole como Fortaleza, pode prejudicar sua imagem como grande polo turístico nordestino, e por isso precisa ser combatida. Porém, o Conjunto São Vicente de Paulo, após quase 40 anos de sua construção, se remodela para perpetuar suas características de favela, de lugar do cotidiano, da vizinhança e da identidade dos moradores. Mostrando ser em vão as ações de normatização e delimitação colocadas com o intuito de moldar os favelados. No próximo capítulo observaremos como estas mudanças ocorrem e como são atribuídos os valores ao seu lugar na cidade.

4 DO PLANEJADO AO ESPONTÂNEO: O REDESENHO DO LUGAR FAVELA, NA PAISAGEM DO CONJUNTO SÃO VICENTE DE PAULO.

Como observamos nos capítulos anteriores, paisagem e lugar são conceitos centrais para se entender a dinâmica de transformação de um lugar favelado e marginalizado socialmente, para uma vitrine de planejamento urbano e ascensão social. Esta transformação foi buscada por meio de um projeto arquitetônico e urbanístico. A vivência cotidiana dos moradores, agora no Conjunto Habitacional, é o motor de transformação espacial, recriando vínculos, imprimindo identidades e necessidades, o que promove mudanças significativas na paisagem do local.

A reafirmação da identidade dos moradores, de suas origens e de suas culturas, é transferida paulatinamente para o espaço urbano da cidade, de forma a reencontrar características que anteriormente os definia como favela. Neste capítulo abordaremos as alterações materiais e significativas tanto no Conjunto Habitacional, quanto em seus moradores, que durante esses anos fizeram parte desta constante interação entre sujeito, espaço, símbolos e significados. Serão utilizados para tal, um conjunto de autores da temática urbana e cultural, além de relacionar os conceitos e discussões com os dados extraídos das 4 (quatro) metodologias aplicadas durante a pesquisa de campo. Logo, é construído um conjunto de abordagens sobre questões subjetivas da identidade do morador, assim como motivações conscientes e intuitivas em suas ações transformadoras em suas casas e consequentemente no Conjunto Habitacional.

4.1 Procedimentos metodológicos das Etapas de Pesquisa 1, 2, 3 e 4.

“Não há estrada real para a ciência e só têm possibilidade de chegar aos seus cumes luminosos aqueles que não temem fatigar-se a escalar as suas veredas escarpada.” KARL MARX - O CAPITAL, 1872.

Cálculo do universo

A pesquisa buscou identificar as formas de reapropriações de símbolos identitários por meio da transformação do espaço de um determinado Conjunto Habitacional. Para alcançar este objetivo, como já citado anteriormente foram elaborados 4 Etapas de Pesquisa com pessoas, que levantaram dados capazes de indicar e refletir como este processo histórico se dá ao longo do tempo, correlacionando estes dados, com a base de autores já citada do

referencial teórico, abordando os grandes campos: Paisagem e Símbolos Sociais; Produção e Reprodução do Espaço; Homogeneização do Espaço Urbano; Implicações da Ascensão do Capital na Reformulação da Cidade; e o Controle da Paisagem Urbana como Instrumento de Dominação Social.

Para a Etapa 1) Entrevista Semiestruturada, foram escolhidos os moradores antigos, que participaram inicialmente da ocupação da Favela Santa Cecília, como também da criação da Associação de Moradores, além dos participantes das primeiras e principais reuniões decisivas sobre a construção do Conjunto Habitacional. Além destes, foram entrevistados antigos servidores da PROAFA e técnicos envolvidos no processo, servidores da SEUMA, arquiteto envolvido no projeto do Conjunto Habitacional e outros técnicos da PROAFA, representante da empresa C Rolim Engenharia (empreendimento recém construído vizinho ao conjunto), representante da Paróquia São Vicente de Paulo que prestava serviços sociais a população por meio das Comunidades Eclesiásticas de Base, além de alguns vizinhos externos ao conjunto habitacional. Enfim diversos agentes produtores do espaço, para se ter uma visão ampla do fenômeno.

Tendo uma média de 30-40 minutos por entrevista, foi esquematizado a Tabela 2 com um total de 41 participantes, dando preferência a um número maior de entrevistados aos moradores.

Tabela 2 - Esquema de entrevistas por grupo de agentes produtores do espaço.

Agentes Envolvidos no Processo	Número de Entrevistados
Servidores da PROAFA	2
Servidores da SEUMA	1
Arquiteto do projeto	1
C Rolim Engenharia	1
Paróquia São Vicente de Paulo	2
Vizinhos do Conjunto	3
Moradores do Conjunto	31
TOTAL	41

Fonte: Organizado pelo autor (2024).

Para a etapa 2) Produção de Material Visual, o pesquisador buscou entrar em contato com alguns grupos já consolidados no local, como: União de Jovens com Cristo – UNIJOCC; Grupo da terceira idade que tem encontros às quintas-feiras na Associação de Moradores; ou o Grupo de capoeira para jovens. A tentativa de diálogo com estes grupos, se dá pela facilidade de relação com um grupo o qual já se está organizado e tem encontros definidos. É importante deixar claro que, ficou a critério dos participantes do grupo aceitarem

ou não suas participações desta etapa da pesquisa. Cada encontro teve aproximadamente 30 minutos de duração, com um número variando entre 5 e 12 participantes, que variou para mais ou para menos dependendo de imprevistos ou eventos externos que ocorreram.

Na etapa 3) Questionário Online, onde existe a possibilidade de infinita participação de pessoas, de diferentes locais do Brasil, sendo assim, para esta etapa, não foi considerado nenhum número limite de participantes. O tempo estimado para responder as 8 perguntas, foi entre 5 e 10 minutos.

Para a etapa 4) Questionário Presencial, foi considerada a quantidade de habitações que foram produzidas pela PROAFA entre os anos de 1980-1986, que em seu total são 444. Esta base foi escolhida por esta pesquisa se basear nas transformações do espaço pelos moradores, e que cada unidade habitacional se modificou de forma diferente. Com esse valor foi delimitado a amostragem básica para se ter o produto que corresponda com o principal intuito desta pesquisa.

<p>UNIVERSO = Total de habitações construídas no Conj. Habitacional entre 1980-1986</p>

<p>UNIVERSO = 444</p>

A partir dos dados apresentados até agora, foi calculada a amostragem de questionário da etapa item 4) Questionário Presencial. Tendo em vista que sua abrangência de aplicação ser maior que as demais etapas.

Cálculo da amostra

Para se coletar informações a respeito das transformações do espaço a partir da ação cotidiana dos moradores ao imprimir sua identidade no lugar, foi abordada de forma qualiquantitativa por meio de questionários. A aplicação destes referidos questionários requer a determinação de uma amostragem, que consiste em uma parcela da população que efetivamente participará da etapa. Com base no valor de nosso universo realizaremos do cálculo amostral.

O cálculo seguirá os seguintes parâmetros:

- **Erro amostral:** Índice de variação dos resultados de uma pesquisa. Um erro amostral de 5% indica que o resultado poderá variar para mais 5% ou menos 5%.

- **Distribuição da população:** Grau de homogeneidade da população. Quanto menos variada é a população, menor é a amostra necessária.
- **Nível de confiança:** Representa a probabilidade de a amostra coletada refletir a população total.

Os parâmetros utilizados foram 5% de erro amostral com uma distribuição homogênea e um nível de confiança de 95%. Com base nesses parâmetros e auxílio de uma calculadora amostral obtivemos uma amostra de 159. A partir da seguinte fórmula:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

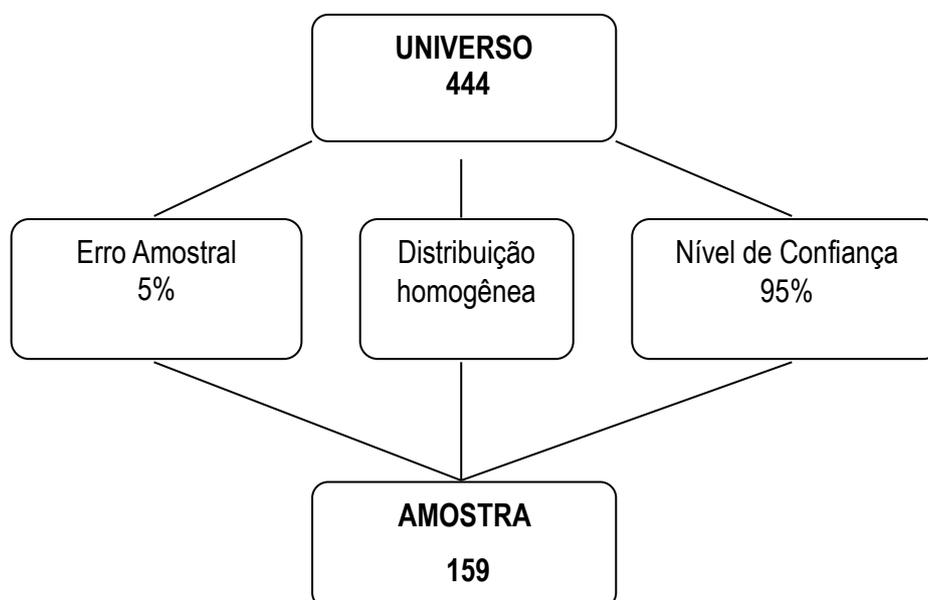
n - amostra calculada

N - população

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p - verdadeira probabilidade do evento

e - erro amostral



Instrumento de Coleta

As estruturas das etapas estão organizadas de formas diferentes. Na etapa 1) Entrevista Semiestruturada, buscou analisar origem, circunstância e perfil socioeconômico do

morador e de sua família ao chegar em Fortaleza e na Favela Santa Cecília, assim como memória de fatos importantes e do cotidiano durante os anos seguintes, a ação de agentes produtores do espaço no local, a mobilização interna para reivindicação de direitos dos moradores e a memória afetiva dos entrevistados para com o lugar antes e depois da construção do conjunto habitacional. Nesta etapa, a entrevista foi gravada (áudio) por meio do uso de aplicativo de smartfone, o material colhido fica sob total responsabilidade e sigilo do pesquisador.

A etapa de número 2) Produção de Material Visual, trabalhou a captura de ideias que têm dificuldades para serem transmitidas por meio oral. Logo, a utilização do desenho facilitou a comunicação do participante com o pesquisador. Foi proposto 3 vertentes de concepção espacial para a que os moradores expressem sua relação com o espaço: A primeira focou na forma com que o morador se relaciona e enxerga o seu local de moradia (Encontro 1, 5 e 3); A segunda se debruçou na compreensão do participante como morador da cidade, e como ele se identifica com a urbe (Encontro 4 e 6); E por último, como o morador resolveria os problemas identificados no local a partir de seus conhecimentos e métodos (Encontro 2 e 7). Para esta etapa foram feitas anotações sobre as explicações dos participantes, as quais ficam sob total responsabilidade e sigilo do pesquisador, junto aos materiais produzidos pelos moradores. A ideia central foi compreender o Conjunto São Vicente e a cidade a partir da visão dos moradores locais.

Na etapa 3) Questionário Online, foi utilizado da percepção do participante para que ele escolha imagens que transmitam a ideia de uma morfologia urbana de favela. A proposta buscou trabalhar com o ideário e uma noção pré-estabelecida que comumente é aceita pela sociedade, e pôr em evidência que à primeira vista, este conceito de desordem da favela pode ser ou não aceito pela maioria dos entrevistados.

Já a estrutura da etapa 4) Questionário Presencial, foi dividida em quatro partes: A primeira se trata de um levantamento de informações de identificação, como escolaridade, sexo, idade, etnia e componentes familiares; A segunda parte se debruçou sobre um levantamento histórico do possível deslocamento de famílias do interior para Fortaleza, além de sua condição ao chegar na cidade; Na terceira parte, foram apuradas informações sobre as condições de ocupação da moradia e questão da propriedade da habitação; Por último, na quarta parte, foram feitos os questionamentos relacionados a relação e avaliação que o morador tem com a habitação e com o Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo. As informações obtidas nesta etapa ficam sob sigilo e responsabilidade do pesquisador.

Em quaisquer etapas de pesquisa com pessoas, caso algum participante não se sentiu à vontade em responder uma pergunta, ele pode anular a questão ou desistir de sua participação.

Cronograma de aplicação

As aplicações das metodologias de pesquisa com pessoas foram feitas de formas diferentes para cada etapa. Etapa 1) Entrevista Semiestruturada, ocorreram ao longo de 2 meses, com entrevistas tanto no Conjunto Habitacional, quanto em órgãos públicos ou privados, totalizando 42 entrevistas, onde se deu prioridade a um maior número de entrevistados para os moradores do conjunto (como já explicitado anteriormente). A aplicação destes questionários foi feita em ambiente público (calçadas e vias), residenciais (caso o morador se sentir à vontade para receber o pesquisador) ou no interior das instituições (dependendo da disponibilidade do servidor). Estas entrevistas aconteceram em dias intercalados da semana e finais de semana.

A etapa 2) Produção Material Visual, ocorreram durante 2 meses com o grupo União de Jovens com Cristo – UNIJOCC, que se reúnem semanalmente no salão do Centro Comunitário do Conjunto São Vicente de Paulo.

Na etapa 3) Questionário Online, ficou disponível por meio da plataforma *Google Forms*. O período de acesso ao questionário online foi de 15/06/2024 à 15/07/2024, e a forma de sua aplicação facilitou a participação de diversas pessoas de lugares diferentes.

Para a última etapa, 4) Questionário Presencial, foram efetuados durante 2 dias de um final de semana, totalizando 162 respostas. Este questionário foi aplicado somente com os moradores do Conjunto São Vicente de Paulo. A aplicação destes questionários foi feita em ambiente público (calçadas e vias), ou residenciais (caso o morador se sentir à vontade para receber o pesquisador). A abordagem foi efetuada de forma aleatória, tendo uma resposta de questionário por residência.

A seguir, observamos a Tabela 3, que demonstra a disposição da aplicação das etapas da pesquisa com pessoas (Etapa 1) Entrevista Semiestruturada; Etapa 2) Produção de Material Visual; Etapa 3) Questionário Online; e Etapa 4) Questionário Presencial) e sua temporalidade programada.

Em quaisquer etapas de pesquisa com pessoas, caso algum participante não se sentisse à vontade em responder uma pergunta, ele poderia anular a questão ou desistir de sua participação. Porém, este caso não ocorreu nas Etapas 01, 02 e 04

Tabela 3 - Cronograma de aplicação das pesquisas com pessoas.

Etapa de pesquisa	Meses de Aplicação	Nº de Aplicações	Locais de Aplicações
Etapa 1) Entrevista Semiestruturada	Junho a Julho de 2024	41 entrevistas	Conj. São Vicente, vizinhança, órgãos privados e públicos
Etapa 2) Produção de Material Visual	Junho a Julho de 2024	7 encontros	Conj. São Vicente de Paulo
Etapa 3) Questionário Online	Junho a Julho de 2024	320 respostas	Disponível online
Etapa 4) Questionário Presencial	Junho de 2024	162 respostas	Conj. São Vicente de Paulo

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Método de análise

A tabulação e análise dos dados ocorreu no fim de cada dia de trabalho. Após termos todos os dados coletados, correlacionamos informações de percepção do Conjunto São Vicente e da cidade de Fortaleza pelos moradores do local (Etapa 2) e 4)), com as informações históricas (Etapa 1) e 4)), relacionando com os autores anteriormente citados no referencial teórico, aprofundando a discussão de favelas e a sua construção como percepção social (Etapa 3)). Trazendo assim um campo fértil de informações sobre adaptação do espaço e identidade dos moradores.

Durante o percurso metodológico desta pesquisa, foram encontradas diversas dificuldades, principalmente para identificar a localização de determinados documentos, uma vez que com o passar dos anos diversas coordenações, superintendências, fundações e secretarias da esfera pública foram constantemente aglutinadas, separadas ou extintas. Os acervos fotográficos também nos foram escassos, uma vez que diversos folhetins da época não circulam mais, e as imagens utilizadas nas matérias ficaram sob guarda dos fotógrafos. Mesmo grandes jornais que ainda estão ativos, não recebem mais pesquisadores em suas instalações. Logo, esta pesquisa, buscou se ater ao máximo de detalhes possíveis encontrados em todos os materiais históricos coletados.

A pesquisa com pessoas, durante a Etapa 04, encontrou uma certa resistência à participação, isso ocorreu principalmente pelo receio dos participantes, o questionamento

deles se fundava na primícia de estavam lidando com agentes da prefeitura, ou do poder judiciário, e até mesmo funcionários da COHAB. Desta maneira, nem sempre conseguíamos convencer ao participante de que nossa pesquisa tinha outro cunho. A insegurança da estabilidade habitacional perpetua até os dias atuais, e foi possível identificar o quanto isso afeta os moradores de modo a impossibilitar a comunicação.

Devido a limitações de duração e extensão de abordagem dos temas, questões estas inerentes a todo tipo de pesquisa, não foram possíveis as abordagens referentes às modificações internas das habitações, sua relação com a renda familiar, sua relação com quantidade de pessoas no mercado de trabalho, ou caso as modificações internas tem algum motivo específico, seja de origem regional, étnica, cultural ou religiosa. Acreditamos que estes encaminhamentos futuros sejam válidos para próximas propostas de pesquisa.

4.2 A ressignificação da paisagem por meio do lugar

“O projeto equalizou a moradia nas Quadras, pessoas que moravam na miséria tinham uma casa, e outros com casas grandes, receberam casas pequenas”

Morador, 69 anos, entrevistado em 24/03/2024

O espaço vivido, ou lugar, se configura pelo fato de ser apropriado através do dia-a-dia, uma prática que muda constantemente o meio físico e seus significados, adicionando novas características com novos valores que são justificados historicamente pelo trajeto percorrido pelo grupo (CARLOS, 2007). O aprofundamento do conceito de lugar já foi trabalho no capítulo anterior, ao que trabalharemos a partir deste capítulo, é a sua importância como gênese das transformações no CSVP – Conjunto São Vicente de Paulo a partir do momento de construção dos blocos habitacionais, tendo como principal consequência as reverberações em sua paisagem.

Conforme Harvey (1980), a competição por terra urbana faz com que grupos menos favorecidos que vivem em áreas centrais e valorizadas, acabam por ocupar espaços de dimensões profundamente reduzidas. No caso deste estudo, a própria institucionalização da habitação promoveu estes espaços privados e públicos mínimos, tanto pela limitação do terreno, quanto pela falta de iniciativa de aquisição de novos terras.

Segundo Carlos (2007), a identidade de um coletivo, guarda uma dimensão espacial, que tem direta relação com a memória coletiva, que se pauta e um determinado tempo e lugar na história, o que cria coesão e integração no grupo. No caso desta pesquisa, o

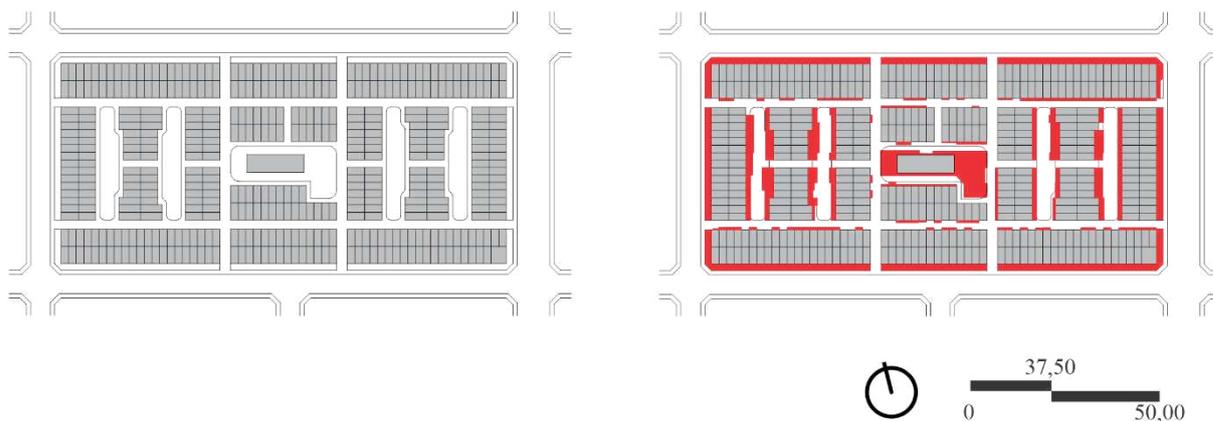
espaço e momento em comum é a ocupação da Favela Santa Cecília, sua organização como resistência às remoções, e sua reivindicação à urbanização. Para a autora, estes grupos precisam se emxergar em um espaço onde existem elementos de sua história. Foi através do cotidiano e do tempo que estes elementos da favela foram reinseridos no CSVP, pudemos observar anteriormente na Figura 62, ao passo que as unidades habitacionais eram entregues aos moradores, estas eram adaptadas na medida do possível, pois como afirma a autora, “Na convivência com o lugar, nele se produz a identidade.” (CARLOS, 2007, p. 48).

Como forma de mensuração destas modificações espaciais, Pereira (2018) produziu um levantamento *in loco* do avanço de cada habitação no espaço público, e para efeito comparativo, colocou ao lado a planta original do conjunto habitacional, como podemos ver a seguir na Figura 67.

Figura 67 – Modificações espaciais realizadas pelos morados no período entre 1982 e 2018.

Projeto Habitacional de 1980.

Levantamento das modificações feitas pelos moradores (2018).



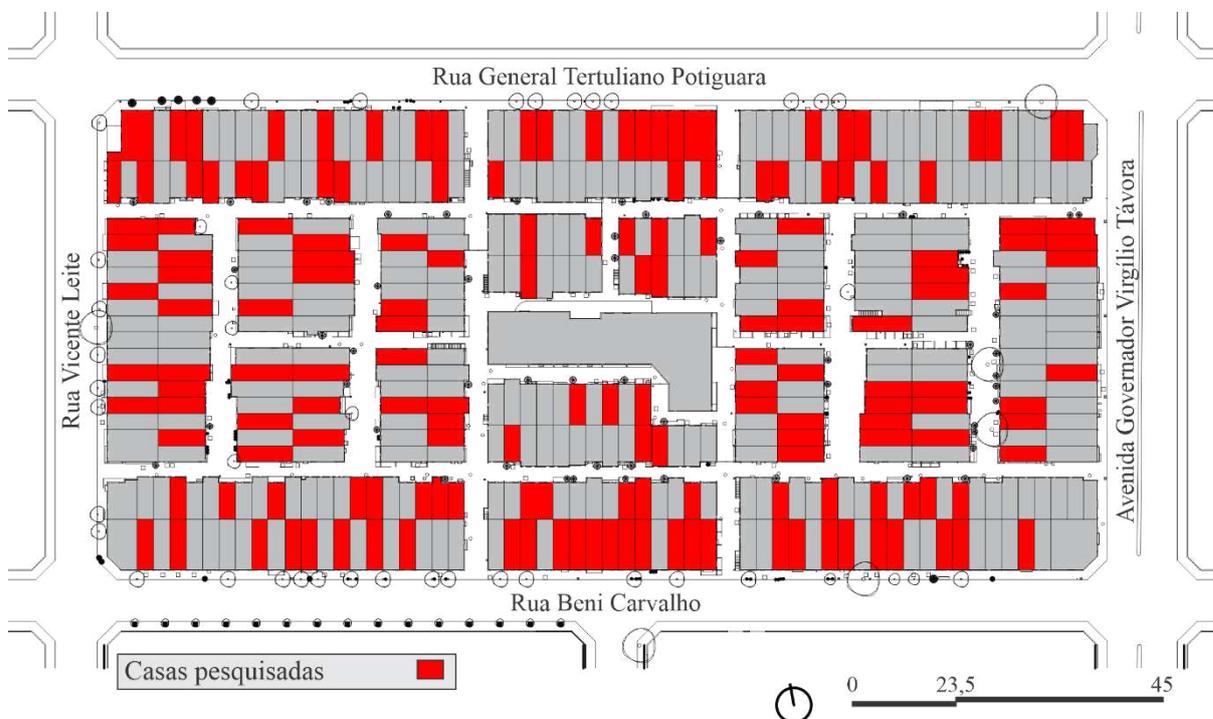
Fonte: PROAFA/COHAB (1980) *apud*. Pereira (2018).

Carlos (2007), afirma que homem moderno aproveita de seus abrigos que se localizam em espaços euclidianos da cidade tecnológica ou do Estado Moderno para manifestação de comunicações não verbais, significativas e simbólicas, e onde a vida coletiva acontece de forma mais intensa. Observamos na imagem, uma altíssima interação destes sujeitos com seus espaços, principalmente com a necessidade de expansão da área útil dos imóveis, dado o tamanho reduzido das unidades habitacionais. Retomaremos a este ponto mais a frente neste subcapítulo.

Estas e outras questões foram abordadas durante a Etapa de Pesquisa 04 – Questionário Presencial, aplicado na área de pesquisa durante o final de semana dos dias 15 e

16 de junho de 2024. Foram obtidas 162 respostas, sendo que cada uma destas corresponde a uma residência do CSVP, conforme a Figura 68.

Figura 68 – Residências participantes da Etapa de Pesquisa 4 – Questionário Presencial.

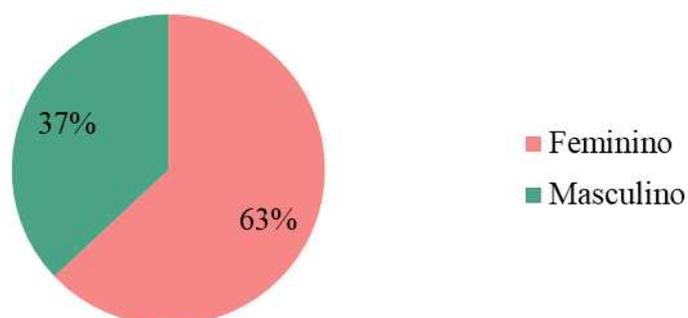


Fonte: PROAFA/COHAB (1980), editado pelo autor.

Ao observarmos o gráfico da Figura 69, notaremos um nítido protagonismo participativo do público feminino. A maioria está fora do mercado de trabalho, ou se tratava de pessoas aposentadas, tal fato corroborou, para uma maior facilidade de diálogo com os entrevistadores. Por outro lado, o público masculino se mostrou menos disponíveis e intransigentes às abordagens, onde não foi possível estabelecer uma comunicação mínima para esclarecer o teor do questionário.

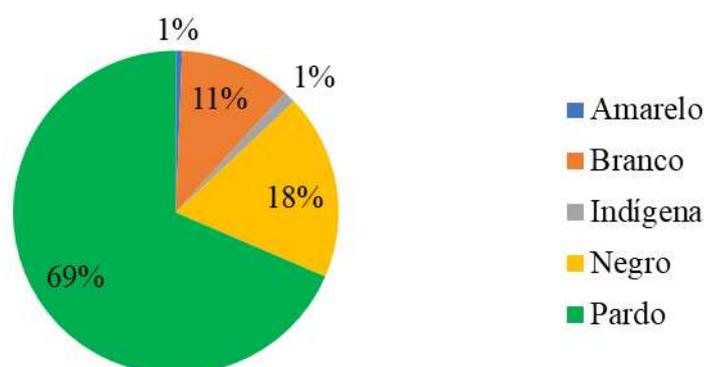
Em relação à autodeclaração étnico-racial dos entrevistados, encontramos uma maior porcentagem de pardos (69%), conforme a Figura 70. Durante a aplicação dos formulários ocorreram alguns episódios de imprecisão dos entrevistados sobre seu grupo étnico-racial, no qual a maior parte acabou por selecionar o grupo étnico-racial pardo, por se considerarem uma mistura de etnias, ou sem uma etnia claramente definida. Em seguida, temos 18% dos participantes autodeclarados negros, seguindo 11% brancos, 1% indígena e 1% amarelo.

Figura 69 – Distribuição de gênero dos participantes (162 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

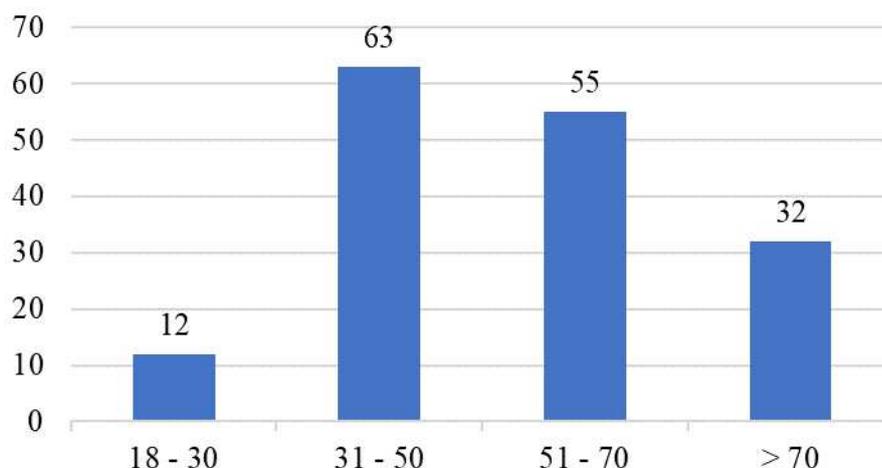
Figura 70 – Distribuição étnico-racial dos participantes (162 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação a faixa etária dos participantes, podemos perceber na Figura 71 uma destoante presença da população entre 31-50 anos, com 63 participantes, em seguida da faixa 51-70 com 55 participantes. Estes demonstravam uma maior abertura para discussão e abordagens de diversos temas que incomodavam os entrevistados, e aguçavam a sua curiosidade para participação. Na maior parte do tempo, as perguntas se voltavam para os entrevistadores como: “Seria relacionado aos documentos das casas da PROAFA?”, “Vocês são da Prefeitura?”, “Você é oficial de justiça?” ou “É algum tipo de cadastro pra tirar a gente daqui?”. Os questionamentos ainda demonstram um constante receio de serem removidos do local, mesmo tendo conquistado a moradia há mais de 40 anos, ainda não conseguem ter segurança.

Figura 71 – Faixa etária dos entrevistados (162 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

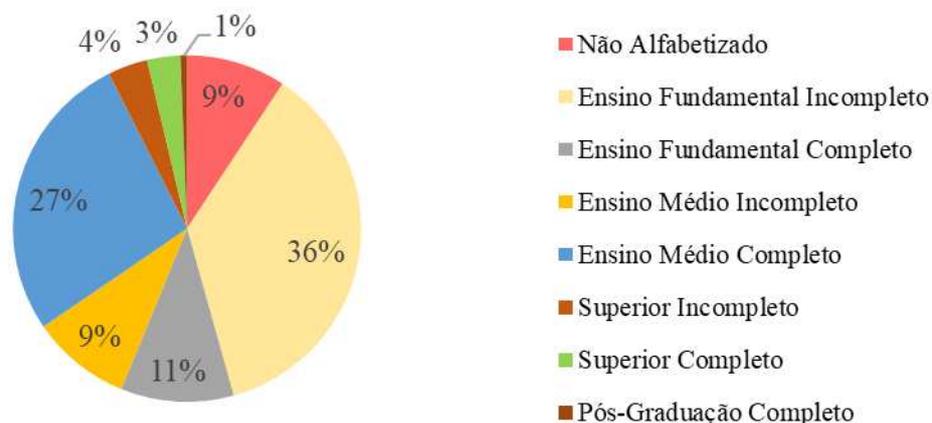
Com números inferiores, temos a faixa etária a partir de 70 anos, o qual normalmente se despunha de tempo e disponibilidade para participação. Suas respostas sobre o ‘tempo das casas antiga’ (ocupação Favela Santa Cecília) eram construídas com nostalgia e ternura. Por último, a faixa etária entre 18-31 anos foi a que obteve menor aderência, seja por falta de interesse do grupo, ou pelo próprio natural direcionamento para a pessoa mais velha presente na residência no momento da pesquisa.

Outra característica analisada foi o nível de escolaridade dos participantes. Neste caso, observamos na Figura 72, que 9% são analfabetos, e/ou sabem apenas escrever seus próprios nomes. Durante a pesquisa, 36% dos entrevistados declararam possuir o Ensino Fundamental Incompleto, ao ponto que 11% tem este nível concluído. Ao analisarmos os dados do Ensino Médio, sobressai a percentagem de 27% de participantes que concluíram, ao ponto que 9% não concluíram este nível escolar. Quando adentramos o Ensino Superior, os resultados são menores, 4% dos entrevistados possuem o nível incompleto, e apenas 3% possuem o diploma do Ensino Superior. Apenas 1% dos participantes possui pós-graduação.

Relacionando a Escolaridade dos entrevistados com a Faixa Etária, podemos observar na Figura 73, que a maior parcela dos participantes ‘Não Alfabetizados’ e com ‘Ensino Fundamental Incompleto’ se encontram nas faixas etárias de 51-70 e >70. Isso provavelmente se dá pelas condições financeiras das famílias na época da ocupação da Favela Santa Cecília, no que era preciso que todos os membros da família trabalhassem. É normal o relato de idosos informando que trabalhavam com 12 anos de idade em casas de família, seja cuidando de crianças ou com outros fazeres domésticos. É perceptível que o quantitativo de concluintes do Ensino Médio é crescente entre as faixas 31-50 e 51-70. Em relação ao Ensino

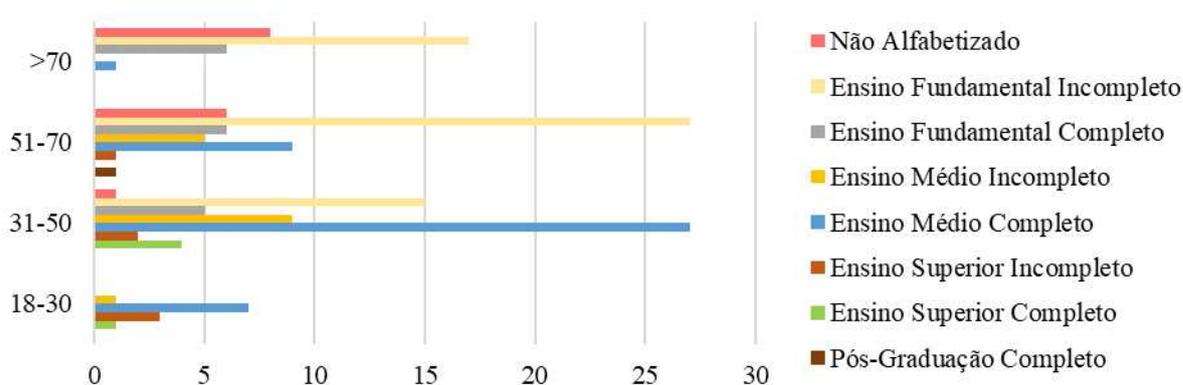
Superior, é possível ver presente apenas nas faixas etárias 18-31 e 31-50, o que nos mostra que a geração mais recente de moradores vem alcançando patamares mais altos na profissionalização.

Figura 72 - Escolaridade dos participantes (162 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

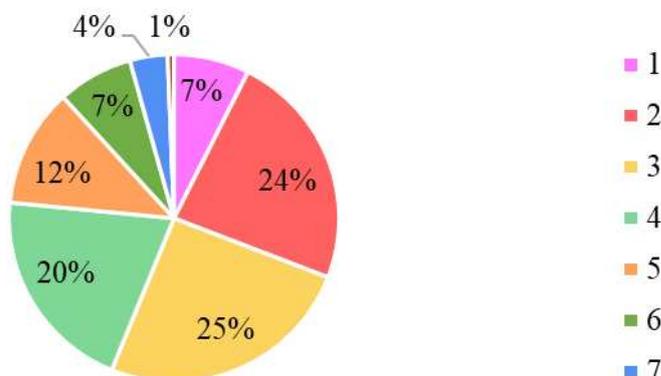
Figura 73 – Relação entre Escolaridade e Faixa Etária dos participantes (162 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação a quantidade de moradores por habitação, observamos na Figura 74, que a maior parte das residências possui entre 02 a 04 moradores, ou seja, um núcleo numérico familiar básico. Importante registrar que 12% das respostas informaram que residiam 05 pessoas, 7% que residiam 06 pessoas, outros 7% que residia apenas 01 pessoa. Vale salientar que 4% das respostas informaram residências com 7 pessoas, e apenas 1% respondeu sobre uma moradia com 10 pessoas. Alguns destes casos de moradia com mais de 4 pessoas, se dão pela localização do CSVP na cidade, e a proximidade aos serviços, oportunidades, comércios e emprego. Sendo assim as gerações de filhos e netos continuam no mesmo local e partilhando a mesma residência, veremos outros dados sobre o assunto mais à frente.

Figura 74 – Distribuição de moradores por residência segundo participantes (162 respostas)

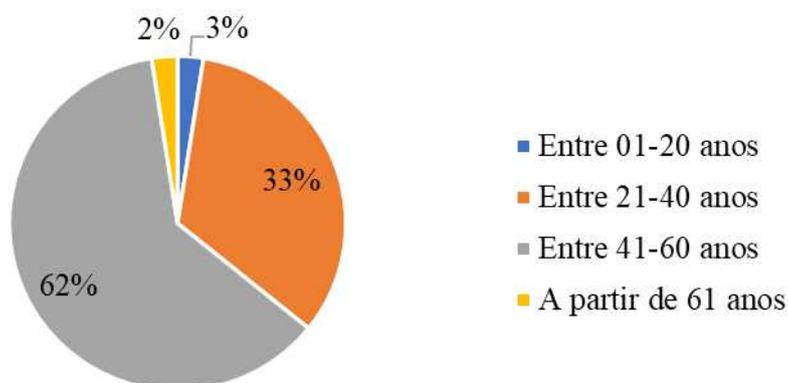


Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando perguntados o tempo de moradia na área do estudo como vemos na Figura 75, 62% das respostas ficaram na faixa de 41-60 anos, dentro deste grupo estão os primeiros moradores e alguns dos seus filhos. Já outra parcela substancial, com 33% das respostas se encontra na faixa dos 21-40 anos, dentro deste grupo ainda se encontram os filhos dos primeiros moradores e alguns dos seus netos. Os 2% representam os primeiros moradores com mais idade que chegaram no início da ocupação (Faixa a partir de 61 anos). Já os 3% restantes, são formados por netos dos primeiros moradores e novos moradores que chegaram nos últimos anos no local (Faixa de 01 e 20 anos).

Quando perguntados sobre o primeiro familiar morador da ocupação Favela Santa Cecília, podemos observar na Figura 76, grande parte das respostas se direcionaram para os seus genitores, principalmente as faixas etárias 31-50 anos, tendo ainda a presença marcante na faixa etária de 51-70 anos. A categoria dos avós se mostra presente principalmente na faixa etária dos 31-50 anos, sendo perceptível também na faixa etária de 18-31 anos. Já os próprios entrevistados são apenas identificados nas faixas etárias de 51-70 anos e >70 anos. A categoria de outro familiar com 26 respostas, abrange tios/tias, primos/primas, cunhados/cunhadas, irmãos/irmãs, sogros/sogra e quaisquer outros tipos de parentesco, esta se mostra mais presente na faixa etária de 51-70 anos.

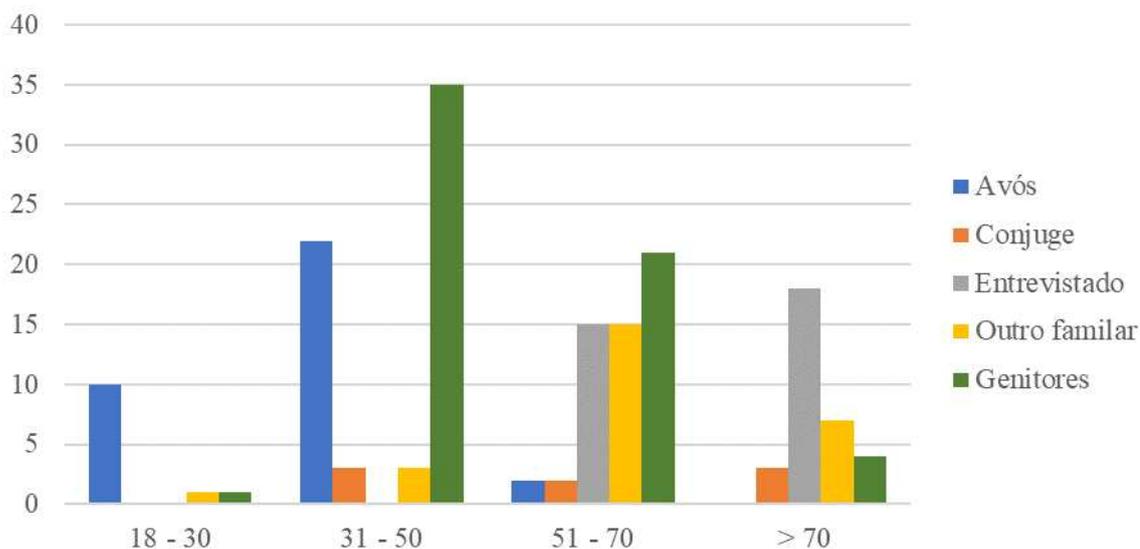
Figura 75 - Tempo de moradia dos participantes na área de estudo (162 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Além destas informações confirmarem nossa premissa da Figura 75, ela nos confirma a teoria de que os filhos e netos dos primeiros moradores, continuam a residir o Conjunto São Vicente de Paulo.

Figura 76 - Familiar do entrevistado no qual foi primeiro morador do local relacionado com a faixa etária dos entrevistados (162 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao questionarmos aos entrevistados sobre suas origens, ou as origens de seus familiares que foram os primeiros moradores da ocupação Favela Santa Cecília, observamos na Figura 77 que 27% dos entrevistados ou seus familiares são oriundos de outros bairros ou localidades do município de Fortaleza. Podemos observar melhor a espacialização dos detalhes destas informações na Figura 78, e a relação que estes têm o com a localidade da ocupação Favela Santa Cecília.

Figura 77 – Origem dos primeiros moradores da ocupação Favela Santa Cecília (162 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

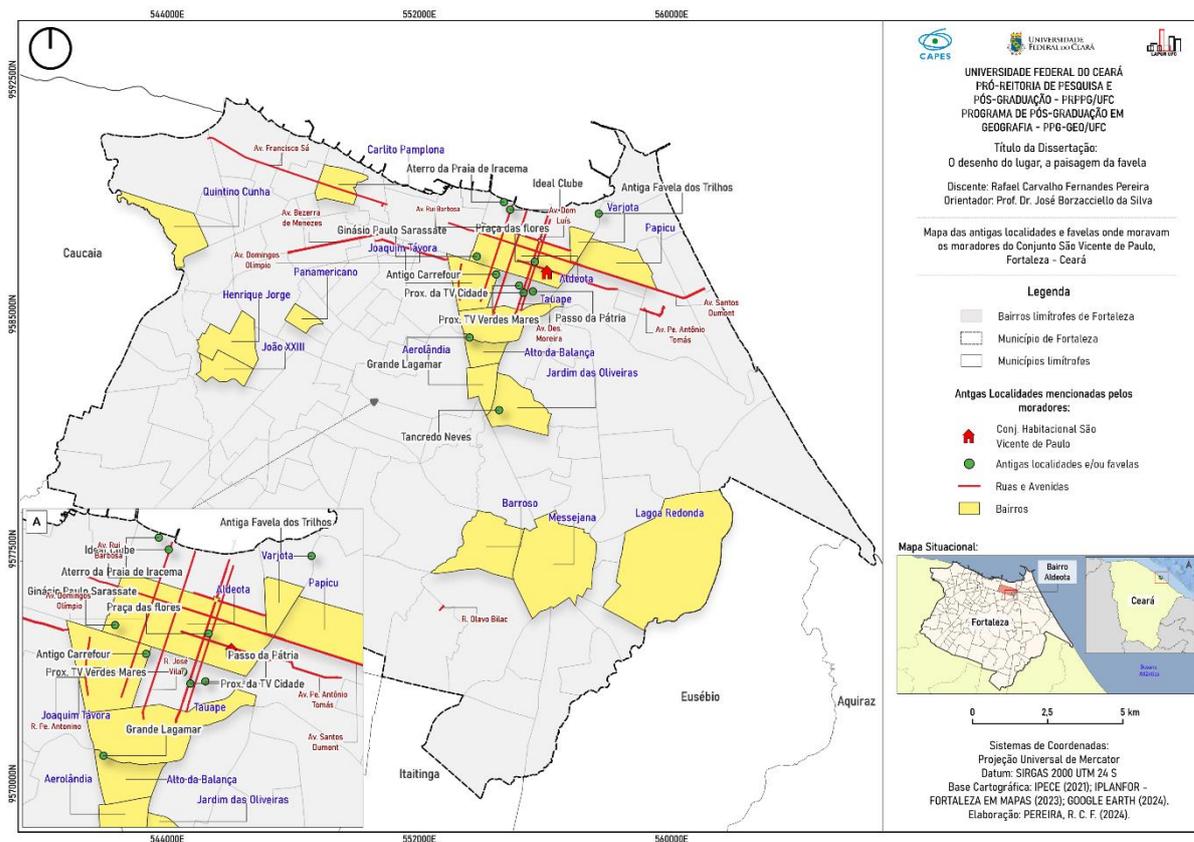
Na Figura 78, podemos observar as outras favelas, localidades e bairros de origens de alguns moradores que afirmaram terem vindo de outra parte da cidade de Fortaleza. É possível notar que existe uma concentração da origem desses nas imediações do CSVP, corroborando com as informações colhidas no Capítulo 3, que durante a entrevista com os moradores foram colhidos os dados que resultaram na Figura 30.

Estas informações também validam os dados apresentados na Figura 23 datado do ano de 1973, onde mostram a localização das chamadas ‘Vilas Marginais’ a qual se espalhavam pela parte central e leste da cidade na época. A necessidade de se manterem em uma região central da cidade, principalmente próximos do local de trabalho fazia com que os habitantes das favelas se deslocassem constantemente em busca de novos terrenos ou possibilidades de se estabelecer nestes espaços.

Outro dado extraído do mapa, é a localização de alguns bairros longínquos como Messejana, Lagoa Redonda, Barrosos, João XXIII, Henrique Jorge, Panamericano, Quintino Cunha, Carlito Pamplona dentre outros, nos mostra como a troca de informações entre as favelas na época era eficiente e eficaz, ao ponto de mobilizar uma população distante para ocupar um terreno ou barraco em uma área central da cidade.

Algumas informações não foram possíveis identificar com precisão a sua localização, como é o caso das favelas que foram citadas em ruas. Como os moradores participantes não informaram em qual altura da via, ou um ponto de referência sobre a localização da favela, foi decidido identificar a via como um todo.

Figura 78 – Mapa das antigas localidades e favelas onde moravam os moradores do CSVP, Fortaleza – Ceará (62 respostas)

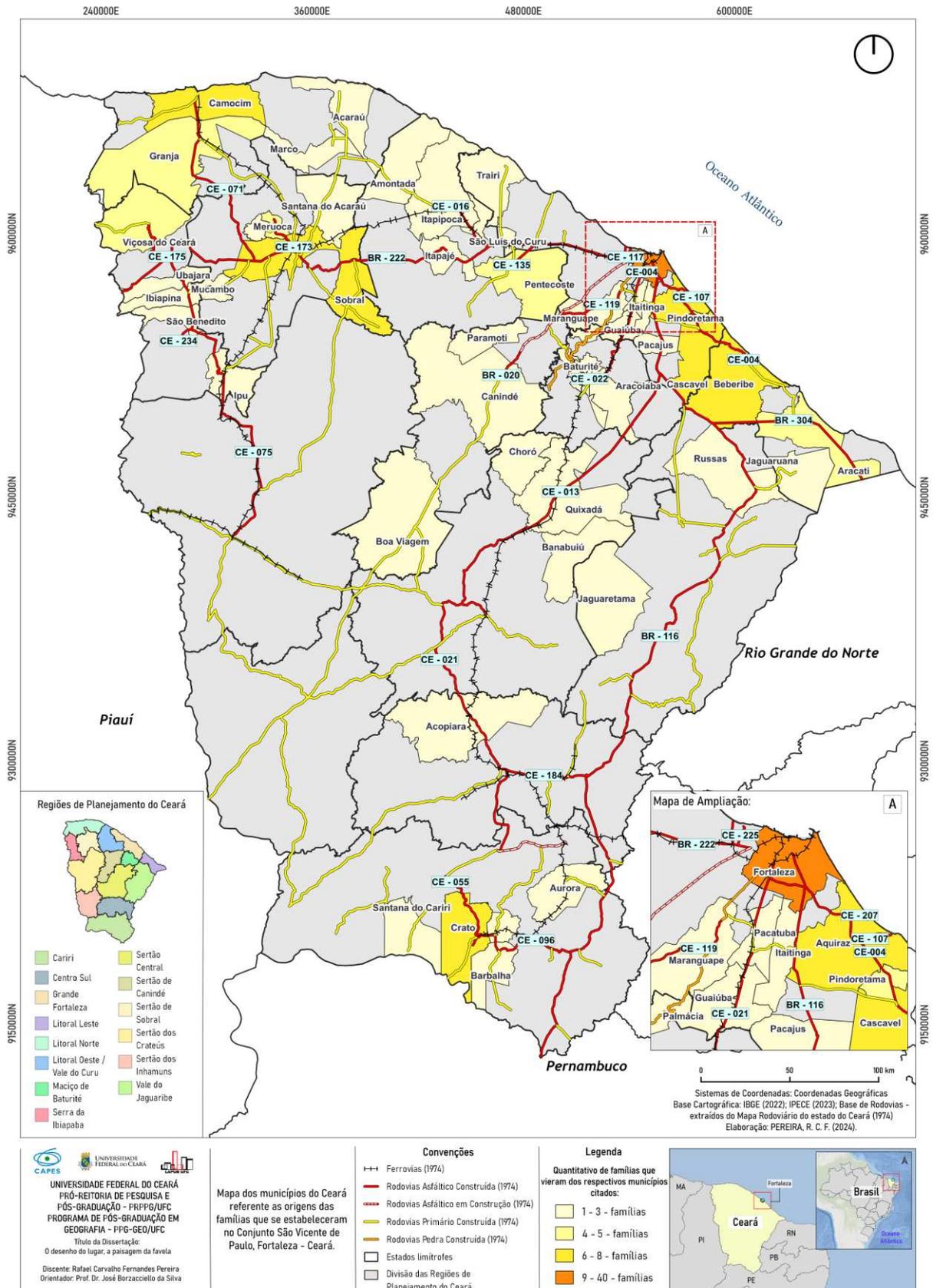


Fonte: Elaborado pelo autor.

Referente as respostas que informaram como origem o interior do Estado do Ceará, notamos ser a parcela de maior relevância, tendo o total de 63% das respostas. Na Figura 79 podemos nos atentar aos municípios de origem dos entrevistados ou de seus familiares.

Conseguimos identificar, uma maior concentração dos municípios do lado leste da Região da Grande Fortaleza, assim como a Região do Litoral Leste, o qual já era atendido pela CE-004, tendo o trecho Beberibe-Fortaleza asfaltado, e trecho do entroncamento BR-304 – Beberibe em pavimentação primária (CEARÁ, 1974).

Figura 79 – Mapa dos municípios do Ceará referentes à origem das famílias que se estabeleceram no CSVP, Fortaleza – Ceará (107 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

As Regiões da Serra da Ibiapaba, Litoral Norte e Sertão de Sobral, se mostram também relevantes em relação ao quantitativo identificado na pesquisa, estas se interligavam com a capital tanto pela BR-222 pavimentada, quando pela Linha Férrea da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA. Importante destacar que grande parte dos municípios destas regiões se conectavam ao entroncamento principal da BR-222 por meio de rodovias estaduais em pavimentação primária, pois conforme o Mapa Rodoviário do Estado do Ceará em 1974, a maior parte das rodovias da época se encontravam nesta classificação, mostrando que as conexões rodoviárias da época em alguns locais ainda eram muito rudimentares.

Apesar das Regiões do Litoral Oeste/Vale do Curu, Sertão de Canindé, Maciço de Baturité e Sertão Central não demonstrarem maior concentração de origem, representam a influência da capital sobre os demais municípios. No Litoral Oeste/Vale do Curu, havia conexão rodoviária asfaltada nos municípios de Camocim e Granja pela CE-071, assim como a linha férrea, já os municípios de Marco e Acaraú apenas rodovias em pavimentação primária. No Sertão de Canindé, observamos a existência em sua maior parte das rodovias em pavimentação primária. Na Região do Maciço de Baturité, identificamos uma rodovia de conexão com a capital de pavimentação em pedra, sendo esta a primeira etapa de estabilização da via para as seguintes etapas de melhoramento. A Região do Sertão Central, é atravessada pela CE-013 pavimentada, além da existência da ferrovia, porém vale destacar que os municípios de Choro e Banabuiú não possuíam na época infraestrutura estadual de conexão com Quixadá, ao que supomos a utilização de vias intermunicipais para se chegar ao entroncamento principal.

Na Região do Cariri, o município do Crato se destaca com maior número de famílias de origem. Nesta região é possível identificar tanto rodovias estaduais asfaltadas como em pavimentação primária, além da existência de linha férrea a qual conecta os municípios com a capital do Estado.

O mapa representa as relações que Fortaleza tem com o Litoral, onde identificamos diversos municípios da costa que foram citados pelos entrevistados, demonstrando a influência que exercia nestes espaços, principalmente nos municípios de Camocim, Cascavel, Beberibe e Aquiraz. Assim como as relações com os demais centros urbanos da época, como Sobral e o que hoje conhecemos como Região Metropolitana do Cariri (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha).

É possível observar que quase todos os municípios mencionados pelos participantes da pesquisa possuem uma conexão com a capital sejam por linha férrea, ou por

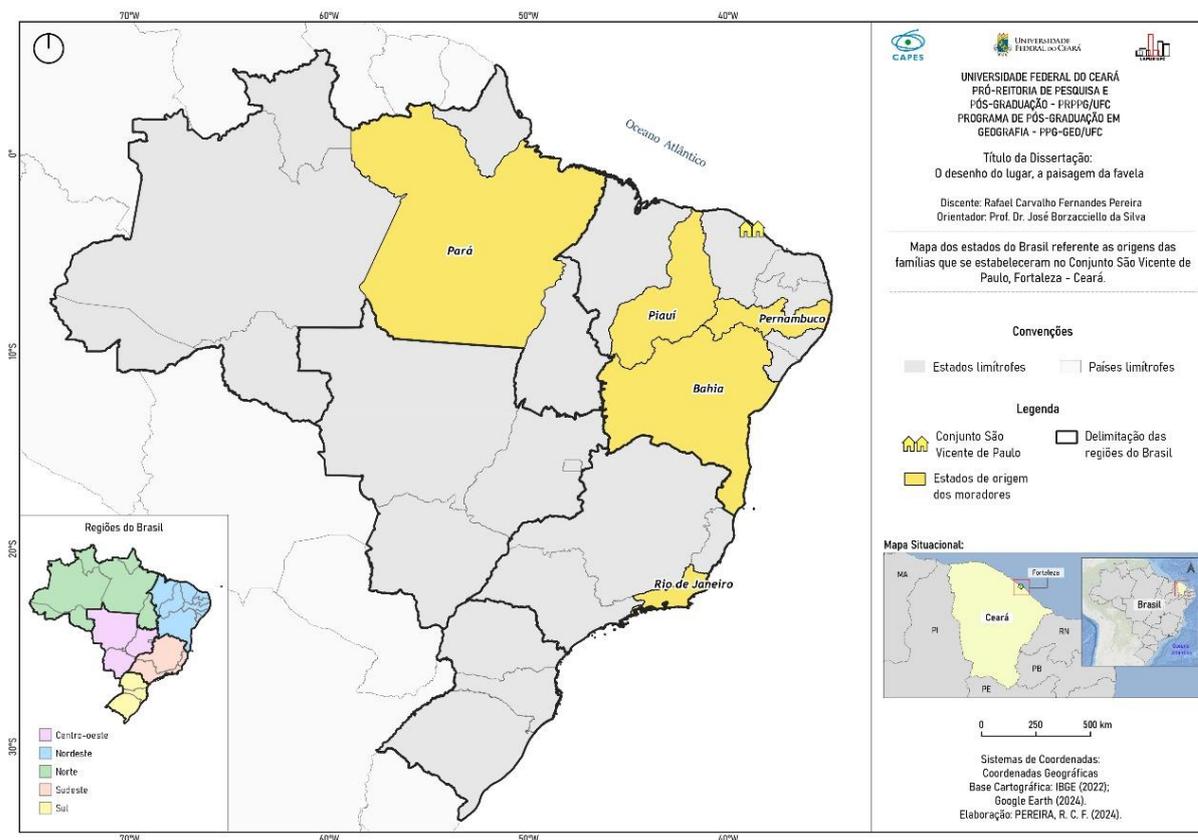
uma rodovia estadual/federal. Os municípios que não apresentaram rodovias em suas delimitações (Paramoti, Choró, Banabuiú e Jaguaratama), ficam próximos às rodovias, logo é possível que os participantes tenham usado vias intermunicipais para chegarem aos entroncamentos viários ou linhas férreas.

Vale ressaltar que os quantitativos de 3-5 e 6-8 famílias sempre se localizam em municípios onde há rodovias pavimentadas e/ou ferrovias, isso demonstra maior facilidade de deslocamento da população. Os municípios com quantitativos de 1-3 famílias possuem em sua maioria rodovias em pavimentação primária, ou com existência de linha férrea.

Desta forma é possível identificar que os principais meios de locomoção da época se baseavam nas rodovias (sendo muito delas com infraestrutura ainda rudimentar), e as linhas férreas com transporte de passageiros. Ambos os meios de conexão com a capital por muito tempo foram estruturantes na organização espacial e econômica do Estado do Ceará.

Já os moradores que tem origem em outro estado, estes compreendem 8% das 162 respostas. São estados que em sua maioria fazem parte da Região Nordeste, e podem ser observados na Figura 80.

Figura 80 – Mapa dos estados do Brasil referente as origens das famílias que se estabeleceram no CSVP, Fortaleza – Ceará (13 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

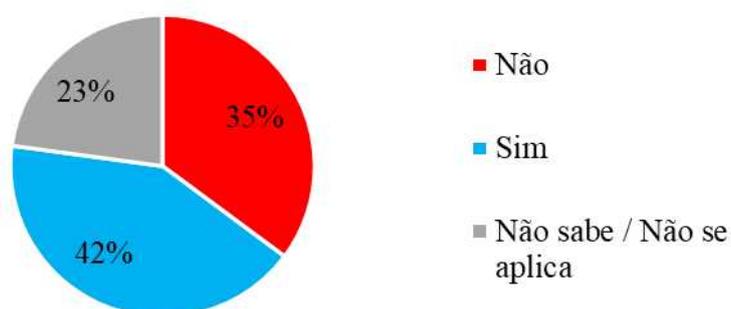
Isso reafirma o que outros autores (ANDRADE, 1987; FURTADO, 2003; SILVA, 1992) relatam sobre a influência que a capital cearense tem no cenário nordestino, a ponto de atrair não apenas investimento e infraestrutura, mas indivíduos em busca de novas oportunidades em uma cidade que era conhecida como ‘próspera’.

Os estados do Pará na Região Norte e Rio de Janeiro na Região Sudeste, tiveram relatos bem específicos dos participantes. Os casos citavam falecimento de entes importantes na família, ou pessoas as quais exerciam o trabalho de empregada doméstica, e por este motivo se mudavam com a família dos patrões para um novo estado.

Apenas 2% dos entrevistados não souberam responder a origem de seus familiares primeiros moradores da ocupação Favela Santa Cecília.

Ao questionarmos os entrevistados se eles ou seus familiares chegaram ao local da pesquisa acompanhados por suas famílias, podemos notar na Figura 81, que 42% responderam sim, estavam com seus núcleos familiares formados ao chegar na ocupação. Já 35% das respostas, informaram que chegaram sozinhos na Favela Santa Cecília, em muitos destes casos, homens e mulheres solteiras vinham sozinhos para Fortaleza na esperança de se estabilizar para poder receber seus familiares que esperavam a oportunidade no interior ou em outra localidade dentro do município de Fortaleza. Obtivemos 23% das respostas dos entrevistados como não sabem, ou neste caso não se aplicava.

Figura 81 - Entrevistado ou seu familiar ao chegar na ocupação Favela Santa Cecília veio acompanhado com sua família (162 respostas).

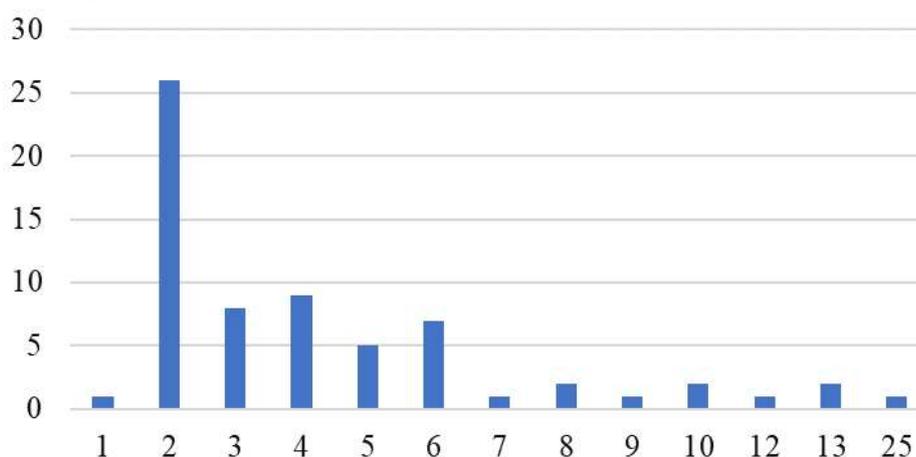


Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao pedirmos para detalharem quantos membros as famílias tinham ao chegar na ocupação, obtemos 68 respostas dos entrevistados. Podemos notar na Figura 82, que grande parte das famílias eram constituídas por duas pessoas, provavelmente casais, mães e filhas, ou irmãos. Em seguida vemos famílias com quantidade de membros entre 3 e 6 pessoas com uma

certa relevância. E por último com menor relevância famílias com 7, 8, 9, 10, 12, 13 e 25 pessoas. É comumente fácil encontrar diversas pessoas que são filhos, primos e netos oriundos de uma mesma genealogia, como por exemplo a família da Dona Priscila, Dona Francisca, Sr. Chico Cambista e Roberto de Carvalho, são algumas referências de grandes grupos familiares presentes até hoje no Conjunto São Vicente de Paulo.

Figura 82 - Quantidade de membros das famílias dos entrevistados quando chegaram na área de estudo (68 respostas).



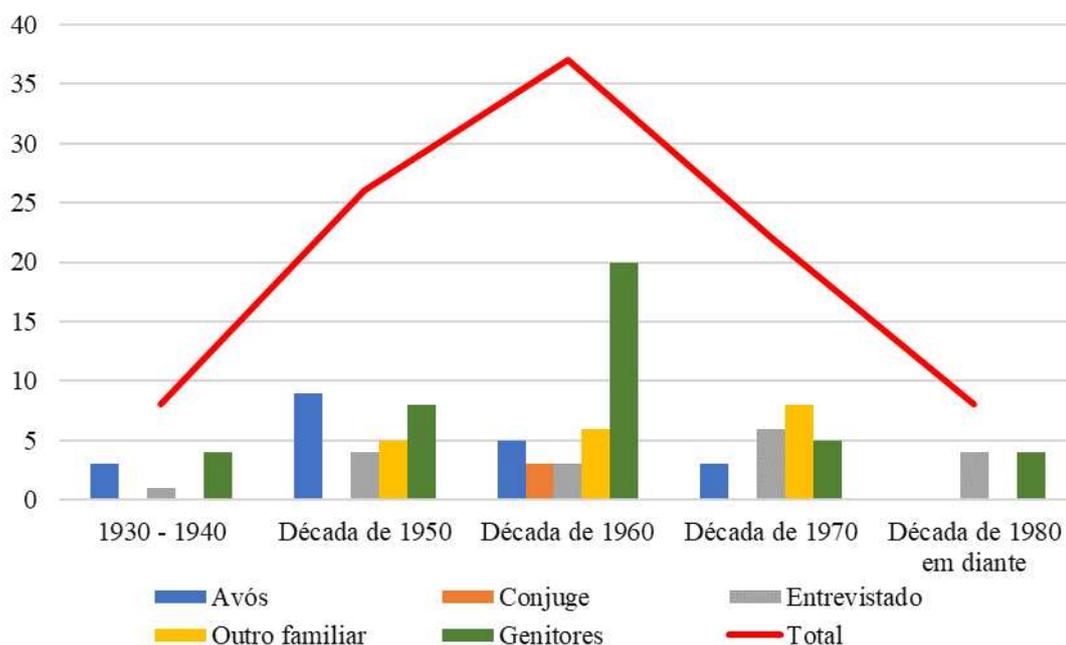
Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Figura 83, nos deparamos com gráfico de relação entre dois dados importantes para a pesquisa: 1 – Ano que entrevistado ou familiar chegou em Fortaleza; 2 – Primeiro morador da ocupação Favela Santa Cecília.

Constatamos que o êxodo para a capital cearense neste caso se inicia ainda nos anos de 1930 e 1940, sendo os grupos de ‘Genitores’ e os ‘Avós’ dos entrevistados a maioria neste período. Na década de 1950, vemos um crescente aumento numérico, tendo uma maior notoriedade o grupo ‘Avós’, seguidos pelo grupo dos ‘Genitores’.

Na década de 1960, há um pico vertiginoso do grupo ‘Genitores’ no qual se destaca dos demais, e se inicia a diminuição do grupo dos ‘Avós’. Durante a década de 1970 se mantêm notáveis os grupos ‘Entrevistado’, ‘Outro Familiar’ e ‘Genitores’, porém, já não há outros picos vertiginosos. Finalizando na década de 1980 em diante, aparecem apenas os grupos ‘Entrevistados’ e ‘Genitores’, estes com pouca expressão numérica. Por fim, há um pico acentuado marcando a década de 1960 (linha vermelha), como sendo o momento em comum que o maior número de familiares ou entrevistados que não moravam no município de Fortaleza, se muda para a capital cearense.

Figura 83 – Relação entre década em que o entrevistado/familiar chegou no município de Fortaleza e o primeiro morador da ocupação Favela Santa Cecília (101 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

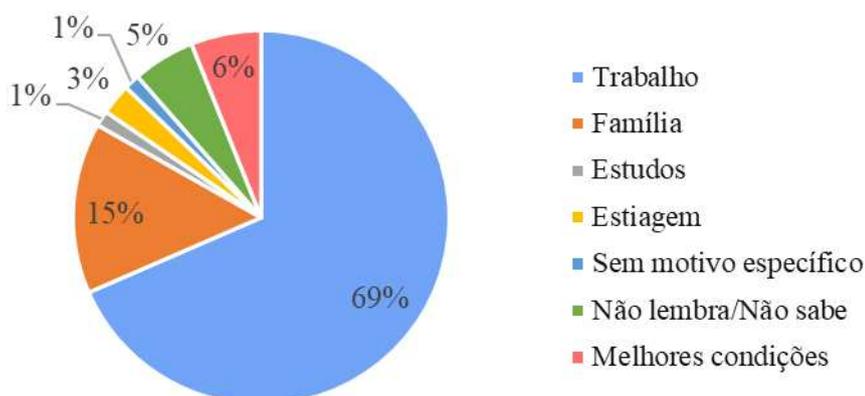
Esta informação retifica o que Silva (1992, p.30) expõe em sua pesquisa, ao apontar que a população da cidade de Fortaleza, no período de 1950 à 1960 obteve 90,6% de crescimento demográfico por meio da migração de sertanejos.

As motivações que desencadearam o êxodo para a capital cearense podem ser observadas no Figura 84. Em primeiro lugar com 69% se destaca o Trabalho, onde muitos viam Fortaleza como espaço para oportunidade, uma vez que segundo os entrevistados, no interior do estado acabava por ser limitada esta questão. Posteriormente, questões familiares com 15%, onde foram citados casamentos, falecimentos, ou necessidade de acompanhar algum familiar sendo este idoso. A busca de Melhores Condições, tem 6% do total das citações, neste item não havia algo em específico que o entrevistado pudesse citar. Vale citar que 3% dos entrevistados citaram as estiagens como motivação de mudança para a capital.

Quando perguntados se as famílias haviam morado em outras favelas antes da ocupação Favela Santa Cecília, obtivemos 151 respostas (Figura 85), das quais 59% afirmaram que não, ou seja, ao chegarem em Fortaleza, se dirigiram diretamente para a área desta pesquisa. Já 41% afirmaram que estiveram em outras ocupações e favelas, e que apenas posteriormente se deslocaram para a Favela Santa Cecília. As motivações citadas foram diversas: Erradicação de favelas em outros pontos da cidade; Matrimônio com algum morador da favela na época; A possível oportunidade local ser urbanizado na forma de um conjunto

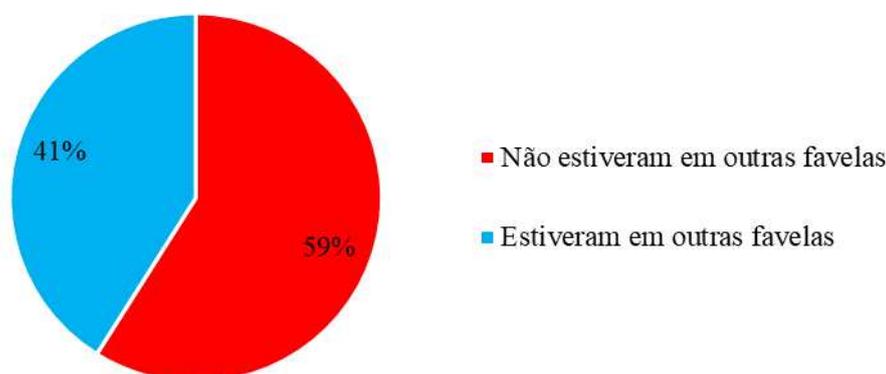
habitacional, adquiriram um barraco; dentre outros. Como já citado anteriormente, na Figura 78, estas favelas, localidades e bairros foram identificados e mapeados.

Figura 84 – Motivações dos entrevistados e familiares que ocasionaram a mudança para Fortaleza/CE (149 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 85 – Moradores que estiveram em outras favelas antes de se instalarem na área de estudo (151 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

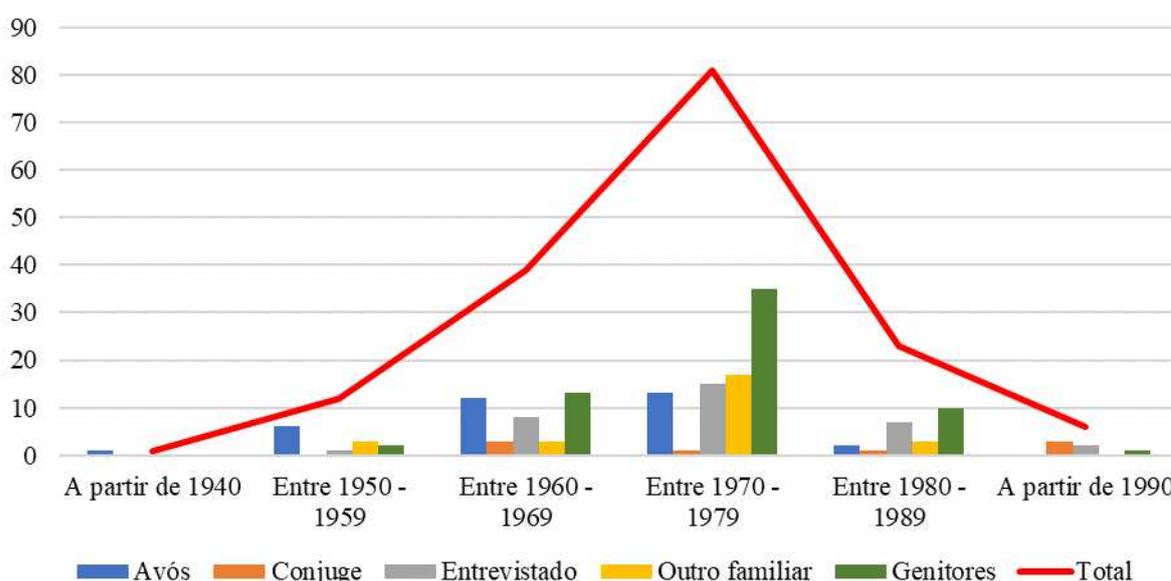
Ao serem questionados sobre o período em que os entrevistados/familiares se estabeleceram no local do estudo, foram computadas 101 respostas, das quais pudemos extrair o gráfico presente na Figura 86. Como citado anteriormente no Capítulo 03, é entre as décadas de 1960 e 1970 que há um grande aumento no número de desapropriações, e erradicações de ocupações das favelas presentes nos bairros da Aldeota, Meireles, Varjota, Mucuripe e Praia de Iracema.

Além de identificar no gráfico o pico vertiginoso na entre 1970 e 1979, podemos ainda notar que os grupos mais expressivos deste período são ‘Genitores’, ‘Outro familiar’ e

‘Entrevistado’. É identificado que ainda existe uma pequena parcela nos anos de 1980-1989, onde se encontram tanto os moradores que se unem a causa da luta por moradia ao descobrirem da possibilidade de urbanização, quanto aqueles que por desgosto ao projeto, decidem ir embora e vendem suas recém adquiridas unidades habitacionais.

Dentre as respostas, há uma reduzida parcela de novos moradores do CSVP à partir dos anos de 1990. Isso representa que a maioria da atual população da área de estudo são ainda os moradores da ocupação Favela Santa Cecília, assim como sua primeira e segunda geração.

Figura 86 – Relação entre período em que o entrevistado/familiar chegou na área de estudo e o primeiro morador da ocupação Favela Santa Cecília (101 respostas).



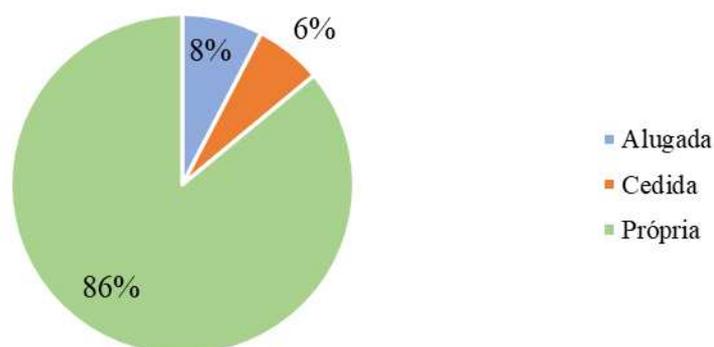
Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre a situação habitacional dos entrevistados/familiars, foram obtidas 158 respostas (Figura 87). Tendo maior parcela de relevância, com 86% a moradia própria. Segundo os entrevistados, na maioria das vezes, o processo construtivo cabia ao núcleo familiar, podendo ou não contar com a participação de outros moradores amigos. Foi comum também o relato da comercialização de barracos no local, uma vez que havia um forte rumor de reintegração de posse de terrenos, famílias vendiam, ou simplesmente abandonavam seus abrigos, abrindo assim espaço para negociação destas moradias.

Outra forma de notar como o mercado de habitacional na época era algo relativamente presente, ainda que singelo, é a identificação de 8% das respostas obtidas, informaram que moravam de aluguel em barracos, provavelmente por se encontrarem próximos dos postos de trabalho. Outro ponto a se considerar, é a porcentagem de 6% das

respostas vindas de pessoas que moravam em espaços cedidos. Estes vinculados a familiares e amigos que compartilhavam o mesmo barraco.

Figura 87 - Situação habitacional na época da ocupação na área do estudo (158 respostas).



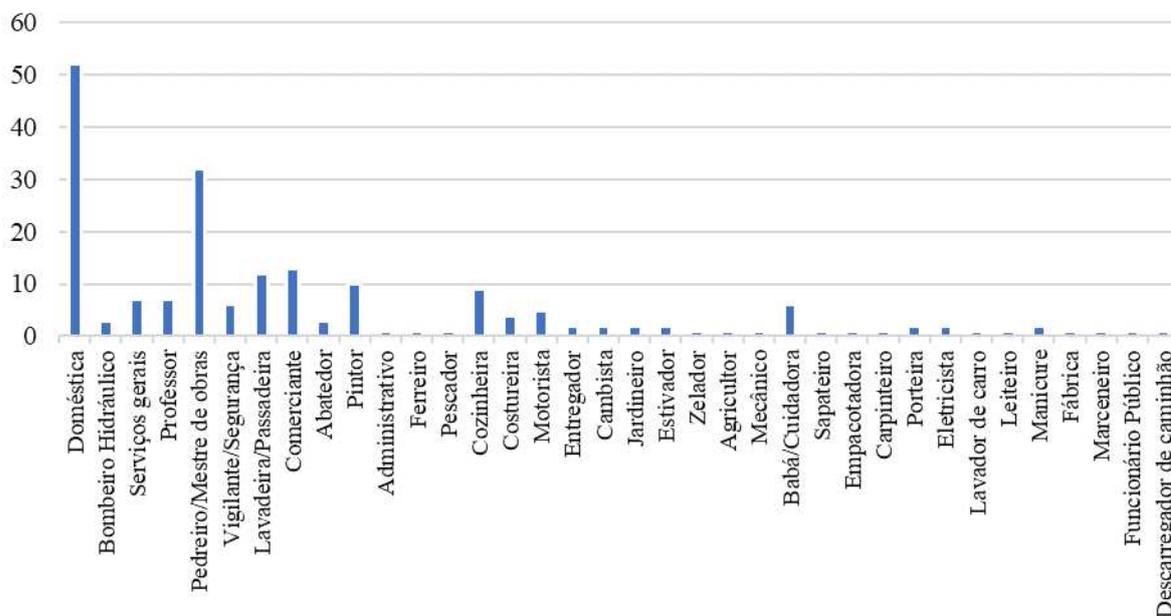
Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando questionados sobre a ocupação do chefe/chefa de família na época em que a família se estabeleceu na ocupação Favela Santa Cecília, conseguimos obter 157 respostas, como podemos observar a distribuição das respostas na Figura 88. É discrepante a quantidade de respostas (52) no qual a chefe de família era empregada doméstica, seguindo por Pedreiro/Mestre de Obras com 32 citações durante a aplicação dos questionários. Os empregos do setor terciário, eram os mais comuns entre moradores locais, como foi citado anteriormente no Capítulo 03, e demonstrava uma baixa qualificação técnica desta população, o que acaba por dificultar a ascensão social e financeira do grupo de moradores. Segundo os entrevistados, os serviços prestados pelos moradores, eram absorvidos principalmente pelos residentes dos bairros Aldeota e Meireles, principalmente a circunvizinhança imediata do local.

Atualmente, a situação habitacional dos moradores entrevistados não é discrepante em relação ao período anterior à construção do conjunto habitacional, como podemos ver na Figura 89. Anterior à construção do CSVP tínhamos 86% de moradias próprias, ao passo que atualmente, 88% dos entrevistados são proprietários das unidades habitacionais. É válido destacar que 10% respostas informaram que moram de aluguel. Segundo os participantes, foi a melhor maneira que encontraram de permanecer no local após sair da casa dos pais ou avós, nos mostrando que o mercado de imobiliário também age no local, mesmo que de forma mais sutil. Segundo os entrevistados, tem crescido o número de

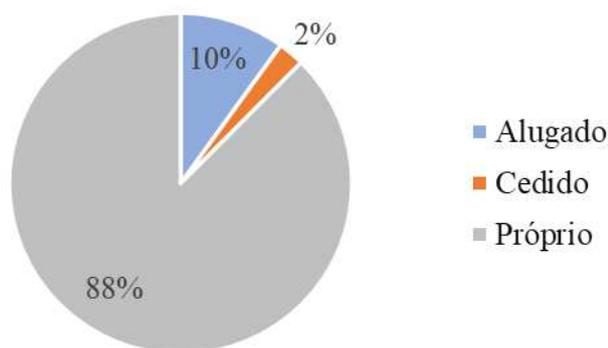
casas compradas por pessoas externas ao CSVP para alugar. Como é o caso do relato de um proprietário que sozinho, detém 07 unidades habitacionais.

Figura 88 – Emprego do chefe/chefa de família na época da chegada na área do estudo (157 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 89 – Situação habitacional dos entrevistados (161 respostas).

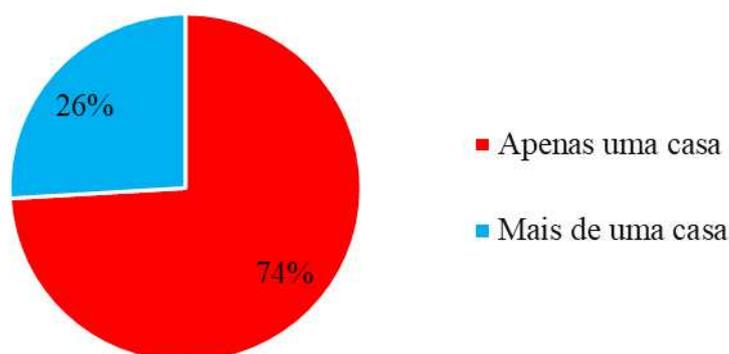


Fonte: Elaborado pelo autor.

Tendo como primícia esta informação, questionamos se os participantes já teriam morado em outras casas do CSVP, conforme o gráfico da Figura 90, conseguimos observar que a maioria permanece na mesma moradia a qual recebeu da PROAFA. Porém, já é possível identificar uma porcentagem mais significativa de moradores que já passaram pelo processo de mudança de casas dentro do próprio conjunto. Segundo os participantes, após saírem das

casas dos pais, alguns destes conseguem adquirir uma residência no local, outros, como pudemos observar no gráfico anterior, residem de aluguel.

Figura 90 – Distribuição de moradores que já residiram em mais de uma casa do Conjunto Habitacional (158 respostas).



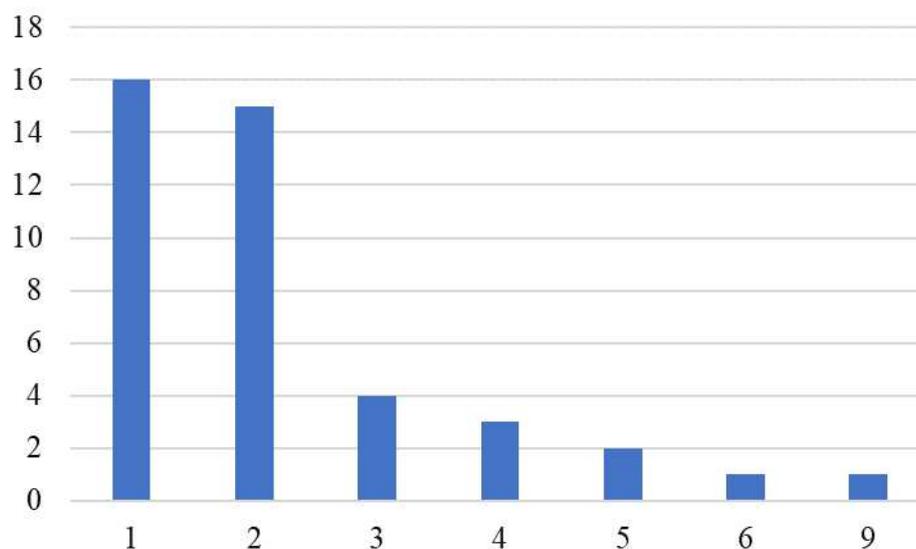
Fonte: Elaborado pelo autor.

Como forma de identificar a ação do mercado imobiliário, indagamos aos 26% que responderam '*Mais de uma casa*', em quantas moradias eles já haviam residido. Podemos observar na Figura 91 que a grande maioria dos participantes desta questão responderam apenas 01 casa. Neste caso, provavelmente um filho ou neto que sai da casa dos pais ou avós e forma a própria família no local.

Em seguida identificamos que uma quantidade considerável de participantes que responderam '*02 casas*'. Supomos, segundo relatos dos entrevistados, que estes participantes sejam netos, que viveram primeiramente com os avós, em seguida se mudam com os pais para outra residência, e neste exato momento, possui sua própria moradia e reside com sua família. Não descartando a possibilidade das mudanças motivadas por residências de aluguel. Os dados computados a partir de 03 casas, segundo os relatos dos entrevistados, são aqueles que definitivamente moram de aluguel.

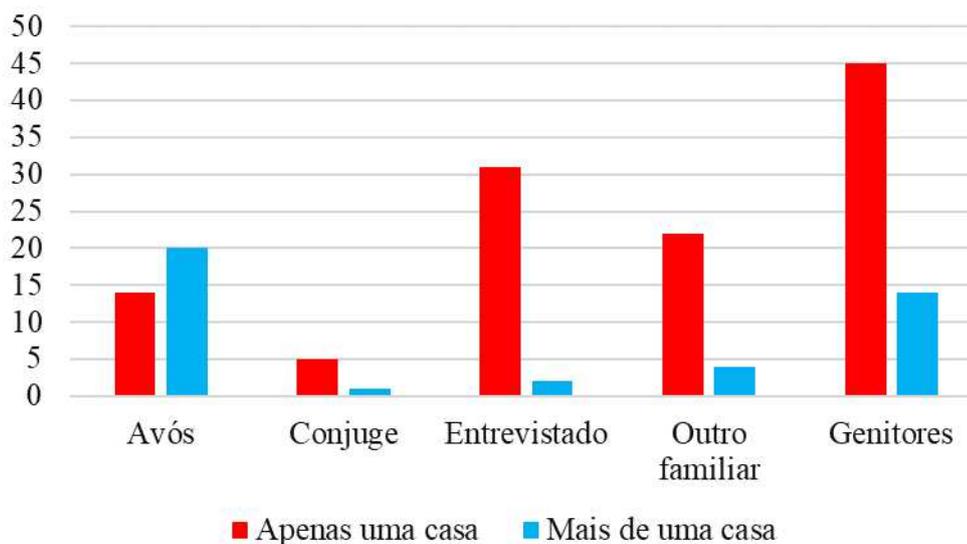
Conseguimos ver a relação destas informações, ao relacionarmos os dados destes 26% com a resposta do elemento '*primeiro familiar morador do local*'. Ao que podemos confirmar esta conexão, a seguir no gráfico da Figura 92.

Figura 91 – Quantidade de casas que os participantes já moraram no CSVP (42 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 92 – Relação dos entrevistados que já moraram em outras casas no CSVP com o primeiro familiar morador (42 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao cruzarmos estas informações, conseguimos confirmar a suposição anterior, notando que grande parte dos entrevistados que informaram que já moraram em outras casas no local, são os netos em grande maioria, e depois os filhos dos primeiros moradores. Desta forma, apesar de identificarmos a ação externa do mercado imobiliário no CSVP, ainda se sobrepõe a permanência das novas gerações como proprietários das casas no local, tendo em consideração que apenas 10% informaram que moram de aluguel.

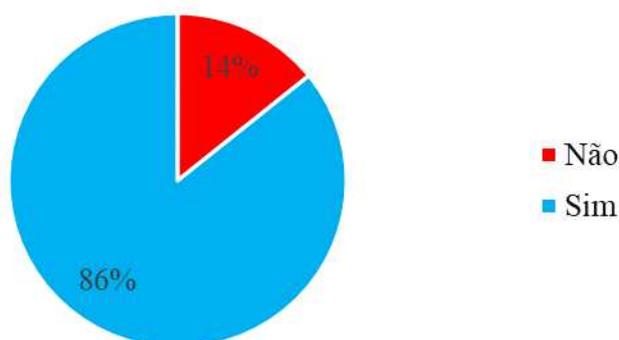
Quando questionamos se as unidades habitacionais sofreram reformas após a entrega feita pela PROFA, observamos na Figura 93, que 86% dos entrevistados informam

que já haviam efetuado a atividade. Segundo os moradores participantes, isso se deu pelo fato de que as moradias eram entregues com contrapiso e alvenaria crua, ou seja, sem acabamento e com aspecto ainda muito rústico. No Capítulo 3, na Figura 58, podemos ter uma ideia a partir das fotografias dos alojamentos.

Uma irrisória porcentagem de 14% das respostas informou que não fizeram reformas. Este fato pode se dá por dois motivos: 1º) Os entrevistados moram em casas alugadas, ou compraram casas que já tinham sido reformadas; ou 2º) Os entrevistados ainda não conseguiram financeiramente arcar com os custos de reformarem suas unidades habitacionais, porém pretendem faze-la assim que possível.

Para aprofundarmos mais na questão da transformação do espaço do CSVP pelos seus moradores, indagamos a eles, a quantidade de reformas efetuadas em suas casas. Podemos observar na Figura 94, que a maior parte dos entrevistados, reformaram pelo menos 01 vez suas moradias, tendo o total de 41 respostas. Os entrevistados que citaram ter feito 02 reformas, totalizam 37 respostas. Os números são expressivos quando observamos as colunas 03 e 04. A necessidade de adaptação dos espaços pelos seus próprios usuários se mostra evidente, principalmente quando as novas gerações de filhos e netos se casam, mas preferem não sair do local devido sua centralidade urbana.

Figura 93 – Moradores que reformaram suas casas após terem recebido a unidade habitacional pela PROAFA (162 respostas).

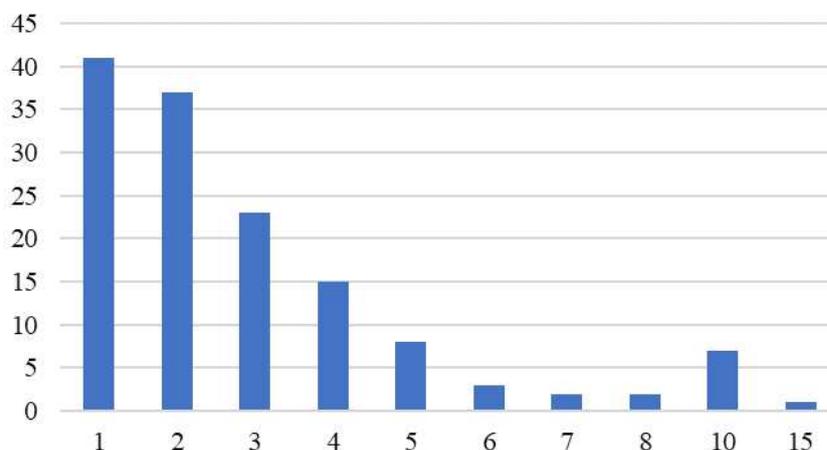


Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao questionarmos as motivações que levaram os moradores a reformar suas moradias, muitos destes citaram basicamente duas causas: Ampliação e Melhoria. Observamos no gráfico da Figura 95 as porcentagens. A questão da melhoria das habitações foi a mais citada, tendo 39% em seu total, mostrando que os acabamentos e esquadrias entregues, acabaram sendo ultrapassado pelas necessidades vindouras do que ali viviam. Em

seguida, 37% dos entrevistados foram motivados tanto pela melhoria, quanto pela necessidade de ampliação do espaço residencial.

Figura 94 – Número de reformas efetuadas nas moradias (139 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 95 – Motivações que ocasionaram as reformas (139 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Já citada anteriormente, esta questão é ocasionada pelo crescimento de núcleos familiares de filhos e netos dos primeiros moradores que continuam a morar no CSVP. Em muitos casos, são construídos novos pavimentos, e criado um acesso externo (constantemente utilizando escadas simples metálicas helicoidais) para o familiar, e este acaba por residir no 2º ou 3º piso. É importante registrar que a ação de verticalização, em casos esporádicos, também tem em sua gênese a complementação da renda familiar, uma vez que os proprietários alugam as novas unidades habitacionais para outras famílias, algo que não é muito comum, pois a maioria dos moradores prefere não dividir a mesma estrutura edilícia com outra família.

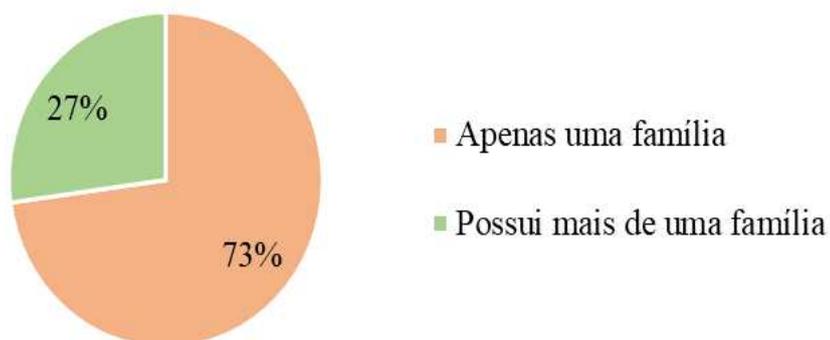
Ao observarmos a Figura 96, quando questionados se haveria mais de uma família morando na mesma edificação, obtivemos o resultado de 27% dos entrevistados que

compartilham estes espaços, e na maior parte dos casos, segundo os entrevistados, eles dividem a edificação com seus familiares.

Esta informação acaba sendo confirmada quando relacionamos os dados dos 27% com a informação dos primeiros familiares/entrevistados moradores da ocupação Favela Santa Cecília. Como podemos observar na Figura 97, a maior parte destes entrevistados tem em sua origem como primeiros moradores da ocupação, seus genitores e avós. A partir destes dados, podemos identificar que muito possivelmente, este processo de subdivisão das residências, para que possam acomodar as novas gerações de famílias do CSVP existe, e é reafirmado quando observamos o aumento dos gabaritos das edificações.

Ao analisarmos a Figura 98 (p. 227), na qual se refere ao cartograma de gabarito das habitações no projeto original 1982-1986, e compará-los com o levantamento feito por Pereira (2018) em outubro de 2018, na Figura 99 (p. 227), podemos identificar como tem se dado esse processo de verticalização das habitações.

Figura 96 – Gráfico representando residências com mais de 01 família (162 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 97 – Gráfico representando a relação de residências com mais de uma família e primeiro familiar morador do CSVP (44 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao aferirmos as informações constantes nos dois cartogramas, é despertada a atenção para dados muito importantes. Inicialmente temos um grande número de habitações com apenas 01 pavimento, que totalizava 259 unidades, 185 moradias com 02 pavimentos, e nenhuma moradia com 03 pavimentos. No levantamento feito por Pereira (2018), encontramos o número mínimo de 30 casas com 01 pavimento, 357 unidades com 02 pavimentos, e 57 moradias com 03 andares. Após 32 anos da finalização do CSVP, apenas 11,58% das casas com 01 pavimento não passaram pelo processo de verticalização. Já as unidades habitacionais com 03 pavimentos já representavam 12,84% do total de moradias do CSVP. Fica cada vez mais nítida a necessidade de adaptação e verticalização do espaço habitacional, quando comparamos com o levantamento feito em março de 2024 na Figura 100 (p .227).

Em apenas 06 anos desde a última coleta de dados, notamos o aumento das moradias com 03 pavimentos para 87 unidades, chegando à porcentagem de 19,59% do total de casas do CSVP. A quantidade de habitações com 01 pavimento diminuiu para 23, e as habitações com 02 pavimentos diminuem para 334 unidades. Visualizaremos estes dados de forma mais explicativa no gráfico da Figura 101 (p. 228).

É possível identificar que houve um arco de diminuição de habitações de 01 pavimento, e um arco de crescimento de habitações com 02 andares, ao compararmos os anos de 1986 e 218. O arco de crescimento de grupo de casas com 02 pavimentos, agora em 2024, inicia um leve declínio, a contra ponto, os números de casas com 03 andares que inicialmente eram inexistentes em 1986, se mostraram consideráveis em 2018, e após 06 anos, ficou nítido

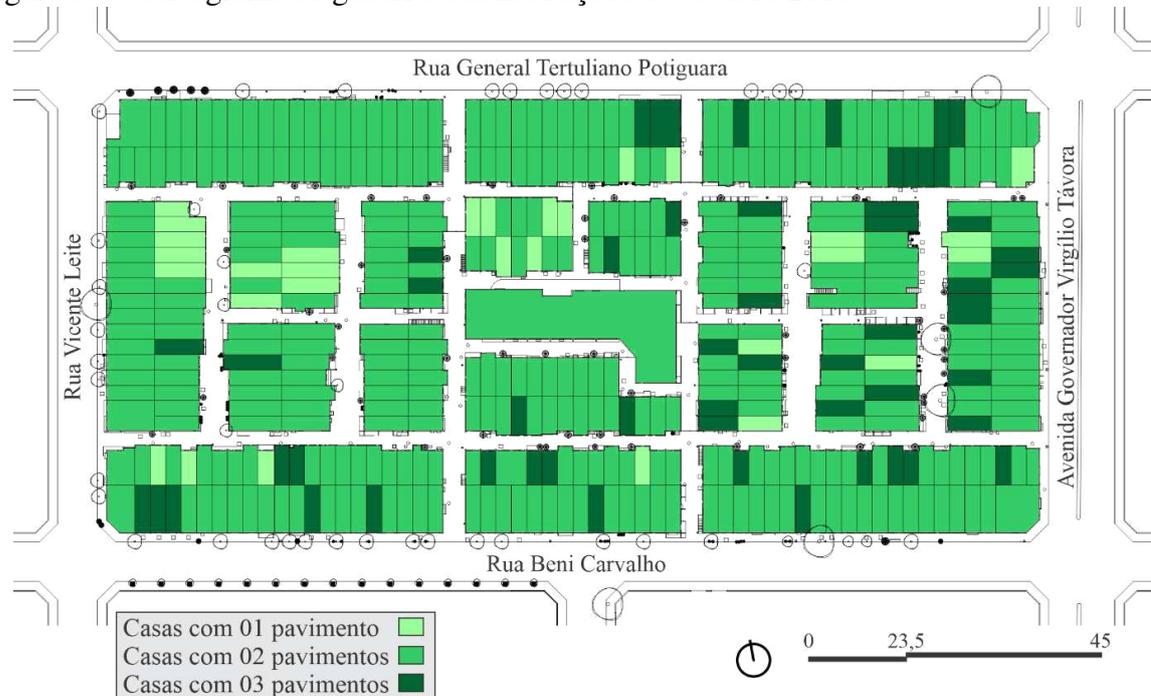
um crescimento mais rápido deste grupo. Ao ponto que atualmente o número de casas com 01 pavimento é irrisório frente ao total de casas do CSVP.

Figura 98 – Cartograma de gabarito das habitações conforme projeto original 1982-1986.



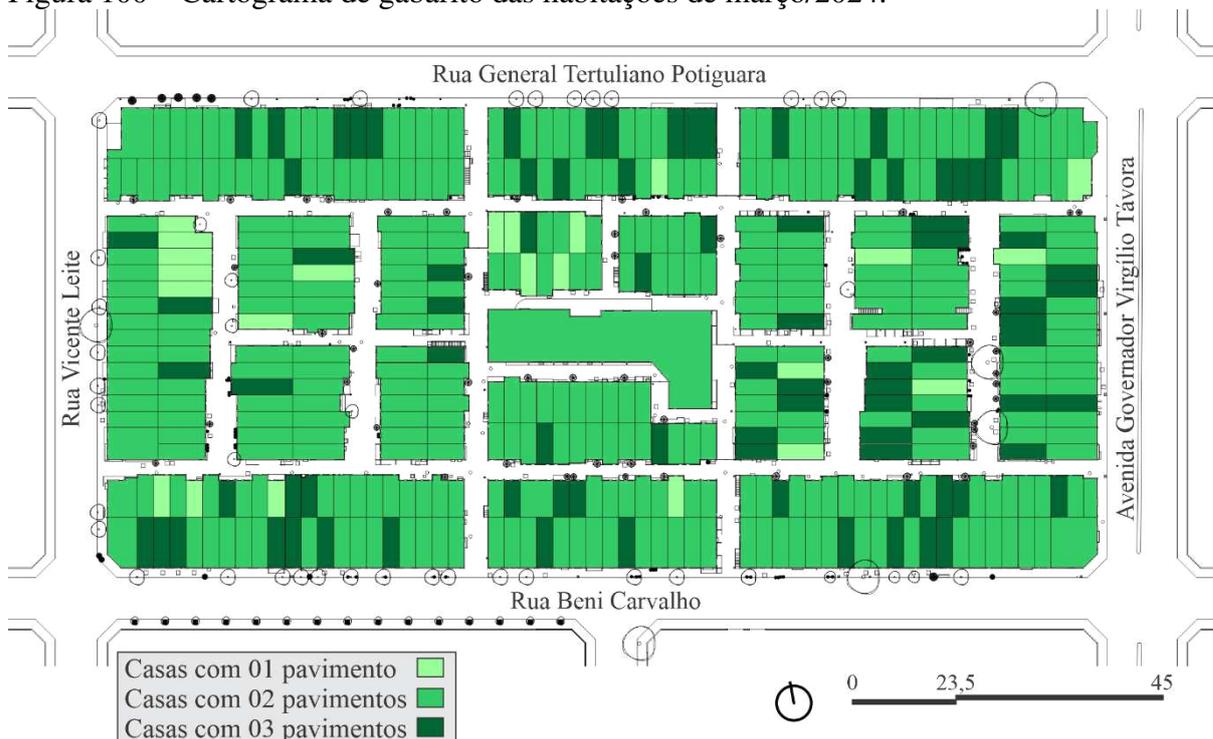
Fonte: PROAFA/COHAB (1980) com modificações do autor.

Figura 99 – Cartograma de gabarito das habitações de outubro/2018.



Fonte: PROAFA/COHAB (1980) *apud* Pereira (2018), com modificações do autor.

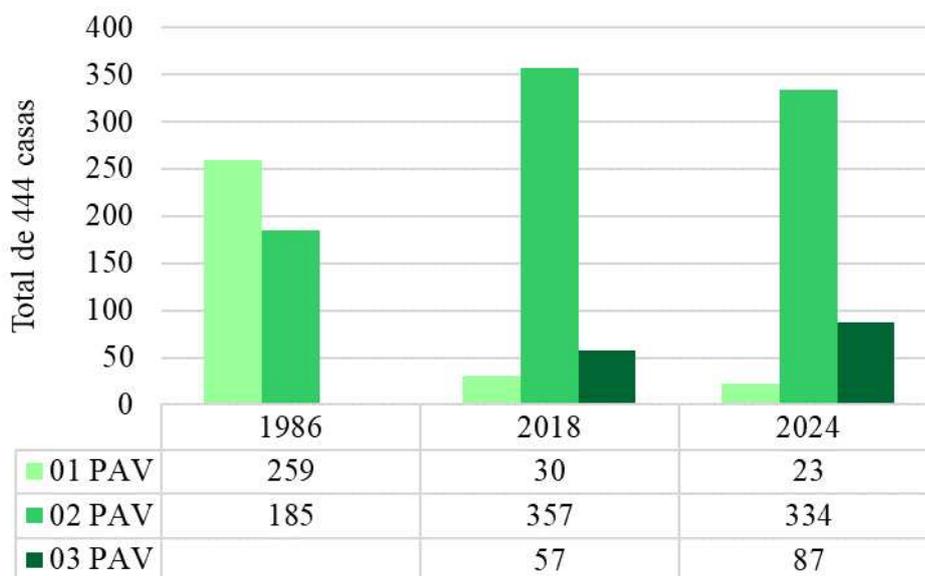
Figura 100 – Cartograma de gabarito das habitações de março/2024.



Fonte: PROAFA/COHAB (1980) com modificações do autor.

Tendo estes dados como base, acredita-se que nos próximos anos, os números de casas com apenas 01 pavimentos chegarão próximo à zero. Já o número de casas com 03 andares aumentará, ao ponto que as casas de 02 andares diminuirão na mesma velocidade.

Figura 101 – Relação de número de pavimentos das moradias do CSVP ao passar dos anos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para além das análises entre a relação quantitativa de casas e seus pavimentos, é importante também se debruçar a localização destas transformações. Inicialmente, em 1986,

conseguimos identificar um maior número de habitações com 02 pavimentos localizadas nas ruas limítrofes do CSVP, são elas: Beni Carvalho, Vicente Leite, General Tertuliano Potiguara e Avenida Governador Virgílio Távora (Figura 94). Salvaguardo o bloco que foi utilizado como alojamento durante o processo de construção habitacional, que se encontra na esquina da Rua Beni Carvalho e Avenida Virgílio Távora.

Não foi citado em momento algum durante as entrevistas com o corpo técnico da PROAFA o motivo da escolha das localizações desta tipologia de habitação. Mas, podemos considerar que reforçam uma das características descritas por Jacques (2001), já debatidos no capítulo anterior, no qual é citado que a centralidade da favela não se manifesta como em outras partes da cidade, ou seja, de forma pontual. Segundo a autora a centralidade da favela é linear, e se encontra em seus limites, onde se tem contato direto com a dita cidade formal.

Desde sua construção, as casas que se encontram nas ruas limítrofes são conhecidas pelo seu ativo comércio, principalmente a Rua Beni Carvalho e Av. Virgílio Távora. Esta característica é essencial para compreender a verticalização apontada por Pereira (2018) (Figura 99), na qual não apenas são verticalizados os lotes onde se encontram as habitações nas ruas supracitadas, mas este fenômeno é encontrado nos conjuntos de lotes dos blocos, aparecendo também na Rua General Tertuliano Potiguara. É possível que a escolha de habitações com 02 pavimentos (Tipo C, ver Figura 50), e a escolha de habitações que já estavam mais preparadas para a verticalização (Tipo B, ver Figura 49 e Figura 20), fosse direcionada para que pudessem desenvolver atividades comerciais de forma mais acessível, uma vez que o custo com reforma seria menor.

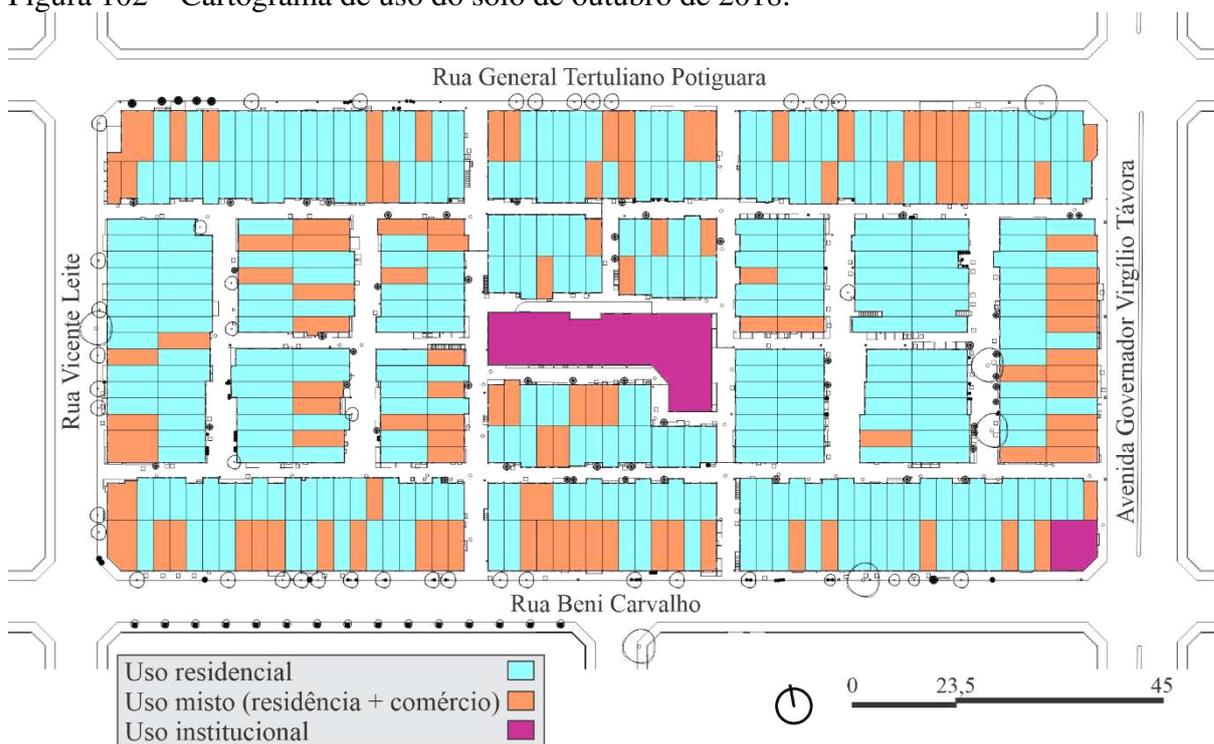
Ao observarmos o levantamento de março de 2024, identificamos o acentuamento de verticalizações de 03 pavimentos nos mesmos blocos de lotes limítrofes do CSVP. Porém, é importante salientar, que já neste cartograma, é notado que a área leste (Rua da Felicidade, Rua da Alegria e Travessa Verdes Mares) possui uma maior concentração do fenômeno em comparação com a área oeste. Uma das explicações que pode cogitar ser o motivo, é a proximidade da área com a Av. Virgílio Távora. Levando em consideração seu dimensionamento, todo o fluxo de pessoas, bens e serviços que a avenida possui, por ser uma via arterial, acaba por atrair um número maior de moradores e intenção de comércios.

Ao contrário da Rua Vicente Leite (lado oeste do CSVP), que apesar de ainda ter uma atividade comercial moderada, é categorizada como via local, não sendo tão convidativa para intensificação de fluxo de bens e pessoas. Porém, não podemos afirmar uma razão

concreta sobre o fato, uma vez que não foram elaboradas metodologias precisas para elucidar este fenômeno em específico.

Tendo ainda a temática de influência do tipo de uso dos lotes em relação a quantidade de pavimentos das moradias, apresentamos a Figura 102, no qual o cartograma de uso do solo de outubro de 2018. Na imagem é possível identificar uma forte presença do uso misto (residência e comércio) nas ruas limítrofes do CSVP. Neste caso, há uma concentração deste tipo de uso na área oeste e central. Em relação a área central, estas atividades comerciais estão relacionadas ao funcionamento do Centro Comunitário (vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS), o Centro De Educação Infantil São Vicente De Paulo, a sede da associação de moradores, um pátio de eventos e a rádio comunitária. Não foi explorado o motivo de agrupamento comercial no lado oeste (Rua Antônio Souto e Rua João Paulo II) da área de estudo. Neste levantamento não foi discriminado as unidades que tinham uso misto residencial e serviço, neste caso foram englobados como residência e comércio.

Figura 102 – Cartograma de uso do solo de outubro de 2018.

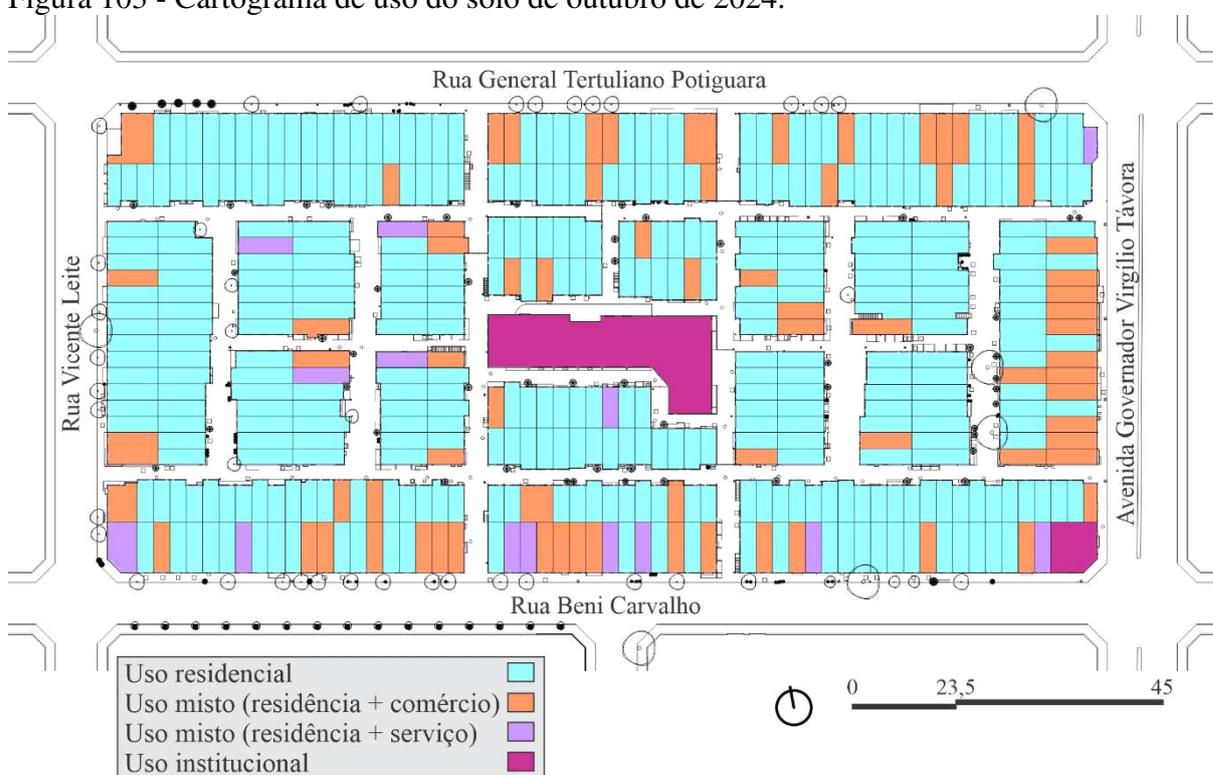


Fonte: PROAFA/COHAB (1980) *apud* Pereira (2018), com modificações do autor.

Ao observarmos a Figura 103, notamos uma grande diminuição do número de unidades com uso misto de residência e comércio, principalmente na parte interna do CSVP. Por outro lado, permanecendo ainda, mas não tão evidente, as ruas limítrofes da área de estudo continuam com alguma expressão comercial. Esta disparidade pode ter se dado por

dois motivos: 1º - A pandemia da COVID-19 teve forte impacto nos comércios que dependiam quase que exclusivamente do atendimento presencial, sendo assim os comércios internos devem ter tido dificuldade de comercialização principalmente com o público externo do conjunto, e não conseguiu se manter apenas com o consumo interno dos moradores; 2º - A dinâmica de modificações espaciais, assim como aberturas e fechamento de novos comércios ocorrem com certa frequência no local, principalmente na parte interna do CSVP, por exemplo: não é incomum um ponto comercial ficar fechado por alguns meses devido a um quadro clínico de um familiar.

Figura 103 - Cartograma de uso do solo de outubro de 2024.



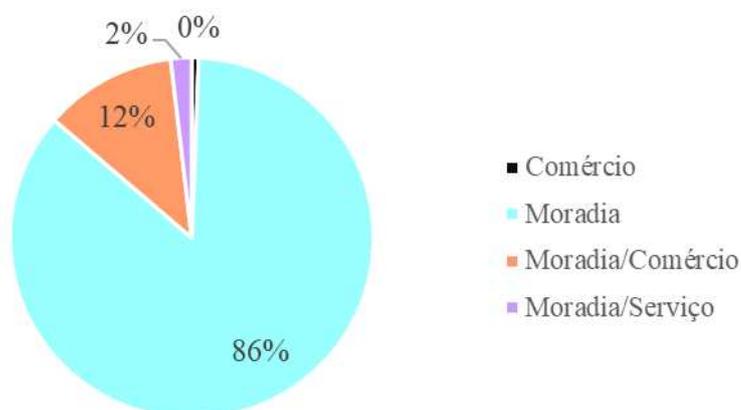
Fonte: PROAFA/COHAB (1890), com modificações do autor.

Estas informações acabam sendo reafirmadas quando questionamos os entrevistados se suas residências exercem outro tipo de atividades além de moradia, como podemos observar na Figura 104, obtivemos 161 respostas. O gráfico reitera o cartograma de uso do solo de 2024, nos mostrando um total de 86% dos entrevistados não exerciam atividades comerciais em suas moradias. Ao ponto que 12% destes apresentavam o espaço residencial compartilhado com algum tipo de comércio.

É importante destacar que, mesmo que a residência não apresente transformações físicas notáveis¹⁹ como placas ou balcão de atendimento, é possível que ali exerça algum tipo de atividade comercial ou serviço, que pode ser ou não temporário, como: manicures, consultoras de catálogos, comercialização de dindins, costureiras, comercialização de ervas medicinais, mulheres boleiras (cambistas do jogo do bicho), comercialização de lanches e confeitarias e etc.

A constante transformação destes espaços, se dá pela necessidade de complementação de renda, atendendo as carências locais e tendências de cada época (como o surgimento de açaiterias, locais de procedimentos estéticos e etc.). Durante este processo, ou mesmo durante o processo de verticalização das habitações, são atendidos também, os anseios de impressão identitários dos seus usuários, estas impressões não são feitas com os mesmos materiais utilizados na Favela Santa Cecília, mas com elementos construtivos mais contemporâneos, como: cerâmica, ferro, porcelanato, vidro jateado ou verde, paredes texturizadas e etc. Alguns destes métodos buscam mimetizar soluções e aplicações utilizadas em outros lugares do bairro ou cidade, no qual possam ser considerados sofisticados.

Figura 104 – Uso das residências segundo os entrevistados (161 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como afirma Waisman (2013), a produção de um signo e a elaboração de uma linguagem está basicamente resguardada nas mãos de grupos que decidem e direcionam essa vertente, como a autora mesmo cita, “É como se a matéria dos sonhos lhe fosse fornecida pelos grupos de decisão.” (p. 122). A sociedade do consumo nos direciona e nos incita a apreciar, valorizar e identificar signos que ela mesma cria, como a utilização de materiais

¹⁹ A forma de identificação das unidades habitacionais no cartograma de uso do solo foi produzida por meio de anotações pautadas na observação direta em pesquisa de campo.

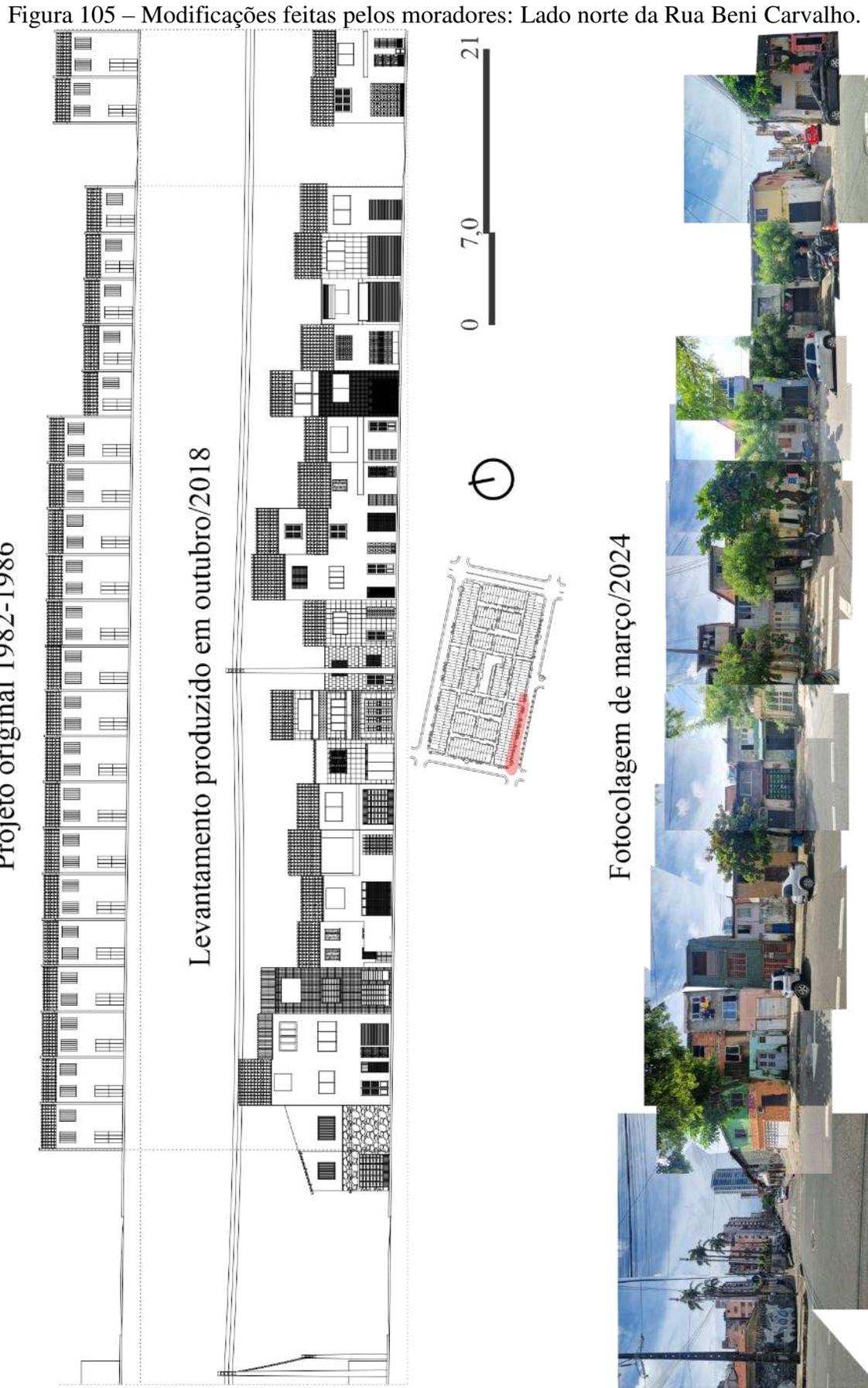
construtivos de alto padrão, para serem aplicados nas fachadas das casas, de forma a identificar um símbolo de sofisticação de seus moradores. Desta forma, é criada uma diferenciação dentre os demais.

No CSVP, não é diferente. Existem diversas unidades habitacionais que se utilizam destes materiais com fins de diferenciações. É possível identificar uma maior concentração da utilização destes comportamentos estéticos nas vias externas do conjunto - por uma questão estético comercial-, em especial a Rua Beni Carvalho. Importante identificar que, apesar do uso destes materiais, em nada modifica seu pertencimento ao grupo de moradores, o fato de se pretender diferenciar, e se identificar, também é uma característica marcante que está presente desde o tempo da Favela Santa Cecília.

Ao observarmos a Figura 105, notamos como as atividades, identidades e necessidades dos moradores transformam a paisagem do CSVP ao longo destes 42 anos.

Identificamos também uma grande verticalização das moradias por meio desta produção visual comparativa sobre a Rua Beni Carvalho. Este fenômeno foi impulsionado pela possibilidade de utilização das unidades habitacionais como pontos comerciais ou de serviços. Citada como uma das ruas de maior fluxo de pessoas, comércio e serviços, foi possível durante a aplicação dos questionários nesta local, a identificação de moradores da parte interna do CSVP, que alugavam a parte térrea de algumas moradias para instalarem seus comércios ou serviços, como: lojas de roupas, mercadinhos, salões, lanchonetes, pizzarias, ateliês de costura, marcenarias, dentre outros.

Outra informação que também é importante registrar, foi a expressiva quantidade de moradores das ruas limítrofes (Rua Beni Carvalho, Rua Vicente Leite, Rua General Tertuliano Potiguara e Avenida Virgílio Távora) que se mudaram recentemente (10-15 anos) para o local. Segundo estes moradores, sua maior motivação era a instalação de comércio/serviço devido a sua vocação causada pelo fluxo de veículos e pessoas, além de estarem próximos a grandes serviços geradores de tráfego (como a praça da imprensa, e o conjunto de emissoras). Alguns destes novos moradores demonstraram pouquíssimo ou nenhum relacionamento ou conhecimento com a história do CSVP, além de comunicarem que poucas foram as vezes que entraram no conjunto, logo não possuem qualquer laço sentimental, de apropriação ou de identificação com o CSVP.



Fonte: 1) PROAFA/COHAB (1980) *apud* Pereira (2018); 2) Pereira (2018); 3) Acervo do autor.

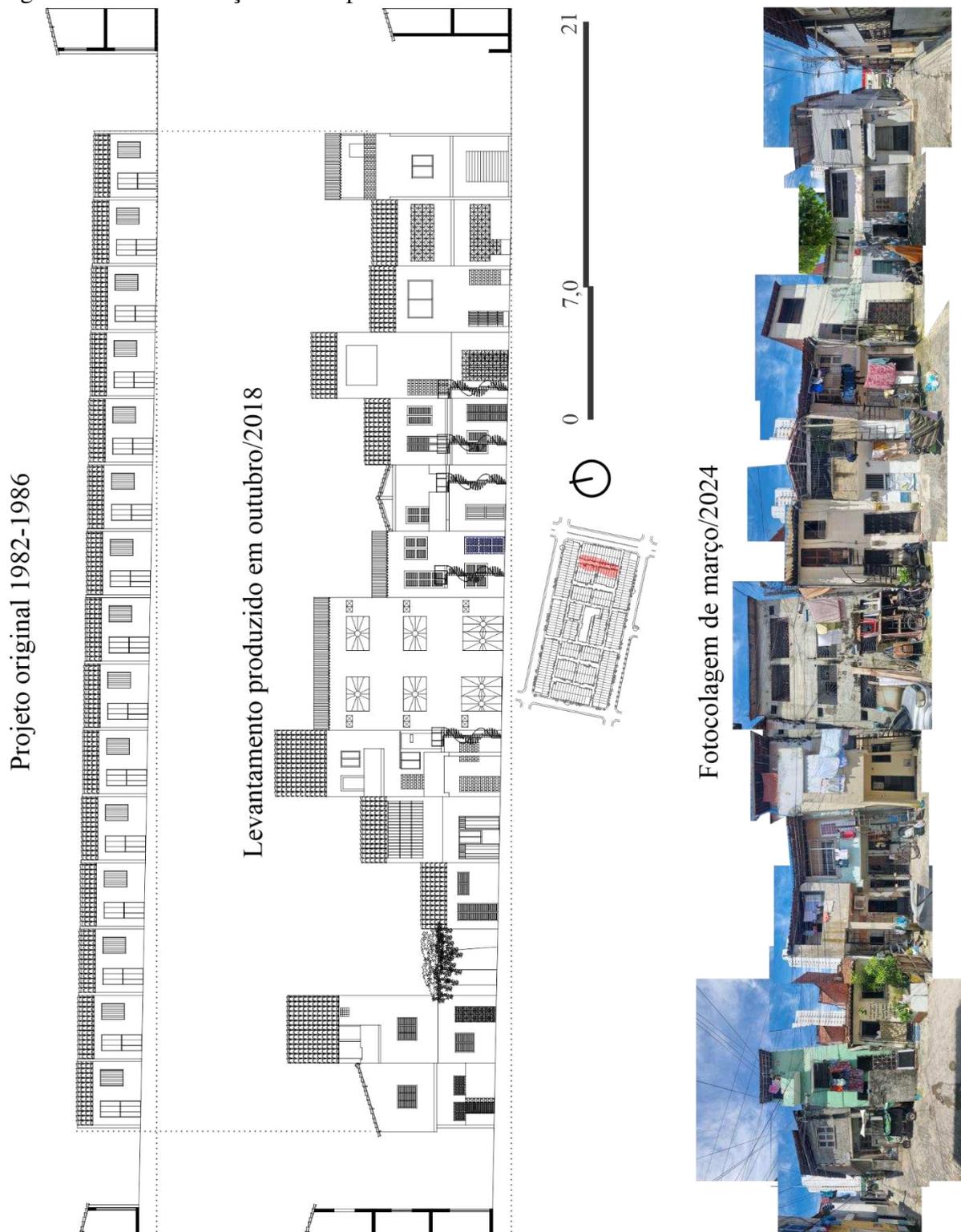
Carlos (2007), cita que a própria existência de lugares apartados socialmente na cidade, que são colocados como diferentes, muitas das vezes reafirmam estas diferenças como forma de resistência diante de uma identidade abstrata produzida na modernidade. Segundo a autora são estes resíduos que mantêm e estimulam a luta pelo direito a cidade. No caso do Conjunto São Vicente de Paulo, estes resíduos são materializados a partir da vivência, por meio das reformas, adaptações e verticalizações, ações comuns, semelhante aos constantes reparos nos barracos da ocupação Favela Santa Cecília, que eram feitos pelos próprios moradores. Ou seja, são resíduos de práticas e costumes históricos, que se utilizam de materiais e técnicas (agora mais contemporâneas e industrializadas) para exprimir e reproduzir suas identidades.

Interessante ressaltar ainda referente a Figura 105 (assim como nas figuras a seguir), que mesmo se utilizando dos materiais ditos ‘sofisticados’, quando são inseridos neste contexto, estes se tornam e são ressignificando, se convertendo em ferramentas de reafirmação e reivindicação de suas identidades ‘faveladas’, de suas personalidades detentoras de saberes da autoconstrução, de condutores de diversos outros modos de vida, e porque não também, um pouco subversividade por utilizar de símbolos de determinados grupos, porém ressignificados em um ambiente comumente conhecido como favela, local de uma paisagem construída comunitariamente, de forma orgânica e subjetiva, assim como é a paisagem vernacular, citada anteriormente no Capítulo 03.

Segundo Besse (2014), esta dimensão da paisagem vernacular -modificações pelos moradores- apenas tem a demonstrar que a paisagem política -modelo do projeto original do CSVP- não é decisivo, no que se refere a identidade do lugar. O autor cita que a paisagem política é superada de forma simples, pelas práticas comuns do dia a dia, e pelas criatividades que há nelas. Sendo assim, há diversas localidades no CSVP, em que essa paisagem política foi ultrapassada pela paisagem vernacular, onde já não se consegue distinguir se um dia houve algum projeto governamental para o local. Como exemplificação, podemos notar diversos destes pontos da paisagem vernacular da Figura 106 (assim como nas demais a seguir).

Segundo o autor, existem 3 coisas que desencadeiam estas características vernaculares da paisagem, são elas: as práticas, os hábitos e os costumes. Estes são continuamente idealizados e realinhados pelo contínuo contato com o local, por meio de uma relação de compreensão, em algo que Besse (2014), chamou de “*conversa com o local*” (p. 134).

Figura 106 – Modificações feitas pelos moradores: Lado Leste da Travessa Verdes Mares.



Fonte: 1) PROAFA/COHAB (1980) *apud* Pereira (2018); 2) Pereira (2018); 3) Acervo do autor.

A vivência contínua no CSVP, dá ao morador, e também para suas gerações seguintes, a sabedoria de quais as melhores alternativas de intervenção, tendo como aprendizado com o efeito tentativa e erro, como também aprendendo com os exemplos dos

seus vizinhos. Estas práticas e costumes que criam um espaço diverso, utilizando quase sempre as mesmas soluções, porém por meio de ‘*conversas*’ únicas de seus moradores com suas casas e seus espaços.

As possibilidades criadas pelos próprios moradores, com usos do espaço público com versatilidade, é o que acaba por criar diversos hábitos, como o de costurar ou bordar em uma cadeira de balanço na rua, uma mesa com comidas para vender, um jogo de baralho no final do dia com os amigos, uma portinhola que se abre em um beco tornando-se uma lanchonete, ou até mesmo uma roda de samba. Apesar da rigidez do projeto habitacional ainda se manter presente, os hábitos dos moradores, moldam constantemente a paisagem local através do seu uso intenso do espaço público como extensão de suas casas.

Portanto, entendemos que o corpo do sujeito, neste caso o sujeito morador do CSVP, mas também sujeito favelado, ocupa e redesenha ao seu redor. Isto ocorre por meio do habitar e do hábito, transforma o conjunto habitacional, transforma sua rua, seu beco e as imediações diretas de sua casa, naquilo que Besse (2014), chama de ‘*entourage humano*’, um ambiente do corpo, e feito por ele a partir de sua vivência desenvolvida ali.

Na Figura 106, assim como nas demais figuras, é possível identificar estes ambientes, que fluem entre o privado e o compartilhado, deixando uma linha tênue nas regras de convivência que comumente são utilizadas na dita cidade formal. Este modo de vida, mais relacional e próximo, tem a capacidade, conforme Dantas (2009a), emergirem como resistência aos processos de normatização dos espaços, indo contra a lógica da sociedade de consumo.

Jacques (2010), cita as diferentes formas de utilizar e consumir nos usos e ações do dia-a-dia, de maneira criativa, não intencional, e quase imperceptível, estes espaços acabam sendo desviados da função a qual foi imposta primeiramente. Conforme a autora são práticas sagazes, banais e teimosas, inversões sutis, porém importantes que corrompem de dentro para fora com as normas e dogmas que foram impostos, utilizando-se de usos desviacionistas, que acabam por serem chamados de “‘vulgarização’ da cultura ou de ‘degradação’ da cidade” (p. 111). Desta forma, ao reformular a imagem padronizada, homogênea e apática das habitações, reconstruindo também o espaço urbano, o CSVP, por meio da corporeidade, dos hábitos e de suas vivências subvertem esta norma não inscrita, de como deve ser e parecer um conjunto habitacional, e a cidade formal. Após perder as características que se fazia reconhecer como projeto governamental para a habitação social,

lhe volta a ser atribuída pelo ‘senso comum’ a nomenclatura de ‘favela’, pelos atos de banalização visual e a degradação da imagem da cidade.

Esta inversão do processo de normatização da cidade, demonstra que existe uma outra possibilidade de ver e viver a cidade. Segundo Jacques (2010), são nos usos cotidianos das cidades, especificadamente na experiência não planejada dos espaços públicos, que há uma chance de micro-ressistência à processos de espetacularização urbana. São nesses usos e modos de ocupação e identificação que se contrariam com os usos para os quais foram planejados.

Desta forma, além do processo de autoconhecimento, de transformações, adaptações e identificação espacial ser algo interno. Ele reverbera na cidade. Isso é perceptível, podemos ver na Figura 107, que ele se opõe a ideia inicial que dá origem a sua urbanização.

Um desses empreendimentos de alto padrão foi o condomínio Jasmim Residencial, construído pela empresa CRolim. Conseguimos identificar uma constante tentativa de evitar o contato visual direto do empreendimento com o conjunto. A própria implantação do prédio se encontra de costas para o CSVP, a portaria do condomínio se localiza no outro lado do quarteirão de forma que os locais não consigam ter visão alguma, e até mesmo a área de lazer se encontra o mais distante possível da comunidade. Porém, há um constante contato da diretoria da construtora com grupo de moradores, auxiliando em questões diárias quando solicitada, e facilitando o direcionamento de projetos sociais.

A representante da empresa entrevistada afirmou que era de interesse da empresa em fazer seu papel social no local, com vistas de criar boas relações com a vizinhança. Foram citados durante a entrevista a empregabilidade de alguns moradores durante a construção do empreendimento, e a compra de marmitas no CSVP para os trabalhadores da obra. Foi ainda citado um projeto que vislumbrava uma intervenção artística nas fachadas das casas, com o auxílio de um artista plástico, seriam escolhidas as cores e paletas que poderiam ser utilizadas nas casas, e a partir de então os moradores teriam de escolher as opções ali pré-selecionadas.

Segundo a entrevistada, esta seleção de cores e paletas pelo artista plástico, diminuiria as chances se obter uma poluição visual. Ao ponto que a mesma afirmou que estas ações estariam apenas disponíveis para as casas que se localizam nas ruas limítrofes do CSVP.

Figura 107 - Modificações feitas pelos moradores: Lado sul da Rua General Tertuliano Potiguara.



Fonte: 1) PROAFA/COHAB (1980) *apud* Pereira (2018); 2) Pereira (2018); 3) Acervo do autor.

Um dos principais objetivos desta urbanização, buscava tornar a pobreza local mais palatável junto aos moradores da Aldeota. Atualmente, o CSVP coloca em nítida e discrepante oposição aos projetos, comércio e serviços de alto padrão ao seu redor.

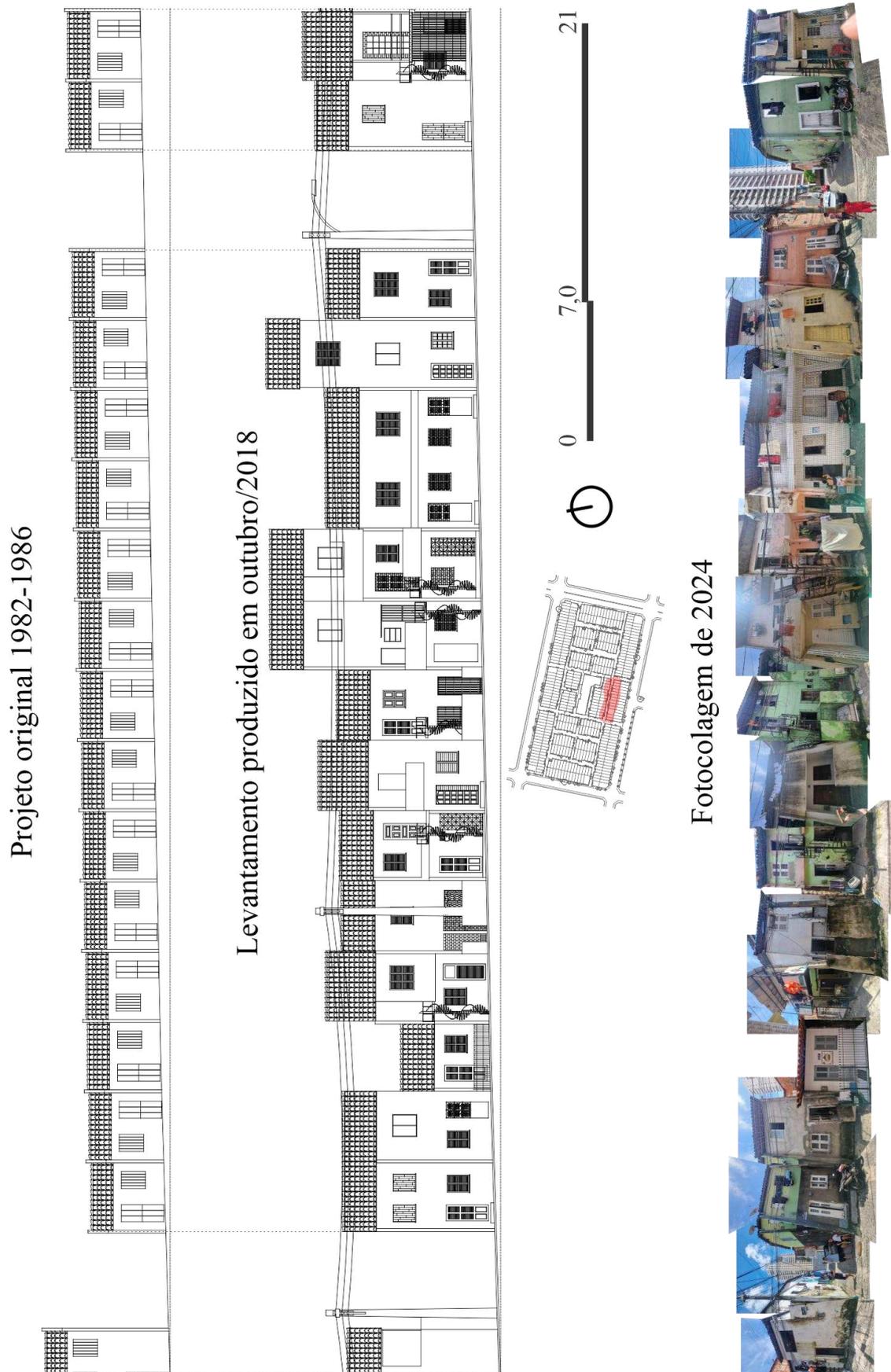
Vale destacar que o discurso da entrevistada, não é algo inédito. A busca de controle visual de favelas no Brasil e no mundo é recorrente. Mascaradas de intervenções artísticas, elas muitas vezes limitam, ou mesmo não impossibilitam processos participativos. Estes projetos se atêm apenas a superficialidade, mas não se adentram aos reais problemas, como: acessibilidade, esgotamento sanitário, iluminação pública, equipamentos urbanos, etc. Eles focam no problema que consideram maior, a falta de harmonia estética do lugar. Isso se comprova pelo fato do projeto se ater apenas as casas que se localizam nos limites do conjunto, não seriam os demais moradores tão merecedores das intervenções?

A incapacidade, ou mesmo ignorância, conseguem inviabilizar diversas oportunidades de se trabalhar questões, e por que não a identidade cultural. Carlos (2008) afirma que a cidade guarda em si condições culturais da dimensão humana. Seja ela na segregação espacial, em uma ocupação, ou em um condomínio de alto padrão, a dimensão cultural está ali. Na Figura 108, podemos identificar a diversidade e pluralidade de fachadas, cores, soluções arquitetônicas, formas, texturas e revestimentos encontrados nas ruas do CSVP.

Esta fotocolagem, foi a mais difícil de se realizar, uma vez que há pontos em que a largura da via possui apenas 2,30 metros, e as habitações chegam a 9 metros de altura, fazendo com que as fotografias necessitassem ser distorcidas, ou registrar a fachada de algumas das edificações, apenas pela lateral.

Segundo Waisman (2013), a trama urbana está ligada intimamente nos costumes do cidadão com o espaço, principalmente no caráter de identificação. Estas transformações urbanas de estreitamento viário, trazem vagamente a lembrança dos moradores e daqueles que conheceram a ocupação Santa Cecília, de suas vielas e travessas. A remontagem, ainda que distante deste simulacro, também faz parte das características socioculturais. Para Tuan (1983), estas características da estrutura física dos conjuntos habitacionais que não refletem os ideais de seus moradores. É impensável habitar por 42 anos um espaço residencial e urbano no qual um conjunto de moradores não consigam se enxergarem como comunidade.

Figura 108 - Modificações feitas pelos moradores: Lado norte da Rua Santa Inês.



Fonte: 1) PROAFA/COHAB (1980) *apud* Pereira (2018); 2) Pereira (2018); 3) Acervo do autor.

Para Peixoto (2018), são estas apropriações e improvisações dos espaços que ratificam ou não o que foi inicialmente pensado no projeto. Para a autora são a partir das experiências dos corpos com o espaço por meio do cotidiano que os reinventam, tendo principalmente como carro chefe, as apropriações e reinvenções de estruturas, dando novas funções e significados.

Iniciando destas experiências subjetivas, imateriais e cognitivas, que são transmitidas pelos corpos em movimento no cotidiano, por meio de ‘conversas’ com os espaços, que a matéria, tijolos de construção e degraus transformam significados, símbolos e paisagens. O lugar é construído por meio do habitar, mas tem como sua base a memória e a história. Juntos eles se fortalecem por meio da ação do corpo, e se materializam na paisagem.

Durante este subcapítulo, foi mostrado diversas condicionantes que se relacionam diretamente ou indiretamente com o conceito de lugar, tornando-o centro das transformações materiais e imateriais do CSVP. Ao longo do texto pudemos observar que a institucionalização da habitação por meio do Estado, promoveu uma política de dimensões mínimas tanto para o espaço público quanto para o privado. Porém não limitou seus moradores de reinsereirem os elementos que decodificam a ‘favela’, como forma de identificação dos grupos, fenômeno que ocorre de forma orgânica desde a entrega das primeiras casas até os dias atuais.

Como forma de embasar o referencial teórico da pesquisa, foi aplicado um questionário na área do estudo, no qual pudemos evidenciar um maior protagonismo do público feminino e pardo, e majoritariamente pertencentes às faixas etárias de 31-50 anos e 51-70 anos, os quais constantemente demonstravam preocupações relacionadas a titularidade e permanência do CSVP. Também foram colhidos dados preocupantes de baixa escolaridade, principalmente nos grupos de <70, e 51-70, ao ponto que foram notados crescentes níveis de educação nos grupos mais jovens 18-31 anos e 31-50 anos. Este fato nos mostra a reverberação até os dias atuais de questões históricas e econômicas pelas quais os primeiros moradores e seus filhos passaram, por outro lado, nos reflete também a ascensão das novas gerações, que conseguem ter acesso mais fácil à educação básico e ao ensino superior, completando suas profissionalizações.

Apesar de ser registrada a ação externa do mercado imobiliário no local, com a compra de habitações para arrendamento, foi constatado que a maior parte dos proprietários são os primeiros moradores, e a gerações de filhos e netos.

Observamos que as habitações, em grande número possuem entre 02 e 04 pessoas, nos quais a maioria dos primeiros moradores da ocupação Favela Santa Cecília são seus genitores ou avós. As origens destas famílias são em grande parte do interior do estado do Ceará, segundo os entrevistados chegaram na capital durante a década de 1960, vindo de diversas partes do estado, onde encontramos um maior número no litoral e em municípios que possuíam melhor infraestrutura rodoviária e linhas férreas. O motivo para a migração se dava pela procura de postos de trabalho, que durante o levantamento se mostraram em destaque as domésticas e trabalhadores da construção civil. Além disso, foi relatada uma considerável parcela da população da própria cidade de Fortaleza, onde se encontravam em outras favelas ou bairros não muito distantes. Os dados coletados sobre nos mostram uma similaridade com as pesquisas efetuadas por Silva (1992) e Costa (2009), os quais citam o crescente número de migrantes relacionado às décadas e os seus perfis. Isso nos mostra que o CSVP é apenas uma pequena parcela de um grande quantitativo de migrantes que fazem parte da história da capital e do estado do Ceará.

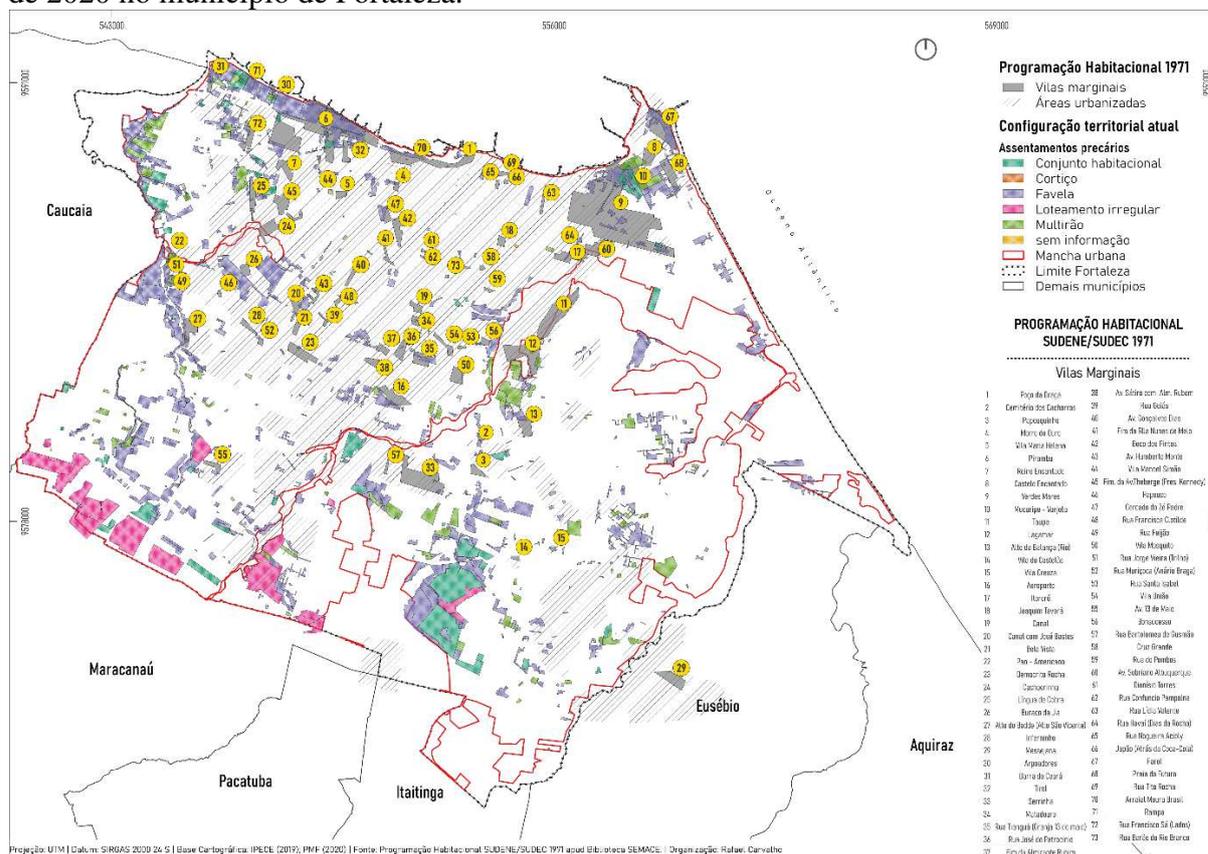
Podemos notar isso na Figura 109, na qual é relacionada o mapeamento de Vilas Marginais de 1971, com a Base Cartográfica do IPECE e dados sobre assentamentos precários da Prefeitura Municipal de Fortaleza. É durante a década de divulgação deste mapa, que também obtivemos maior amostragem de moradores que chegam à ocupação Favela Santa Cecília, em sua maior parte, oriundos de outras favelas.

Ao observarmos as localizações nos quais foram identificadas em 1971, notamos no mapa que principalmente nos bairros da Aldeota, Meireles, Dionísio Torres, Papicu, Cocó, Guararapes, Engenheiro Luciano Cavalcante e Salinas as ocupações foram quase totalmente erradicadas para dar lugar a empreendimentos de médio e alto padrão, sobrando apenas alguns pontos de resistência como a favela Verdes Mares, a favela Campo do América, a Favela dos Trilhos e o assentamento do Mucuripe. Na década de 1980, foram urbanizadas algumas favelas na cidade, como já citado no Capítulo 03, como o conjunto habitacional do Lagamar e do Morro Santa Terezinha, porém, estes ocorreram por meio de remoções. O CSVP, foi o único reassentado no local de origem da ocupação.

Destas unidades habitacionais construídas pela PROAFA entre os anos de 1982-1986, 86% foram reformadas, com o intuito de melhoria e ampliação da habitação, uma vez que os filhos e netos dos primeiros moradores pretendem continuar habitando o mesmo lugar, tanto pelas facilidades de localização que o CVSP possui, quanto pelas dificuldades financeiras de se adquirir uma moradia no mesmo bairro, porém fora do conjunto

habitacional. Esta informação se reflete no dado de que 27% de todos os entrevistados, moram em uma edificação com mais de uma família, e para que seja possível a permanência destas gerações, a verticalização é necessária

Figura 109 – Mapa de relação das Vilas Marginais de 1971, com os assentamentos precários de 2020 no município de Fortaleza.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo nosso levantamento, atualmente quase já não existem mais habitações com 1 andar, e comparando com os dados obtidos de 2018, há um crescimento evidente de habitações com 03 pavimentos, onde possivelmente buscam acomodar na mesma edificação esta população que tem amadurecido e constituído novas famílias.

Este processo de melhoria e ampliação das unidades habitacionais do conjunto, com o passar dos anos tem promovido uma profunda modificação na paisagem do lugar, o redesenho tanto das moradias quanto do espaço urbano, nos mostra como sua população local, que teve sua origem urbana na favela, utiliza seu corpo e a sua relação com o lugar, para adaptar estruturalmente o meio físico, e fazer com que ele reflita sua multiplicidade identitária.

Pois como afirma Azevedo (2009), como base para produção de geografias, sentimentos, histórias e emoções, o corpo não pode ser entendido como elemento fechado e finalizado em si, pois possui caráter iminente de correlação com os demais. Desta forma, ao se pensar o espaço material do CSVP, devemos intrinsecamente pensar em seus moradores, e como estes se reconhecem, se autointitulam e se relacionam e entendem seu conjunto habitacional.

Neste subcapítulo observamos as transformações físicas, e suas relações com os dados obtidos pelos questionários e levantamentos, se atendo as motivações e intenções dos moradores durante os processos de reformas e, conseqüentemente de impressão de suas identidades na paisagem. No subcapítulo seguinte, analisaremos como estes moradores se identificam em relação ao conjunto, além do motivo de olharmos o conjunto, e vermos favela.

4.3 Ver conjunto, olhar favela

“Aqui é assim, uma só casa, dividida em vários quartos”
Morador, 69 anos, entrevistado em 24/03/2024

Para a discussão deste subcapítulo, é importante retomarmos alguns pontos que foram abordados no Capítulo 02. A leitura de uma paisagem, é feita por meio de arcabouço de ideias e conceitos já preestabelecidos em nossos subconscientes, como citado por Meinig (2002), “[...] qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes.” (p. 35). Ao categorizarmos uma determinada porção da paisagem urbana como favelada, implica na relação de características já pré-definidas de um espaço onde o senso comum define, estes padrões estéticos foram abordados no Capítulo 03, são eles: auto construção, edificações estreitas e verticalizadas construídas de forma fragmentadas, traçado orgânico das vias, presença dos moradores nos espaços públicos, senso de coletividade e etc.

Ao entendermos que esta paisagem favelada, é lugar de luta pelo espaço urbano, e luta pela possibilidade de transpor sua própria identidade, compreendemos que é também produto e produtos da vida social, possuindo carga histórica, no caso do CSVP, resistente ao discurso projetual que buscou de forma autoritária ordenar o seu espaço.

Para que conseguíssemos aprofundar melhor quais seriam os critérios iniciais que direcionam a percepção dos indivíduos (e estes não apenas os moradores dos CSVP) de forma ampla, foi feita uma pesquisa online (Etapa 03), por meio da plataforma *Google Forms*,

intitulada: “Morfologia e Reconhecimento das Favelas”. Para isso, foram utilizados recortes de morfologias urbanas de diferentes cidades pelo mundo, no qual o autor já teve contato pessoal, pois este fato gera uma maior autonomia de uso de imagem a partir de vivência pessoal no espaço. A seleção dos recortes ocorreu propositalmente para que o indivíduo deixasse suas escolhas nítidas quanto aos critérios usados, buscando extrair do participante o ideário e seu pré-conceito, pondo evidência à primeira vista a relação do termo favela com a falta de organização urbana (no caso, viária).

A pesquisa contava com perguntas de identificação primária do participante, como: nome, idade, gênero, nível de escolaridade, local de nascimento e local demorada. Além das opções das morfologias urbanas para marcar, havia um campo aberto no qual o participante poderia deixar um comentário, caso achasse necessário. Esta etapa foi divulgada por meio de e-mails, redes sociais e panfletos em instituições de ensino superior.

Na figura 110, observamos as morfologias utilizadas para a pesquisa. Importante salientar que não havia identificação nelas, muito menos indicação de suas escalas.

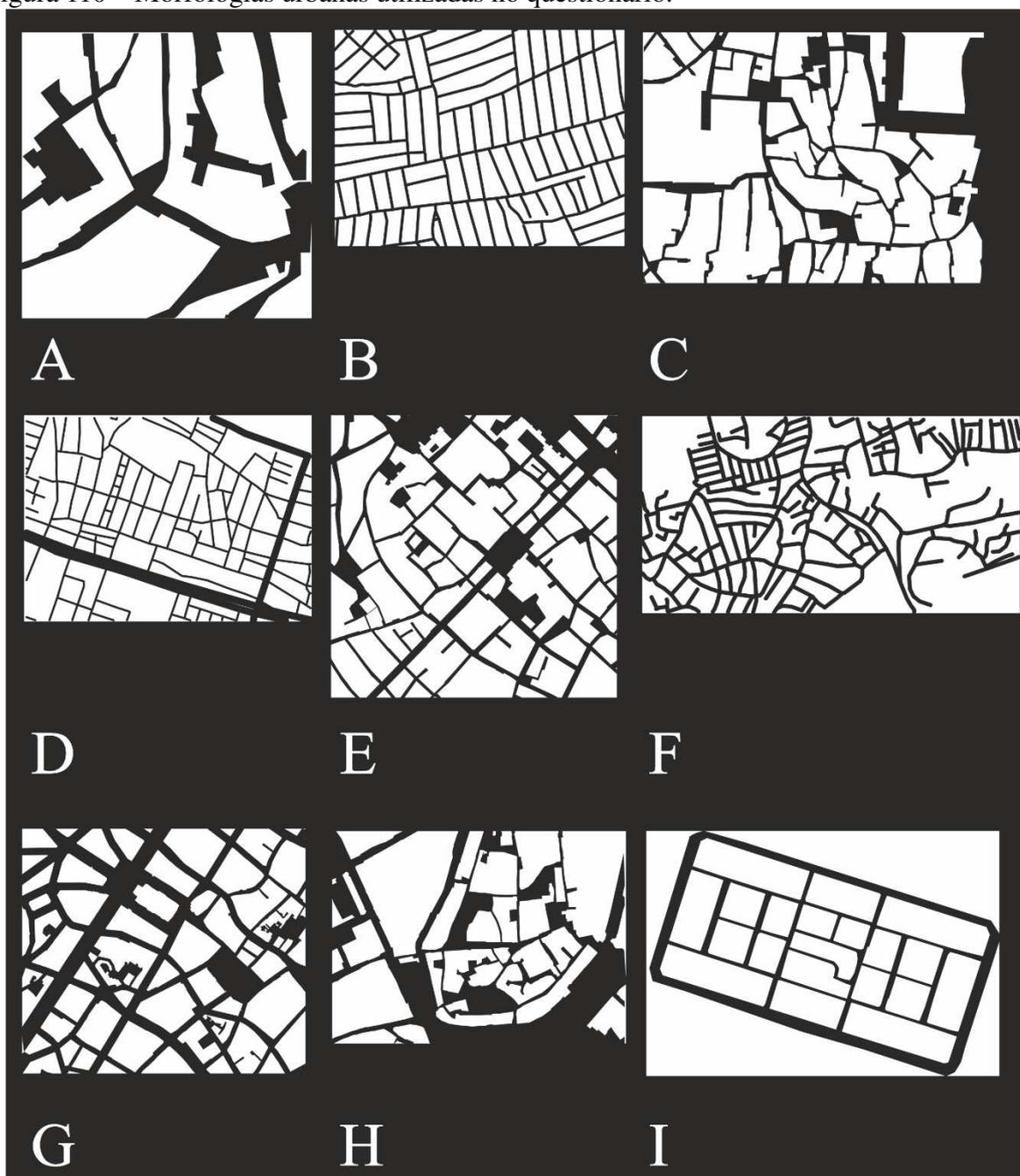
Por se tratar de um dado mais qualitativo que quantitativo, foi decidido que nos ateremos apenas ao montante por opção de morfologia urbana. Não nos aprofundaremos nos debates com gráficos, e não faremos correlações das respostas com dados de níveis escolares, locais de morada, gênero ou idade. Porém, vale ressaltar que o maior grupo participante foram jovens de 21-35 anos, em sua maioria estudantes universitários dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Direito, Sistema de Informação, Engenharia Civil, Ciências Sociais dentre outros. Após 03 meses, foram computadas 320 respostas ao questionário, no qual podemos observar o resultado no gráfico presente na Figura 111 (p. 248).

Com o resultado da pesquisa, notamos que a morfologia urbana mais escolhida foi a de Toledo/Espanha (C), com 200 votos. Por meio dos comentários as justificativas sempre voltavam ao elemento da organicidade urbana, largura e descontinuidade das vias. A morfologia referente ao Morro da Pedreira/Rio de Janeiro (F), teve a segunda maior escolha com 164 votos. Neste caso, seu uso foi proposital, pois seu desenho urbano se alterna entre espontâneo nos casos de encosta, e ortogonais em terrenos mais planos.

É importante ressaltar que as morfologias de partes das cidades: Porto/Portugal (A) com 90 votos; Barcelona/Espanha (E) com 113 votos; Bruxelas/Bélgica (G) com 81 votos; e Guimarães/ em Portugal (H) com 110 votos, tem traçados sinuosos, heranças das cidades tradicionais. Estes recortes obtiveram maior pontuação do que a morfologia do

Pirambu/Fortaleza (D) com 61 votos, mesmo sendo uma das maiores e mais antigas favelas da capital do estado.

Figura 110 – Morfologias urbanas utilizadas no questionário.



Fonte: Adaptado de CADMAPPER (2024).

Em relação ao Conjunto São Vicente de Paulo (I), terminou a pesquisa com apenas 13 votos (4.1% das 320 respostas). O que mostra que os participantes desta pesquisa tiveram dificuldade em relacionar morfologias ortogonais e geométricas com localidades consideradas favelas. Desta forma, tomando o resultado desta etapa da pesquisa, podemos

considerar que um assentamento espontâneo/favela, é algo muito mais profundo do que apenas suas vias orgânicas, estreitas e descontínuas, mas sim, um grupo de elementos físicos e simbólicos de um determinado lugar, que representam um grupo, e nos direcionam a uma categoria urbana.

Desta forma, quando pensamos em conjunto habitacional, encontramos um certo antagonismo dos conceitos relativos a espaços construídos vernaculamente. Identificamos as relações entre o conceito de espaço do poder, com o objeto deste estudo, ao que Carlos (2007), cita no qual este tipo de “espaço é construído em função de um tempo e de uma lógica que impõe comportamentos, modos de uso, o tempo e a duração do uso.” (p. 19)

Figura 111 – Resultado da pesquisa “Morfologia e Reconhecimento das Favelas” (320 respostas).



Fonte: Elaborado pelo Autor.

O espaço de poder, que limita, direciona, organiza e uniformiza é uma das saídas encontradas pelo Estado, para a contenção das grandes massas as conduzindo para conjuntos habitacionais, que pela sua configuração, disposição e conjuntos de símbolos, as insere na dita ‘cidade formal’. Com isso, é acompanhado com a indução à novos modos de uso e aquisição, como a compra de eletrodomésticos. São inseridos novos comportamentos, como a vida do núcleo familiar mais privada. Instituídos os toques de recolher, ação de policiamento e vigilância mais incisiva, com o tempo ocorre a deterioração edilícia, a estigmatização social por viver em um conjunto de edificações desgastadas. Nos parece um ciclo quase impossível de ser quebrado, ou pelo menos redirecionado.

Waisman (2013), nos traz a reflexão da necessidade de se produzir transformações mais ou menos significativas em objetos históricos ou que nos remeta à um futuro, “visto que

pode inaugurar novos pontos de vista, novos valores, novas formas de enfrentar” (p. 25) o desafio de intervenção em espaços urbanos.

Ao entendermos que a cidade é um organismo vivo, compreendemos a necessidade da transformação de sua materialidade para novas adaptações, e pela sua própria sobrevivência. E é por meio da autoconstrução que ocorreu e ainda ocorre no CSVP, a sobrevivência de sua identidade e originalidade. É através da atuação dos moradores, que são criados e recriados os pontos de vistas, novos valores e novas maneiras de encarar os desafios urbanos da contemporaneidade que eles e seus descendentes passam.

É puramente o que Waisman (2013), intitula de práxis da arquitetura, uma atividade humana inserida no transcorrer histórico, respondendo as necessidades culturais e aculturadas, no qual a disciplina da arquitetura deveria se ocupar na reflexão filosófica da essência de sua atuação. Partindo sempre da consideração do presente para entender e se aprofundar na riqueza das lições do passado, sem necessariamente cair em estéreis repetições.

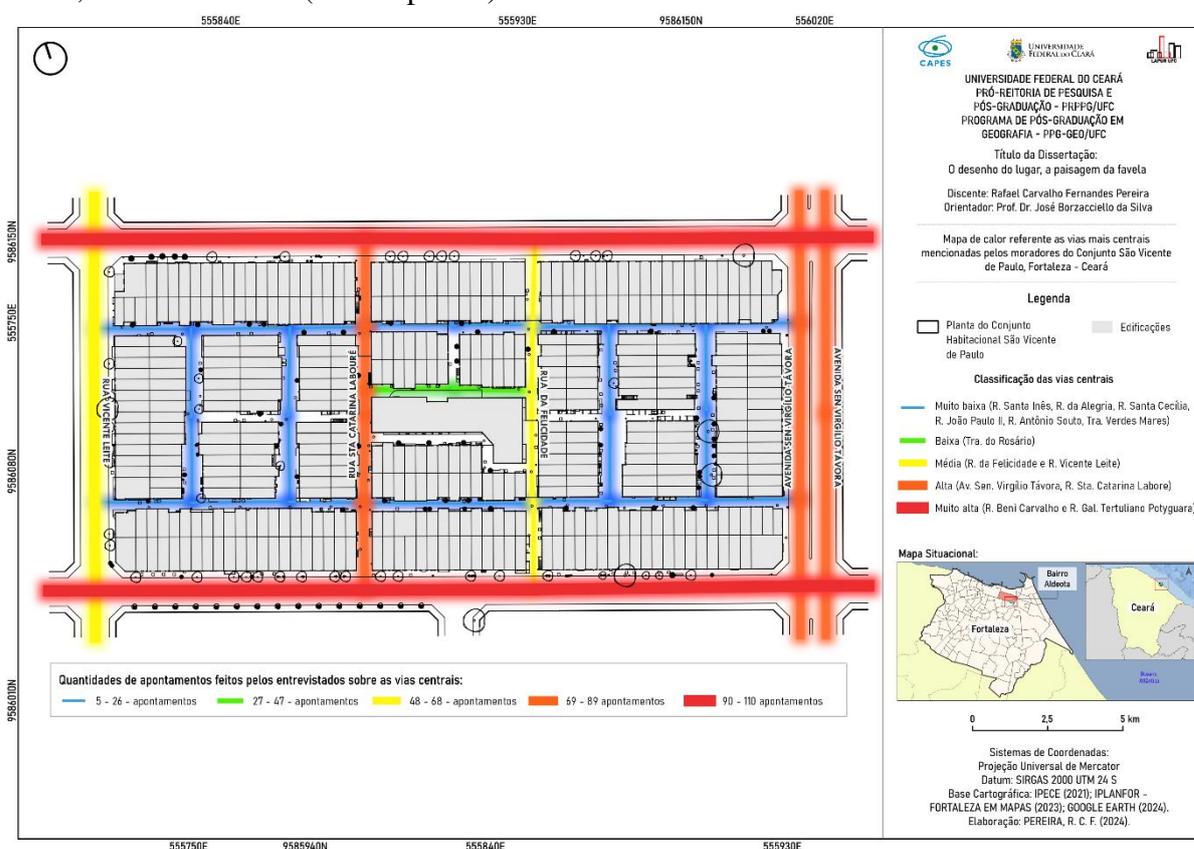
As atividades desenvolvidas pelos moradores do CSVP são tipicamente categorizadas como a práxis da arquitetura, mesmo que não seja essa a sua intenção. A compreensão de tentativa, erro, tentativa e acerto, os compartilhamentos destas experiências e o aprimoramento das soluções arquitetônicas e urbanísticas encontradas pelos residentes, contribuem abundantemente para o fortalecimento do senso comunitário e para a identidade da autoconstrução -e porque não identidade ‘favela’- do local.

Portanto, é possível afirmar, tendo como base, o aprofundamento do tema no Capítulo 3 e 4, que o termo favela, não se aplica apenas ao lugar físico, material e habitável, mas, um conjunto de expressões dinâmicas, formas de apresentações e representações, modos de habitar e ocupar espaços, criando e recriando cotidianamente os significados que são empregados ao lugar que seus moradores habitam de forma comunitária e articulada.

O CSVP, ainda possui muitas características físicas que são específicas dos assentamentos chamados favela, são estes: Crescimento espontâneo horizontal (avanço nas vias), e vertical por meio da autoconstrução; Dinâmica urbana intensa, diferenciação profunda com de seu entorno; Segregação socioespacial; Sensação labiríntica, devido a constante existência de expansões ou verticalizações das habitações; Proximidade física das moradias; Apropriação do espaço público como extensão do espaço privado; Improvisação na criação de mobiliários e espaços de convivência; Vias prioritariamente de pedestres; E uso de veículos automotores reduzida, e como citado por Jacques (2001), no Capítulo 03, uma centralidade linear em suas via limítrofes.

Durante a execução da Etapa 4), foi pedido aos moradores participantes da pesquisa para que marcassem em um cartograma do Conjunto São Vicente de Paulo, onde havia a identificação das vias para os entrevistados tivessem referências, os locais que eles reconheciam haver atividades centrais no CSVP. Sejam elas: comerciais, serviços, pontos de encontros, atividades em gerais, locais de eventos, ou referência em utilização do espaço público. Podemos ver na Figura 112, quais são a classificação destas vias, e quais são consideradas ou menos centrais segundo os moradores entrevistados.

Figura 112 – Mapa de calor referente as vias mais centrais mencionadas pelos moradores do CSVP, Fortaleza Ceará (162 respostas).



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Identificamos na cor vermelha (entre 90 e 110 apartamentos) a maior menção dos entrevistados as Ruas ruas Beni Carvalho e General Tertuliano Potiguara como de centralidade muito alta, as quais conforme a Figura 103 são as mais comerciais e que disponibilizam serviços, dentre eles mercados, lanchonetes, açáferias, bares, lojas de roupas e salões de beleza. Estas vias comumente são utilizadas também como espaços para se estender roupas dos moradores, além de abrigar grande número de diversos encontros de diferentes

grupos em horários aleatórios durante o dia, porém sendo mais comum no final da tarde e início da noite.

Na cor laranja (entre 69 e 89 apontamentos) identificamos a Avenida Vígilio Távora como de alta centralidade, a qual é conhecida pelo grande fluxo de automóveis, serviços e comércios, porém, na altura onde se localiza a parte do CSVP, a atividade comercial não se apresenta como forte âncora catalizadora de atividades, ou da presença de pedestres, uma vez que as oficinas mecânicas são maioria neste trecho. Vale destacar que nesta mesma altura, foi inaugurado há poucos anos um supermercado de classe média, fortalecendo a centralidade da via na opinião dos moradores. Na mesma classificação de alta centralidade, a Rua Santa Catarina Labouré, é identificada desta forma, pois além de dispor um considerado número de bares e minimercados, é constantemente espaço para eventos aos finais de semana, além de ser uma das vias que ligam as Ruas Beni Carvalho e General Tertuliano Potiguara.

Classificadas com centralidade média (entre 48 e 68 apontamentos), a Rua Vicente Leite, como já citado anteriormente, não possui grande destaque como as demais, por se configurar como uma via local, e devido a isso ter menor fluxo de pessoas e veículos, além de não possuir uma variedade de comércios no seu trecho, o que pode ser ocasionado pela menor dimensão do CSVP neste trecho da via. A rua da Felicidade alcança esta centralidade pelo fato tanto ligar as Ruas Beni Carvalho e General Tertuliano Potiguara, quanto de dar acesso ao pátio do Centro Comunitário, local onde ocorrem os grandes eventos do CSVP.

A travessa do Rosário, recebe a classificação de centralidade baixa (entre 27 e 47 apontamentos), isso se deu pelo fato desta via dar acesso ao Centro de Educação Infantil São Vicente de Paulo, creche local que atende as famílias da área. Além de ser acesso a parte administrativa do Centro Comunitário (vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS).

As Ruas João Paulo II, Santa Inês, Santa Cecília, Antônio Souto, da Alegria e a Travessa Verdes Mares, que se localizam na parte interna do CSVP, receberam a classificação de centralidade muito baixa (entre 05 e 26 apontamentos). Mesmo algumas delas tendo uma maior largura de via, as atividades exercidas nestes espaços são em sua maioria residenciais, logo, acabam não sendo grandes catalizadores de ocupação e demais ações.

Importante destacar que os Becos do Meio, assim como o Beco da Paizinha e a Rua do Rosário, não foram citados por nenhum dos 162 moradores entrevistados durante a

pesquisa. Isso nos mostra um certo distanciamento dos participantes em relação a estes espaços. O assunto será melhor abordado mais a frente, com a discussão da Figura 113.

Como forma de melhor compreender o autorreconhecimento do lugar pelos seus próprios moradores, foram realizadas dinâmicas e produções de materiais visuais (Etapa 02 da pesquisa com pessoas) com os integrantes do UNIJOCC - União de Jovens com Cristo, uma célula da Igreja São Vicente de Paulo que existe desde 1970 como atuação das CEB - Comunidades Eclesiásticas de Base. Este grupo apesar da timidez, se mostraram dispostos a participarem, e aproveitando os encontros que já ocorriam aos sábados no salão do centro comunitário local, foram efetuados 07 encontros.

Esta proposta nasceu do reconhecimento da dificuldade de alguns participantes do grupo em se expressarem de forma verbal, o que foi percebido durante algumas conversas com o grupo anteriormente. O UNIJOCC possui integrantes com idades entre 18 e 31 anos.

Dada tal circunstância, foram propostas dinâmicas em grupo. Estas atividades estavam relacionadas com cada tema da produção visual, contribuindo para que os participantes pudessem descontrair e entrar no assunto de maneira mais informal e familiarizada possível.

Após este momento inicial, nos reuníamos para as produções dos materiais visuais com os devidos temas. No final de cada trabalho, era gravado um vídeo de cada autor explicando seu desenho e cada um dos elementos propostos na folha.

A seguir, apresentamos a Quadro 2, na qual exibimos a síntese das atividades realizadas junto ao grupo, no qual são explicitadas as datas, dinâmicas de grupo, produção dos materiais visuais, objetivo de cada produção e a quantidade de integrantes do UNIJOCC participante de cada dia.

Quadro 2 – Síntese das atividades realizadas para as produções visuais.

Data	Dinâmica	Produção	Objetivo	Qtd. de participantes
15/06/24	Descobrir nomes de personagens através de perguntas.	Produzir cartografia dos locais preferidos e evitados no conjunto, e suas rotas mais comuns.	Identificar os lugares que os moradores mais gostam, e os lugares que eles evitam.	7
22/06/24	Escrever em uma folha de papel o que mais gostaria de ganhar.	Redesenhar o conjunto, implantando coisas que acreditam que fariam melhorar.	Identificar os elementos urbanos que fazem falta para os moradores, e como melhorariam sua realidade.	10
29/07/24	Descobrir determinadas palavras, apenas utilizando suas características.	Desenhar diferentes tipologias habitacionais e relacionar 4 adjetivos para cada uma.	Compreender a percepção dos moradores da diferença entre uma habitação da favela e a sua habitação do conjunto.	7
29/06/24	Produção de uma rede de conexões entre os moradores através dos sentimentos que os conectam.	Desenhar a forma como o morador vê a cidade, e posteriormente, trocar com os outros participantes, para que terminem seu desenho.	Compreender como os moradores do CSVP percebem a cidade e quais seus principais elementos, além do seu lugar na cidade.	4
06/07/24	X	Desenhar suas memórias afetivas dentro do conjunto.	Compreender as relações afetivas dos participantes com o lugar, e onde elas aconteceram.	4
06/07/24	X	Listar e cartografar os 7 lugares que os moradores mais frequentavam na cidade de Fortaleza.	Compreender como se dá o deslocamento e relação dos moradores com a cidade.	4
13/07/24	Em um círculo de mãos dadas, os moradores tinham que trocar sua posição sem soltar as mãos.	Listar problemas e potencialidades reconhecidas dentro e fora das dinâmicas pelos moradores, logo após, os moradores propuseram soluções.	Observar como os moradores atuariam de forma deliberada dentro do seu espaço, e quais soluções eles encontrariam para os seus atuais problemas.	5

Fonte: Elaborado pelo autor.

A primeira dinâmica ocorrida em 15/06/2024, constitui-se em colar nomes de personagens nas costas dos participantes, e cada um deles teriam que descobrir o nome de seu personagem perguntando as características deles ou outras informações. Ao ponto que, as respostas teriam de ser apenas ‘sim’ ou ‘não’. Esta dinâmica tentou quebrar um possível bloqueio que existisse entre o autor, o qual estava aplicando a atividade, e os participantes, além de exercitar a capacidade de comunicação e caracterização dos personagens, seus hábitos ou informações relevantes, para que pudesse então descobrir seu nome.

A produção visual deste dia foi focada na forma como o grupo ocupa e se desloca no CSVP. Foi pedido para que cada participante desenhasse um mapa mental das áreas que eles mais gostavam e frequentavam, colocando os nomes dos lugares e explicando verbalmente o porquê da escolha. Logo após, era solicitado que identificassem os locais que menos gostavam e explicando oralmente os motivos. Para finalizar, foi solicitado que desenhassem no mesmo mapa as rotas que eles mais faziam dentro do conjunto, e explicassem o porquê das escolhas das ruas para suas rotas. Podemos notar algumas das produções na Figura 113.

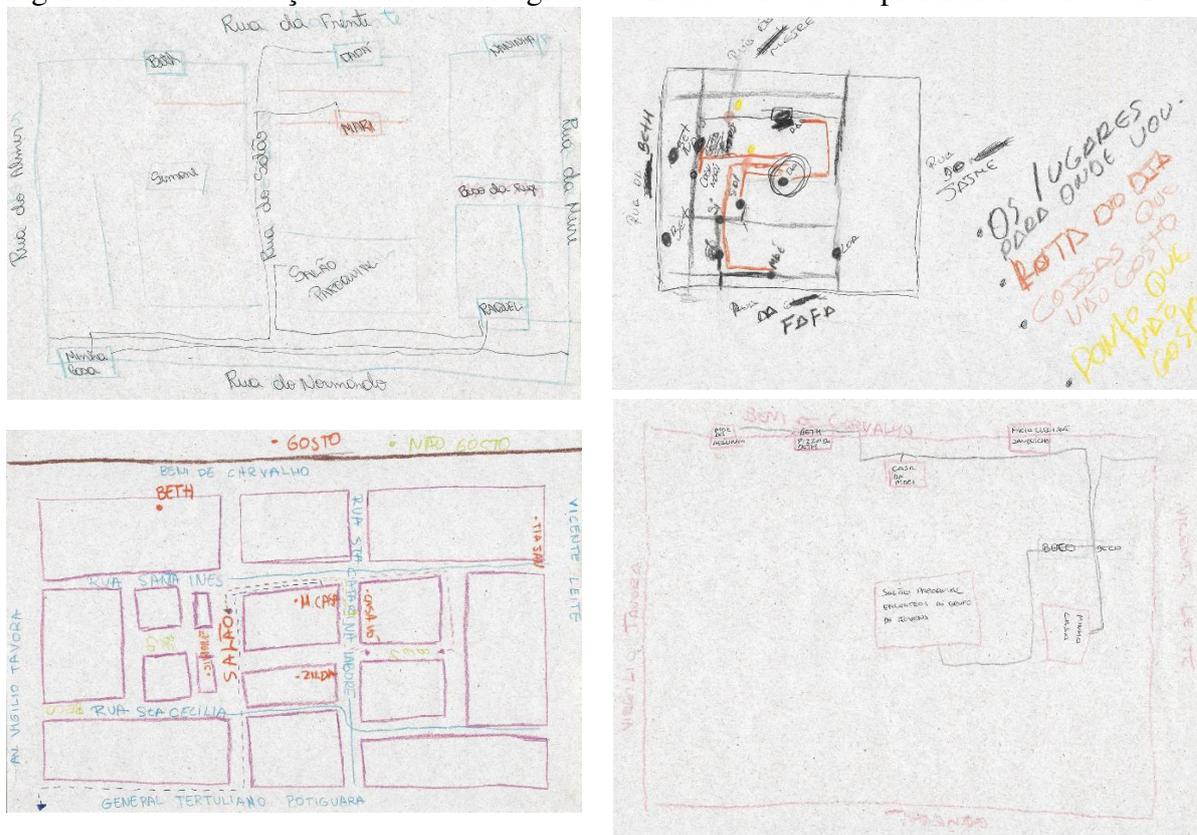
Praticamente todos os participantes escolheram os becos do CSVP como espaços que sempre buscam evitar e em suas principais rotas. Como explicação, os integrantes informam que tanto as atividades exercidas nestes locais quanto a permanência de pessoas envolvidas com o poder paralelo não os atraem, e por isso preferem não utilizar este espaço como trajeto, muito menos como local de estadia.

Os locais escolhidos como favoritos, estão relacionados com lugares de encontro, convívio e consumo, como lanchonetes, casas de familiares e o Centro Comunitário. Foi identificado que os participantes evitavam o uso de alguns espaços públicos em determinados horários para encontros de longos períodos. Logo, relatou-se o motivo deste costume exercido pelo grupo participante da atividade: o receio de serem vítimas de algum episódio de violência urbana, uma vez que estando na rua por longos períodos, os moradores poderiam estar mais suscetíveis ao perigo.

Importante relatar que há poucos dias antes deste primeiro encontro para produção visual, houve um episódio de violência urbana, que infelizmente ocasionou em uma vítima. É comum muitos moradores adotarem este tipo de comportamento mais reclusos após esses eventos, e com o passar dos dias, a rotina mais ativa nas ruas volta ao normal. Porém, como grupo participante desta etapa de pesquisa consiste na faixa etária de 18-31 anos de idade, é

possível que este comportamento seja direcionado pelos seus próprios responsáveis, uma vez que se torna uma medida de cautela, devido a alguns acontecimentos ocorridos.

Figura 113 – 1ª Produção visual da cartografia de fluxos e locais de preferência – 15/06/24.



Fonte: Produção própria dos integrantes do UNIJOC.

A segunda dinâmica ocorrida no dia 22/06/2024 constituiu-se em escrever em um papel o que cada um desejaria ganhar (podendo ser qualquer objeto), então foram trocados aleatoriamente os papéis entre os participantes. Após isso, cada morador, precisou fazer uma mímica para que o restante do grupo pudesse adivinhar o que seria o objeto de desejo, e quem seria o proprietário do desejo. O exercício buscava compreender o que os participantes da atividade mais desejassem ganhar, além de os fazerem imaginar em como isso poderia ser comunicado de forma mais lúdica e interpretativa, ao mesmo tempo, que os demais integrantes do grupo pudessem conhecer os interesses dos demais.

A produção visual neste dia, buscou com que os participantes desenhassem o conjunto de forma diferente. Logo no início foi lançado alguns questionamentos para os participantes, sendo eles: “se vocês pudessem redesenhar o conjunto de vocês, como o fariam? O que vocês adicionariam no conjunto por acreditar que faz falta?”.

Na maior parte dos desenhos produzidos representados na Figura 114, foi documentada a falta de equipamentos urbanos, como bancos, lixeiras, paradas de ônibus, jardineiras, além de árvores no CSVP. Um dos participantes através de seu desenho transmitiu que acreditava que poderia ser melhor morar em condomínios de prédios, uma vez que sobraria mais espaço em solo para áreas de lazer. Para outro morador este fato simbolizava a falta de afetuosidade com a tipologia em que os moradores se encontram instalados. Outro participante ainda acreditava que seria melhor se o conjunto tivesse portões nos principais acessos para melhorar o controle de entrada e saída, esta medida era pautada na melhoria da segurança local.

Figura 114 – 2ª Produção visual da possibilidade do redesenhos do CSVP – 22/06/24.



Fonte: Produção própria dos integrantes do UNIJOCC.

A partir dos materiais produzidos identificamos os anseios dos participantes em espaços mais amplos e dotados de infraestrutura de lazer básica, que podem ser encontrados em 04 praças diferentes com distâncias entre 750metros e 1250metros do local da pesquisa.

Porém estes mesmos tipos de equipamentos (quadras poliesportivas, piscinas, espaços arborizados, academia) são facilmente encontrados nos condomínios fechados que rodeiam o CSVP. Desta forma é explicada o desejo de mimetizar o modo de vida da circunvizinhança que aparenta ser mais atrativo pelo conjunto de itens que possui, tendo ainda sua segurança 24 horas por dia garantida, com controle de acesso. Importante destacar a necessidade que um dos participantes declarou na falta de espaços que possam atender as demandas culturais locais.

A terceira e a quarta dinâmica, ocorreram no mesmo dia, isso se deu por motivos de incompatibilidade entre as agendas das responsabilidades de eventos católicos do UNIOCC, com os horários e datas já programadas para as dinâmicas. Tendo em conta que ambos os eventos ocorreriam no mesmo horário, com os mesmos participantes.

A terceira dinâmica acaba por ocorrer então no dia 29/06/2024. Esta atividade consistia em aprimorar os usos das palavras para caracterizar peculiaridades de objetos. Logo os participantes se dividiram em 2 grupos e receberam papéis contendo palavras em uma bolsa, as quais eles tentavam fazer com que os membros da sua equipe adivinhassem esta palavra a partir de outros vocábulos, podendo utilizarem sinônimos, porém sem o uso de composição de frases. As escolhas das palavras não foram direcionadas a algo específico, foram utilizadas palavras do cotidiano como: rua, lápis, calçada e etc.

A confecção da primeira produção visual do dia (3ª produção visual) se baseou na compreensão de diferentes tipologias residenciais. Foi solicitado aos participantes que desenhassem da forma que considerassem melhor: 1) sua própria casa; 2) sua casa dos sonhos, 3) uma casa que compreendiam como ‘maluca’; 4) e uma casa típica da favela. Além dos desenhos, eles precisavam empregar para cada uma delas, 4 palavras que descrevessem a tipologia desenhada.

Para análise deste material, foram apenas utilizados como efeito comparativo, as produções de desenhos sobre as casas dos moradores (1), e o desenho representativo de uma típica casa de favela (4). O princípio deste exercício, foi a busca de pontos semelhantes entre o CSVP e uma favela, e estes pontos, supostamente seriam indicados pelos próprios participantes/moradores. A inserção das outras duas tipologias (2 e 3), foram solicitadas para não se deixar óbvio o objetivo da atividade, uma vez que poderia haver uma tentativa de desassociação proposital pelos participantes, sobre a relação da habitação do CSVP com uma favela. Além disso, foi apreendida a percepção do que é almejado pelos moradores (casa dos sonhos), e o eles consideravam algo inusitado no emprego de uma habitação (casa ‘maluca’).

Foi observado que, em muitos dos casos houve a utilização das mesmas palavras para caracterizar as tipologias do CSVP e as tipologias das favelas. Na Figura 115, vemos alguns dos materiais produzidos, no qual o desenho da esquerda é a moradia do participante, e o desenho da direita a tipologia representada como tipicamente da favela.

Em muitos dos desenhos, não conseguimos ver diferença arquitetônica linguística entre a moradia do participante e a casa da favela. Quando questionados a desenhar uma casa da favela, alguns deles responderam: “mas eu já desenhei a minha!” ou “ah, então só preciso repetir o desenho da minha casa”. Este fato é de suma importância para pesquisa, uma vez que os integrantes não se veem como uma favela na questão urbanística (arruamento, esgoto, rede elétrica e demais infraestruturas), porém reconhecem semelhanças construtivas de suas casas com as casas da favela. Retomaremos este ponto mais a frente neste subcapítulo.

Figura 115 – 3ª Produção visual do reconhecimento de diferentes tipologias – 29/06/24.



Fonte: Produção própria dos integrantes do UNIJICC.

Neste mesmo dia, para início da 4ª produção visual, foi realizada a dinâmica de constituição de uma rede de conexões entre os participantes, através dos sentimentos que os conectavam. Inicialmente, o grupo se espalhou no salão, e escolheram locais para estarem

estáticos. O primeiro morador, possuindo um barbante, escolhia um determinado participante, se dirigia a ele, e o entregava o rolo do barbante, ao mesmo tempo que verbalizava os sentimentos ou memórias que ele detinha pelo colega. A diante o que recebera o rolo deveria continuar o processo, até que no mínimo cada membro tivesse 3 conexões.

O intuito da atividade, foi demonstrar como os participantes constituíam uma rede de relacionamentos, sentimentos e memórias dentro do conjunto, além de tornar física e visível como esta relação poderia ser espacializadas. Logo, foi abordado que da mesma maneira que a atividade tinha sido trabalhada naquele momento, a cidade também era constituída de diversas relações sejam elas diretas ou indiretas, e que eles também faziam parte das forças que moldavam e que poderiam direcionar a constituição de sua cidade.

Para este produto visual, foram produzidos desenhos de como seriam as cidades idealizadas pelos participantes, porém, desenhadas de forma colaborativa. A produção se consistia em um rodízio, e a cada 2 minutos, os desenhos seriam trocados entre os participantes. As trocas dos materiais ocorreram a quantidade de vezes necessárias para que todos os participantes pudessem desenhar sua parte da cidade em todos os desenhos. Podemos perceber os resultados obtido na Figura 116.

Foi buscado extrair das explicações dos desenhos, as ideias que os participantes tinham de como representar uma cidade e como podemos fazer parte da construção dela. É nítido nos desenhos os usos de vias e carros em primeiro plano, estruturando o restante dos desenhos, pois esta é a mesma base que estrutura a configuração urbana de nossa capital. Foram utilizados fortemente elementos que representam os edifícios verticais e atividades comerciais de médio e alto padrão, representando a realidade de sua circunvizinhança. Nos últimos anos, na cidade de Fortaleza tem sido construídos prédios que possuem entre 95 e 170 metros de altura, se destacando no *skyline* da capital, e potencializando principalmente o mercado de consumo imobiliário de alto padrão que atua fortemente nos bairros do Meireles, Praia de Iracema, Varjota, como também no bairro que se encontra o local de estudo, a Aldeota (NASCIMENTO, 2022).

É observado também nos desenhos produzidos pelos participantes a utilização de áreas de lazer para os habitantes das cidades, o que consideravelmente é uma resposta para a escassez de zona de lazer próximas pela cidade. Além de refletir os anseios de alguns participantes já citados na 2ª produção visual.

Algo cujo seja necessário salientar neste exercício é a inserção das favelas/ocupações como elementos marcantes na paisagem da cidade. Praticamente todos os

desenhos tiveram documentados a ocupação espontânea destas habitações (alguns identificando uma favela em específicos), ao mesmo tempo, não se consegue observar uma integração direta destas favelas com o restante da cidade. Estes elementos sempre estão separados por uma via larga, ou demais elementos da configuração urbana. Quando não é este o caso, as favelas são colocadas em segundo ou terceiro plano nos desenhos, podendo este ser um dos reflexos causados pela segregação socioespacial dentro de nossa cidade.

Por meio dos desenhos conseguimos identificar que a visão dos participantes sobre uma cidade, é que ela se constitui de algo fragmentado, segregado, estruturado por vias, onde a presença de veículos se torna quase que imprescindível. Além da formação do espaço urbano, como local de consumo de produtos e lugares, onde espaços de lazer e estar são representados por um anseio dos moradores.

Figura 116 – 4ª Produção visual da construção coletiva da imagem de uma cidade – 29/06/24



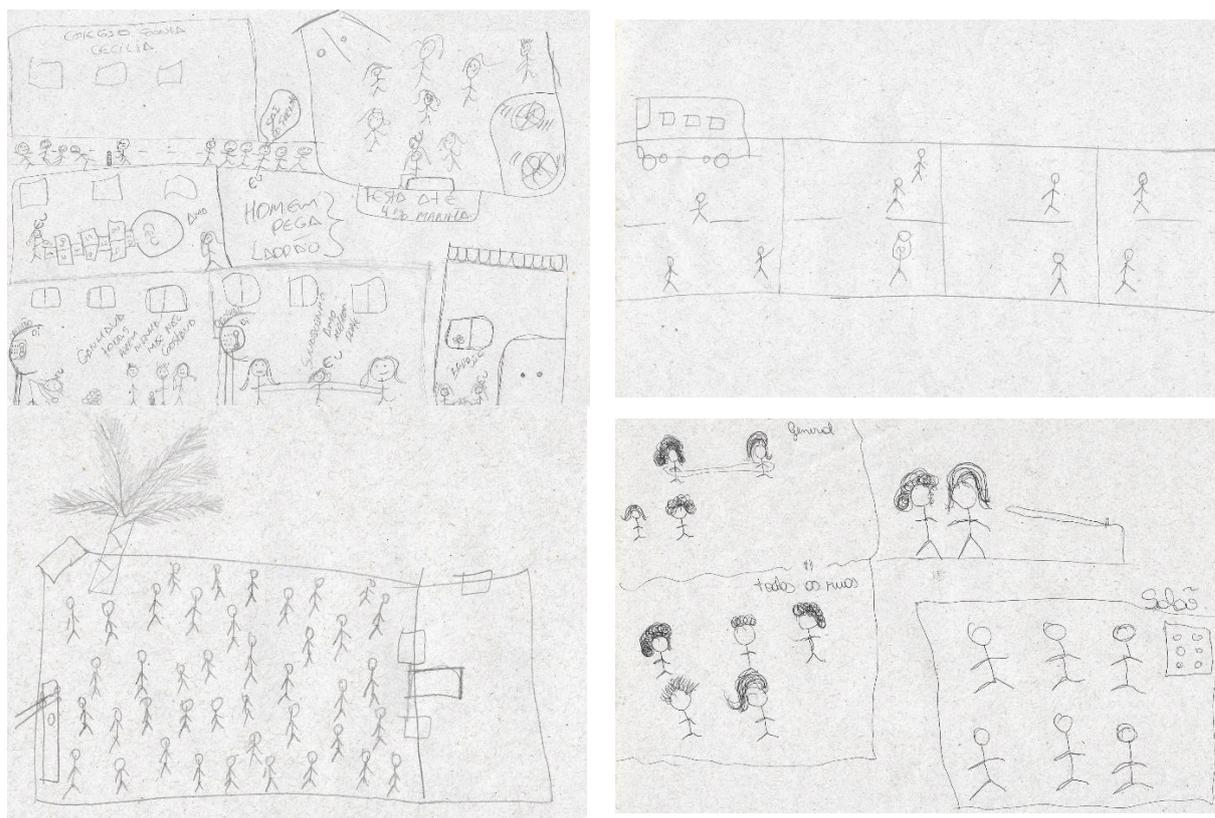
Fonte: Produção própria dos integrantes do UNIJOC.

Não houve dinâmica no dia 06/07/2024, devido a problemas da escala de horários do UNIJOC e suas reuniões, tivemos de suprimir a dinâmica e iniciar diretamente com as produções visuais.

A produção visual seguinte foi voltada a retratar e documentar a memória afetiva dos participantes relacionadas ao Conjunto São Vicente de Paulo. As ideias que surgiram

enquanto desenhavam se baseavam nas suas infâncias, na forma como o CSVP era diferente, seja na mudança de um muro, de uma escada, a verticalização de uma casa, ou uma rua menos movimentada, como podemos verificar na Figura 117. Foram citadas brincadeiras específicas que os participantes tinham nas suas ruas, além dos locais que gostavam de frequentar.

Figura 117 – 5ª Produção visual da memória afetiva dos participantes – 06/07/24.



Fonte: Produção própria dos integrantes do UNIJOCC.

A rua General Tertuliano Potiguara foi retratada como um antigo local de lazer pelos participantes, que em suas infâncias aproveitavam o fato desta não ser muito movimentada, uma pequena área de recreação para um conjunto que não existia espaço para isso. Desde novembro de 2015, com a instalação da faixa exclusiva de ônibus na rua Beni Carvalho/Padre Valdevino, foi necessário o redirecionamento do fluxo viário local (ALMEIDA, 2015). Com isso a rua General Tertuliano Potiguara, que anteriormente era interceptada pelo canteiro central da Avenida Virgílio Távora, é aberta para desafogar o trânsito local. A partir de então, a rua perde sua característica pacata e disponível, e adquire um caráter movimentado, principalmente nas horas de pico, e segundo moradores com maior número de comércios locais. Podendo também ser este um fato interveniente no constante

crescimento de habitações do CSVV com 3º andar conforme comparação das Figuras 99 e 100, no subcapítulo anterior.

Também foram identificadas mudanças geracionais, como orelhões que não existem mais no local, ou o antigo muro do Centro Comunitário que era baixo e composto por cobogó, que facilitava a entrada das crianças para brincarem. Foi relatada ainda a existência de uma árvore dentro do pátio, antes de sua reforma e ser instalada uma cobertura em estrutura metálica. Alguns dos participantes afirmaram que prefeririam as atividades e estrutura do centro comunitário antigo, pois as crianças e moradores usavam este de forma mais deliberada.

Importante destacar que apesar de atualmente os encontros dos participantes das atividades acontecerem em locais fechados ou semifechados, suas memórias afetivas relatam diretamente o contrário. São os espaços abertos e compartilhados que fazem parte da memória coletiva, e conseqüentemente das identidades deles como moradores.

A penúltima produção visual, ocorreu no mesmo dia da 6ª produção, devido a problemas de agenda, e o prazo limite para tabulação de dados. Dado os motivos, tivemos de suprimir a dinâmica e iniciar diretamente com as produções dos materiais visuais.

Foi proposto que cada participante escrevesse uma lista com os 7 lugares que mais gostam de frequentar na cidade de Fortaleza. Após isso, foi pedido que desenhassem o Conjunto São Vicente de Paulo na parte central da folha e a partir de então, tentassem traçar o mapa com os estes locais listados, como podemos ver na Figura 118. Solicitamos que o uso do *Google Maps* e demais artifícios tecnológicos ou analógicos fossem evitados ao máximo, uma vez que o senso de direcionamento do participante também fazia parte do processo de avaliação do material visual.

Para uma melhor compreensão, foi solicitado que o mar (praia) fosse indicado nos desenhos. Compreendeu-se após o término da produção e a explicação dada por cada um dos participantes, que sua maior frequência de deslocamento e visitação, são na direção da parte oeste e central da cidade. Tendo a parte leste da cidade resumida ao *Shopping Center Iguatemi*. Quando questionados sobre os motivos, a grande maioria dos participantes não souberam exatamente informar a razão.

Porém, um dos moradores, despretensiosamente, ao tentar buscar uma justificativa para a similaridade dos desenhos afirmou que “este lado (leste) são para coisas de comprar, não vejo muito o que fazer aqui, este lado aqui (oeste) as coisas são feitas para se viver”. Há uma forte relação entre o mercado de consumo e serviço e a separação de áreas na cidade de

deslocamento dos moradores é a recreação, tendo como destino praças ou centros culturais, como também espaços de lazer de baixo custo, ao exemplo da praia.

Uma outra característica marcante desta produção visual é o fato da cidade de Fortaleza ser retratada, por sua malha geométrica de quarteirões. Isso nos mostra que mesmo com a visão do transeunte, conseguimos ter o desenho rígido cartesiano em nossas mentes. A vivência na cidade faz com que esta ideia, de cidade organizada em malha já esteja fixada em nossas mentes e principalmente na maneira de pensar o espaço urbano.

A dinâmica do sétimo e último dia se consistia em um trabalho de equipe dos participantes. Foi pedido para que os moradores formassem um círculo dando as mãos, e proposto que invertessem o lado do círculo, ou seja, estando todos voltados para o centro, teriam de ficar de costas uns para os outros, porém, jamais deviam soltar as mãos para tal. Inicialmente houve alguns conflitos, pois os participantes estavam tentando de forma individual resolver a questão. Após alguns minutos, veio a constatação de que somente trabalhando de forma conjunta poderiam solucionar o problema, notou-se rapidamente que a solução era simples contando que todos se envolvessem com o mesmo fim. Esta dinâmica se relaciona diretamente com o propósito da última produção visual, qual era necessário o comprometimento de todos para as resoluções dos problemas do Conjunto São Vicente de Paulo.

A produção visual foi dividida em 2 etapas: A primeira etapa foi elaborada por duas equipes, em que fizeram um apanhado de todas as dinâmicas que participaram, listando todas as problemáticas e potencialidades que eles reconheciam no CSVP, sendo que estas poderiam ser concretas ou abstratas. Logo após isso, listaram as possíveis soluções que achavam mais cabíveis para se intervir no conjunto habitacional.

A Segunda etapa buscava transformar as soluções em elementos visíveis no espaço urbano. Sendo assim, foi disponibilizada uma planta do conjunto plotada em folha tamanho A0, para que os participantes tivessem a liberdade de se expressar visualmente e explorar as diversas formas de atuação e possibilidades na solução dos problemas e potencialidades existentes e vividos por eles. Podemos verificar o resultado das ações na Figura 119.

As propostas variaram entre: inserção de atividades de cunho cultural para a população; criação de espaços de lazer e estar para os moradores com plantio de vegetação rasteira, arbustiva e arbórea; aplicação de hortas verticais; equipamentos comunitário de diversos usos (varais, bancos, caixas de som para a rádio comunitária, lixeiras, bicicletários);

proposta de identidade urbana a partir de intervenções artísticas; aumento da iluminação pública; expansão do prédio do centro comunitário para o ampliação serviço prestado com novos usos e equipamentos, e a criação do ‘espelho contrário de dentro’ (termo usado pelo participante) na rua Beni Carvalho, uma forma de demonstração da parte interna do conjunto para os moradores e transeuntes da via de forma convidativa a conhecerem o local. Apesar do número de participantes não ter sido consideravelmente expressivo, as decisões e justificativas tomadas para as soluções dos problemas foram cabíveis para o local, tendo uma visão interna de questões que poderiam passar despercebidas pelo pesquisador, são tratadas de forma direta e simples, mostrando uma compreensão espacial e funcional do local.

Bucou-se nestes matérias, cristalizar de forma sutil aquilo que Cosgrove (1998), nos retrata afirmando que os códigos de comunicação, são reforçados pela reprodução material da vida, e estes códigos incluem diversas formas da produção simbólica como os comportamentos, as construções e festas. Desta forma, por meio das produções, foi representada a forma atuação, simbologia e referências que relação com o lugar e com a paisagem do CSVP e com a cidade refletem nas vidas dos moradores do local do estudo.

Figura 119 – 7ª Produção visual da atuação dos moradores na resolução dos problemas locais – 13/07/24.



Fonte: Produção própria dos integrantes do UNIJOCC.

Sendo assim, ao final das produções, julgamos necessário a elaboração de um quadro síntese dos resultados obtidos durante as 7 produções visuais junto aos moradores. Foi resumido objetivamente no Quadro 3, as informações coletadas durante o processo para que facilite ao leitor a sua compreensão a finalização desta etapa de pesquisa. Desta forma foram tabuladas as seguintes informações: Objetivo, Produto e Resultado.

A identificação de diversos aspectos que complementam a caracterização do perfil do morador que reside no CSVP, perpassa as diferentes esferas da materialidade, imaterialidade, cultura, memória, autoconhecimento, identidade, seu espaço ocupado na cidade e como este morador se relaciona com ela. Isto nos fez aprofundar ainda mais as discussões sobre as transformações que ocorrem no CSVP e como estes indivíduos estão relacionados a estes processos, mesmo que de forma não intencional, é imprescindível a atuação deles para a manutenção dessa identidade, principalmente no momento em que estão crescendo as novas gerações, e assumindo posições locais de destaque, como a presidência da associação dos moradores do CSVP.

A conservação do *genius loci*²¹ do Conjunto São Vicente de Paulo, está totalmente relacionado aos seus moradores, e a forma com que eles mantem sua relação com o espaço. Sem a atuação e ocupação de seus habitantes e de seus descendentes, o local não possuiria esta singularidade em sua paisagem.

Sendo assim, foram formuladas aos entrevistados da Etapa 4), três questionamentos relacionados a sua permanência no CSVP, foram eles: A) ‘Se mudaria para o mesmo bairro, porém fora do CSVP? Se sim, onde seria?’; B) ‘Se mudaria para outro bairro da cidade? Se sim, qual bairro?’; C) ‘Se mudaria para outro município? Se sim, qual?’. Observemos as respostas no gráfico da Figura 120 (pag 268).

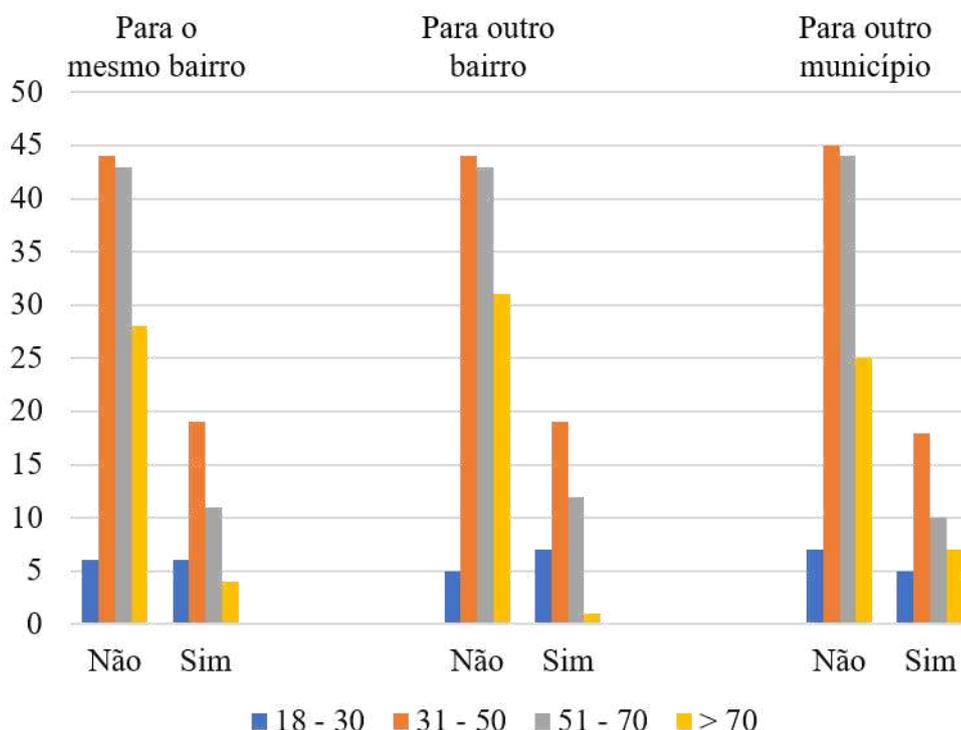
21 Termo latino que se refere ao ‘espírito do lugar’.

Quadro 3 – Síntese dos resultados obtidos pelas produções visuais.

Prod.	Objetivo	Produto	Resultado
1ª	Identificar os lugares que os moradores mais gostam, e os lugares que eles evitam.	Cartografias de destinos desejados e indesejados, com delimitação do fluxo.	Destinos desejados: Casas de familiares e amigos, espaços de convivência e o Centro Comunitário. Destinos indesejados: Becos e algumas esquinas.
2ª	Identificar os elementos urbanos que fazem falta para os moradores, e como melhorariam sua realidade.	Redesenhos do CSVP de como os moradores implantariam seus desejos ou melhorias.	Inserção de equipamentos urbanos e vegetação; reconstrução do CSVP na forma de condomínio fechado com área de lazer e segurança; implantação de espaço para atividades culturais.
3ª	Compreender a percepção dos moradores da diferença entre uma habitação da favela e a sua habitação do conjunto.	Desenhos comparativos entre casas tipicamente da favela e as próprias casas dos moradores.	Foram apontadas e reconhecidas por alguns participantes semelhanças físicas e descritivas entre as casas tipicamente da favela e as unidades habitacionais do CSVP.
4ª	Compreender como os moradores do CSVP percebem a cidade e quais seus principais elementos, além do seu lugar na cidade.	Desenhos compartilhados entre os moradores de como eles entendem os elementos que formam as cidades.	Percepção a partir do material produzido pelos participantes de que a cidade é fragmentada, segregada, estruturada por grandes vias, sendo fortemente um espaço de consumo e lazer, onde as favelas e comunidades estão sempre à margem.
5ª	Compreender as relações afetivas dos participantes com o lugar, e onde elas aconteceram.	Desenhos das memórias afetivas dos moradores com o CSVP.	Identificação do Centro Comunitário com ambiente aberto e disponível para recreação, além da Rua General Tertuliano Potiguara como local de lazer e atividades, das brincadeiras e demais elementos que compunham as ruas do local de estudo.
6ª	Compreender como se dá o deslocamento e a relação dos moradores com a cidade.	Cartografias de 7 lugares na cidade que os moradores mais visitam e seus fluxos.	Predominam os deslocamentos em direção à área central e oeste da cidade, com intuito de consumo de bens, serviços e lazer. Retratação da malha urbana no formato geométrico.
7ª	Observar como os moradores atuariam de forma deliberada dentro do seu espaço, e quais soluções eles encontrariam para os seus atuais problemas.	Planta do CSVP com intervenções elaboradas pelos moradores a partir das potencialidades e problemas que foram ou não reconhecidos nas dinâmicas.	Identificação da carência de instalação de equipamentos comunitário de diversos usos; intervenções artísticas nas ruas internas e externas que exaltariam as características culturais do local; melhorias de serviços urbanos já existentes; e a verticalização do Centro Comunitário.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 120 – Respostas sobre a intenção de permanência dos moradores do CSVP relacionadas com a faixa etária dos entrevistados (162 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos observar que majoritariamente, os participantes desta pesquisa não pretendem se mudar do CSVP. Porém, observemos que as faixas etárias de 18-30 e >70 são as que conseguem exprimir uma variação perceptível quanto as suas respostas, mesmo que em alguns casos a diferença não é tão discrepante. As faixas etárias de 31-50 e 51-70 se mantêm quase idênticas em todas as respostas. A seguir as análises das faixas citadas anteriormente.

A faixa etária de 18-30, quando questionada sobre a possibilidade de mudança para outro local no mesmo bairro, se mostra neutra, a contagem de votos para *sim* e para *não* são iguais. Ao ponto que questionamos se os participantes se mudariam para outros bairros da cidade, o quantitativo de pesquisados que aceitariam se mudar de bairro agora é maior. Porém quando questionados sobre sair da capital e morar no interior, o quantitativo maior se pauta na permanência no CSVP. A faixa etária mais nova que participou da pesquisa se mostrou mais interessada em permanecer na cidade de Fortaleza, do que no próprio CSVP.

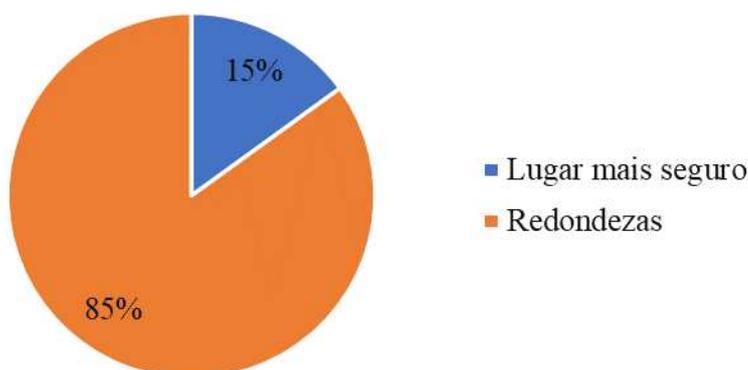
Com este dado podemos afirmar que os moradores que fazem parte da faixa etária de 18-31 anos, possuem interesse em permanecer na capital, seja CSVP, ou em outro bairro da cidade. Logo apresenta uma maior relação das atividades e costumes voltados aqueles que são encontrados de forma fácil e acessível em metrópoles.

A faixa etária de >70, quando questionada sobre a possibilidade de mudança para outro local no mesmo bairro, a maioria dos entrevistados se mostram completamente contrários a esta ideia, aparecendo apenas 04 votos para uma possibilidade de mudança para o mesmo bairro. Ao ponto que questionamos se estes participantes se mudariam para outros bairros da cidade, o quantitativo de pesquisados que aceitariam se mudar de bairro agora é menor ainda, tendo apenas 01 voto. Porém quando questionados sobre sair da capital e voltar a morar no interior, mesmo tendo o quantitativo maior sendo a resposta negativa, encontramos uma crescente de respostas positivas, totalizando 07 votos, sendo este maior que a soma das outras duas questões anteriores.

Desta forma, identificamos que os moradores mais antigos, os quais participaram ativamente do processo de luta do espaço urbano e da construção das unidades habitacionais, dificilmente abrirão mão de sua conquista. Porém, como mostra o último dado analisado, este grupo aparentemente ainda mantém forte relação com seus municípios de origem, uma vez que parte dos entrevistados desta faixa que demonstraram interesse em morar no interior. Quando perguntado qual seria o município, foi respondido que seria o seu de origem.

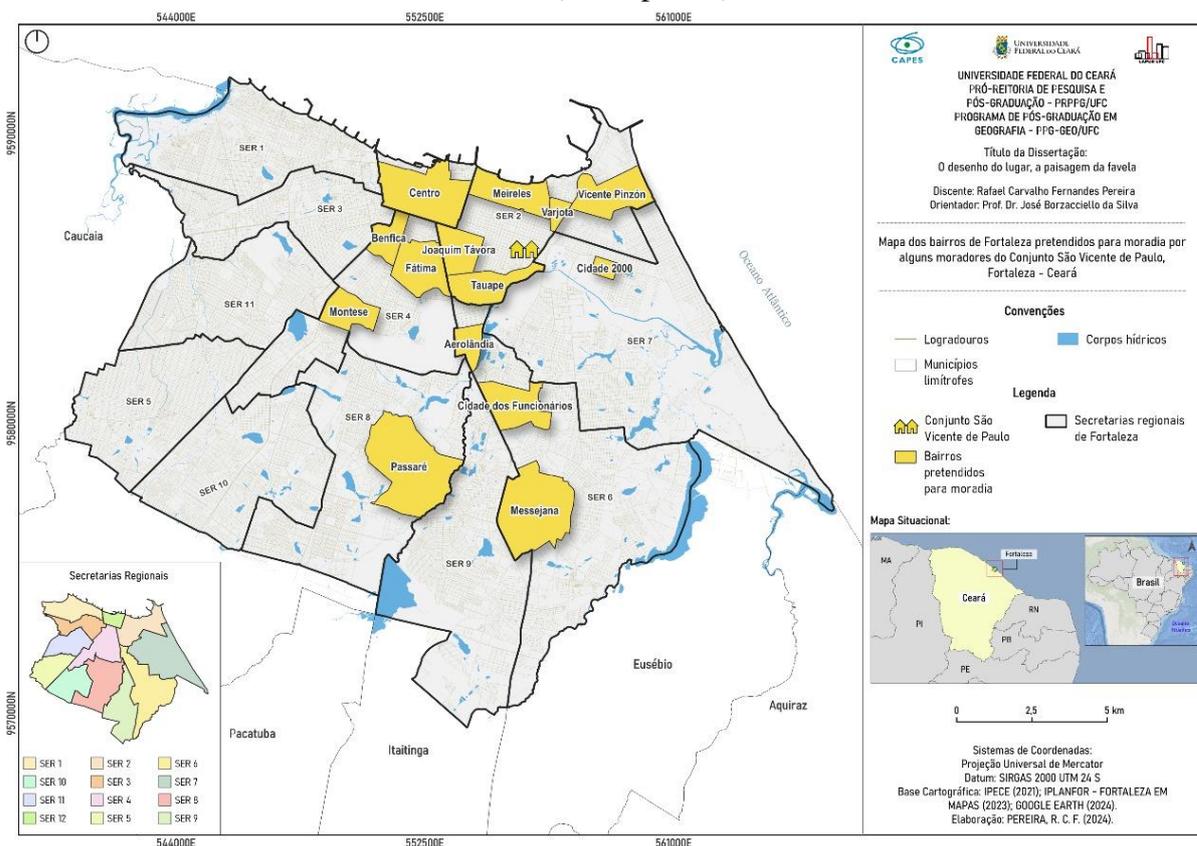
Voltando ao gráfico presente na Figura 120, ao questionarmos aos participantes que responderam de forma positiva em relação a mudança para outro local dentro do mesmo bairro (Aldeota), observamos na Figura 121, que a maioria das respostas (85%) se direcionam para estes espaços que sejam circunvizinhos do CSVP, de forma a não perder as relações com outros moradores e nem as referências espaciais que já possuem. A preocupação com a segurança também se mostra presente, ao ponto que 15% informou que necessariamente não importa a localização do morador no bairro, contando que seja um espaço mais seguro.

Figura 121 – Destino dos entrevistados que tem a intenção de mudança para o mesmo bairro (20 respostas).



No mapa da Figura 122, podemos observar que os entrevistados que mostraram interesse em se mudar do CSVP para outros bairros, buscaram escolher bairros mais próximos a sua atual localização, como a Centro, Varjota, Meireles, Joaquim Távora e São João do Tauape, de forma a não modificar drasticamente sua rotina, e manter os costumes de uso e consumo nos espaços os quais já estão habituados. Além disso, foi possível identificar também alguns outros bairros que exercem centralidades na capital, são eles: Benfica, Bairro de Fátima, Montese, Messejana e Cidade dos Funcionários, de forma que mesmo fora de uma região dotada de serviço e comércio, os moradores consigam atender minimamente suas necessidades diárias.

Figura 122 – Mapa dos bairros de Fortaleza pretendidos para moradia por alguns entrevistados do CSVP, Fortaleza – Ceará. (37 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

O bairro da Cidade 2000, outro conjunto habitacional da década de 1970, foi citado por sua localização em área valorizada, além de possuir uma dinâmica urbana local muito ativa e atípica de seu entorno, o que se torna grande atrativo para a redondeza na questão gastronômica. Os bairros do Vicente Pinzón, Aerolândia, e Passaré, tiveram motivos familiares como principal incentivo à mudança. Importante salientar que não houveram

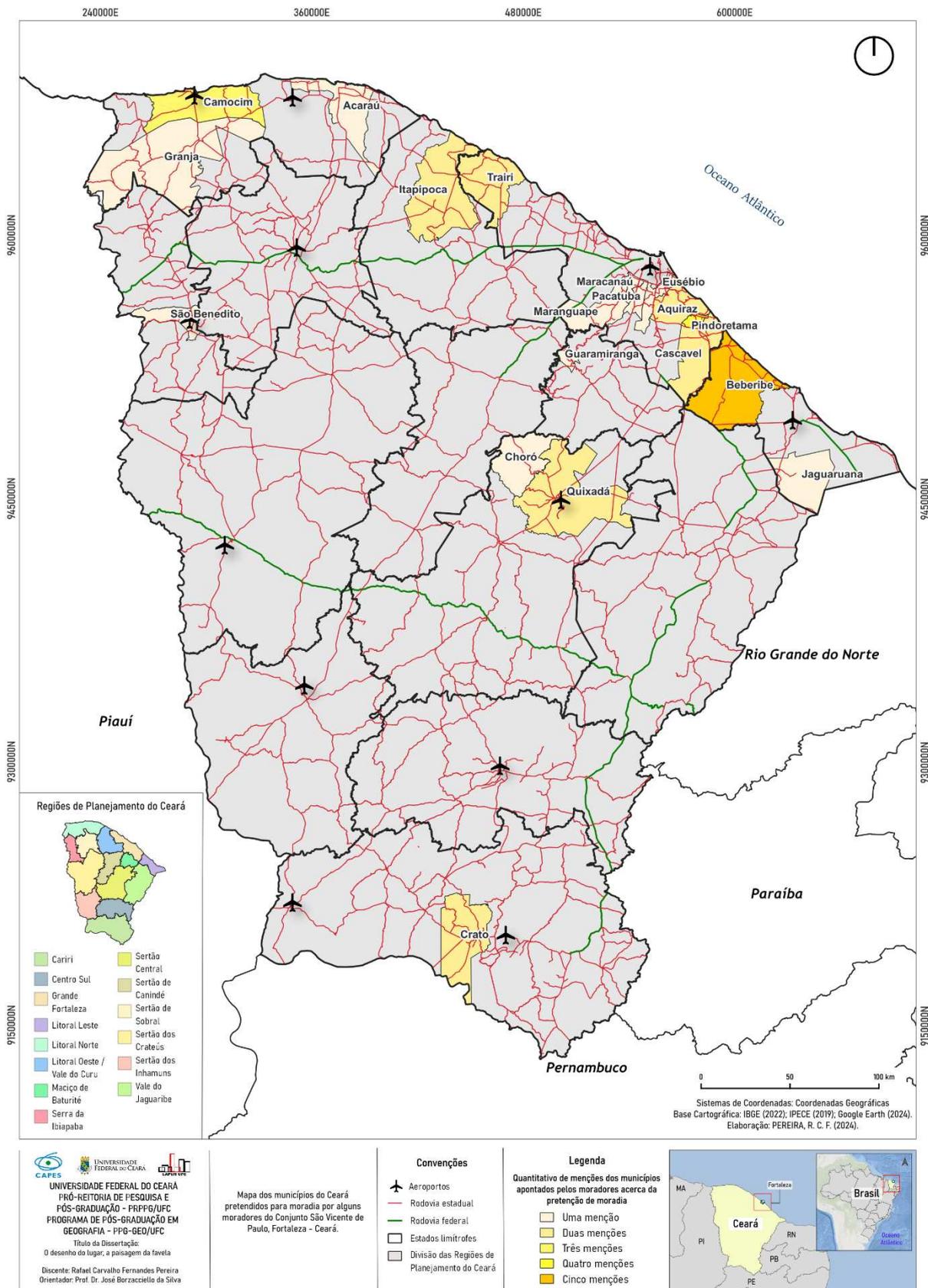
interesses nas Regionais 01, 03, 05, 09, 10 e 11, no qual a motivação pode se dá pela falta de infraestrutura de alguns bairros, e por estas regionais serem constituídas em sua maioria por bairros de baixa renda, além de serem afastadas da região central e valorizada da cidade, e da área do CSVP.

Em relação aos moradores que afirmaram pretender se mudar para o interior do Estado do Ceará, observamos na Figura 123, os destinos citados. Podemos notar que existe a semelhança de alguns poucos municípios citados na Figura 79, isso se deu pelo motivo principalmente dos entrevistados que fazem parte das faixas etária de 51-70 e >70 afirmarem seus desejos de retornarem às suas cidades natais, para que pudessem passar por uma velhice mais tranquila, em uma cidade menos perigosa e agitada como é a capital do Ceará.

Uma parte considerável dos participantes que fazem parte da faixa etária de 31-51, também afirmou o desejo de se mudarem para o interior do Estado do Ceará. Estes afirmam que apesar de não terem nascido, ou passado sua infância e adolescência fora da capital, conseguiram manter o vínculo com o município por meio das relações familiares. Desta forma, por conhecerem e apreciarem a vida tranquila e pacata do interior, buscam também meios de fugir da rotina atribulada na qual atualmente estão inseridos.

É perceptível, e coerente com gráfico presente na Figura 121, que a quantidade de municípios presentes na Figura 123, é muito inferior em relação à Figura 79. Este fato é muito pautado no discurso dos participantes das faixas etárias 31-51 e >70, no qual informaram que ‘do interior eu já vim, não quero voltar’, estes já se acostumaram com a vida urbana e os percalços que são trazidos junto a ela. Os municípios citados como pretendidos, se localizam em sua maioria nas Regiões do Litoral Leste, Grande Fortaleza, Litoral Oeste/Vale do Curu e Litoral Norte, ou seja, municípios litorâneos, que possuem um desenvolvimento econômico ascendente devido a demanda turística, assim como grande oferta de infraestrutura rodoviária principalmente se compararmos com os dados de 1974 na Figura 79. Outro dado explorado no mapa é a distribuição de aeroportos no Estado, hoje meio mais comum de deslocamento em comparação à 1974. Estas infraestruturas viárias são localizadas nas regiões dos municípios citados pelos participantes, são eles: Litoral Leste, Litoral Norte, Sertão Central, e Cariri, desta forma, é facilitada a conexão com a capital.

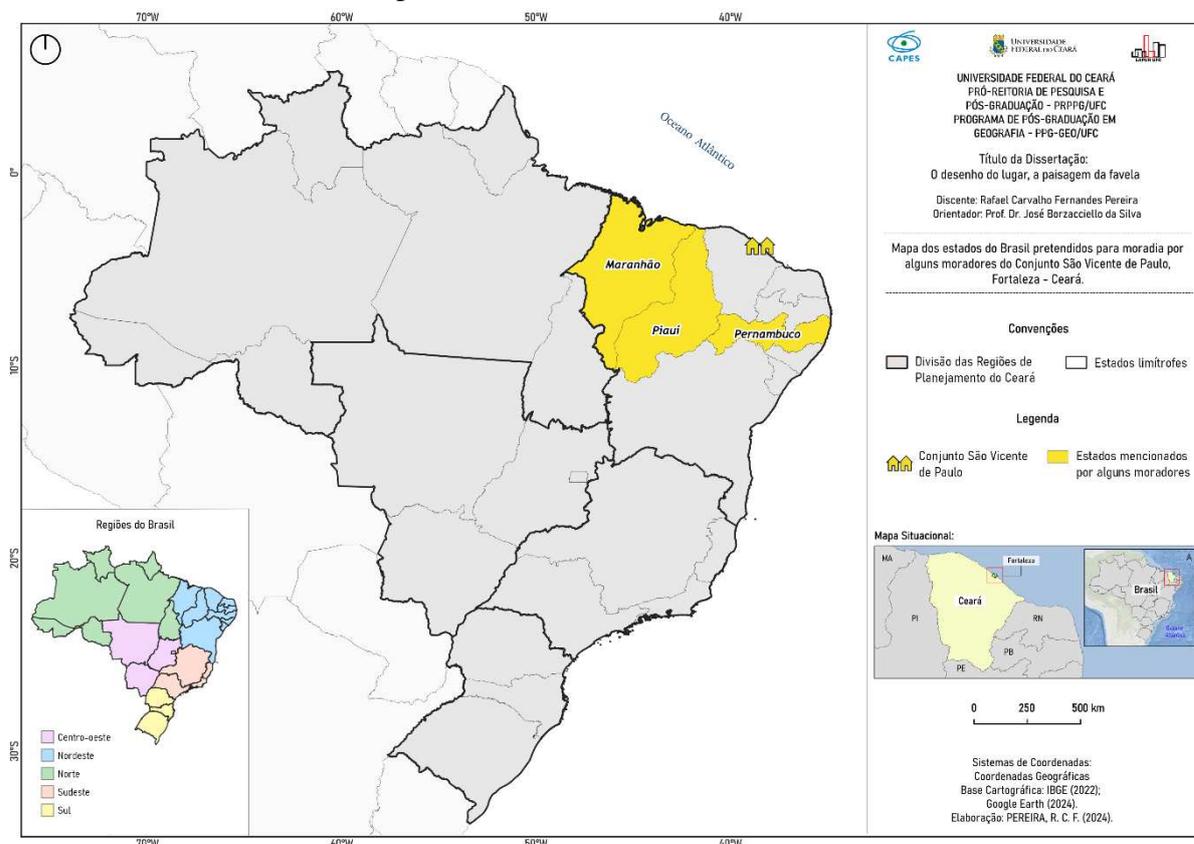
Figura 123 – Mapa dos municípios do Ceará pretendidos para moradia por alguns moradores do CSVP, Fortaleza - Ceará. (33 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Alguns moradores informaram que caso pretendessem sair da capital, se mudariam para outro estado (neste caso, o estado de origem). Foram mapeados na Figura 124, os estados citados durante as entrevistas, e conseguimos identificar que estes se restringem à Região Nordeste do Brasil. A escolha pode ter sido feita pela preferência de se permanecer em uma região cultural minimamente similar, ainda assim não muito distante da atual área de moradia, uma vez que possa ocorrer o desejo de visitação ao CSVP.

Figura 124 – Mapa dos estados do Brasil pretendidos para moradia por alguns moradores do CSVP, Fortaleza - Ceará (4 respostas).

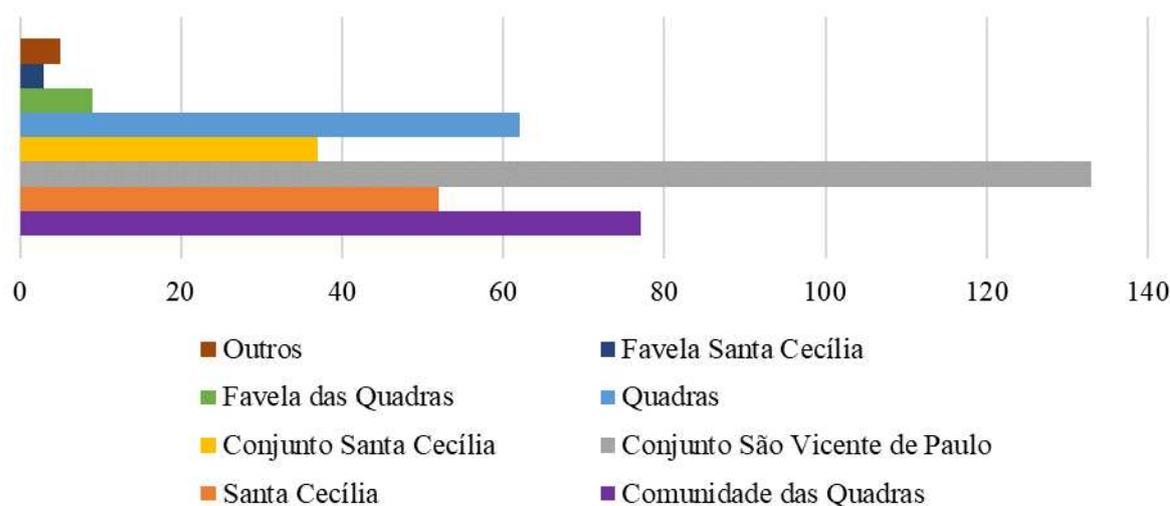


Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação a preferência dos moradores pelo termo no qual consideram correta a identificação local de pesquisa, observamos na Figura 125 a distribuição desta aceitação. Segundo Pereira (2018), o consenso dos moradores sobre a denominação correta a ser utilizada para identificar o local era conflituoso, e que este dilema já vinha sendo prolongado desde o estabelecimento do assentamento (por volta dos anos 1950), acentuado pela identificação do local no Mapa de Vilas Marginais de 1973 (Figura 23), como Vila Marginal Itororó, nome antigo da Rua General Tertuliano Potiguara.

Logo esta pesquisa trouxe aos entrevistados os termos mais utilizados para identificação deste lugar, para estes pudessem escolher mais de uma opção com a qual concordasse. Os termos ‘Favela das Quadras’ e ‘Favela Santa Cecília’, tiveram baixíssimas aderências durante a pesquisa, tendo em vista que para os participantes, o seu significado além de ser pejorativo, designa um espaço não urbanizado e sem regularização fundiária, o que é incompatível com a realidade do Conjunto São Vicente de Paulo. Os termos ‘Santa Cecília’ e ‘Conjunto Santa Cecília’, apesar de uma maior aceitação, ainda não foram efetivamente aceitos pelos moradores, uma vez que não reconhecem laços concretos estabelecidos com a instituição Colégio Santa Cecília. Estes termos são facilmente encontrados na identificação da área nos projetos arquitetônicos do conjunto habitacional, uma vez que o nome oficial ainda não tinha sido definido junto ao conselho comunitário da Associação de Moradores.

Figura 125 – Termos mais aceitos pelos participantes para identificação do local da pesquisa (162 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os termos ‘Quadras’ e ‘Comunidade das Quadras’, como contemporaneamente o espaço desta pesquisa tem sido comumente identificado, principalmente pelos mais jovens e pelos meios de comunicação, nos aparece com uma aceitação respectivamente de 62 e 77 votos. Porém, alguns moradores antigos e jovens, entendem o uso do termo como uma herança preconceituosa proveniente dos termos ‘Favela das Quadras’. Portanto, há uma resistência, como também conscientização deste grupo de moradores quanto ao uso do termo. É comum ouvir deles “‘Quadras’ foi do tempo das casas antigas”, ou “‘Quadras’ é passado, nós moramos em um conjunto habitacional”.

Identificado como o mais aceito pelos moradores, o termo ‘Conjunto São Vicente de Paulo’ recebeu 133 votos das 162 respostas sobre este tema. Para os participantes, é importante o reconhecimento e uso do termo, uma vez que ele reflete um ponto decisivo de transformação e vitória dos moradores no processo de conquista da terra e melhoria das habitações. Ser considerado e reconhecido como um conjunto habitacional, permite aos residentes locais uma espécie de vitória em sua forma de luta ideológica contra os preconceitos, hostilidades e discriminações que eles sofriam anteriormente à urbanização da Favela Santa Cecília.

Desta forma, como respeito à decisão da maioria dos moradores, esta pesquisa reafirma a sua condição como Conjunto Habitacional, que possui diversos elementos construtivos, como também efêmeros que remontam características culturais e identitárias, de algo que é comumente conhecido por favela. Porém, deixaremos claro que não é nossa intenção desagradar os moradores participantes, mas sim, uma simples questão de escolha conceitual e etimológica do vocábulo ‘favela’.

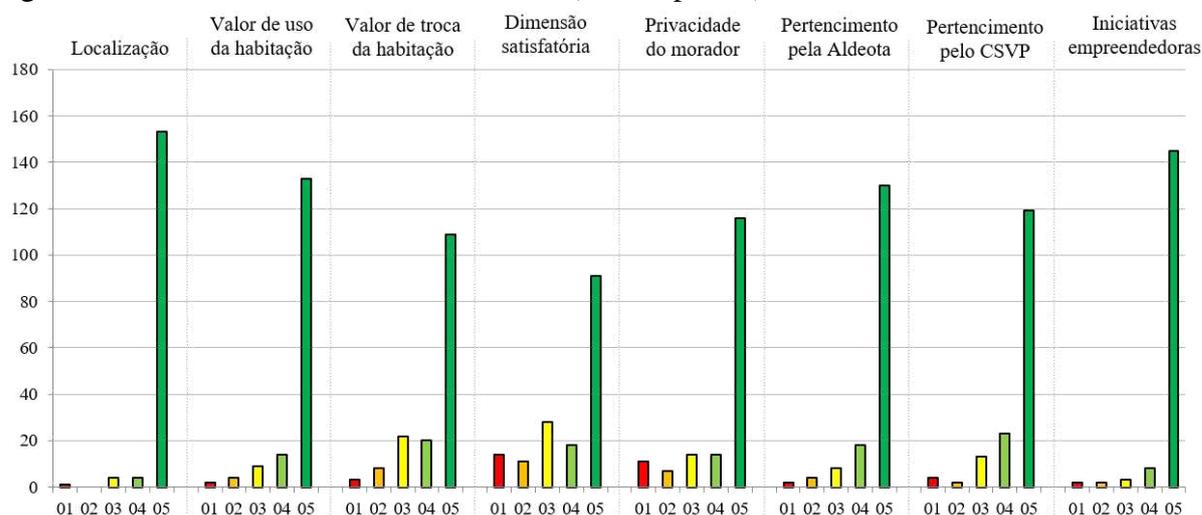
A última pergunta do questionário da Etapa 4, se tratava de uma classificação pelos participantes sobre determinados temas referentes ao CSVP em uma escala de Linkert²². Foram categorizados os seguintes assuntos: 1) Vantagem de localização do Conjunto São Vicente de Paulo em relação à sua centralidade na cidade de Fortaleza; 2) Valor sentimental do participante pela sua habitação; 3) Valor financeiro que o participante considera ter o imóvel; 4) O quanto a dimensão da unidade habitacional é satisfatória; 5) O nível de privacidade que o morador dispõe, tanto em relação ao seu vizinho, quanto aos outros moradores do mesmo imóvel; 6) Sentimento de pertencimento ao bairro da Aldeota; 7) Sentimento de pertencimento ao CSVP; 8) Acredita que o local possua iniciativas empreendedoras iniciadas pelos próprios moradores. Na Figura 126, podemos identificar os resultados obtidos por esta questão.

Inicialmente, podemos notar que, a questão da localização central do conjunto na cidade de Fortaleza, é a melhor conceituada pelos participantes dentre as demais questões. Isso reforça a teoria da busca das novas gerações pela suas permanências nesta localidade, onde conforme os próprios moradores, são próximos do centro, da praia, de áreas de lazer, de supermercados, dos postos de trabalho e de serviços básicos, de fácil deslocamento para qualquer parte da cidade, dentre outros. Este tem sido um dos motivos pelos quais as

²² Escala de classificação usada para medir atitudes, percepções e opiniões. Muitas vezes utilizada em pesquisas das ciências sociais, nas quais os pesquisadores usam a escala para entender pontos de vista e sentimentos em relação a um produto, serviço, marca ou mercado.

moradias de aluguel do CSVP tem se tornado atrativas para novos moradores de outros bairros e municípios, conciliando localização e valores acessíveis.

Figura 126 – Resultado da escala de Linkert (162 respostas).



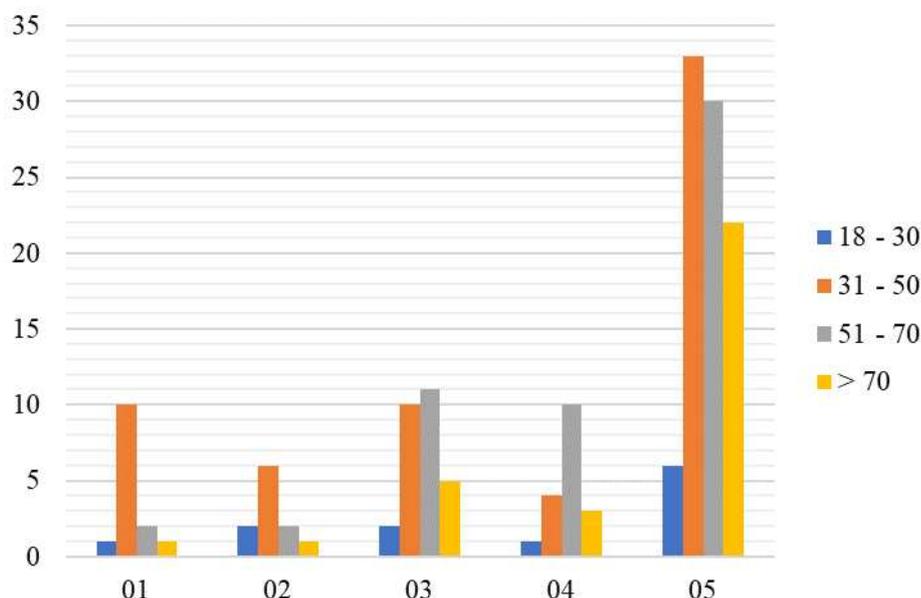
Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao compararmos os resultados das questões ‘Valor sentimental do participante pela sua habitação’ e ‘Valor financeiro que o participante considera ter o imóvel’, conseguimos identificar que o apego e a estima, assim como a utilidade física que estes objetos proporcionam aos moradores, (no caso moradia), ultrapassam o valor financeiro que estes participantes consideram que as unidades habitacionais possuam. Logo, é mais complicado convencer um morador a vender sua casa pelo preço de mercado, uma vez que este utiliza outra medida de valor para mensurá-la, dificultado a negociação.

Encontramos o resultado com a menor avaliação positiva, quando questionamos aos participantes, suas satisfações em relação ao dimensionamento das unidades habitacionais. As habitações com apenas 3,35 metros de largura interna, e cada vez mais verticalizadas, mostraram que suas proporções ficaram defasadas pelo próprio processo natural de crescimento e envelhecimento das famílias.

Na Figura 127, vemos a relação das respostas desta avaliação com a faixa etária dos participantes. Identificamos que a maioria que classificou com notas de 01 à 02, são as faixas de 31-50, ou seja, provavelmente filhos e netos dos primeiros moradores. Quando observamos as pontuações 03 e 04, a faixa etária mais presente é entre 51 à 70 anos, ou seja, os próprios primeiros moradores e seus filhos. Logo, consideramos que o descontentamento em diferentes níveis com o dimensionamento obsoleto das unidades é de certa forma, uma preocupação que perpassa o maior número de habitantes locais.

Figura 127 – Item satisfação com a dimensão da residência relacionado com a faixa etária dos participantes (162 respostas).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação aos níveis de privacidade que os moradores possuem, sejam em suas casas ou em relação aos seus vizinhos, também demonstram insatisfação considerável. Segundo os entrevistados, não é incomum a ocorrência de problemas entre vizinhos devido a falta de isolamento acústico entre as moradorias. O que não é muito diferente dos relatos referentes aos diferentes ambientes internos das unidades habitacionais.

Quando equiparamos os resultados das questões ‘Sentimento de pertencimento ao bairro da Aldeota’ e ‘Sentimento de pertencimento ao CSVP’, identificamos um maior resultado relacionado ao pertencimento ao bairro da Aldeota, do que ao conjunto em estudo. Isso pode ser um reflexo da visão de quase todos os moradores participantes da Etapa 4 que se localizam na suas externas da área de pesquisa (Rua General Tertuliano Potiguara, Rua Vicente Leite, Avenida Senador Virgílio Távora e Rua Beni Carvalho). Durante a entrevista foi possível perceber a reação de alguns entrevistados, demonstrando uma certa diferenciação, do ‘pessoal que mora dentro’, do ‘pessoal que mora fora’. Desta forma, segundo estes mesmos moradores, as habitações do ‘lado de fora’ são mais valorizadas, não há prática de comportamentos ilícitos, e por não precisar adentrar as ruas estreitas do conjunto, muitos deles, nem mesmo se consideram parte da comunidade. Logo, esta diferenciação das localizações das moradias, pode ter refletido um maior pertencimento dos entrevistados ao seu bairro do que sua comunidade.

Visto a quantidade de comércios e serviços identificados nas Figuras 102 e Figura 103, assim como sua fama no bairro pela diversidade de estabelecimentos presentes no CSVP, foi questionado aos participantes, se estes identificavam muitas iniciativas empreendedoras presentes na área do estudo. Como resultado, a resposta teve a segunda maior avaliação da escala, refletindo o empoderamento, iniciativa e o próprio reconhecimento local do engajamento dos moradores empreendedores, que buscam atuar em diferentes frentes, atendendo ao público interno (CSVP), quanto ao público externo (bairros da Aldeota, Meireles, Joaquim Távora e Dionísio Torres).

Durante este subcapítulo, pudemos identificar na leitura da paisagem favelada do CSVP os elementos que a compõe, buscando desmistificar as ideias que pré-estabelecidas estão em nossos subconscientes. Desta forma, pudemos falar da favela como identidade cultural e produto resultado da luta por moradia.

A forma da primeira percepção destes lugares, segundo resultado da pesquisa com pessoas, é vinculada a vias orgânicas e estreitas, porém, estas mesmas características são encontradas em parte de centro de cidades antigas, medievais, e que hoje se destacam por sua representação cultural e atrativo turístico. Ao ponto que questionamos se nossas favelas não teriam elementos suficientes físicos e simbólicos para se equipararem a estas cidades tradicionais, sendo espaços de representação identitária de um processo de migração sertaneja e urbanização de nossa capital.

O que desperta e instiga nossa curiosidade e interesse no CSVP, é sua subversão à imposição do espaço do poder por meio do projeto estatal, que demonstra por meio da sua paisagem que superou a normatização e controle visual. Este processo é dado de forma natural, e utiliza a autoconstrução como ferramenta de resgate e autoafirmação identitária.

Desta forma é possível identificar diversas características da favela que foram reinseridas de forma não intencional pelos moradores no CSVP, sendo uma delas a centralidade linear (JACQUES, 2001), que foi identificada principalmente nas ruas limítrofes da área de estudo. Portanto, notamos que não apenas a paisagem do local é modificada, mas o uso e a ocupação dos lugares por meio do comportamento e pertencimento dos moradores.

O reconhecimento de certas características e costumes dos moradores foi um ponto crucial para a pesquisa, uma vez que conseguimos sintetizar de forma objetiva e tabulada os seus anseios de melhoria, os lugares evitados, forma como se veem e se locomovem na cidade, e como eles resolveriam estas questões postas, se utilizando não apenas de infraestrutura, mas exaltando suas características identitárias.

É possível confirmar este forte apreço pelo local da habitação, ao observarmos que a grande maioria dos moradores entrevistados não pretende se mudar para outro local, demonstrando o vínculo profundo que se estabeleceu não apenas nos primeiros moradores, como também ocorre com as novas gerações que se cresceram e já estabelecem novas famílias no Conjunto São Vicente de Paulo.

Identificamos que a maior parte dos moradores participantes rejeitam o termo 'favela' para identificação do local, o que demonstra ser resquícios dos diversos preconceitos sofridos pelos moradores antes e durante o processo de urbanização. Para isso, eles se apegam e lutam para que o local seja abordado e reconhecido como conjunto habitacional, documentado e principalmente com a impossibilidade de remoção.

Foi possível ainda mensurar que uma das melhores condições que fizeram os primeiros moradores se estabelecerem no local, continua sendo hoje uma das melhores avaliadas: a localização. A centralidade, facilidade de deslocamento, proximidade com comércio e serviços ainda é uma condição primordial de permanência para os moradores.

A identificação do valor sentimental pela moradia ser maior do seu valor financeiro, demonstrou que o vínculo dos moradores, perpassa as condições materiais, e se pauta nas memórias e sentimentos construídos e compartilhados entre as famílias.

O Conjunto São Vicente de Paulo, é historicamente um espaço de luta, de conquista e de resiliência. As famílias de moradores constantemente se reinventam, e buscam no dia-a-dia se reafirmarem não apenas como comunidade, mas como indivíduos.

O direito a moradia, também deve ser acompanhado do direito à cidade, do direito à liberdade, direito à individualidade e direito a manifestação de suas culturas. Felizmente conseguimos encontrar no CSVP estes direitos sendo exercidos constantemente pelos seus moradores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade é o local da história de um povo, sua paisagem, arquitetura e urbanidade possuem importância para a memória coletiva deste grupo. Inerente ao urbano, as transformações são necessárias, principalmente as que ocorrem na morfologia, estas modificações muitas vezes estão relacionadas com os ciclos de desenvolvimento do capital, no qual é consequência a remodelação profunda da paisagem, dando assim maior espaço para a produção e reprodução do capital.

Por meio deste processo, a paisagem urbana produz uma característica identitária hegemônica, reformulando espaços e buscando atender demandas. E com o tempo, torna-se um forte canal indutor de mensagens e comportamentos, com o intuito de deixar nítido os símbolos de diferenças sociais e controle da cidade.

A cada novo modelo socioeconômico, novos modelos urbanos são introduzidos para se atender às novas demandas do capital, e a remodelação da paisagem é reiniciada. Durante este processo as populações mais pobres são removidas, em nome do embelezamento e desenvolvimento, criando assim a higienização urbana da pobreza. A favela como resposta habitacional que nasce durante o crescimento urbano acelerado, em um sistema econômico desigual e injusto, é o principal alvo deste processo.

A cidade pós-moderna em busca de terras extrapola seus limites municipais, e implementa uma região administrativa e comercial com os municípios adjacentes, desta forma nasce a Região Metropolitana. A metrópole por sua vez, impõe uma configuração urbana, ao mesmo tempo que dota de infraestrutura e conecta lugares, homogeneiza e espetaculariza espaços, instaurando novos comportamentos através dos símbolos de poder do capital.

As metrópoles passam oferecer seu espaço urbano como produto experiencial, e para dar lugar ao progresso, a realocação e expulsão de grupos é necessária, pois o solo urbano se torna extremamente valioso para o giro do capital. Os planos de desenvolvimento econômicos e urbanos não conseguem reconhecer e mensurar as especificidades das favelas, pois elas se configuram como modelo heterotópico, de ordenamento social alternativo ao capitalismo, no qual produz forma fluida de paisagem e lugar.

Esta outra realidade de construir e/ou habitar a cidade, se dá pela forma como o conhecimento de seus moradores se perpetua e reverbera, por meio de suas organizações comunitárias através da reafirmação identitária, e de seu modelo econômico que prioriza a o solo urbano para moradia ao invés do lucro.

O conceito de paisagem, que é amplamente trabalhado por diversos autores, e possui abordagens variadas, principalmente na geografia, nos foi inicialmente dificultoso mensurar a profundidade que deveríamos nos ater ao se trabalhar com sua concepção e aplicação. Ao ponto que trazia fortes referências ao resultado concreto que é produzido tanto materialmente quanto socialmente, nos era desafiado relacionar estas questões às temporalidades, linhas de pensamento, grupos econômicos e sociais, além das consequências econômicas de inserção de cidades em redes globais do capital.

Ao relacionarmos o conceito de lugar com favela, identificamos espaços que são profundamente familiares aos seus ocupantes, sendo este lugar de produção e reprodução da vida, onde o cotidiano e a vida comunitária acontecem. Devido a isso são espaço repletos de símbolos e significados das camadas mais populares, que constroem e reformam de forma vernacular suas casas e bairros, transmitindo sua cultura e identidade.

Desta forma, o próprio Conjunto São Vicente de Paulo, encontra outras possibilidades de desdobramento de pesquisas a partir das informações coletadas, como por exemplo: a origem regional ou étnica de seus moradores possuir alguma relevância para as intervenções produzidas por eles; projeções de crescimento vertical e horizontal das edificações; territorialidades criadas por grupos e atividades do poder paralelo no local; a ação interna do mercado imobiliário que o circunvizinha; a relação do renda das famílias relacionada com o crescente nível de escolaridade dos moradores; dentre outros. A gama de possibilidades que é válida para novas frentes de pesquisa é próspera.

O conceito de lugar, apesar da possibilidade de aplicação ser notável, possui um quantitativo menor de possibilidades em relação à paisagem. Desta forma, possibilitou um direcionamento mais específico para o tema abordado, conseguindo trabalhar de forma mais minuciosa a aplicação ao espaço construído coletivamente da favela. Pois a idealização de um espaço no qual o seu sentido é construído diariamente, por meio da impressão de símbolos e significados nos dão um panorama de perfeita aplicabilidade e aprofundamento por meio da pesquisa, seja ela bibliográfica, de campo, documental ou de levantamento.

A aplicação do relacionamento do morador com seu espaço habitado por meio do cotidiano (lugar) e a implicação simbólica que é resultada em seu ambiente como forma de reafirmar sua identidade (paisagem), traz também possíveis aplicações e prosseguimento desta pesquisa abordando outros dados históricos, culturais, econômicos ou sociais. A percepção do sujeito social que busca reafirmar sua individualidade, pode ter raízes e ramificações diversas,

cabem estudos antropológicos, sociais, da psicologia ambiental e de engenharia da autoconstrução, uma vez que as soluções construtivas são eficazes.

É possível identificar no desenvolvimento da pesquisa a utilização de diferentes tipos de ferramentas, o que possibilitou formas diversas de visualização de produtos resultados da aplicação dos conceitos no objeto. O uso de desenhos técnicos, assim como materiais visuais para apreensão da realidade ou subjetividade dos moradores, torna-se frutífero para se compreender a complexidade dos diferentes estratos que coexistem simultaneamente no mesmo lugar e paisagem. É válida a intenção de apreensão de diferentes ângulos sobre o mesmo objeto, criando assim uma análise mais robusta e próxima da realidade.

A relação e a participação das camadas mais humildes no processo histórico de crescimento e desenvolvimento da cidade de Fortaleza, foi explorada por meio da historicidade, revelando a importância em outros pontos da cidade para além do bairro Centro, produzidos, reproduzidos e conquistados pelas empregadas domésticas, pedreiros, mestres de obras, comerciantes locais e lavadeiras, ou seja, a força de trabalho braçal. Desta forma, houve um desvio na abordagem das grandes contribuições desenvolvimentistas das elites locais, e buscamos apurar e documentar parte das contribuições culturais e urbanas dos favelados que foram, e ainda são grande parte da população fortalezense, valorizando a multiplicidade de soluções arquitetônicas e urbanas, que persistem a se estabelecer na paisagem tão disputada de uma cidade onde o turismo é um dos grandes vetores de modificação espacial e visual.

O Conjunto São Vicente de Paulo, manteve estas características, mesmo passando por um processo de reformulação de sua estrutura física, durante a destruição da Favela Santa Cecília para a construção das unidades habitacionais pelo Governo do Estado. Conforme as casas eram entregues, os moradores imediatamente já modificavam minimamente os espaços internos ou externos, de forma a adaptar às suas necessidades, reinserindo o ‘código favela’.

Mesmo dentro de um modelo estatal de habitação, com configuração homogênea e cartesiana, os moradores conseguem transpor suas identidades e características, utilizando-se de pequenas e grandes reformas, ampliando suas casas horizontalmente adentrando no espaço público em média de 1,50 metros, e verticalizando suas habitações em até 3 pavimentos.

Para estes processos de reforma, são utilizados agora materiais industrializados, como forma de personificação da moradia, mesmo sendo contemporâneos, o método pode ser

identificado como uma construção vernacular da paisagem, pois se configura como ação residual da na Favela Santa Cecília, se utilizando dos mesmos princípios diferenciadores e adaptadores da época, assim como a mão de obra local. Nos mostrando que a paisagem política local não foi decisiva para sua configuração imagética, tendo como grande facilitador o modelo habitacional escolhida de casas geminadas.

A espacialização destas atividades também ocorre durante a ocupação e uso dos espaços públicos, como extensão de suas casas, podemos observar isso na implantação de varais comunitários, bancos de construção própria, comércios e diversos outros usos itinerários, moldando a paisagem do lugar de forma dinâmica através da corporeidade. Isso nos mostra que mesmo dentro deste modelo inicialmente engessado, os moradores conseguem instaurar outro modo de organização sociocultural e socioeconômico, que em muito se assemelha à Favela Santa Cecília.

É possível identificar também o envelhecimento da primeira geração de moradores da área de pesquisa, sendo encontrados em maior número seus filhos e netos, o que explica a verticalização acentuada que vem ocorrendo no conjunto. Ao mesmo ponto que também são encontrados sinais de investidas do mercado imobiliário de forma direta e indireta, mesmo que em pequeno porte, tanto em relação a intervenções, quanto a compra de habitações.

A busca de elementos na paisagem que a configurassem como favelada nos levou a uma pesquisa profunda com os moradores locais, analisando quais suas visões sobre suas moradias e a relação delas com uma favela, sua perspectiva de morador da cidade de Fortaleza e seu deslocamento dentro dela, e por último, como os moradores resolveriam os problemas locais indicados por eles.

Em relação a reflexão dos moradores sobre sua comunidade, pudemos constatar que existem questões inerentes à violência urbana que acabam por moldar a forma de uso e ocupação de alguns espaços dentro do conjunto, foi possível notar também que existe a idealização de modelo habitacional no qual se referenciam nos condomínios fechados e os equipamentos que proporcionam, existentes ao seu redor. Foram também observadas diversas características postas pelos moradores que assemelham o objeto de estudo com a favela, porém, os participantes não se veem urbanisticamente como uma favela, mas identificam as semelhanças linguísticas das habitações. Além disso, é citado com apreço e nostalgia alguns espaços específicos de brincadeiras e memórias coletivas de eventos.

Sobre a relação dos moradores com a cidade de Fortaleza, foi notada uma descrição de cidade profundamente geometrizada e organizada, estruturada por vias largas, com um skyline de grandes proporções demonstrando os atuais investimentos do capital imobiliários na capital. Ao mesmo tempo, que as favelas e comunidades eram representadas segregadas, em segundo e terceiro plano, constatando a falta de relação e conectividade destes espaços com o restante da cidade. Foi identificado também uma maior predisposição ao consumo de espaços e serviços de baixo custo na área central e oeste da cidade, resumindo o lado leste a um ponto específico, isso reforça a ideia de que existe uma diferenciação econômica em determinadas partes da cidade, que foram influenciadas por questões políticas, ideológicas, econômicas, pelo mercado imobiliários e pelas grandes famílias proprietárias de terras.

Na resolução dos problemas identificados pelos próprios moradores, buscaram-se saídas simples como reurbanização de vias, com instalação de infraestrutura básica e equipamentos urbanos, com a caracterização das ruas por meio de processo participativos, além de uma maior atenção para as áreas de lazer, esporte e cultura. As propostas de melhorias do CSVP pelos moradores, nos mostraram que não são necessários grandes planos urbanos e projetos de reassentamento de moradores para conquistar melhorias mínimas de questões cotidianas vividas por eles.

O vínculo construído entre moradores e o lugar se mostra ainda muito firme, uma vez que a maior parte dos moradores entrevistados afirmou não ter nenhum interesse em se mudar, sendo uma das motivações (além do grande apego sentimental com o lugar) a localização central do conjunto em relação à capital do Ceará. Isso não apenas facilita a vida dos idosos que já estão acostumados com os caminhos feitos para deslocamento, mas principalmente para os jovens que ingressão no mercado de trabalho, tendo a possibilidade de morar próximo do emprego, ou ter linhas disponíveis de transporte urbano.

A rejeição do termo favela pelos moradores é dado tanto pelo preconceito da vizinhança e ameaças de remoção que eles viveram no período anterior à urbanização, a construção de um imaginário favela é composto apenas pelas faltas de infraestrutura e condições sanitárias que eles se encontravam durante a ocupação Favela Santa Cecília. Infelizmente, os moradores do CSVP não relacionam o termo com as demais características que este tipo de ocupação espacial tem, e que são encontrados no objeto de estudo.

As ideias pré-concebidas e de senso comum, não conseguem sustentar um argumento que desvalide o uso da terminologia, uma vez que favela não apenas se resume a

forma e materialidade, mas sim à conteúdo, simbologia e comunidade. Ao se extirpar o modelo favela (barracos da Favela Santa Cecília), não se matou o ser favelado (aquele que por meio de hábito cotidiano vive e ressignifica seu lugar) existente nos moradores. Logo há uma subversão à imposição imagética cartesiana das habitações, superando o controle visual estatal, por meio da autoconstrução produzidas pelos moradores, fato este que ocorre de forma involuntária cotidianamente, pelos avós, filhos e netos.

O ‘lugar’ Conjunto São Vicente de Paulo, é construído e reconstruído diariamente por meio do cotidiano, da corporeidade e da *conversa* com o lugar, e tem como base a memória, a história e as relações estabelecidas de seus habitantes entre si, e com o próprio conjunto. A paisagem logo, transmite o resultado desse processo, torna-se produto social, onde as relações humanas são estabelecidas e reafirmadas, mas também proporciona referências simbólicas, que reforçam a reprodução material da vida social por meio dos códigos de comunicação, passando a ser também agente ativo local.

Desta forma, acreditamos que para o estudo de objetos com estas especificidades, a aplicação do conceito de paisagem e do conceito de lugar proporcionam uma abordagem ampla, metodológica e crítica, com fins de explorar os fenômenos e suas implicações no Conjunto São Vicente de Paulo. Podendo futuramente, ser material de questionamento sobre a qualidade e os artifícios que os conjuntos habitacionais possam ter, como mecanismos de autoafirmação identitária e cultural de seus habitantes.

REFERÊNCIAS

- ALDIGUERI, Camila Rodrigues. **Metamorfoses da terra na produção da cidade e da favela em Fortaleza**. 2017. 304p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.
- ALMEIDA, Camila de. Faixa de ônibus da Padre Valdevino começa a ser implantada. **Jornal O Povo**, Fortaleza, Ceará, 21 nov. 2015. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/11/21/noticiasjornalcotidiano,3537589/faixa-de-onibus-da-padre-valdevino-comeca-a-ser-implantada.shtml>. Acesso em: 24 abr. 2024.
- ALMEIDA, Rafael Gonçalves. **Favelas do Rio de Janeiro: Uma geografia histórica da invenção de um espaço**. 2016. 510f. Tese (Doutor em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.
- ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- ANDRADE, Margarida Julia F. de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade 1810-1933**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ANDREOTTI, Giuliana. **Paisagens Culturais**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.
- ARCHDAILY. **Vencedor do Prêmio Pritzker será anunciado no "início de março"**. ArchDaily Team, 05, mar. 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/958021/vencedor-do-premio-pritzker-sera-anunciado-no-inicio-de-marco>. Acesso em: 01 mai. 2024.
- AZEVEDO, Ana Francisca de. Desgeografização do corpo. Uma política de lugar. In: AZEVEDO, Ana Francisca de; PIMENTA, José Ramiro; SARMENTO, João (coord). **Geografias do Corpo: Ensaios de Geografia Cultural**. Porto: Livraria Figueirinhas, 2009. p. 31-80.
- AZEVEDO, Ana Francisca de; PIMENTA, José Ramiro; SARMENTO, João. As Geografias culturais do corpo. In: AZEVEDO, Ana Francisca de; PIMENTA, José Ramiro; SARMENTO, João (coord). **Geografias do Corpo: Ensaios de Geografia Cultural**. Porto: Livraria Figueirinhas, 2009. p. 11-30.
- BERNAL, Maria Cleide Carlos. **A Metrópole Emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**. Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004.
- BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- BRAGA, Elza Maria Franco. **Os labirintos da habitação popular** (conjunturas, programas e atores). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

BRANDÃO, Fátima Regina Lopes. **A elaboração do saber nas lutas pela moradia: Um estudo sobre ocupações de terreno em Fortaleza.** 2001. 255f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

BRASIL, Amíria Bezerra. O lugar dos excluídos: Um olhar sobre a política urbana e habitacional de Fortaleza ao longo dos séculos XX e XXI - mudanças e permanências. **Anais do XV ENANPUR**, Recife: 2013. Disponível em: «<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/issue/view/>». Acesso em: 06 jun. 2020.

CANTARINO, Carolina. Onde está o patrimônio da cidade. **Revista Eletrônica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. nº6. Publicado em: jan./fev. 2007. Disponível em: «<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=104>». Acesso em: 22 abr. 2018.

CARDOSO, Aduino Lucio. Assentamentos Precários no Brasil: Discutindo conceitos. In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia (edit). **Caracterização e tipologias de assentamentos precários: estudos de casos brasileiros.** Brasília: IPEA, 2016. p. 29-52.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano.** 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade da São Paulo, 2008.

CARVALHO, José Luiz de. Denis Cosgrove e o desenvolvimento da perspectiva simbólica e iconográfica da paisagem. **Geograficidade**, v. 7, n. 2, p. 87-97, 2017.

CASTRO, J. L. Cartografia urbana fortalezense na colônia e no império e outros comentários. In: PMF. Fortaleza: **A administração Lúcio Alcântara (1979-1982).** Fortaleza, PMF, 1982.

CASTRO, Iná Elias de. Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Paisagem, imaginário e espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 101-133.

CASTRO, J. L. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. **Revista do Instituto do Ceará.** Tomo CXIX, Ano CXIX, v. 119. 107-153 p., 2005.

CAVALCANTE, Eider de Olivindo. **Os meandros do habitar na metrópole: expansão urbana e controle territorial na produção do litoral de Fortaleza.** 2017. 271f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

CEARÁ, Governo do Estado do. Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem DAER – Secretaria de Obras e Serviços Públicos. **Mapa Rodoviário do Estado do Ceará.** 1ª. ed. Fortaleza: Cruzeiro do Sul, dez. 1974. Escala 1:750.000.

CEARÁ, Governo do Estado do. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Fundação “Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza” – PROAFA.

Cadastro das Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza. Fortaleza, Ceará, 2º semestre de 1979.

CEARÁ, Governo do Estado do. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Fundação “Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza” – PROAFA. **Origem e Finalidades.** Fortaleza, Ceará, janeiro de 1980a.

CEARÁ, Governo do Estado do. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Fundação “Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza” – PROAFA/ Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza – AUMEF. **Programa de Erradicação de Sub-Moradias na Região Metropolitana de Fortaleza.** Fortaleza, Ceará, fevereiro de 1980b.

CEARÁ, Governo do Estado do. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Fundação “Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza” – PROAFA. **DesfaveLAR: Uma nova proposta de política social.** Fortaleza, Ceará, abril de 1981.

CEARÁ, Governo do Estado do. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Fundação “Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza” – PROAFA. **Avaliação e Proposta de Consolidação.** Fortaleza, Ceará, 1982?.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: Utopias e realidades, Uma antologia.** 3 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1965.

CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna). **Carta de Atenas.** Atenas: 1933. Disponível em: [«http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf»](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf). Acesso em: 31 mai. 2020.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CLAVAL, Paul. A natureza e o propósito da geográfica política. *In:* ALMEIDA, Maria Geralda; ARRAIS, Tadeu Alencar (org). **É geografia, é Paul Claval.** Goiânia: FUNAPE, 2013a. p. 74-91.

CLAVAL, Paul. As dimensões funcionais e simbólicas da composição urbana no século XIX. *In:* ALMEIDA, Maria Geralda; ARRAIS, Tadeu Alencar (org). **É geografia, é Paul Claval.** Goiânia: FUNAPE, 2013b. p. 161-176.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. *In:* ALMEIDA, Maria Geralda; ARRAIS, Tadeu Alencar (org). **É geografia, é Paul Claval.** Goiânia: FUNAPE, 2013c. p. 122-143.

CONZEN, Michael Robert Gunter. As paisagens urbanas históricas na Inglaterra - Um problema de geografia aplicada. *In:* CASTRIOTA, Leonardo Barci (org). **Paisagem cultural e sustentabilidades.** Belo Horizonte: IEDS/UFMG, 2009. p. 47-68.

CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: Alguns temas. **Espaço e Cultura,** ano 1, n. 1, p. 1-22, out. 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Denis Cosgrove - A paisagem e as imagens. **Espaço e Cultura**. n. 29. p. 07-21. jan/jul 2011.

COSGROVE, Denis Edmund. *The Palladian Landscape: Geographical Change and its Cultural Meaning in Sixteenth Century Italy*. London: **Leicester University Press**, 1993.

COSGROVE, Denis Edmund. Em direção a uma geografia cultural radical: Problemas da teoria. **Espaço e Cultura**, n. 5, p. 5-29, jan/jun 1998.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Clima e salubridade na construção do imaginário do Ceará. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antônio Jeaovah de Andrade (org). **Litoral Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 69-78.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza. In: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (coord.). **DE CIDADE A METRÓPOLE: (Trans)formações Urbanas em Fortaleza**. Publicado em 2009. Edições UFC. Editor Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães. 235 p.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortalezam capital do Ceará: Transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza. Vol. 128, p. 81-111, 2016.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. "Litoralização" do Ceará: Fortaleza, da "Capital do Sertão" à "Cidade do Sol". In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antônio Jeaovah de Andrade (org). **Litoral Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 245-252.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. O centro de Fortaleza na contemporaneidade. In: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa (org). **De cidade a metrópole: (Trans)formações Urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009a. p. 187-228.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. Fortaleza: Edições UFC, 2009b.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Sao Paulo: Boitempo, 2006.

FERREIRA, Maria Paula; MARQUES, Eduardo Cesae Leão; FUSARO, Edgard Rodrigues. Assentamentos precários no Brasil: Uma metodologia para estimação e análise. In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia (edit). **Caracterização e tipologias de assentamentos precários: estudos de casos brasileiros**. Brasília: IPEA, 2016. p. 53-74.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Fortaleza**. Lei Nº 2.128 de 20 de março de 1963. Fortaleza 1963.

FORTALEZA – CODEF/PMF. **“Fortaleza: Evolução Urbana (1603-1979)”**. Fortaleza, Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1979.

- FRONER, Yacy-Ara. Patrimônio cultural - Tangível e intangível. *In*: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org). **Paisagem cultural e sustentabilidades**. Belo Horizonte: IEDS/UFMG, 2009. p. 85-94.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2003.
- GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo. EDUSP, 1997.
- HARVEY, David. **Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005a.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005b.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HARVEY, David. **A Loucura da Razão Econômica**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/RIOARTE, 2001.
- JACQUES, Paola Berenstein. Zonas de tensão: em busca de micro-resistências urbanas. *In*: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dutra (org). **Corporcidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 106-119.
- JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio os errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de Paisagem Urbana: as cidades do interior paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- LE CORBUSIER. **Planejamento Urbano**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- LOUREIRO, Vânia Raquel Teles; MEDEIROS, Valério A.S. **Favela contemporânea ou Organicidade transversal? A cidade e seus padrões emergentes**. *In*: Tempos e escalas da cidade e do urbanismo. Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília. Universidade Brasília - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. 2014.
- LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (Re)significação da paisagem no período contemporâneo. *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 09-28.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

NÓR, Soraya. **Paisagem e Lugar como Referências Culturais: Ribeirão da Ilha - Florianópolis**. 2010. 231 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. Patrimônio e paisagem cultural: reflexões sobre a preservação das paisagens urbanas contemporâneas. **Revista CPC**, São Paulo, n. 15, p. 7-26, apr. 2013. ISSN 1980-4466.

MAGNAVITA, Pasqualino Romano. A cidade exige, conclama, exorta: construa seu corpo sem órgãos. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dutra (org). **Corpocidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 42-53.

MARICATO, Ermínia. **Dimensões da Tragédia Urbana**. Com ciência Revista de Jornalismo Científico. LABHAB/USP. São Paulo. SBPC, volume 19, página 18. Publicado com autorização da autora em 10 mar. 2002. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_tragediaurbana.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.

MASSEY, Doreen Barbara. **Pelo Espaço: Uma nova política de espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MEINIG, Donald Willian. O olho que observa: dez versões da mesma cena. **Espaço e Cultura**, n. 13, p. 35-46, jan/jun 2002.

MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e Política: Ensaios para mundos alternativos**. 1. ed. 4. impr. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

NABOZNY, Almir. Da paisagem como olhar do geógrafo à paisagem como olhar os olhares dos outros. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 15, n. 1, jan./abr. p. 29-42, 2011.

NASCIMENTO, Thatiany. Quais são e onde estão os 10 prédios mais altos de Fortaleza; veja imagens. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, Ceará, 05 jul. 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/quais-sao-e-onde-estao-os-10-predios-mais-altos-de-fortaleza-veja-imagens-1.3251764>. Acesso em: 24 abr. 2024.

NETO, Nelson Fonseca. **O espírito de uma época**. Cruzeiro do Sul, 14 ago. de 2020. Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/letra-viva/o-espírito-de-uma-epoca>. Acesso em: 01 mai. 2024.

OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de; RIBEIRO, Milena de Castro. RÁDIO POSTE DA QUADRA: Uma rádio em transformação em uma comunidade Fortaleza (CE). **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 11, nº 1, p. 106-120, abr. 2017.

PEIXOTO, Priscilla. Pensar por Biografias. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org). **Nebulosas do pensamento urbanístico: Tomo I modos de pensar**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 70-97.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole** no Nordeste do Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

PEREIRA, Rafael Carvalho Fernandes. **A favela como paisagem cultural da cidade: O caso do Conjunto São Vicente de Paulo (Comunidade das Quadras) em Fortaleza.** 2018. 219f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Centro Universitário 7 de Setembro. Fortaleza. Dez. 2018.

PEREIRA, R. C. F.; ALMEIDA, A. A. A Favela como parte da paisagem cultural urbana: O caso do Conjunto São Vicente de Paulo em Fortaleza/CE. In: Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 3., 2018., Salvador. **Anais do III UrbFavelas.** Salvador: Universidade Católica de Salvador. Programa de Pós-Graduação, 2018, p. 1-22.

Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Continua. **IBGE.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf>. Acesso em: 30 de jan. 2021.

PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. **A Cidade dos Clubes: Modernidade e Glamour na Fortaleza de 1950-1970.** 2003. 249f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Humanidades II, Universidade Federal do Ceará, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Àtica, 1993.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** 3 ed. São Palo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERPA, Angelo Szaniecki Perret. Paisagem, lugar e região: Perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **GEOUSP Espaço e Tempo,** v.17, n. 1, p. 168-185, 2013.

SILVA, José Borzacchiello da. **Os Incomodados não se retiram.** Fortaleza. Multigraf Editora, 1992.

SILVA, José Borzacchiello da. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade (org). **Litoral Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 45-56.

SILVA, José Borzacchiello da. Planejamento urbano e crise das cidades. **Revista Terra Livre.** São Paulo, ano 24, v.1, n. 30, p. 83-96, jan-jun/2008.

SILVA, José Borzacchiello da. *Metrópole e arte*. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia (org). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. p. 583-602.

SILVA, José Borzacchiello da. *A emergência de uma metrópole no universo das exposições itinerantes: o caso de Fortaleza*. In: JACINTO, Rui (coord). **Novas Fronteiras, Outros Diálogos: Cooperação e Desenvolvimento Territorial**. 1. ed. Lisboa: Âncora Editora, 2019a. p. 251-263.

SILVA, José Borzacchiello da. *Mudar a vida, mudar metrópole*. In: OLIVEIRA, Anita Loureiro de; SILVA, Catia Antônia da. **Metrópole e crise societária**. Rio de Janeiro: Consequências, 2019b. p. 239-253.

SILVA, José Borzacchiello da. *Para falar de/em favela*. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, Rui; MATTOS, Regina Célia (org). **Produção do espaço: Emancipação social, o comum e a "verdadeira democracia"**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019c. p. 405-426.

SOBARZO, Oscar. **A produção do espaço público: Da dominação à apropriação**. GEOUSP. v. 10 n. 2 p. 93-111. 2006

SOUZA, Maria Salete de. *Análise da estrutura urbana*. In: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa (org). **De cidade a metrópole: (Trans)formações Urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 13-86.

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste; SUDEC – Superintendência de Desenvolvimento do Ceará. **PROGRAMAÇÃO HABITACIONAL** para o Estado do Ceará – Volume 2 – Diagnóstico. Publicado em 1971. Documento encontrado na biblioteca da SEMACE.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção**. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela - Do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2005. 204p.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Stubbio Nobel; FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WAISMAN, Marina. **O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ – UFC

A presente entrevista semiestruturada faz parte de uma Pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará. Intitulada “**Paisagem cultural urbana e favelas: A resignificação de conceito identitários e históricos do Conjunto São Vicente de Paulo em Fortaleza/CE**” esta pesquisa busca compreender e tornar identificável os processos de reapropriação de espaços homogêneos e habitações modulares de conjuntos habitacionais, por uma população que anteriormente era moradora de um assentamento espontâneo, tornando visível as modificações necessárias e novos usos de espaços, assim como também a impressão da identidade do morador no lugar. Ao responder a entrevista semiestruturada você poderá não se identificar. A entrevista será gravada (áudio) por meio de aplicativo de smartfone, e este material ficará sob responsabilidade e sigilo do pesquisador responsável. A sua opinião será de fundamental importância para a realização deste trabalho.

DADOS DO ENTREVISTADOR

Nome: _____

Local de Aplicação: _____

Data: ___/___/___

Horário: _____

D	S	T	Q	Q	S	S
---	---	---	---	---	---	---

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Seu nome, e sua idade.
2. De qual município, você ou sua família veio? Que idade você tinha?
3. Você se lembra como foi o início da ocupação da Favela Santa Cecília?
4. Você se lembra como eram as construções das casas (forma, materialidade, separação dos cômodos)? E como era a conformação urbana e vida na favela (becos, centro comunitário, festas, forrós e comércios)?

5. Quais as outras favelas que existiam na época da Favela Santa Cecília, existia algum tipo de comunicação, ou interação entre elas?
6. Qual era a importância da Rádio Comunitária na Favela Santa Cecília?
7. Como era a atuação das freiras da Paróquia São Vicente de Paulo? Quais os personagens que mais tem destaque, e quais ações mais relevantes?
8. Como se deu a demanda pela construção do conjunto habitacional? Qual foi a importância do início da organização da Associação dos Moradores?
9. Você se lembra como foi o processo de construção do Conjunto Habitacional?
10. Quais foram as maiores mudanças nos costumes locais dos moradores depois da construção do conjunto habitacional?
11. Sente saudade de alguma coisa da época da favela? Cite quais.
12. Quais foram as maiores e mais significativas modificações que os moradores fizeram em suas habitações e no espaço público do conjunto?
13. Como você avalia as moradias construídas no Conjunto Habitacional?
14. Você poderia cita algum projeto social que ocorreu na época tanto da Favela Santa Cecília quanto do Conjunto São Vicente de Paulo?
15. Você sairia do Conjunto para morar em outro bairro ou município? Por quê? O que você mais gosta, e menos gosta?
16. Como você reconhece o local? Como conjunto habitacional? Como comunidade? Como favela?
17. Qual a sua visão da Associação de Moradores?

APÊNDICE B – PRODUÇÃO DE MATERIAL VISUAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ – UFC

O presente questionário faz parte de uma Pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará. Intitulada **“Paisagem cultural urbana e favelas: A ressignificação de conceito identitários e históricos do Conjunto São Vicente de Paulo em Fortaleza/CE”** esta pesquisa busca tornar claro a visão de identidade dos moradores participantes através de desenhos produzidos pelos mesmos, em busca de informações que muitas vezes não são facilmente percebidas oralmente. Este material de pesquisa não configura qualquer tipo de dano ou intervenção psicológica, tampouco manipulação da perspectiva da realidade, mas sim, tem o propósito de captar a vivência do participante enquanto ser no espaço, e ser no mundo dentro do determinado espaço em pesquisa. As explicações dadas pelos participantes serão anotadas pelo pesquisador, e tanto estas informações quanto o material produzido ficarão sobre responsabilidade e sigilo do pesquisado responsável. A sua opinião será de fundamental importância para a realização deste trabalho.

PRODUÇÃO DE MATERIAL VISUAL

1. Encontro 1 – Locais desejados, evitados e suas rotas.

Através de um desenho do Conjunto Habitacional (produzidos pelos moradores), os participantes devem especificar pontos nos quais eles mais gostam de estar e mais frequentam, traçando as rotas mais usadas por dentro ou fora do Conjunto. Além disso, será solicitado para eles marquem os locais evitados. Cada participante deverá explicar os motivos das escolhas dos locais e de suas rotas.

2. Encontro 2 – O que eu mudaria no meu conjunto?

Por meio do desenho livre, o morador deverá expressar a forma com a qual ele acredita ser mais eficaz para resolver o que ele julga ser um dos maiores problema do conjunto, melhorando assim a vida dos habitantes. Cada participante deverá explicar os motivos das escolhas e os meios de tentar resolver a problemática identificada.

3. Encontro 3 – Tipologias habitacionais e visão de mundo.

Através do desenho espontâneo, os participantes expressarão suas impressões de senso comum sobre tipologias habitacionais. Será solicitado para que os moradores desenhem 4 tipos de moradias: uma casa dos sonhos, sua própria casa, uma casa anormal e uma casa de ‘favela’, baseados apenas na sua própria bagagem cultural. Será solicitado que cada participante esclareça os motivos da aparência e forma das casas em seus desenhos.

4. Encontro 4 – Representação da cidade de forma coletiva.

Nesta etapa, o morador deve completar o desenho representativo de uma cidade que outro morador iniciou, tentando dar continuidade ou não a elementos já dispostos anteriormente pelo outro participante. A troca de desenhos deve acontecer no mínimo três vezes, e a duração de cada etapa de desenho deve durar até 4 minutos. Ao final do rodízio de desenhos, cada integrante deve explicar quais suas motivações iniciais em cada desenho, e os demais devem justificar as modificações ou continuidades que foram dadas nas produções, assim como também esclarecer a disposição de elementos propostos.

5. Encontro 5 – Minhas memórias afetivas do Conjunto.

Os participantes por meio do desenho livre, exemplificarão as suas memórias afetivas que tem do Conjunto. Podendo ser de sua infância ou adolescência, de lugares ou eventos, e até de pessoas, coisas ou brincadeiras. Ao término, cada morador deve compartilhar as suas memórias através dos desenhos e explicar os elementos dispostos na folha.

6. Encontro 6 – Meus lugares frequentados na cidade

Inicialmente os moradores participantes devem listar sete lugares da cidade de Fortaleza que eles mais frequentam, enquanto se discute o porquê frequenta estes espaços, o que lhe atrai pra frequentar estes espaços. Em uma segunda parte, será solicitado para que o morador desenhe os caminhos que ele faz na cidade, no trecho ‘Conjunto-Lugar Escolhido’, e assim comentar o que lhe chama atenção no caminho até o seu destino.

7. Encontro 7 – Como eu solucionaria os problemas do meu Conjunto.

Na última etapa do processo de produção de material visual. Os moradores serão divididos em duas equipes, nas quais irão se reunir para listar as potencialidades e

problemáticas que eles reconhecem ter no local. Em um segundo momento, será disponibilizado uma planta do conjunto habitacional em uma prancha A0, para que os moradores atuem de forma deliberada, solucionando os problemas e dando ênfase nas potencialidades destacadas anteriormente na lista. No final cada grupo deve fazer uma apresentação e explicação do produto final e suas intenções.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO ONLINE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ – UFC**

O presente questionário faz parte de uma Pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará. Intitulada **“Paisagem cultural urbana e favelas: A ressignificação de conceito identitários e históricos do Conjunto São Vicente de Paulo em Fortaleza/CE”** esta pesquisa busca tornar visível a identificação de preceitos de senso comum de reconhecimento de favelas a partir da morfologia urbana destes assentamentos. Ao preencher o questionário você não precisará se identificar. A sua opinião será de fundamental importância para a realização deste trabalho.

QUESTIONÁRIO ONLINE

1. Nome / Name

2. País de Nascimento / Country of Birth

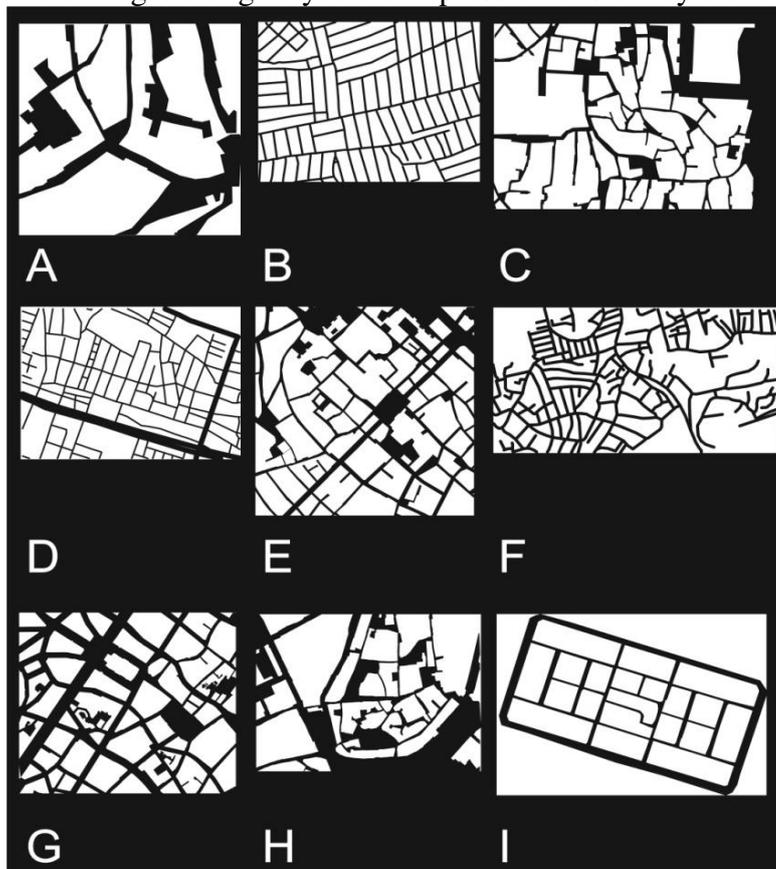
3. Local de Morada / Living in

4. Idade / Age

5. Profissão / Occupation

6. Escolaridade / Scholaryity

7. A seguir, selecione as imagens que te derem a impressão de favela a partir da forma da cidade / Select the images that give you the impression of slum by the form of the city.



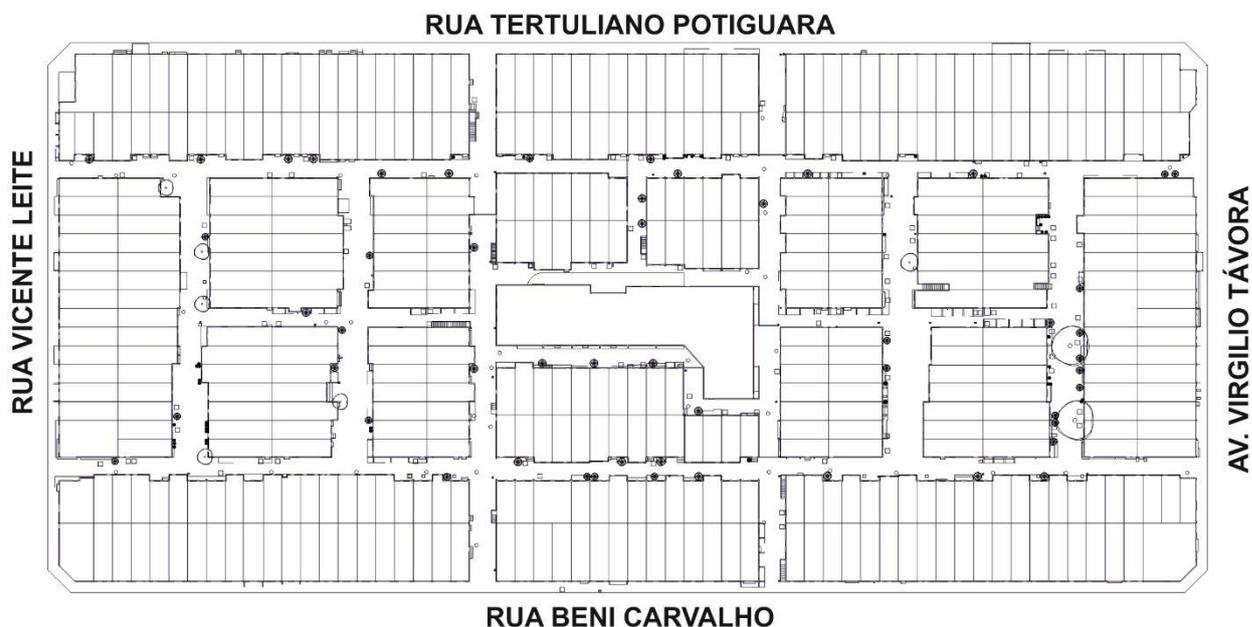
Fonte: Autoria própria

- | | |
|----------------------------|----------------------------|
| <input type="checkbox"/> A | <input type="checkbox"/> E |
| <input type="checkbox"/> B | <input type="checkbox"/> F |
| <input type="checkbox"/> C | <input type="checkbox"/> G |
| <input type="checkbox"/> D | <input type="checkbox"/> H |
| | <input type="checkbox"/> I |

8. Por favor, deixe seu comentário! / Please, let some comments!
-

- Médio Incompleto Superior completo
- Superior Incompleto

5. Localização da habitação / Marque a(s) área(s) central(is)



6. Quantas pessoas moram com você atualmente? _____

7. Há quanto em que mora no local: _____

8. Quem da sua família foi o primeiro morador da Favela/Conjunto: _____

9. Família veio do interior? Sim Não

(Se, SIM) Qual município/estado: _____

10. Todos vieram juntos? Sim Não

(Se, SIM) Número de membros da família na época da mudança: _____

11. (Se SIM, na questão 6) Ano da vinda da família para Fortaleza: _____

12. (Se SIM, na questão 6) Motivo da vinda para Fortaleza:

- Trabalho Sem motivo específico
- Família Não lembra
- Estudos Não sabe responder

Estiagem Outros: _____

13. Morou em outra(s) favela(s) antes da Favela Santa Cecília?

Sim Não

Se **SIM**, cite quais: _____ e anos: _____

14. Ano em que chegou no local: _____

15. Situação residencial na época da Favela Santa Cecília:

Próprio Cedido
 Alugado Outros: _____

16. Ocupação (emprego do chefe da família) na época da Favela Santa Cecília entre os
 anos _____ de _____ 1966-1986

: _____

17. Após a construção do conjunto, reformou sua residência? Sim Não

Se **SIM**, Quantas vezes? _____ Qual (is) motivo (s): _____

18. Atualmente qual a situação residencial:

Próprio Cedido
 Alugado Outros: _____

19. Já morou em outras casas no Conjunto? Sim Não

Se **SIM**, quantas? _____

20. Atualmente qual o uso da residência:

Moradia Moradia/Serviço
 Moradia/Comércio Serviço
 Comércio Outros: _____

21. A residência hoje, possui mais de uma família? Sim Não

22. Se mudaria para o mesmo bairro, porém fora do Conjunto? Sim Não

Se **SIM**, onde seria?

23. Se mudaria para outro bairro da cidade? Sim Não

Se **SIM**, qual? _____

24. Se mudaria para algum município do interior? Sim Não

Se **SIM**, qual? _____

25. Como você reconhece o nome do local em que mora? (Pode-se marcar mais de 1 item)

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Comunidade das Quadras | <input type="checkbox"/> Quadras |
| <input type="checkbox"/> Santa Cecília | <input type="checkbox"/> Favelas das Quadras |
| <input type="checkbox"/> Conjunto São Vicente de Paulo | <input type="checkbox"/> Favela Santa Cecília |
| <input type="checkbox"/> Conjunto Santa Cecília | <input type="checkbox"/> Outros: _____ |

26. A partir de sua vivência no Conjunto, dê a seguinte nota “de 01 (menor nota) a 05 (maior nota)”, para as situações a seguir:

	01	02	03	04	05
Vantagem de localização do Conj. São Vicente - Cidade.					
Valor de uso da habitação (sentimental)					
Valor de troca da habitação (monetário)					
Dimensão da casa é satisfatória					
O quanto a privacidade é importante para o morador					
Sentimento de pertencimento ao bairro (Aldeota)					
Sentimento de pertencimento ao conjunto (amizades, identidade)					
Iniciativas empreendedoras locais para o conjunto					

**ANEXO A – ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA DO TERRENO ONDE
HOJE SE ENCONTRA O CONJUNTO SÃO VICENTE DE PAULO**


Cartório Moraes Correia

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DO CEARÁ
 COMARCA DE FORTALEZA
 4.º Ofício de Notas e Oficial de Registro,
 Títulos e Documentos
 Rua Major Facundo, 676
 Fones: 226-6506, 226-9595 e 231-4136

DR. MILTON MORAIS CORREIA
 TABELIAO

Angela Maria Moraes Correia Viana
 TABELIA SUBSTITUTA

Livro....159..... Escritura pública de compra e venda, que fazem de
 Fls.....329..... um lado, como outorgante vendedor, INSTITUTO DE
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA PREVIDÊNCIA E ASSIS-
TÊNCIA SOCIAL, e, do outro lado, como outorgado
 comprador o ESTADO DO CEARÁ, na forma abaixo:-

Saibam quantos este público instrumento virem que, aos vinte e quatro(24) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e um (1.981), nesta cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil, no meu Cartório, situado na rua Major Facundo, nº 676, compareceram, como outorgante vendedor, o INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, CCC nº 299779036/0001-40, entidade autárquica, criada pela Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1.977, com sede e foro no Distrito Federal, instalada provisoriamente na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Nilo Peçanha, nº 31, 2º andar e Superintendência Regional nesta cidade, doravante denominada apenas IAPAS, neste ato representado por seu Superintendente Regional, RATMUNDO EVALDO PIETO DIÓGENES, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, CPF número 019287004-04, residente e domiciliado na rua Fiuza de Pontes, nº 51, Bairro Aldeota, nesta cidade, por delegação de poderes outorgada pelo Sr. Presidente do IAPAS, nos termos da Resolução -IAPAS nº 21/78, publicada no Diário Oficial da União, de 31.03.78 e no BS/DG nº 104/78 e tendo em vista sua autorização contida no Telex, 401-000.0/461, de 03.09.81, e, ainda, na conformidade do despacho exarado às fls. 43/43v do processo DG nº 1037275/81, que adiante se lê, e; de outro lado, como outorgado comprador o ESTADO DO CEARÁ, CGC nº 07.954.480/0001-79, no ato representado pelo seu Governador, VIRGILIO MORAIS FERNANDES TAVORA, brasileiro, casado, Coronel R/1-Engenharia, residente e domiciliado na rua José Vilar, Bairro Aldeota, nesta cidade, CPF nº 00388813-49, os presentes conhecidos como os próprios, por mim, Tabelião, e pelas testemunhas adiante declaradas e assinadas, também minhas conhecidas, de cuja identidade e capacidade jurídica dou fé. E, perante as mesmas testemunhas, pelo IAPAS foi dito: 1º) Que é legítimo senhor do domínio útil de um terreno, foreiro a Imobiliária Patriolimb Ribeiro S. A; situado nesta cidade, constituído por duas quadras, contíguas uma a outra, medindo cada uma 100,00m.(cem metros) de frente, por 100,00m.(cem metros) de fundos, encerrando a área de 20.000m2, ou o que realmente se encontrar, compreendidas pela Av. Estados Unidos e ruas Vicente Leite, General Potiguara e Benedito de Carvalho e divididas pela rua Coronel Linhares, antes Paissandu, cujas confrontações atuais são as seguintes: a primeira quadra, ao norte com a rua General Potiguara, lado par; ao sul, com a rua Beni de Carvalho; ao leste, com a Avenida Estados Unidos, e ao oeste, com a rua Coronel Linhares; a segunda quadra, ao norte, com a rua General Potiguara, lado par; ao sul, com a rua Beni Carvalho; ao leste, com a rua Coronel Linhares, e ao oeste, com a rua Vicente Leite. 2º) Que o domínio útil

do terreno, acima descrito e caracterizado, foi anteriormente havido a /
 Imobiliária Patriolino Ribeiro S. A., pelo antigo Instituto de Aposenta- /
 doria e Pensões dos Bancários, nos termos da escritura pública de compra /
 e venda, lavrada as fls. 180v, do Livro de Notas, nº 24, do Tabelião Dr. /
 Milton Morais Correia, desta Comarca, em 12 de novembro de 1.963, devida /
 mente registrada no Livro de Transcrição das Transmissões 3-AK, as fls. /
 102, sob o nº de ordem 51.003, de 28 de novembro de 1963, do Cartório de /
 Imóveis da la. zona de Fortaleza. 3º) Que, por força do que estabeleceu /
 o art. 32 do Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro de 1966, que unificou /
 Institutos da Previdência então existentes, todos os bens dessas Ins- /
 tituições passaram a pertencer ao Instituto Nacional da Previdência So- /
 cial (INPS), que, por sua vez, de acordo com o disposto no art. 14, incís- /
 VI, da Lei nº 6.439, de 1ª de setembro de 1977, bens e direitos do origi- /
 nário INPS passaram a integrar o patrimônio do IAPAS, que é assim o legi- /
 timo senhor do domínio útil do imóvel descrito. 4º) Que, possuindo o ino- /
 vel já descrito livre e desembaraçado de todo e qualquer ônus judicial /
 ou extra-judicial, impostos, taxas ou multas, exceto o foro devido a Imo- /
 biliária Patriolino Ribeiro S. A., senhor do domínio direto, ajusta ven- /
 de-lo ao outorgado comprador, como efetivamente pelo presente instrumen- /
 to e melhores termos de direito, vende, de hoje para sempre, mediante o /
 preço certo e ajustado de Cr\$ 4.407.523,10 (quatro milhões, quatrocentos e /
 sete mil, quinhentos e vinte e três cruzeiros e dez centavos) que o IAPAS /
 recebe neste ato do outorgado comprador, representado pelo cheque número /
 583211 de emissão do outorgado contra o Banco do Estado do Ceará S/A-BEC, /
 e que recebendo-o, confere e declara estar certo, tudo perante mim, Tabe- /
 lião e as testemunhas, o que porto por fé; que pago e satisfeito do pre- /
 ço ajustado, dá o IAPAS plena e geral quitação ao outorgado comprador, /
 para dele nada mais reclamar, em qualquer tempo, e por este instrumen- /
 to lhe transfere todo direito, ação e domínio útil que tinha sobre o imóvel /
 vendido, na posse do qual poderá o outorgado comprador imitar-se como /
 seu que é e fica sendo por força desta escritura e da cláusula "constitu- /
 ta", obrigando-se por si e sucessores, a fazer esta venda boa, firme e /
 útil a todo o tempo e a responder pela evicção de direito, trazendo o /
 outorgado comprador a par e salvo de dúvidas ou contestações futuras. 5º) /
 que a presente venda é feita nos termos da autorização do Presidente do /
 IAPAS, José Ferreira da Silva, atrás referida, que me é apresentada, a /
 seguir, transcrita verba ad verbum: " Instituto de Administração Financeira /
 da Previdência e Assistência Social, fls. 48, proc IAPAS- DG número /
 1037275/81, rubrica ilegível, PRG, em 22.07.81, Ref. Proc. nº 1.037.275 /
 81, Int.: Governo do Estado do Ceará, Ass. Propõe aquisição das áreas fa- /
 veladas de Santa Cecília e Campo do América, em Fortaleza-Ce. 1. Consi- /
 derando as propostas de aquisição de imóveis deste Instituto pelo Gover- /
 no do Estado do Ceará, contidas nos ofícios de nºs. 163 e 164, de 03 de /
 junho de 1981, respectivamente, a fls. 1/2 e 4/5 deste processo; 2. Consi- /
 derando que se trata de áreas onde se localizam a "Favela de Santa Ceci- /
 lia" e a do "Campo do América", na cidade de Fortaleza, capital do "sta- /
 do, na primeira das quais o Governo do Ceará já começou a intervir para /
 a execução do "PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ÀS FAVELAS DA REGIÃO METROPOLITANA /
 DE FORTALEZA"- PROAFA, realizando obra evidente de grande importância so- /
 cial; 3. Considerando serem essas áreas irrecuperáveis para o Instituto so- /
 apesar da Sentença de fls. 39, por cópia, relativa ao Campo do América, /
 que mesmo estando transitada em julgado é de se considerar inexecutível, /
 em vista das considerações de que se reveste e do problema social que a /
 feta, como também a de Santa Cecília; 4. Considerando que as mencionadas /
 áreas serão objeto de reurbanização pelo Governo do Estado, para venda /
 dos ocupantes e moradores existentes, pelo Sistema Financeiro de Habitação, /
 através do BNH; 5. Considerando que as propostas encerram operação de cam- /
 ras, o que poderá ser feito sem licitação, na forma da lei vigente; 6. /
 Considerando o pronunciamento da SEP, de fls. 37/38 e 40; 7. Aceito as /
 propostas referidas e, em consequência, Autorizo a alienação, ao Governo /
 do Estado do Ceará, das áreas da Favela de Santa Cecília, situada na Av. /
 do América, situada na rua José Viçar, entre as ruas Costa Barros e Dep. /
 Moreira da Rocha, na cidade de Fortaleza-Ce, no estado em que se acham /
 fato de direito e, ainda, em função da sentença acima mencionada, ex-

Fortaleza

PROAFA



cluida desta ultima a parte do terreno utilizado pelo campo de futebol. O preço da alienação é de Cr\$ 4.407.523,10 (quatro milhões, quatrocentos e sete mil, quinhentos e vinte e três cruzeiros e dez centavos) para a área ocupada pela Favela Santa Cecília e Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para a área ocupada pela Favela Campo de America, exclusiva o terreno usado pelo campo de futebol, mediante pagamento a vista e sem licitação, por estarem envolvidas entidades publicas. Foi expedido-se officio de resposta ao Governo citado. 10. Em seguida a SEP/RA as providencias. José Ferreira da Silva Presidente. AGS/rcc". 6º A síntese da presente escritura será publicada no "Boletim de Serviço" do Imap, na forma estabelecida no art. 186 e seu § 1º do Regulamento do Custeio da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 83.081 de 24 de janeiro de 1.979. Então pelo outorgado comprador na foi dito, perante as mesmas testemunhas, que aceitava a presente escritura, tal como está feita, obrigando-se a pagar todas as despesas que da mesma decorrerem, inclusive registro. Certidões negativas dos fiscos e Imposto de Transmissão, isento na conformidade da legislação em vigor. E de como assim disseram e outorgaram ante as testemunhas, dou fé, ne pediram e eu lhes lavrei esta escritura a mim distribuida, a qual sendo lida as partes na presença das testemunhas e por acharem-na em tudo conforme, a aceitaram e assinam com as testemunhas em referencia, que são: Raimundo Nonato Dias de Freitas, casado, correitor e Joana Marques Ferreira, solteira, mães or, comerciantes, ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta capital. Eu, João Carlos Feitosa, escrevente a escrevi. Em tempo: Assinao também o presente ato, como testemunha, o ministro Mário Andreazza. Subcrevo e assino(as) ANGELA MARIA MORALS CORREIA VIANA-tabellaria substituta. Assinaturas: RAIMUNDO EVARDO PINO DIOGENES. VIRGLIO MORALS FERNANDES / TAVORA. Testemunhas: RAIMUNDO NONATO DIAS DE FREITAS. JOANA MARQUES FERREIRA. MARIO ANDREAZZA. Traslada hoje. Fortaleza, 24 de setembro de 1981. Eu, Angela Maria Morals Correia Viana, datilografei o presente traslado. Eu, Nonato conferi. E eu, ANGELA MARIA MORALS CORREIA VIANA-tabellaria substituta, subscrevo e assino em publico e raso de que uso.

Em testemunho da verdade

Angela Maria Morals Correia Viana
 Tabellaria Substituta

Cartório nº 1 - Pto 460, nº 35640
 Matrícula nº 25392 e 25393
 Registrado sob nº 01
 Fortaleza, 26 de Setembro de 1981
 eu, Angela Maria Morals Correia Viana - st do gel
 Oficial do Reg. d. Im. de Fortaleza

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
 Fortaleza 12.09.82

 PROAFA

**ANEXO B - RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA EQUIPE DE
DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE NA FAVELA SANTA CECÍLIA
DURANTE OS MESES DE JUNHO, JULHO E AGOSTO DE 1980.**

Anexo 4

 **PROAFA** Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza - PROAFA
SEDE — RUA SILVA PAULET, 495 — FONE: 224-5536

ANEXO 4

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO
DE COMUNIDADE NA FAVELA SANTA CECÍLIA DURANTE OS MESES DE JUNHO, JULHO E AGOSTO/80.

INTRODUÇÃO:

A favela Santa Cecília localizada entre as ruas: Vicente Leite, Estados Unidos, Beni Carvalho, Cel. Linhares e General Potiguara, no bairro Aldeota, é constituída por 446 famílias, com um contingente populacional de 2006 pessoas que vivem em condições sub-humanas de habitabilidade.

A comunidade, representada por um de seus moradores, dirigiu carta à primeira Dama do Estado, Dona Luíza Távora, convidando-a para uma visita àquela área, bem como solicitando a realização de um trabalho de reurbanização na favela, desde que todos continuassem residindo no local, dada a excelente localização e condições favoráveis oferecidas pelo bairro, para atender as necessidades básicas de seus moradores, nos aspectos de: saúde, educação e mercado de trabalho.

Em atendimento ao convite, compareceram à Favela Santa Cecília, no dia 30.04.80, Dona Luíza Távora, Dra. Nelma e técnicos da Coordenadoria de Desenvolvimento de Comunidade, para o conhecimento da realidade local e para que a PROAFA se comprometesse em executar um trabalho na referida área.

Como decorrência, foi designada uma Equipe de Técnicos para a implantação do trabalho de DC, tendo como política de ação, a realização de um Programa partindo das necessidades da comunidade, para que essa comunidade seja o sujeito de sua mudança, participando de forma ativa de todas as etapas do processo, conscientizando-o para um assumir de responsabilidades.

FASE PRELIMINAR DO PROCESSO

RECONHECIMENTO DA ÁREA

Como ponto de partida, fez-se o reconhecimento da área, a fim de se diagnosticar a realidade local, utilizando-se do mapeamento e de dados tabulados do cadastro resultados da aplicação de prontuários, que refletiam a situação sócio-econômica e cultural, bem como as características físicas das moradias.

A comunidade já dispunha de alguns equipamentos, que embora em funcionamento precários, vinham contribuindo para a melhoria das condições de vida daquele contingente populacional.



Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza - PROAFA
SEDE — RUA SILVA PAULET, 495 — FONE: 224-5536

De princípio, como possível solução para o problema da indisciplina foi sugerida a implantação de um Posto Policial, porém concluíram que, com a construção das novas unidades habitacionais, as pessoas se sentirão motivadas a mudarem de comportamentos, sem que seja necessária uma intervenção policial.

Considerando que, o consumo exagerado de bebidas alcoólicas constitui-se um fator que desencadeia muitos dos problemas de relacionamentos entre a vizinhança e os proprietários dos botecos, foi sugerido pela comunidade, uma reunião com os comerciantes da área, objetivando encontrar soluções satisfatórias para dissolver o impasse.

Foi sentida uma maior necessidade de controle na venda de bebidas e no seu horário de atendimento, sendo feito um comprometimento pelos presentes, para que dessa forma, todos contribuam para a minimização do problema.

No que concerne às assembleias, foram realizadas mais 15 para a exibição de um filme sobre poluição, que enfocou a problemática decorrente da falta de higiene, da inexistência de condições sanitárias para a saúde dos indivíduos, oportunidade em que, todos os participantes interpretaram o que assistiram, associando o conteúdo do filme a sua realidade, discutindo e sugerindo atitudes que possibilitassem uma melhoria no nível de higiene e saúde dos moradores da quadra.

A exibição do filme deveu-se a constatação do baixo nível de higiene das pessoas, comprovado através de: depoimento dos moradores, aparência física das crianças, destino dado ao lixo, jogado a céu aberto, excesso de águas empoadas, inexistência de consumiduros, sendo os dejectos jogados ao relento.

Como sugestão, os moradores sentiram a necessidade de uma maior colaboração entre si, no sentido de evitar a reincidência dos fatores detectados.

Como medida para a erradicação do problema dos dejectos, isso só seria possível, se houvesse um saneamento básico nas habitações, pois em nenhuma existe consumidouro nem sisterna de esgoto, conclusão esta, resultante dos debates realizados nas referidas reuniões.

As Assembleias foram realizadas como parte da sistemática utilizada para se atingir a comunidade como um todo, mais rapidamente, pois as individualizações por família, tornam o processo muito lento nesses momentos.

Dado o adensamento populacional, a impossibilidade de remoção das famílias e a exiguidade do espaço, com 452 famílias residindo em uma área de 2,2 ha., foram realizadas 10 assembleias com os moradores, a fim de discutir a solução mais viável para as famílias durante a construção das novas unidades habitacionais.

Para que pudéssemos conhecer o pensamento da comunidade, registramos todas as sugestões dadas, as quais passamos a descrever abaixo:



A Equipe Técnica constatou a existência dos seguintes recursos:

- .01 - Borracharia;
- .01 - Frigorífico grande;
- .02 - Frigoríficos pequenos;
- .03 - Mercarias grandes;
- .04 - Mercarias Médias;
- .44 - Botecos;
- .01 - Lanchonete;
- .02 - Forrões;
- .01 - Escolinha com 03 sala e capacidade de atendimento para 80 alunos;
- .Luz em algumas casas;
- .Água encanada em algumas casas;
- .05 Centros de Macumbas;
- .08 Círculos Bíblicos;
- .02 Times de Futebol;
- .01 Conselho Comunitário (em fase de reestruturação);
- .Centro Comunitário da Paróquia de São Vicente de Paulo.

ASSEMBLÉIAS

Foram realizadas 15 assembléias com as famílias residentes na área, como Encontros Iniciais da Equipe Técnica com a Comunidade, para a interpretação dos objetivos da PROAFA, bem como da política de atuação da mesma, sensibilizando a comunidade quanto a importância de sua participação nos questionamentos e tomadas de decisões.

A Comunidade levantou, vários questionamentos acerca das expectativas das novas moradias, da legalização da posse do terreno, do compromisso financeiro a ser assumido por ocasião da aquisição da casa própria, do direito do inquilino e proprietário na favela, a situação dos comerciantes que apenas exploram o ponto e não residem na área, etc.

Por ocasião desses questionamentos foram levantados problemas que atingem às família, tais como:

PROBLEMAS

APRESENTA- DOS →

- Venda indisciplinada de bebidas alcoólicas, que resulta em problemas de relacionamentos entre os moradores;
- Realização de forrões nos finais de semanas, que acarretam a embriaguez, desordem e desacato à vizinhança;
- A existência de 05 terreiros de Macumba que incomodam a vizinhança, dado o constante uso dos batuques e atabaques.



Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza - PROAFA
SEDE — RUA SILVA PAULET, 495 — FONE: 224-5536

EXPECTATIVAS
DA COMU-
DADE →

- . Solicitam que, se possível a construção se processasse por etapas, a fim de não deslocar o pessoal, iniciando-se pelo terreno desocupado sito à Rua Beni Carvalho esquina com Av. Estados Unidos;
- . Que as pessoas fossem morar com parentes durante a construção, com o objetivo de esvaziar o máximo a área;
- . Conseguir um terreno nas mesmas imediações, para o alojamento das famílias.

A maioria dos moradores optou pela construção por etapas, uma vez que grande parte da população desenvolve atividades rentáveis no próprio local e em áreas circunvizinhas a que reside, as crianças estudarem nas imediações da Quadra, as famílias estarem alojadas em suas próprias residências.

Vale salientar, que a Equipe constatou o elevado grau de insegurança das famílias de deixarem o local em que residem, por receio de perderem o direito de continuar residindo nas novas habitações.

INDIVIDUALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS

As individualizações foram utilizadas como veículos de contatos iniciais entre a Equipe Técnica e os moradores da Quadra, para entrega dos cartões de identificação da PROAFA, interpretação do trabalho a ser executado, a fim de que todas as dúvidas fossem esclarecidas e que a comunidade se entrosasse com a equipe executora da área.

Mesmo tendo sido dado o início do trabalho através das Assembléias, as individualizações completaram a interpretação do trabalho, a fim de que todas as famílias questionassem a importância e necessidade da atuação da equipe de DC na área, oportunidade em que todos, através de contatos diretos e interpessoais colocaram o seu pensamento e externaram as suas aspirações e ansiedades.

Para que se conhecesse o pensamento dos moradores, no que diz respeito ao seus deslocamentos durante a construção das novas moradias, ouvimos cada família, através de visitas domiciliares, colhendo as sugestões, a fim de que se chegasse à solução mais viável para toda a população que foi a da construção por etapas, a fim de que ninguém saísse do local de origem, como sugeriu e solicitou unanimemente a comunidade.

Com o objetivo de constatar a liderança local, individualizou-se as famílias, analisando-se o funcionamento do Conselho Comunitário, o desempenho dos seus membros, interesse pelos problemas da área e a indicação dos nomes que deveriam representar a comunidade, oportunidade essa em que os moradores confirmaram a liderança existente.



IDENTIFICAÇÃO DAS LIDERANÇAS LOCAIS

Quando foi dado o início do trabalho de Desenvolvimento de Comunidade na favela Santa Cecília, a equipe técnica entrou em contato com os integrantes da Paróquia de São Vicente de Paulo, considerados como líderes eclesiais, uma vez que desenvolvem trabalhos semanais de evangelização com as famílias residentes na área supra citada, e por serem pessoas aceitas e respeitadas pela comunidade.

Através da Igreja tomou-se conhecimento da existência de um Conselho Comunitário instituído em época passada, decorrente de um trabalho de base executado pelo vigário da Paróquia.

Embora, levando-se em consideração as lideranças já existentes, o trabalho desenvolveu-se gradualmente, a fim de se constatar o desempenho e aceitação dessa liderança por parte da comunidade, uma vez que o referido conselho estava desativado, sem nenhuma programação específica, decorrente da mudança do Vigário da Paróquia, principal motivador do funcionamento do Conselho.

Vale ressaltar, que a reestruturação do Conselho foi necessidade sentida pelos próprios moradores, a fim de se fazerem representar de maneira positiva e organizada, pois as Assembléias contavam com a participação de um grande número de pessoas e na maioria das vezes, tumultavam as assembléias dificultando com isso, a discussão dos problemas e os questionamentos, impedindo a junção das idéias e que se chegasse a um consenso do pensamento da comunidade.

Como parte integrante do processo de trabalho, todas as etapas, que foram desenvolvidas, foram apresentadas e discutidas com as lideranças já existentes, possibilitando com isso, a participação da comunidade em todo desenrolar do trabalho, uma vez que os mesmos são elementos representativos dessa comunidade.

De início, colheu-se sugestões para: os tipos de habitações, os recursos institucionais necessários, nome do Conjunto, solução para o deslocamento das famílias durante o período da construção.

Dentre os equipamentos solicitados encontram-se: Escola Polivalente com local reservado às reuniões do Conselho, Ambulatório, Quadra de Esportes, Telefone Público, Creche e local destinado à celebração de Rituais Religiosos.

Dada a exiguidade do espaço 2,2 ha. para 452 famílias, questionou-se sobre os tipos de atividades produtivas desenvolvidas na área, detectou-se 44 botecos, 01 Borracharia, 03 Sapateiros, 02 Marceneiros, 01 Barbearia, 02 Vendedores de Estrume, 02 Frigoríficos, 01 Técnico de Rádio, mais ainda, 05 Terreiros de Macumba, 02 Forrões e 02 Times de Futebol, analisou-se as suas validades, a fim de se decidir o que seria conservado, de acordo com as necessidades dessa



Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza - PROAFA
SEDE — RUA SILVA PAULET, 495 — FONE: 224-5536

comunidade.

Quanto ao tipo de construção, a maioria das pessoas, gostaria que fossem construídas casas, dado maior espaço, porém sentiram a necessidade da construção de apartamentos, para o melhor aproveitamento do terreno e para que o projeto atinja a todas as famílias, uma vez que a construção de casas, o espaço físico não comportaria todas as pessoas já residentes.

Ainda no que concerne a equipamentos comunitários, a comunidade muito evidenciou a necessidade da construção de um Posto Policial para manter a ordem, porém os representantes concluíram que, com a transferência das famílias para as novas unidades habitacionais seria perfeitamente dispensável a implantação do referido Posto, dada a mudança de comportamento.

Com o objetivo de desenvolver o trabalho de maneira integrada e participativa, todas as etapas do processo foram analisadas e discutidas com a comunidade.

O primeiro e segundo Projeto Arquitetônico elaborado para as novas habitações foram apresentados à liderança comunitária pela equipe de D.C., foram levantados vários questionamentos no que diz respeito às lavanderias coletivas, que serão utilizadas por 04 famílias, porém os referidos Projetos sofreram modificações e as apresentações ficaram suspensas.

Primeiramente, pensou-se em apresentar os referidos projetos à comunidade toda, em reuniões com 15 famílias, porém por necessidade de alterações de ordem Técnica nos Projetos, ficaram interrompidas para posterior deliberação.

Portanto, o acesso ao conhecimento do projeto foi restrito às lideranças locais.

Os referidos projetos foram discutidos nos aspectos apenas físicos, quanto aos custos nada foi apresentado, daí a dificuldade da participação da comunidade de maneira mais decidida e optativa.

Porém, após a determinação dos custos, o Projeto voltará a ser apresentado à comunidade, para que ela possa fazer a sua opção, consciente de suas possibilidades e limitações.

REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Objetivando legitimar a representação comunitária já existente, realizou-se sondagem com as famílias, a fim de se constatar se as pessoas que faziam a liderança local, realmente eram indivíduos representativos.

Constatou-se a efetivação dessa liderança, conforme depoimentos da comunidade, em que essas pessoas eram de inteira confiança de todos, que interessavam-se pelo bem comum e estavam sempre disponíveis a lutar pela melhoria

ANEXO C – DOCUMENTO DE COMUNICAÇÃO ENTRE A PROAFA E O BNH.

FLS 25
PROC 02/7553
RUBR. *Cecy*

BNH

AGR2 - SURESH
Em 16.06.80

Referência: Processo nº 02/7553/80
Objeto: Reurbanização da Favela "Santa Cecília"
Município: Fortaleza-CE - Bairro - Aldeota
Programa: PROMORAR

1. A Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza - PROAFA, Agente Promotor do Programa PROMORAR para a RMF, solicitou ao BNH através do Of.nº 151/80 (vide fls. 01 a 02) a transferência do terreno de propriedade do INPS, localizado em Fortaleza, composto de 02 quadras, com o objetivo de reurbanizar um aglomerado de Subhabitação ali existente, conhecido como Favela da "Santa Cecília", onde residem cerca de 441 famílias.

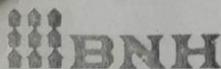
Tal solicitação foi motivada pelo memorial encaminhado a Primeira Dama do Estado, D. Luíza Távora, pelas lideranças daquela Favela, com vistas a regularização da titulação do terreno e reurbanização da área.

2. O terreno é de propriedade do INPS, conforme documentos de fls. 09 a 12, e é composto por 02 quadras, medindo cada uma 100,00m de frente por 100,00m de fundo e estão compreendidas pela Av. Estados Unidos e ruas Vicente Leite, General Potiguara e Benilde Carvalho e separado pela rua Coronel Linhares, localizado no Bairro de Aldeota na cidade de Fortaleza.

3. A PROAFA, através do seu Serviço Social, já iniciou o trabalho de levantamento Cadastral das famílias residentes na área, cujos dados até agora coletados, apresentam o seguinte quadro... (vide fls. 15):

- Número de Casas (barracos)	- 391
- Número de Famílias	- 441
- Número de Pessoas	- 1.924
- Renda Média Famílias	- Cr\$ 5.090,41

210.39.01 *Cecy*



FLS. 26
 PROC. 02/7553
 RUBR. Cuy

- Profissão Predominante (chefes)
- Pedreiros - 12,9%
- Pintores - 8,9%
- Serventes - 8,0%
- Lavadeiras - 7,7%
- Empregadas do
mésticas - 7,0%

O documento de fls. 16 do Processo apresenta planta de situação da área em relação a cidade, bem como, planta ampliada do levantamento aerofotogramétrico da mesma, efetuada em 1975.

Os documentos de fls. 17 a 24, mostram alguns ângulos fotográficos da situação da Favela.

3.1. A Diretoria Técnica daquela Fundação, já deu início a elaboração dos Projetos Técnicos de reurbanização da área, devendo no próximo dia 22/06, apresentá-lo em forma de "Painel" para receber críticas e sugestões ^{de} pessoas residentes na favela, bem como, de órgão envolvidos no assunto, como por exemplo o IAB.

4. A área periférica onde se localiza a Favela já é totalmente urbanizada, sendo dotada dos seguintes serviços e equipamentos básicos: Sistema Viário com Pavimentação Asfáltica, Drenagem, Abastecimento D'Água, Rede Geral de Esgoto, Energia Elétrica, Telefone, Super-mercado, Escolas do 1º e 2º Grau, Segurança, Igrejas, Panificadora, Mercado de Frutas e Legumes, Transporte, Limpeza Pública, etc.

5. Conclusões

O trabalho que a PROAFA se propõe a desenvolver na Favela "Santa Cecília" é de largo alcance social e enquadra-se na filosofia do PROMORAR.

Os primeiros estudos e levantamentos efetuados, demonstraram a exequibilidade de execução do empreendimento, tanto tecnicamente como psicologicamente, uma vez que a própria comunidade da

Ref



FLS 27
PROC 02/7553
RUBR. Cuf

área está motivada para a reurbanização da mesma.

Diante do exposto, somos favoráveis ao proseguimento dos estudos ora em andamento pela PROAFA, e sugerimos o encaminhamento deste processo ao DITER a fim de que o mesmo inicie contatos junto ao INPS com vistas a transferência da referida área para o BNH.

Francisco Aruda Pontes
FRANCISCO ARUDA PONTES
AGR2 - SURESH - Subgerente

A AGR2-0000

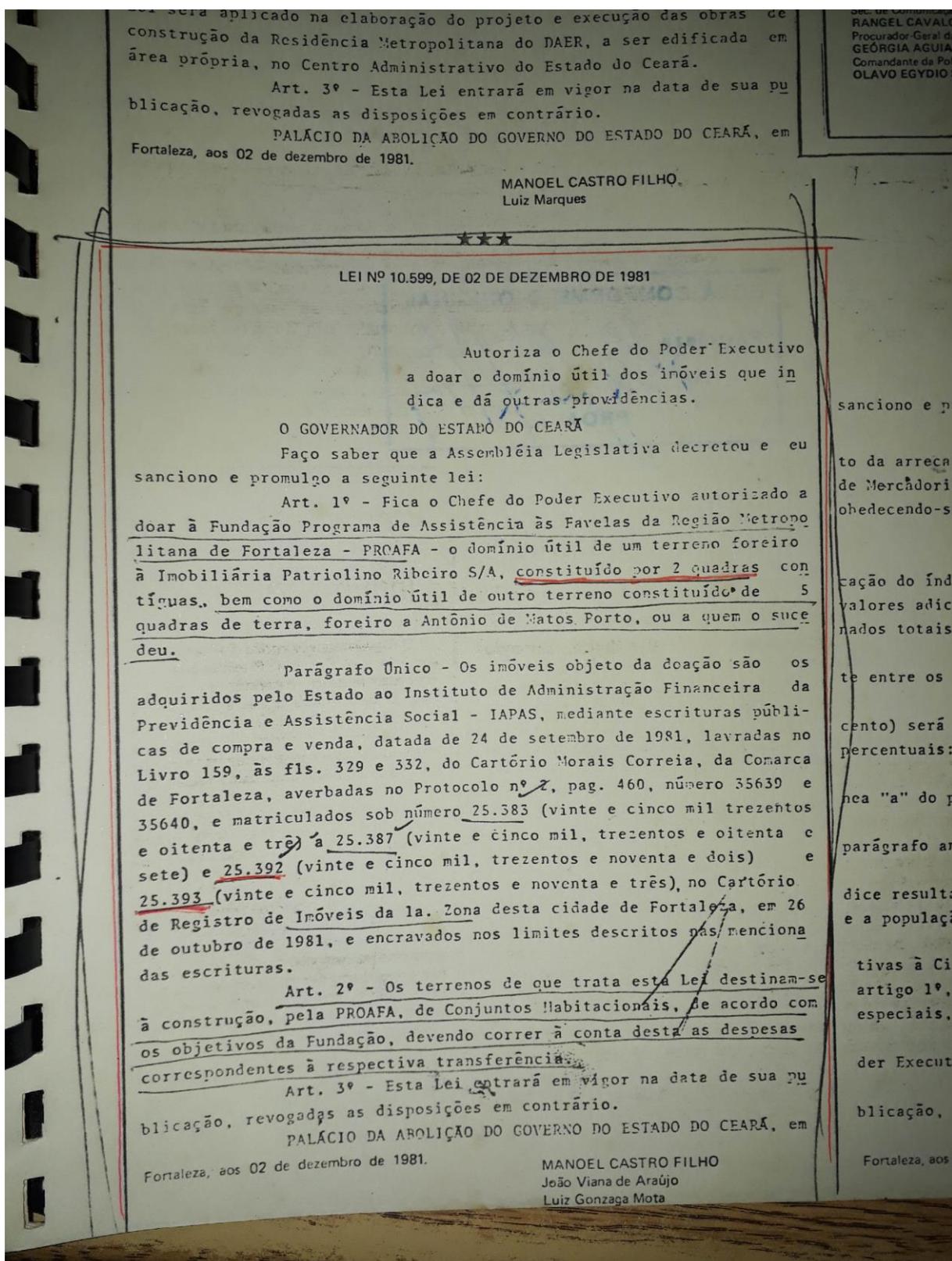
*Do Sr. Cuf de
Luzia de Azevedo
Para as providencias necessarias*

Banco Nacional de Habitação
DT
RECEBIDO em 19/06/80
S.C/O DE EXISTENTE

16 JUN 1980
Luis Coimbra Campos
LUIS COIMBRA CAMPOS
AGER-0000 Gerente

DIVISÃO DE COMUMNICAÇÃO - VICE-GERENTE PROTOCOLO
A (o) DT informando que recebemos o presente processo da DT, constante de 02 (dois e dois) folhas.
OBS: *para as providencias necessarias*
E: 19/06/80 E: *Elaine Silva*

ANEXO D – LEI 10.599, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1981.



ANEXO E – RELATÓRIO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 04/81.

SEDE — RUA SILVA PAULET, 495 — FONE: 224-73-77

RELATÓRIO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 04/81

De conformidade com o Edital de Tomada de Preços nº 04/81 para realização da Licitação referente a construção de 444 (quatrocenta e quarenta e quatro) unidades habitacionais, 01 (um) salão comunitário, pavimentação, rede de esgoto e estação elevatória, no Conjunto Santa Cecília no bairro da Aldeota, município de Fortaleza, a Comissão de Licitação, reuniu-se no dia 04 de dezembro de 1981, sob a presidência do Engº. Márcio Fonsêca de Resende, para receber a documentação e propostas das firmas licitantes.

Habilitaram-se as seguintes Empreiteiras:

Sólidas Construções Ltda;
Colaço Martins Construções e Empreendimentos Ltda;
Magna Engenharia Ltda;
Construtora Estrela S.A.;
Sergep - Ind. Comércio Ltda;
ECON - Emp. Const. do Nordeste Ltda;
CIPEME - Const. Imobiliária Pedro Mesquita Ltda;
CONIL - Const. e Imobiliária Ltda;
EIT - Empresa Industrial Técnica S/A;
Construtora BERK Ltda;
Construtora Atlas Ltda;
LEIMO - Empreendimentos Const. Ltda;
Integral Engenharia Ltda;
Construtora Bandeira de Melo Ltda;
Construtora Salles Furlani Ltda;
Jats - Inst. Construção Ltda;
ICC - Indústria Comércio e Construções Ltda;
Construtora Marquise Ltda;
Globo Engenharia Ltda;
Construtora Sades Ltda;
Construtora José Coelho Ltda;
OMEGA - Const. Ind. Comércio Ltda;
Master Incosa Engenharia S/A.

A Comissão iniciou os trabalhos com o recebimento das credenciais dos representantes das firmas presentes, e a seguir foi feita a lavratura, mediante a assinatura do registro de presença dos licitantes.

Verificou-se que das firmas que se habilitaram, somente a



PROAFA Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza - PROAFA
SEDE — RUA SILVA PAULET, 495 — FONE: 224-73-77

Construtora Sades Ltda compareceu apresentando proposta, e as demais desistiram da Licitação.

Em seguida a Comissão procedeu a abertura dos envelopes contendo os documentos exigidos no Edital, os quais após devidamente examinados, foram rubricados por todos os presentes. Não havendo nenhuma observação relativa à documentação apresentada, o presidente da Comissão julgou a licitante habilitada a concorrer com a proposta de preço.

Dando prosseguimento aos trabalhos, foi procedido a abertura do envelope contendo a proposta, nela constatando-se o valor global de Cr\$ 102.520.000,00 com prazo de entrega da obra de 300 dias.

Depois do anúncio da proposta, a mesma foi rubricada pela Comissão e Licitante, para finalmente ser encerrada a reunião e convocada outra para a fase de julgamento.

Novamente reunida, a Comissão de Licitação sob a presidência do Eng^o. Márcio Fonseca de Resende, para julgar a proposta apresentada, chegou a conclusão que a firma atendeu aos requisitos legais previstos no Edital, bem como, a liberação pelo BNH da situação cadastral da licitante, não apresentando no mesmo nenhuma restrição, pelo que o Sr. Presidente da Comissão proclamou como vencedora a firma acima "CONSTRUTORA SADES LTDA".

Finalmente, a Comissão de Licitação enviou à Diretoria da PROAFA o resultado final, a fim de que a mesma, em reunião, homologasse como vencedora a firma "Construtora Sades Ltda", adjudicando-lhe os serviços de acordo com as exigências do Edital, o que foi feito e decidido.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, dos quais a Secretária da Comissão, Bela Ione de Carvalho Corrêa lavrou o presente relatório, que após lido e achado conforme, foi assinado por todos os membros da Comissão.

Fortaleza, 09 de dezembro de 1981.

IONE DE CARVALHO CORREIA-SECRETÁRIA

FOO. EDIZAN LINHARES LIMA - MEMBRO

LUIZ GONZAGA COSTA EVANGELISTA-MEMBRO

VISTO/DIRETORIA/PROAFA

Maria Nelma da Costa Spissirits
- SUPERINTENDENTE -

Márcio Fonseca de Resende
PRESIDENTE

"gcg".

FOCE